

SEED/PR - Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Processo Seletivo Interno destinado ao preenchimento de vagas disponíveis para professores do quadro próprio de magistério da rede pública estadual de ensino, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 32/2022**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
331000434	Solange Bonato	ARTE
331000499	Francielli Cristina Leuche	ARTE
331000656	Marcio Horning	ARTE
331000818	Debora Larissa Voloschen	ARTE
331001046	Rosana Rabassi Cerqueira	ARTE
331001236	Lucia Zabla Erdmann	ARTE
331001676	Kattlleya Vitória Andrian	ARTE
331001702	Reinaldo Dos Santos Marques Filho	ARTE
331002110	Estela Soares De Almeida	ARTE
331002804	Roberta Jorge Da Silva Wisniewski	ARTE
331002992	Filipe Hentges Nadolny	ARTE
331003046	Graciéle Graef Bazanella	ARTE
331004319	Simone Cardoso De Moraes	ARTE
331005047	Danieli Porfírio Parra	ARTE
331005232	Renata De Souza Teixeira Xavier	ARTE
331005444	Simone De Almeida Gomes	ARTE
331006171	Neide Fior	ARTE
331006745	Elisiane Do Carmo Neneve	ARTE
331007244	Eron Laroca	ARTE
331007327	Eliana Ballarotti Nascimento Carvalho	ARTE
331008136	Alita Roberta Monteiro Gonçalves	ARTE
331008470	Leriane Paske Das Neves Cavalli	ARTE
331008652	Francieli Ionara Schuambach	ARTE
331008816	Fabiano Antonio Rodrigues	ARTE

331009978	Enilce Do Rocio Mauda Scos	ARTE
331010813	Davi Dos Santos Ferreira	ARTE
331011008	Maria Carolina Ravazzani De Almeida	ARTE
331011431	Graciele Rodrigues Moreira	ARTE
331012198	Marcia Ines De Oliveira	ARTE
331012752	Regiane Cristina Lagemann	ARTE
331013020	Luzia Aparecida Sanches	ARTE
331013210	Renata René Colleti	ARTE
331013228	Roberta Kelly Santos Zimermann	ARTE
331013331	Debora Zuchetto Emerich	ARTE
331013880	Alessandra Mari Rizzo	ARTE
331014302	Alvacely Domingues Pais	ARTE
331014748	Thalita Emanuelle De Souza	ARTE
331002125	Marcia Luiza Coppini Baierle	BIOLOGIA
331003677	Christiane Ferreira Rosa	BIOLOGIA
331005508	Luis Américo Juliatto	BIOLOGIA
331011546	Marciele Sirena Ferreira	BIOLOGIA
331000640	Leda Maria De Souza Vanhoni	CIÊNCIAS
331001474	Josiane De Fatima Kretzl	CIÊNCIAS
331001602	Rosana Possebon Delgado Flenik	CIÊNCIAS
331001655	Dahiane Inocência Silveira	CIÊNCIAS
331001840	Silvana Maria De Santana Lopes	CIÊNCIAS
331002476	Patricia Bahls Raimundo	CIÊNCIAS
331002967	Mariel Guil Chociai	CIÊNCIAS
331003311	Maria Laura Braga Rosendo	CIÊNCIAS
331003776	Dayanne Sinara Francielle Dos Santos	CIÊNCIAS
331003961	Juan Carlos De Bourbon Costa	CIÊNCIAS
331003966	Joyce Maria Guerios Dos Santos	CIÊNCIAS
331004345	Vanilson Lopes De Andrade	CIÊNCIAS
331004367	Elisângela Marçal Gomes Strupichesk	CIÊNCIAS
331004460	Ronaldy Fernando Puzio	CIÊNCIAS
331004663	Helen Cristina Torres Lengruher	CIÊNCIAS
331004671	Lúcia De Queirós Fabro	CIÊNCIAS
331004703	Luciane Neuls	CIÊNCIAS
331004806	Andresa Chociai Wolski	CIÊNCIAS
331004831	Patricia Justen Da Silva	CIÊNCIAS
331005436	Juliane Menezes Lourenço Machado	CIÊNCIAS
331005484	Janete Maria Do Couto	CIÊNCIAS
331005604	Rosenilde Longen	CIÊNCIAS
331006012	Izelme Francielli Puerari	CIÊNCIAS
331007183	Jocelandia Sena Macowski	CIÊNCIAS
331007273	Geysa Maira Forcato Buzina	CIÊNCIAS
331007542	Paulo José Felicissimo	CIÊNCIAS
331009054	Chiara Cristina Marafon Correia	CIÊNCIAS
331009230	Janaina Sales De Freitas	CIÊNCIAS
331009424	Helenice Satie Morais	CIÊNCIAS
331009784	Adriana Bedin	CIÊNCIAS
331010166	Felipe Assis De Souza	CIÊNCIAS
331011704	Adilson Da Silva Freire	CIÊNCIAS

331012308	Moacir Tomaz De Santana	CIÊNCIAS
331012980	Janice Fridrich Dall Oglio	CIÊNCIAS
331013351	Terezinha Archanjo De Oliveira Sato	CIÊNCIAS
331013633	Joseine Bernardes Inacio Da Silva	CIÊNCIAS
331014012	Aline Talita De Carvalho Ribeiro	CIÊNCIAS
331014390	Janaina Cordeiro Zanetti	CIÊNCIAS
331000366	Danielle Rachel Mezzalira	Educação Especial
331000374	Vanderlei Zem	Educação Especial
331000412	Adriane Gusmão Dos Anjos	Educação Especial
331000508	Eliane Cinira Rodrigues Terra	Educação Especial
331000522	Seloir Loch	Educação Especial
331000617	Renata Marques Fernandes	Educação Especial
331000621	Solange Cleia Bencke Fredo	Educação Especial
331000733	Marilene Gil	Educação Especial
331000849	Regiane Ribeiro Leite	Educação Especial
331000884	Cristina Aparecida Martinato	Educação Especial
331000912	Denise De Cássia Ventura De Oliveira	Educação Especial
331000915	Elenita Divair Barao Correa	Educação Especial
331000937	Fabiana Silva Azevedo Travaglia	Educação Especial
331000952	Luciane Soares	Educação Especial
331001102	Vanessa Bernardi	Educação Especial
331001158	Gina Eliza Schmidt	Educação Especial
331001172	Gisele Harder	Educação Especial
331001191	Thaís Fernanda Ruiz Braga Cardoso	Educação Especial
331001251	Cristiane Carla Kutz Tapia Rodrigues	Educação Especial
331001318	Alexandre Vieira Pinheiro	Educação Especial
331001357	Eliane Reginalda Parron Hipólito	Educação Especial
331001429	Juliana Aparecida Moreira De Araujo	Educação Especial
331001477	Tânia Mara De Moraes Rego	Educação Especial
331001503	Lediane Mesquita	Educação Especial
331001845	Vivian Donadon Maldonado	Educação Especial
331001917	Silvia Renata Zanon	Educação Especial
331002100	Claudia Ap Nespoli Demeu	Educação Especial
331002173	Eleandro De Quadros	Educação Especial
331002276	Gleice Aparecida Felipe	Educação Especial
331002313	Andrea Ferreira Ribas	Educação Especial
331002347	Nivea Prass Gabardo	Educação Especial
331002452	Wania Dmengeon Medeiros Orben	Educação Especial
331002580	Roselia Nunes De Oliveira	Educação Especial
331002603	Patrícia Celini	Educação Especial
331002702	Rosangela Pinheiro Lima	Educação Especial
331002733	Márcia Cristina Helbe Garcia	Educação Especial
331003005	Mauren Dayse De Lima Ribas	Educação Especial
331003065	Ariadine Marques Vieira	Educação Especial
331003143	Geni Ferreira Rosa	Educação Especial
331003257	Lenice Moreira Souza De Moura	Educação Especial
331003521	Adriana Aparecida De Lima Costa	Educação Especial
331003569	Raquel Lucimar De Almeida Chaves	Educação Especial
331003646	Fabiane Mior	Educação Especial

331003694	Elzete Celinga	Educação Especial
331003727	Angela Balcevicz	Educação Especial
331003747	Fernanda Dos Santos Vaz	Educação Especial
331003784	Dayane Deable Pinto De Oliveira	Educação Especial
331003820	Kelly Regina Ferreira Freiberger	Educação Especial
331003970	Ivonete Plovas	Educação Especial
331004063	Clemiuda Barbosa	Educação Especial
331004770	Edimara Jorge Cirelli Denobe	Educação Especial
331004896	Telma Alves Teixeira	Educação Especial
331005331	Roberto Sparenberg	Educação Especial
331005339	Lucia De Ramos Crestani	Educação Especial
331005403	Roseli Teresinha Lorenzett Faria	Educação Especial
331005415	Fabiane Schwade Januário	Educação Especial
331005716	Ana Paula Dos Santos Brambilla	Educação Especial
331005809	Francieli Catia Copini Borges	Educação Especial
331005915	Alexandre Alves Aranha	Educação Especial
331006035	Jeanisse Evelin Furstenau	Educação Especial
331006045	Idaceli Gomes Dias	Educação Especial
331006075	Adriana Renata Fernandes	Educação Especial
331006174	Susana Tozetto Lourençato	Educação Especial
331006213	Vera Lucia Ballan	Educação Especial
331006757	Sandra Vaz De Lima	Educação Especial
331006793	Eonyce Rita Tasca	Educação Especial
331006839	Rosimeire Galbiati Gonçalves	Educação Especial
331006896	Irma Nunes Fernandes	Educação Especial
331006974	Edlaine Aparecida Rufato Farias	Educação Especial
331007091	Marlete Willemann Furlanetto	Educação Especial
331007264	Ivoneide Alves Dos Santos Moreira	Educação Especial
331007332	Lívia Maria Tarakoski Cardoso	Educação Especial
331007417	Maria Ivanilde Skripiec Zago	Educação Especial
331007510	Giovana Ester Da Silva Fedrigo	Educação Especial
331007666	Eliane Cristina Palladini Fonseca	Educação Especial
331007668	Adriana Carniel Da Silva	Educação Especial
331007808	Léia Denise Oderdenge Ghizoni	Educação Especial
331008073	Juliana Aparecida De Souza	Educação Especial
331008166	Beatriz Rodrigues De Faria	Educação Especial
331008314	Liliane De Almeida	Educação Especial
331008399	Deborah Grassy Cilião Fabiano	Educação Especial
331008400	Leiva Ayres Do Prado	Educação Especial
331008483	Edith Maria Padovani	Educação Especial
331008536	Claudia Cristina Alinski	Educação Especial
331008538	Solange De Castro	Educação Especial
331008559	Joseli Maria Jofre	Educação Especial
331008928	Solange Da Costa Lima Oliveira	Educação Especial
331009099	Deizi Maria Verona	Educação Especial
331009127	Andréia Soares Lauriano	Educação Especial
331009380	Cintia De Oliveira Pontes Rosa	Educação Especial
331009523	Eleni Da Costa Lusitani	Educação Especial
331009540	Solange Maria Hamulak Vieira	Educação Especial

331009547	Edina Maria Nunes De Faria Granetto	Educação Especial
331009893	Juliana Gruchouskei	Educação Especial
331010006	Adriana Vesohoski	Educação Especial
331010180	Sandra Joanina Schmidt Cristo	Educação Especial
331010280	Keller Maria Franco Ferraro	Educação Especial
331010331	Raquel Inês Gonçalves Oelmuller	Educação Especial
331010528	Ester Ceolin Ruviaro	Educação Especial
331010581	Diele Fernanda Pedrozo De Moraes Santo	Educação Especial
331010654	Edina Antonia Barbosa	Educação Especial
331010973	Lucilene De Fátima Pereira Dos Santos	Educação Especial
331011029	Lucilara Cintra Domingues	Educação Especial
331011281	Maria Roselei Bertão Machado	Educação Especial
331011287	Tatiany Tobias Marques Bomfim	Educação Especial
331011351	Karine Michele Fagundes	Educação Especial
331011595	Eliana Aparecida Toniette	Educação Especial
331011818	Maria Alves De Andrade Sousa	Educação Especial
331011889	Rosangela Aparecida Crestani	Educação Especial
331011943	Erica Freitas Dos Santos	Educação Especial
331012014	Rosani Maria Castaman Sobottka	Educação Especial
331012304	Rosineia Saragoza Costa	Educação Especial
331012787	Mariza Nunes Da Luz Rigo	Educação Especial
331012846	Sandra Mara De Souza Bochehin	Educação Especial
331013977	Véra Lúcia Da Silva Almeida	Educação Especial
331014123	Itamara Aparecida Ulbrich Franco	Educação Especial
331000416	Lorete Geha	Educação Física
331000425	Patrícia Argenton	Educação Física
331000528	Katia Osinski Ferreira	Educação Física
331000812	Eliana Cortez Da Silva	Educação Física
331000828	Joceano Setti	Educação Física
331000957	Fernando Dos Santos Ribas	Educação Física
331001020	Juliana Dummer Martello	Educação Física
331001045	Eduardo Carneiro Resende	Educação Física
331001340	Gilson Henrique De Lima	Educação Física
331001386	Francielle Pacheco Bueno Galdino	Educação Física
331001514	Cesar Daniel Brum	Educação Física
331001634	Andrea Da Silva Ferreira	Educação Física
331001687	Cristiano Nunes Duarte	Educação Física
331001701	Paula Fernanda Pini Simões Biazin	Educação Física
331001746	Marcos Cezar Kubiak	Educação Física
331001750	Marcelo Missi De Camargo	Educação Física
331001751	Regeane Vaz Guedes	Educação Física
331001878	Ewerton Zardo	Educação Física
331001889	Chérie Aparecida Pires Silva	Educação Física
331002086	Marcelo Reis Staggemeier	Educação Física
331002243	Jaquelis Lustosa Dos Santos	Educação Física
331002423	Danielli Nogueira Ruiz Dos Santos	Educação Física
331002647	Juliana Maria Sampaio Ramos	Educação Física
331002768	Daise Begale Prudencio Spósito	Educação Física
331002859	Tathiane Apfelgrun Heimoski	Educação Física

331002922	Danielle Cristina Padilha	Educação Física
331002962	Cláudia Simone Grolli	Educação Física
331003055	Adriane Alessi Figueroa	Educação Física
331003069	Rosimeiri Souza Do Nascimento	Educação Física
331003199	Magda Francielli Ribas Altmann	Educação Física
331003229	Richard Saldanha Da Silva	Educação Física
331003303	Vanessa Ukan Alexandre	Educação Física
331003440	Loretzza Livia Ducci Olesko	Educação Física
331003444	Luiz Edgard Bueno Filho	Educação Física
331003459	Maria Angélica Brauer Mantovani Casagrande	Educação Física
331003522	Silmara Correa Franco	Educação Física
331003708	Fabricio Kupczik	Educação Física
331003734	Rejane Cristina Hartmann	Educação Física
331004038	Sonia Paiva Bonetti	Educação Física
331004110	Reginaldo Marques	Educação Física
331004271	Cristiane Pereira Pancione	Educação Física
331004340	Giel Guimarães Dos Santos Junior	Educação Física
331004361	Ana Kely Neves	Educação Física
331004413	Everton Luiz Valesko Da Costa	Educação Física
331004911	Layane Castiglioni Tasca	Educação Física
331005042	Andreza Lovato	Educação Física
331005143	Rubens Astorfi Junior	Educação Física
331005488	Nelson Moreira Do Carmo	Educação Física
331005598	Cristiane Rodrigues Mendonça	Educação Física
331005600	Eloisa Cristina Romani Fernandes	Educação Física
331005620	Evely Martins Carlos	Educação Física
331005642	Pablo Francisco Franco	Educação Física
331005693	Danieli Franzini Buosi	Educação Física
331005758	Renata Cervinhani	Educação Física
331005798	Cássia Regina Graciotto Melchiorretto	Educação Física
331005927	Karla Flaiane Burko Herthel	Educação Física
331005935	Marcia Regina Grespan	Educação Física
331005963	Suzana Pianaro	Educação Física
331006202	Silvana Hammerschmidt	Educação Física
331006810	Dionei Marcos De Carvalho	Educação Física
331006984	Elton Fernando Bérghamo De Almeida	Educação Física
331007011	Deborah Golfieri De Oliveira	Educação Física
331007126	Rosmeila Bernardi	Educação Física
331007314	Rodrigo Ribeiro	Educação Física
331007577	Thaís Dellarrosa Soares Papaleo	Educação Física
331007637	Edson Marroque	Educação Física
331007709	Sidinéia Seidel	Educação Física
331007766	Rafaela Chiuchetta Zilio	Educação Física
331007920	Vanessa Rososki Machado	Educação Física
331007937	Wanderley Burnark Hartman	Educação Física
331007956	Lucilena Aparecida Domingues	Educação Física
331007969	Adriana Zagurski	Educação Física
331007975	Ernesto Kindl Junior	Educação Física
331008265	Mark Augusto Baschta Da Rosa	Educação Física

331008422	Fernando Pereira Lima	Educação Física
331008458	Fábio Aparecido De Figueiredo	Educação Física
331008525	Cristiane Santos	Educação Física
331008673	Loara Aparecida Borato Xavier	Educação Física
331008837	Daniel Dos Santos	Educação Física
331008841	Suellen Soares	Educação Física
331008917	Tânia Cristina Tanjoni De Souza Aranda	Educação Física
331009060	Lausane Correa Pykosz	Educação Física
331009209	Luciano André Pizi	Educação Física
331009650	Fernanda Aparecida Moreira	Educação Física
331009685	Luiz Gustavo Foregatto Louzano	Educação Física
331009696	Denise Daniele De Medeiros	Educação Física
331009969	Fabiana Rodrigues Altafin	Educação Física
331010000	Vanderlei Marinho Colombeli	Educação Física
331010253	Josiane Carla Marczuk	Educação Física
331010694	Henrique Zamariano	Educação Física
331010871	Fernando Mallmann Prates	Educação Física
331010983	Carlos Eduardo José De Moura	Educação Física
331011610	Liliane Ristow Rolinski Burke	Educação Física
331011656	Andrea Cristina Ribas Mendes Moura	Educação Física
331011669	Anisio Calciolari Junior	Educação Física
331012138	Danilo Roberto Fuza	Educação Física
331012302	Simone Priscila Kovalhuk	Educação Física
331012358	Marcia Regina Lirola De Marchi	Educação Física
331012555	Fabiola Conte França	Educação Física
331012556	João Antonio Rufato	Educação Física
331012870	Michele Ivaszek	Educação Física
331013170	Andressa Hilário Dias	Educação Física
331013288	Ali Hassan El Amin	Educação Física
331013467	Rosane Cristina Fink	Educação Física
331013641	Anamelia Liaschi Pomini	Educação Física
331013680	Jaqueline Aparecida Tumiski Dantas	Educação Física
331013932	Juliana Juaski Gralaki	Educação Física
331000897	Sheuly Moreira	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331001071	Terezinha Pelinski Da Silveira	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331001147	Luis Marcelo Farinha Nunes	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331001290	Vera Lucia Haus	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331001584	Selma Costa Alecrim	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331001609	Jader Dos Santos Teles Cordeiro	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331001830	Pedro Henrique Sanches	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331002042	Cleide Munhoz	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331002295	Rony Wykrota	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331002391	Giuliano Alencar Tiburcio	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331002448	Maria Cecília Ferreira Santiago	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331002531	Andrea De Oliveira Campos	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331002800	Danielle De Almeida Meller De Andrade	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331003215	Eduardo Luiz Gubiani	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331003248	Dileusa Gonçalves Camargo	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331003588	Joel Vitor Pimenta	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES

331003685	Marcelo Caldart	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331003821	Rosangela Siqueira Pinheiro De Goes	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331003972	Edson Maria Alves Cabral	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331004045	Veronica Do Espirito Santo Sokolowski	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331004829	Sandra Raquel Ullmann	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331005053	Virginia Gonçalves De Luna	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331005071	Luciana Balischi Perez	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331005519	Leandra Fagan Rodrigues Gonçalves	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331005560	Solange Alves Pereira	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331005718	Thais Egler De Paula	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331005835	Daliane Jacqueline Marsango	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331006190	Renata Pereira Garcia Burdin Rocha	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331006331	Rutineia Gatto	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331006959	Marta Elenita Donadel	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331007976	Vanderli Maria Fernandes	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331008286	Marlene De Souza	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331008402	Telma Claudete Klovovski	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331008439	Lucivane Zamarchi	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331008758	Eder Luiz Dos Santos	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331010329	Juliana Cristina De Oliveira Cassiano Silva Florindo	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331010934	Maria De Fatima Rodrigues Silveira	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331011539	Claudenize Pontes Da Silva Leal	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331011679	Eliane Suzete Pereira	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331011910	Loyze Paula Pequito Filipe Librelato	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331011983	Tirson Ribeiro Do Prado	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331012218	Manuela Montesso Lisboa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331012467	Edilayne Christyne Ocanha	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331012841	Caroline Maria Montrezol	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331014066	Aguinaldo Roberto Do Carmo	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES
331000870	Fernando Marinheiro Da Silva	FILOSOFIA
331001495	Geovani Da Rocha Gonçalves	FILOSOFIA
331001512	Raquel De Sousa Galian	FILOSOFIA
331002232	Claudia Simone Galassi	FILOSOFIA
331003072	Daniel Donato Piasecki	FILOSOFIA
331003693	Nilda Raimundo De Oliveira	FILOSOFIA
331006967	Núbia Aparecida Pimenta De Souza	FILOSOFIA
331007498	Katia Regina Dalri Abdala	FILOSOFIA
331008296	Maria Claudia Gorges	FILOSOFIA
331008931	Maristela Firman	FILOSOFIA
331011555	Lucas Daniel Perin	FILOSOFIA
331013437	Edson Bispo Dos Santos	FILOSOFIA
331003032	Cleomar Schmitz	FÍSICA
331003624	Luciane Sant Ana Morais	FÍSICA
331004100	Celso Luiz Da Silva Sant Anna	FÍSICA
331004325	Fabício De Oliveira Zerbetto	FÍSICA
331004834	Kaumer Ney Dos Santos Oliveira	FÍSICA
331006069	Sergio Antonio Casagrande Junior	FÍSICA
331009522	Guido Valmor Buss	FÍSICA
331009977	João Carlos Barumby	FÍSICA

331000715	João Paulo Schultz	GEOGRAFIA
331000794	Fabielle De Oliveira	GEOGRAFIA
331001088	Edilson Alves De Andrade	GEOGRAFIA
331001182	Ivonei Lopes De Lima	GEOGRAFIA
331001395	Elisabete Aparecida Querique Dantas	GEOGRAFIA
331001408	Sandra Bernaski	GEOGRAFIA
331001766	Ademir Ferreira Da Silva	GEOGRAFIA
331001802	Ivan Gleïçon Borges	GEOGRAFIA
331001923	Gabriela Loureiro Martins Ricetto	GEOGRAFIA
331001945	Rosangela Maria Bahls	GEOGRAFIA
331001971	Simone Beatriz Dias Vellozo	GEOGRAFIA
331002091	Reginaldo Melo De Oliveira	GEOGRAFIA
331002104	Maristela Pelissaro	GEOGRAFIA
331002251	Karla Muller Bontorin Telles Cunha	GEOGRAFIA
331002348	Thiago Luiz Alves	GEOGRAFIA
331002554	Vanderlei Marinheski	GEOGRAFIA
331002932	Taylene Marcele Ganz	GEOGRAFIA
331003037	Vania Claudia Do Couto	GEOGRAFIA
331003043	Rosana Zafalon	GEOGRAFIA
331003189	Elenice Matucheski	GEOGRAFIA
331003262	Karine Cristina Galdino Silveira Adriano	GEOGRAFIA
331003302	Priscila Gobetti Cassiano	GEOGRAFIA
331003456	Juliana Mungo	GEOGRAFIA
331003471	Sandra Pacheco Alves De Cristo	GEOGRAFIA
331003613	Adriana Pasinato Da Costa	GEOGRAFIA
331003709	Andrea Paloma Costa	GEOGRAFIA
331003730	Anderson Marcon Tessaro	GEOGRAFIA
331003863	Jefferson Luiz Hernandes	GEOGRAFIA
331003953	Denise Maria Da Cruz	GEOGRAFIA
331004250	Omar Walter Aguiar Filho	GEOGRAFIA
331004635	Thais Kich Fogaça	GEOGRAFIA
331005034	Eliane Liecheski Artigas	GEOGRAFIA
331005150	Patricia Nairne	GEOGRAFIA
331005204	Adriana Brito Dos Santos Dadona	GEOGRAFIA
331005277	Milena Do Carmo Dutra	GEOGRAFIA
331005445	Layser Canali Pereira Da Silva	GEOGRAFIA
331005469	Sérgio Douhei	GEOGRAFIA
331005585	Ana Márcia Labegalini Stencil	GEOGRAFIA
331005611	Silvia Patrícia Da Silva Marques	GEOGRAFIA
331005666	Patricia Griz	GEOGRAFIA
331005689	Giovani Cassol	GEOGRAFIA
331005709	Cláudia Buch	GEOGRAFIA
331006103	Lucimar Vieira Masquio	GEOGRAFIA
331006203	Silvester Dias Da Silva	GEOGRAFIA
331006439	Tiago Stanczyk	GEOGRAFIA
331006518	Jusiane Maria Pereira	GEOGRAFIA
331006677	Helio Ternoski	GEOGRAFIA
331006687	Flavio Augusto De Carvalho	GEOGRAFIA
331006736	Rafael Kauan Luceno	GEOGRAFIA

331006779	Sandra Regina Gonçalves Ferreira	GEOGRAFIA
331006829	Jean Carlos Justi	GEOGRAFIA
331006842	Marilita De Oliveira Santos	GEOGRAFIA
331006944	João Carlos De Souza	GEOGRAFIA
331007534	Roberta Guadagnine Ribeiro De Lima	GEOGRAFIA
331008191	Marise Yuriko Yabushita Rigoti	GEOGRAFIA
331008345	Clever Rodolfo De Lima Dos Santos	GEOGRAFIA
331008516	Janaina Martinez	GEOGRAFIA
331008790	Mauro José Licheta	GEOGRAFIA
331009303	Keila Fagundes Da Cruz	GEOGRAFIA
331009331	Maria Lúcia Kuzma	GEOGRAFIA
331009417	Ana Paula Andolpho	GEOGRAFIA
331009442	Cristiane Janete Weyand De Mesquita	GEOGRAFIA
331009682	Cirineu Ribeiro Dos Reis	GEOGRAFIA
331009998	Alexsandro Hulyk	GEOGRAFIA
331009999	Mariangela De Oliveira Rosa	GEOGRAFIA
331010418	Rodrigo Aguilar Cantero	GEOGRAFIA
331010750	Eliane Pagnoncelli Valesan	GEOGRAFIA
331010791	José Juliano Fumagalli Paiva	GEOGRAFIA
331010796	João Gimbarski	GEOGRAFIA
331010812	Marcelo Wilson Dalazen	GEOGRAFIA
331010838	Geovani Henrique Barth Krüger	GEOGRAFIA
331011103	Vilmara Dancini Silva	GEOGRAFIA
331011587	Saulo Polato Ribas	GEOGRAFIA
331011636	Eliane De Fátima Machado	GEOGRAFIA
331011806	Rafael Da Silva Tangerina	GEOGRAFIA
331012031	Alex Caetano Da Silva	GEOGRAFIA
331012102	Luciane Link	GEOGRAFIA
331012165	Janaína Deffune Profeta	GEOGRAFIA
331012185	Maurício Messias	GEOGRAFIA
331012335	Cristiane Chaves De Oliveira	GEOGRAFIA
331012950	Chrystiane Wienskoski	GEOGRAFIA
331012999	Renata Daniela Molinari Prado Walter	GEOGRAFIA
331013012	Liriane Nunes Rios	GEOGRAFIA
331014698	Silvia Leticia Muchau	GEOGRAFIA
331000429	Aline Francielle Pelincel	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331000483	Samuel Kindziera	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331000567	Marta Suzana Hartmann Sampaio	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331000717	Elisangelabarbieri Bandeira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331000734	Daniele Cristina Hegeto De Freitas Violin	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331000972	Delmar Cezar Balzan	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001109	Andréia Cristina Gonçalves Ribeiro	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001118	Fernando Sviercoswski	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001170	Rosimari Polga	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001242	Eliane Dos Santos Macedo Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001306	Jeferson José Gevigier	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001403	Josieli Stipp Arendt Ranzolin	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001432	Samantha Karen De Freitas	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001446	Elson Dias De França	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR

331001747	Maximillian Borba	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331001787	Karin Renata Prestes Dos Santos Zamarchi	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331002274	Nilce Helene De Fátima Rodrigues De Paula	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331002335	Luciano Fonseca	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331002600	Elaine Aparecida Sonego Schwengber	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331002617	Maira Makley Dal Sant Hara	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331002727	Leila Thais Cavalim Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331002963	Francine Del Secchi Guissman Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331003274	Antonio Henrique Feld	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331003566	Claudia Silva Xavier Barbosa	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331003593	Syllas Moreira Da Fonseca Neto	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331003697	Leandro Cavalcante Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331003873	Ari Langrafe Junior	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331003889	Elisa Splitter Altreiter	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004154	Ademir José Santana	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004204	Djalma Machado Da Cruz	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004211	Ireneu Luiz Fassicolo	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004213	Ellen Simone Stutz Souto	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004246	Carlos Eduardo Bittencourt Gomes	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004272	Simone Cristina Ribas Hekavei	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004286	Luciane Falasque Alves	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004437	Volnir Hoffmann	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004628	Ana Fernandes Silva Fontoura	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004634	Eder Roberto Meira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004680	Alexandra Aparecida Da Silva Alves	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004727	Cleonice Jose De Souza	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004752	Licione Beraldi Passari	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004894	Alessandra Martinho De Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331004982	Ana Paula Laureano Ferreira De Souza	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005169	André Luiz Vieira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005509	Luciana Cecilia Basso	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005605	Antonia Arruda Campos	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005670	Thiago Moutinho Maciel De Melo	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005720	Cleber Jose Cezar	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005810	Vanessa Maria Poteriko Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005851	Marcelo Pereira De Oliviera	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005871	Anderson Alves	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005896	Luciana Andrea Calvi Brito	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331005938	Emerson Leandro Niedo	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006076	Fabio Luiz De Melo	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006093	Sandra Marques	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006215	Adriana De Jesus Cocolletti Silveira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006269	Ronaldo Rodrigues Cardoso	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006297	Jassanan De Matos Padilha	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006461	Sandra Mara De Moraes Kozakowski	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006497	Adriane Dalprai	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006783	Silvana Sindici Reis Paulo	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006805	Tais Cassiana Campos Yurack	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331006894	Juliana Oliveira De Paula Francesconi	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR

331006928	Elisângela Cândido	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007052	Patrick Bellei	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007065	Flaviano Roberto Glaab	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007227	Arielma Da Luz Ferreira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007450	Andréa Luiza Pinto	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007502	Angela Danielli Kossovski	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007503	José Gustavo Pontes	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007625	Léa Aparecida Marinho De Oliveira Militão	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007631	Rodrigo Pinto De Andrade	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007706	Janete Santos Sobjeiro Nery	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331007945	Gerusa Carolina Kesting	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008091	Marisa Aparecida Retzlaff Milleo	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008099	Marisol Nizia Portela	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008128	Marcos Aurélio De Assis	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008376	Márcia Hiroko Kawamoto	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008419	Fabiane Luzia Menezes Santos	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008464	Denise Cristina De Barros	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008475	Geovana Camargo Correa De Jesus Chiotti	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008566	Maykel Regis Malchowski	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008578	Ana Paula Machado	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331008891	Lindamir Svidzinski	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331009368	Sabrina Da Silva Valle Meotti	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331009912	Jaime Sergio Frajuca Lopes	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331009988	Priscila Laurindo	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331010029	Sueli Aparecida Da Costa Tomazini	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331010112	Ananias Afonso Carneiro	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331010119	Gilberto Aparecido Nogueira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331010287	Eli Marini	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331010421	Josiani De Carvalho	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331010600	Clovis Angelo Baratieri	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331010733	Daiene Maria John	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011047	Edméia Fernandes	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011074	Alexssandro Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011295	Eliane De Fatima Fabricio	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011319	Gislaine Patron Gervoni Ribeiro	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011506	Josiane Justiniano Dos Santos Honorio	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011516	Ana Paula Wessler Santos	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011535	Luciane Aparecida Silva Da Rosa	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331011547	Luciana Catarina Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331012318	Fabiane Costa Mello Miranda	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331012743	Rosangela Corpolato Schernovski	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331012844	Maria Izabel França Baptista	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331013015	Maria Inez Savaris Panizzon	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331013242	Sueli Aparecida Moçato Catarino	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331013249	Fabiano Queiroz Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331013345	Valquiria Charles Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331013730	Maristela Bossoni Natal	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331013789	Ivana Maria Moura Moraes	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331013962	Silmara Naves Dias	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR

331014036	Wagner Rosa De Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331014056	Jacqueline Maria Da Rocha	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331014074	Neide Alves Dos Santos Scandolara	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331014480	Luiz Fernandes Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331014582	Juciane De Bonfim Santos	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331014795	Andréa Salomão De Souza Frecceiro	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331014894	Lucila Cristina De Oliveira Machado Silveira	GESTÃO ESCOLAR - DIRETOR E DIRETOR AUXILIAR
331000373	Rose Messias Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000375	Ana Paula Basso	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000426	Sara Cristina Romeiro	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000445	Reginaldo Batista	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000458	Isabel Cristina Ribas Nadolny	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000504	Eva Andreia Da Costa Silva	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000525	Célia Maria Sochascki	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000571	Fernanda Santos Da Costa	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000625	Maria Carla Da Cunha	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000633	Edinei Aparecido Mora	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000649	Angela Francieli Franchin Braz	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000654	Renata Aparecida Quani	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000671	Denise Maria Pallesi	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000673	Andre Mateus Guilherme	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000707	Fabiana De Lourdes Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000723	Michelle Moreira Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000782	Patrícia Romagnolo Gomes	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000824	Wanessa Andrade Teixeira Rangel De Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000827	Rafaela Augusta De Souza Neves	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000842	Ivanice Rodrigues De Lima Bassani	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000876	Katiussa Michele Canola	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000880	Ivone Chenchuk	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000924	Eliane Cristina Depetris	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000946	Carla Conceicao Guebur	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000950	Denis Gomes Da Cruz	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000994	Késiene Do Amaral Toledo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001025	Anderson Muniz Canizella	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001049	Edna De Souza Goncalves	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001079	Cássia Rejane Balvedi Zancan	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001096	Girley Bueno Baby	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001151	Samuel Delgobo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001223	Josiane Bergo Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001271	Édna Antoniassi Ciriaco	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001322	Elis Gisele Bordini	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001336	Priscila Aparecida Tencati	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001341	Tissiane Da Silva Francisco	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001346	Sheila Cristine Donin	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001384	Adilson Takami Singo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001391	Luciana Cristina De Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001423	Sidineia Regina Broietti	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001459	Mary Rose Filgueira Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001466	Daniele De Cassia Amadeu Ricieri	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE

331001469	Luciane De Cássia Andrade	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001508	Valeska Teixeira Alves	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001513	Rosane Temp Mayer	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001526	Luciana Cristina Passuelo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001529	Sara Cristina Monteiro Vizani	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001551	Cristiane Oliveira Da Luz	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001588	Lucia Grande Conrado	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001590	Gabriela Tecachuk Calleya	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001591	Gisele Carvalho De Siqueira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001606	Valdinei José De Andrade	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001617	Cláudia Verone De Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001620	Clelia Aparecida Da Silva Ceciliano	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001665	Ana Paula Lucio Machado	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001679	Valtemir Barnabé	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001741	Narjara Boppré Philippi	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001791	Rosangela Araldi Bernardon	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001806	Noeli De Fatima Batistero Uliana	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001861	Giana Stefanie Siqueira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001863	Valdete Moraes Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001895	Alexandra Maria Dos Santos Messias	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001921	Mauren Martini Lobo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001978	Angelo Roberto Manfra	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331001989	Paula Rodakiewski	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002092	Diana Fernandes De Miranda Carvalho	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002093	Rosemary Ataide Ricco Paraizo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002176	Marcia Helena Fronchetti	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002233	Greice Goncalves Oliveira Borges	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002239	Leila Dal Ben Daineis Marçal	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002265	Maria Carolina Chiotti Ramos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002289	Ana Paula Serafim	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002310	Marielle Bonet Sobezak	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002327	Edelaine Dos Santos Da Silva Matanovic	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002364	Alessandra Cardoso Fernandes	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002415	Junia Zacharias	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002499	Eliana Do Rocio Kricoski	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002536	Marinalva Borges Ferreira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002560	Maira Rodrigues Barbosa	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002583	Sônia Regina Holub Dos Reis	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002671	Silvia Ramos Da Rosa Mendes	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002673	Marta Beatriz Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002681	Rosani Maria Tartari De Souza	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002707	Fernanda Cristina Conte Bueno	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002816	Sidnei Schleifer Taveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002897	Miriana Pereira De Souza Garcia	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002941	Ana Maria Desouza	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331002945	Angela Ebner	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003004	Denise Furtado Brunoski	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003024	Wagner Andrade Brandão	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003226	Alessandra Martins Ribeiro	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE

331003250	Crislaine Demczyszyn	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003422	Tecla Serbai Peschisky	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003468	Amanda Gonçalves Edmundo Trevizani	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003600	Francine Cruz Grison	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003865	Joaquim Gabriel Faustinoni	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003886	Brígida Almeida Reis	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003910	Luciane Pazine Straliotti	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003911	Adriana Raimondi Silveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331003971	Lucimara Gusmão Barqueiro	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004225	Cicero Luis De Sousa	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004233	Neiva Martin Simiao	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004290	Angela Aparecida Kubersky	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004303	Carla Pilar Costanzi	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004306	Fernanda Paula Evangelista	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004353	Ane Beatriz Dalquano	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004359	Kelly Cristina Bordin Moura	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004372	Silvia Andreia Fernandes Ribeiro	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004386	Priscila Dos Santos Ferreira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004388	Jose Renato Augusto	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004424	Wagner Firmino Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004500	Elaine Lazaroto	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004609	Ingride Ignez Da Silveira Maschio	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004636	Elza Paula Vizini	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004637	Janete Dall Agnol Camara	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004641	Evandro Luiz Batista	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004643	Ana Paula Pirolo Ramos Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004687	Daline Moraes Kotleski Calluf	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004793	Silvana Maria Machado Javorski	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004852	Márcia Aparecida Batista	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004921	Mirian Carvalho Da Silva Fernandes	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331004957	Lizia Gonçalves Fernandes	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331005627	Ademir Antonio Saravalli	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331005681	Jaqueline Andreia Tafarel	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331005767	Sandra Mara Golin	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331005785	Isiele Mello Da Silva Schmiguel	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331005846	Gisele Adriano	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006017	Cidarley Grecco Fernandes Coelho	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006304	Tânia Mara Melo Medeiros	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006590	Daniela Alessandra Rufato Figueiredo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006661	Andreia Straube Araujo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006693	Ana Paula Dos Santos Martins	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006841	Edna Aparecida Penitente Ferreria	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006877	Silvia Correa Soranso	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006921	Rosangela De Castro Garcia Soares	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331006977	Juliana Corrêa Cajueiro Saldanha	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331007038	Marcos Vinicius Pierini	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331007054	Maria Helena Possette	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331007165	Flavio Bruniera	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331007256	Tais Rejane Follador Camargo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE

331007549	Ariani Elvira De Oliveira Andretta	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331007561	Clea Marcia Bernardes De Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331007799	Heidi Mara Dos Santos Eiglmeier	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331007946	Anderson Claiton De Siqueira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008213	Odirlei Silva De Souza	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008365	Andréia Caetano Rodrigues	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008479	Silvio Augusto Basse	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008491	Magda Ribeiro De França Barbosa	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008499	Yara Aparecida Antunes Martins	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008503	Márcia Regina Galvan Campos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008786	Lucimara Bertinotti Meretka	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331008789	Manoela Dos Santos Pereira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009055	Cristiane Da Cruz	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009116	Barbara Reis Chaves Alvim	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009179	Celina Wahl	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009277	Kellen Valbuena Quadrado	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009642	Neuza Maria Wagatuma Bottolo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009677	Adriana Cristina Dos Reis	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009712	Viviane Gabre	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009757	Josiane Giollo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331009813	Marisete Aparecida Spagnollo	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010091	Lucelia Aparecida Gaspar	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010137	Andrezza De Godoy Santos Rodrigues	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010174	Fabiana Zamodzki	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010192	Franciely Lima Prestes Gomes	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010232	Jussielli De Oliveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010250	Rogério Miranda Prado	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010356	Zenilda Nepomuceno De Almeida Romanio	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010883	Rosa Proença Da Silva Pátaro	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010892	Rosana Alves Nobre	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010907	Mildredes Ester Przybicz	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331010916	Marcelo Ezio Rodrigues	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331011025	Gilmara De Fatima Weingartner	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331011308	Renata Andressa Costa Da Silva	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331011574	Letícia Borba Ribas	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331011575	Marcia Battisti Archer	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331011781	Luiz Carlos Dos Santos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331011923	Elaine De Freitas Locatelli	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331012205	Jaqueline Aparecida Januário	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331012224	Alexandre Custodio Do Nascimento	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331012333	Silvana Aparecida Kszan	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331012377	Adriana Cristina Hahn	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331012843	Angela Maria Danilo Brandalise	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331013203	Josiane Da Silva Soares	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331013277	Viviane Aparecida Ariosi De Sousa	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331013636	Eliandra Francielli Bini Jaskiw	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331013733	Hericles Fernando Silveira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331013808	Galindo Pedro Ramos	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331013895	Ana Paula Bordin Fernandes Dos Reis	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE

331014003	Neusa Maria Grande Jorge	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331014008	Marcos Henrique Pereira	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331014039	Cleyton Acácio Rosa	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331014227	Angelita Cristina Do Nascimento	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331015112	Daniel Nascimento Matoso	GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE
331000405	Christiane De Souza Beterincosto	HISTÓRIA
331000467	Simone Terezinha Rubbo Giacomini	HISTÓRIA
331000934	Luis Marcelo Santos	HISTÓRIA
331000947	Rafael De Castro Mehret	HISTÓRIA
331000951	Lucimar Rodrigues Dos Santos	HISTÓRIA
331000982	Franciele Siqueira Miotto	HISTÓRIA
331001006	Priscila Veiga Rocha	HISTÓRIA
331001252	Anderson Fagundes De Moura	HISTÓRIA
331001315	Lucia Siqueira Da Silva	HISTÓRIA
331001345	Andrea Augustinho Teodoro Gomes	HISTÓRIA
331001572	Andre Balani	HISTÓRIA
331001596	Lilian Regina De Andrade	HISTÓRIA
331001625	Sesaíde José De Oliveira	HISTÓRIA
331001666	Patrícia Fernandes Dal Santo	HISTÓRIA
331001711	Joao Paulo Da Rocha	HISTÓRIA
331001839	Lílian Teixeira De Paiva	HISTÓRIA
331001897	Ione Patrícia Visnieski	HISTÓRIA
331001998	Gelise Cristine Ponce Martins	HISTÓRIA
331002027	Juliana Antoniassi	HISTÓRIA
331002143	Vagner Carlos Canuto	HISTÓRIA
331002151	Gracieli Dummer	HISTÓRIA
331002203	Ederson Luiz Maure	HISTÓRIA
331002211	Sirlei Lima	HISTÓRIA
331002275	Sonia De Fátima Cristina Scheitel Dos Passos	HISTÓRIA
331002358	Stefânia Schier	HISTÓRIA
331002399	Bárbara Gerusa Hermann	HISTÓRIA
331002441	Marisa Aparecida Da Cruz Gobbo	HISTÓRIA
331002646	Amegilda Neves De Almeida Oliveira	HISTÓRIA
331002690	Daniela Paderes Bruno	HISTÓRIA
331002762	Julio Cesar Costa	HISTÓRIA
331002799	Vera Marcia Soares	HISTÓRIA
331002874	Luci De Miranda Villani	HISTÓRIA
331002969	Joares De Paula Aires	HISTÓRIA
331003180	Maria Do Carmo Santini	HISTÓRIA
331003188	Ana Cristina Cassilha	HISTÓRIA
331003214	Maritana Drescher Da Cruz	HISTÓRIA
331003256	Jurema Zandrovski	HISTÓRIA
331003404	Fabio Luiz Da Silva	HISTÓRIA
331003461	Sofia Maria Alexandre	HISTÓRIA
331003490	Sônia Maria Do Nascimento Rosa	HISTÓRIA
331003679	Marcela Iglesias Costa Crepaldi	HISTÓRIA
331003881	Maria Ester Schreiner Berbetz	HISTÓRIA
331003925	Ednaldo Wagner De Oliveira Godoi	HISTÓRIA
331004179	Silvia Christina Copatti Bussolaro	HISTÓRIA

331004215	Giseli Cristina Dos Passos	HISTÓRIA
331004583	Mário Sérgio Deina	HISTÓRIA
331004595	Zenita Radke	HISTÓRIA
331004731	Adriano Braun	HISTÓRIA
331004976	Mauricio Pinheiro Guimaraes Netto	HISTÓRIA
331005006	Sandra Maira Bolzon	HISTÓRIA
331005015	Marcela Da Silva Soares	HISTÓRIA
331005016	Maurício De Fraga Alves Maria	HISTÓRIA
331005073	Aroldo Da Silva Tavares	HISTÓRIA
331005090	Odirlei Manarin	HISTÓRIA
331005164	Alessandro Da Silva Lima	HISTÓRIA
331005165	Samantha De Lima Reimão	HISTÓRIA
331005234	Grasiela Diniz Da Luz	HISTÓRIA
331005268	Luciane Aparecida Silva Lima	HISTÓRIA
331005330	Cíntia Sirlene De Araujo Sparenberg	HISTÓRIA
331005454	Ana Paula Paulino De Oliveira	HISTÓRIA
331005697	Valeria Helena Nunes De Oliveira	HISTÓRIA
331005763	Giovani Antonio Galante	HISTÓRIA
331005833	Márcia Regina Da Rocha	HISTÓRIA
331005942	Gabriel De Abreu Gonçalves De Paiva	HISTÓRIA
331006033	Alexandre De Moraes	HISTÓRIA
331006129	Janaina Piron Branco	HISTÓRIA
331006323	Maria Cristina Scalassara Prando	HISTÓRIA
331006404	Paulo José De Paiva	HISTÓRIA
331006702	Eric Allen Bueno	HISTÓRIA
331006703	Luciana Tiberio Antonio	HISTÓRIA
331006879	Roberto Evair Falcioni	HISTÓRIA
331006881	Bruno Andrade Gedra	HISTÓRIA
331006996	Edinéia Aparecida Calistro	HISTÓRIA
331007110	Márcia Rempalski	HISTÓRIA
331007206	Rogério Naves Dos Reis	HISTÓRIA
331007239	Alessandro Gonçalves De Oliveira	HISTÓRIA
331007299	Joelci Dalbem De Meira	HISTÓRIA
331007371	Elds Moreli Da Silva	HISTÓRIA
331007974	Rozely Dos Santos Souza	HISTÓRIA
331008003	Eliane Pereira Da Rocha	HISTÓRIA
331008175	Ocimara Daniely Soares Do Amaral	HISTÓRIA
331008344	Sandra Maria Castanho	HISTÓRIA
331008410	Marlize De Fátima Cottet	HISTÓRIA
331008512	Fred Carlos Trevisan	HISTÓRIA
331008930	Neuza Maria Ivaniski	HISTÓRIA
331009022	Márcio Nunes Dos Passos	HISTÓRIA
331009285	Luiz Filipe Leite Reginato Filho	HISTÓRIA
331009557	Julio Cesar Gomes Santos	HISTÓRIA
331009590	Regina Moreira De Oliveira	HISTÓRIA
331010028	Marcos Ancelmo Vieira	HISTÓRIA
331010651	Sandra Aparecida Da Silva	HISTÓRIA
331010845	Alini Gontijo Da Silva	HISTÓRIA
331010912	Daniel Jacob Nodari	HISTÓRIA

331011153	Joelcio Ricardo	HISTÓRIA
331011301	Solange De Lima	HISTÓRIA
331011322	Daniela Rogelin Merino	HISTÓRIA
331011463	Patrícia De Mattos Alves	HISTÓRIA
331011799	Rafaela Da Luz Deziderio	HISTÓRIA
331011863	Caciana Regina Heinzen	HISTÓRIA
331012072	Vivian Renata Loddi	HISTÓRIA
331012190	Airton Dias Da Silva	HISTÓRIA
331012405	Dayane Rubila Lobo Hessmann	HISTÓRIA
331012409	Tânia Mara Hrycyki	HISTÓRIA
331012521	Elaine Cristina Arantes Da Silva Zarpellon	HISTÓRIA
331012579	Maristela Santana De Oliveira	HISTÓRIA
331012669	Silvana Cristina Boreggio Nunes	HISTÓRIA
331013102	Luciana Maria Morganti Busquim	HISTÓRIA
331013138	Eloir Baran	HISTÓRIA
331013653	Marcos Aurélio Garcia De Oliveira	HISTÓRIA
331013748	Sérgio De Oliveira	HISTÓRIA
331014151	Gabrieli Bertoni Da Costa	HISTÓRIA
331014180	Andrea Moraes Lamim	HISTÓRIA
331014274	Karla Susiane De Souza Da Silva	HISTÓRIA
331014532	Marcela Do Rocio Nিকেle Bonato	HISTÓRIA
331014755	Denirce José Cassiano	HISTÓRIA
331015021	Adalberto Aparecido Marques	HISTÓRIA
331001353	Maria Cristina Rodrigues Feitosa	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331001387	Gisele Alves De Almeida	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331001452	Michele Cristina Da Costa	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331001779	Gláucia Marina Cremasco Santos	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331002025	Regiane De Fatima Murbach Carvalho	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331002682	Gislene De Paula	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331003474	Ariane Fróes Coutinho	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331004433	Silmara Lulu Basseto Santana	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331004620	Carla Fink Ulrich	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331005733	Danielle De Fatima Americo	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331006566	Simoni Mondardo Medeiros	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331007093	Débora Carla Rader	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331007981	Simone Beatriz Carreira De Araújo	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331008973	Bethania Valiente Dos Santos	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331009162	Clarice Bomdaruk	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331009537	Alessandra Pires Gutierrez	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331010539	Fabiane Onira Vidor Da Silva	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331011040	Rosana De Carvalho Martineli	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331011107	Maria Aparecida Ferronato Gregório	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331012905	Marcia Loreci Deicke Griebeler	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331013391	Maria Elis Marquelli Voichcoski	Língua Estrangeira Moderna - Espanhol
331000507	Fabiola Davis Siquara Amaral	Língua Estrangeira Moderna - Francês
331002116	Flavia Fazon	Língua Estrangeira Moderna - Francês
331011946	Ruth Yamashita	Língua Estrangeira Moderna - Francês
331001152	Debora De Rocco Borges	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331001500	Simone Brandão Da Silva Mekelburg	Língua Estrangeira Moderna - Inglês

331001506	Simone Tozetto Spekaliski	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331001912	Ângela Maria Tremarin De Andrade	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331005235	Maristela Dos Santos Freitas	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331005280	Jaqueline Gonzatti De Azevedo Scheffer	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331005829	Katia Bruginski Mulik	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331006664	Renate Dyck	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331006854	Greicy Erhart Pereira Da Costa	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331006958	Valdirene Colognesi Marques	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331007861	Lucilene Cabral De Oliveira Kunhavalik	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331008226	Sirlene Eva Dalmolin Ventura	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331008280	Claudiane Camargo Tormes Sales	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331008282	Inez Koleska Bachuk	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331008721	Vanderleia Ciombalo Spiguel Ribeiro	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331008923	Marcia Molinari Barankiewicz	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331009366	Ana Cândida Gonçalves Corrêa	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331010607	Luis Fernando Da Silva	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331011658	Leiliane Da Silva Santos	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331014742	Isabelle Brito Veiga	Língua Estrangeira Moderna - Inglês
331000392	Beatriz Stöcker Bizetto	LINGUA PORTUGUESA
331000440	Janderson Da Silva	LINGUA PORTUGUESA
331000496	Sirlene Barros Dos Santos Kolb	LINGUA PORTUGUESA
331000652	Roberta Reis Bahia Tszesniosk	LINGUA PORTUGUESA
331001187	Érica Neri Camargo	LINGUA PORTUGUESA
331001427	Eliana Martens Alves	LINGUA PORTUGUESA
331001789	Cristiane Beatriz Camara Czonstka	LINGUA PORTUGUESA
331001838	Wolneya Carvalho Dourado	LINGUA PORTUGUESA
331002236	Cristina Castro Aleikseivz	LINGUA PORTUGUESA
331002320	Aida Cristina Moraes Lopes Clemente	LINGUA PORTUGUESA
331003221	Eliana Aparecida Da Silva Gava	LINGUA PORTUGUESA
331003554	Juan Pereira De Oliveira	LINGUA PORTUGUESA
331003626	Juciely De Fatima Laska	LINGUA PORTUGUESA
331004001	Marco Aurélio Kazmierczak	LINGUA PORTUGUESA
331004419	Rosimeire Gouvêa	LINGUA PORTUGUESA
331005245	Aurea Landi Kaczuk	LINGUA PORTUGUESA
331006133	Elaine Manoel Juliani	LINGUA PORTUGUESA
331006470	Luciane Aparecida Da Silva Garrett	LINGUA PORTUGUESA
331006507	Cledisson Ribeiro Gama De Oliveira	LINGUA PORTUGUESA
331006597	Cristiane Magali Coradini Cuenca	LINGUA PORTUGUESA
331007909	Lucimara Aparecida Carraro Da Silva	LINGUA PORTUGUESA
331007925	Alexandre Júlio Catarino	LINGUA PORTUGUESA
331008284	Gisele Rietow Bertotti	LINGUA PORTUGUESA
331008878	Cleciani Maceda Lago	LINGUA PORTUGUESA
331011106	Marcia De Souza Lopes	LINGUA PORTUGUESA
331011337	Rosie Golia Carllotto Dos Santos	LINGUA PORTUGUESA
331012278	Valdirene Barboza De Araújo	LINGUA PORTUGUESA
331013279	Elezandra Felisberto Macedo	LINGUA PORTUGUESA
331013426	Marli Terezinha Suelp	LINGUA PORTUGUESA
331013598	Rosely Sobral Gimenez Polvani	LINGUA PORTUGUESA
331013884	Taiz De Farias Lara	LINGUA PORTUGUESA

331014093	Adriana Martins Da Rocha	LINGUA PORTUGUESA
331001404	Katiane Souza De Oliveira	MATEMÁTICA
331001682	Crisleine Ester Paes Pinto	MATEMÁTICA
331001706	Fernanda Albertoni Funêz	MATEMÁTICA
331001820	Eni Laura Pujak Steffens	MATEMÁTICA
331001990	Fabiana Cristina Caetano	MATEMÁTICA
331002260	Mauro Sergio Provin Da Silva	MATEMÁTICA
331002387	Flávia Gualdezi Nunes Dias	MATEMÁTICA
331002747	Juliana Conceição Possinelli Ranucci	MATEMÁTICA
331002964	Kátia Aparecida Da Cruz Da Silva	MATEMÁTICA
331003025	Gislaine Aparecida Eugênio	MATEMÁTICA
331003217	Cassia Ribeiro De Souza	MATEMÁTICA
331003443	Fabio Lourival Farias	MATEMÁTICA
331003472	Anderson Leandro Zulin	MATEMÁTICA
331003704	Eliane Pires Dos Santos	MATEMÁTICA
331003998	Mário Cesar Vinicius Crivari Pereira	MATEMÁTICA
331004577	Graziella Castellini Da Costa	MATEMÁTICA
331004772	Ricardo Faria Coppi	MATEMÁTICA
331005184	Marina Marra	MATEMÁTICA
331005477	Evaldo Rodrigues Gomes	MATEMÁTICA
331005530	Alexandre Maicher Neto	MATEMÁTICA
331005839	Odile Schaufert Garcia	MATEMÁTICA
331005917	Samara Araujo Dos Santos Mello	MATEMÁTICA
331005936	Suzana Do Prado Bochoski	MATEMÁTICA
331006288	Silvia Maria Savaris	MATEMÁTICA
331006377	Ângela Vieira Leonel Mossulin	MATEMÁTICA
331006635	Debora Gomes Oliveira	MATEMÁTICA
331006673	Kátia Fernanda Bianco Lopes Dos Santos	MATEMÁTICA
331007082	Thais Viviane Chaves	MATEMÁTICA
331007086	Juceli De Fátima Brunatto Bubniak	MATEMÁTICA
331007335	Juliano De Bastos Dallalibera	MATEMÁTICA
331007420	Rodrigo Antonio Biadola	MATEMÁTICA
331007437	Geislana Padeti Ferreira Duminelli	MATEMÁTICA
331007643	Flávia Maria Gonçalves	MATEMÁTICA
331007644	Roseli Rodrigues Beirao	MATEMÁTICA
331007928	Fabiano Kiiti Ito	MATEMÁTICA
331008158	Carlos Eduardo Dominicali Rigoti	MATEMÁTICA
331008560	Lisiane Cristina Amplatz	MATEMÁTICA
331008732	Mario Fonseca De Quadros	MATEMÁTICA
331009190	Josemar Santi	MATEMÁTICA
331009325	Liliam Scandelari	MATEMÁTICA
331009341	Maria José Vieprz Zabumba	MATEMÁTICA
331009619	Joao Alessandro Da Luz	MATEMÁTICA
331009874	Nelva Maria Costanaro	MATEMÁTICA
331009892	Melissa Cardoso Furtado Kisner	MATEMÁTICA
331010260	Marcos Alexandre Goes	MATEMÁTICA
331010308	Idelmar André Zanella	MATEMÁTICA
331010755	Luciane Teresinha Neneve	MATEMÁTICA
331010800	Dalcio Schmitz	MATEMÁTICA

331010847	Daniel Luiz Avanzi	MATEMÁTICA
331011204	Cleiton Antonio Marino	MATEMÁTICA
331011524	Gentil Marcio Stadinicki	MATEMÁTICA
331012152	Katia Regina Caciatori Alves Fontes	MATEMÁTICA
331012237	Valdecir Aksenen	MATEMÁTICA
331013120	Adivânia De Fátima Viero Mazzuco	MATEMÁTICA
331000631	Fernanda Becher Hancke	Pedagogia
331000798	Leziane Orzechowski	Pedagogia
331000800	Dayane Aparecida Marchiori De Castro	Pedagogia
331000885	Flávia Wisovaty Moreira Da Silva	Pedagogia
331000980	Cristiane Fernandes De Almeida Silva	Pedagogia
331001166	Cicera De Fatima Fernandes Souza	Pedagogia
331001225	Michéle Barreto Justus	Pedagogia
331001846	Luciane Dias Moreira	Pedagogia
331001913	Lorena Yael Languer Loddi	Pedagogia
331002036	Adriana De Oliveira Correia Brustolim	Pedagogia
331002325	Ieda Fagundes	Pedagogia
331002456	Josiane Teixeira Da Silva Kojo	Pedagogia
331002505	Alzira Dias Nunes Agatti	Pedagogia
331002586	Leila Franco Sanchez	Pedagogia
331002827	Vanessa Dalolmo Cherobim	Pedagogia
331003018	Shelri Cristie Crivelari Marques Batista	Pedagogia
331003141	Suzimary De Fátima Machado	Pedagogia
331003231	Joyce Cordeiro Heindyk Garcia	Pedagogia
331003388	Susana Bellé Monteiro	Pedagogia
331003415	Maria De Fatima Soares Cavin	Pedagogia
331003528	João Nilton De Rezende	Pedagogia
331003622	Marcia Ragazzi Gongora Jacinto	Pedagogia
331003818	Mariones Dallagnol Krassóta	Pedagogia
331004014	Solange Da Silva Dalastra	Pedagogia
331004263	Elizabete Volkman	Pedagogia
331004540	Ivanilde Sofientini Ciecowski Alegre	Pedagogia
331004555	Osmiranou Alves Siqueira	Pedagogia
331004650	Maira Alves Batista Lopes	Pedagogia
331004689	Roseli De Fatima Monteiro Da Silveira Da Costa	Pedagogia
331004719	Cleide Leal Mioranza	Pedagogia
331004786	Andresa Cristina Pisa Costa	Pedagogia
331005121	Simone Maneira	Pedagogia
331005243	Elaine Provenci De Barros	Pedagogia
331005358	Cleusa Komarchewski	Pedagogia
331005418	Aparecida De Fátima Oliveira	Pedagogia
331005431	Fabíola Dohms Budel	Pedagogia
331005573	Terezinha Pdigurnj Furmann	Pedagogia
331005593	Gisele Bozza Da Silva	Pedagogia
331005786	Bernadete Matchula Zanoni	Pedagogia
331006424	Francisbel Pereira Pardini De Oliveira	Pedagogia
331006446	Vanessa Fabiola Da Cruz Gumurski	Pedagogia
331006951	Andressa Felicio Coraiola Manoel	Pedagogia
331006991	Simone Lorena Tobbin Pereira	Pedagogia

331007117	Lucimeire Dos Reis Costa	Pedagogia
331007214	Virginia Do Carmo Pabst Scholochuski	Pedagogia
331007504	Ana Carmen Franco Ramazzotte Monteiro	Pedagogia
331007741	Solange Das Graças Franciscan	Pedagogia
331008092	Letícia Costa E Silva Santos	Pedagogia
331008333	Luciana Nair Moretto	Pedagogia
331008670	Benhur Wagner Taborda	Pedagogia
331008911	André Ribeiro Luska	Pedagogia
331008913	Lilian Zainedin	Pedagogia
331009395	Rosilene Lunardon Ferreira	Pedagogia
331009397	Monica Brotto Handa	Pedagogia
331009608	Valéria Olsemann Strapação	Pedagogia
331009944	Sandra Aparecida Batista	Pedagogia
331010005	Solange Boroski Schock	Pedagogia
331010495	Luciana Ribeiro Salomão	Pedagogia
331010585	Raquel Gomes Flores	Pedagogia
331010650	Jacqueline Da Luz Schlichta De Gouveia	Pedagogia
331010734	Edena Carla Dorne Cavalli	Pedagogia
331011086	Jussara Martins	Pedagogia
331011542	Érica Myeko Ohara	Pedagogia
331011680	Rosangela Ferraz Vella	Pedagogia
331012265	Suzi Aparecida De Souza	Pedagogia
331012328	Rodinéia Rekssua Rodrigues	Pedagogia
331013298	Rita De Cássia Da Silva Bartels	Pedagogia
331014315	Rose Mari Horze	Pedagogia
331014870	Patricia Selvatici Preto	Pedagogia
331000903	Barbara Duarte Da Silva	QUÍMICA
331002664	Daniel Alexandre Afonso	QUÍMICA
331004848	Regiani Natalli Azevedo	QUÍMICA
331007835	Sergio Ribeiro Frois	QUÍMICA
331008599	Adriéli Mazurek Cieslak	QUÍMICA
331009436	Cibeli May Arévalos Villalba	QUÍMICA
331013310	Adriane Liecheski	QUÍMICA
331003948	Angela Maria De Oliveira Eyng	SOCIOLOGIA
331007685	Claudia Regina Barreto Hirsch	SOCIOLOGIA
331008500	Ney Jansen Ferreira Neto	SOCIOLOGIA
331010066	Silvana Antunes Ribeiro	SOCIOLOGIA
331011124	Luis Afonso Salturi	SOCIOLOGIA
331011882	Thiago Jose Da Rocha	SOCIOLOGIA
331013054	Gonçalo José Machado Júnior	SOCIOLOGIA
331015003	Chan Kin Con	SOCIOLOGIA

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: ARTE

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrita do nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar;** IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças;** V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento.** Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções,

sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos

devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade

ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão deve ser anulada por falta de conteúdo programático e falta de imagem e questiona a importância de Piero Della Francesca como sendo um dos principais artistas do Renascimento. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão trata da vida e obra de um dos principais artistas do Renascimento citado em diversos livros e sites sobre arte, no período do Renascimento. A questão não pede a leitura de uma obra específica do artista, sendo dispensável o uso de imagem.

Fontes:

- OSTROWER, Fayga Perla. Universos da Arte. 4.ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1987, p. 91, 315 e 316.
- PROENÇA, Graça. Descobrimos a História da Arte. 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2008, p. 66.

- Portal Artes – Piro Della Francesca. Disponível em: <https://portalartes.com.br/historia/biografias/pintores-classicos/piero-della-francesca.html>
- História das Artes – Piero Della Francesca. Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/prazer-em-conhecer/piero-della-francesca/> - Acesso 28/06/2022

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso ausência do conteúdo programático, considera as questões C e D corretas e que o nome da obra está incompleto, que o pintor não é citado nos estudos de arte, assim como a falta da imagem. A banca julga IMPROCEDENTE, tendo em vista a questão tratar do pintor Masaccio, um dos grandes pintores da Renascença Italiana, que revolucionou a arte, marcando um antes e um depois na história da arte, foi o primeiro pintor a empregar a perspectiva linear baseada nas leis da matemática do arquiteto Filippo Brunelleschi, inovando, também, ao representar a figura dos mecenas em uma obra. A pintura “A Trindade”, assim citada em Farthing, 2011, é uma das obras mais famosas de Masaccio, por ser considerada uma pintura inovadora na história das artes, a ausência da imagem não dificulta a compreensão da questão. A alternativa “C” está INCORRETA, pois afirma que Massacio criou o efeito trompe l’oeil, porém este efeito já era usado na arte grega, sendo citado pelo pintor Parrásio, século V a. C. Somente a alternativa “D” está CORRETA.

Fontes:

- FARTHING, Steffen, 1950- Tudo sobre Arte (tradução Paulo Polzonoff Jr. Et al.) – Rio de Janeiro: Sextante, 2011, p. 151.
- FERREIRA, Cláudio Jansen. Hacer – La Trinità, de Masaccio. Disponível em: <https://www.hacer.com.br/trinitamasaccio>
- Professor Laert. Masaccio. Disponível em: <http://professorlaert.blogspot.com/2015/04/masaccio.html>
- TROMPE l’oeil. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5358/trompe-l-oeil>. Acesso em: 26 de junho de 2022. Verbete da Enciclopédia.
- ISBN: 978-85-7979-060-7

BRANCA
10

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que no conteúdo programático consta Música no Renascimento e Música no Barroco e que há subjetividade na resposta. A banca julga o recurso PREJUDICADO, pois a questão trata da linguagem artística, Artes Visuais. A resposta correta é a alternativa “B” Os detalhes da obra nos indicam a densidade da matéria, apresenta peso, a materialidade do mundo, os personagens são representados em postura e gestos individuais e uma ligeira caracterização psicológica, encontrando, ainda, aspectos medievais. A alternativa não trata de interação entre os personagens, mas de postura e gestos individuais, um aspecto da obra renascentista.

Fontes:

- OSTROWER, Fayga Perla. Universos da Arte. 4.ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1987, p. 89.
- Imagem: Disponível em: Pastoral da cultura. https://www.snpcultura.org/ana_joaquim_concecao_Maria.html

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso a falta de conteúdo programático, no caso a análise de obras de artistas renascentista e mais de uma resposta correta e B e C. A banca julga IMPROCEDENTE, pois consta no Conteúdo programático principais artistas, e nesse tema inclui-se vida e obra dos artistas e em artes visuais a análise de obras de artes. A alternativa “B” está incorreta, pois afirma que os elementos citados proporcionam grande dramaticidade à obra. No livro Universos da Arte de Fayga Ostrower, 1987, p. 91, diz “[...] As personagens, eretas, solenes, assemelham-se às colunas que sustentam uma grandiosa arquitetura de proporções ideais. Embora o tema comportasse uma grande dramaticidade, o clima espiritual do quadro é de objetividade e contemplação, sem um gesto impulsivo ou uma ênfase desnecessária. O céu é cristalino, tudo se passa a luminosidade aberta do pleno dia, os seres criados parecendo atingir sua plenitude na terra. Essa verdade inunda de beleza todas as figuras.”

Fontes:

- OSTROWER, Fayga Perla. Universos da Arte. 4.ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1987, p. 91.
- Vídeo - Pierro Della Francesca – A Flagelação – Pinceladas de arte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8C3LmCNFOOM>

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso a falta de conteúdo programático e a irrelevância do artista para história das artes, que não é citado nos livros de artes. A banca julga IMPROCEDENTE, tendo em vista que o escultor Lorenzo Ghiberti foi um importante artista do Renascimento italiano, que conseguiu impor, sobre as influências góticas, os novos postulados estéticos inspirados no mundo clássico que caracterizam a arte renascentista do período quattrocento e cuja principal obra foi as monumentais portas de bronze do batistério em Florença, chamadas por Michelângelo de “Portas do Paraíso”.

Fontes:

- FARTHING, Steffen, 1950- Tudo sobre Arte (tradução Paulo Polzonoff Jr. Et al.) – Rio de Janeiro: Sextante, 2011, p. 154 e 155.
- Infopédia. Dicionários Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$lorenzo-ghiberti](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$lorenzo-ghiberti)

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há um erro na divulgação do gabarito e falta de resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, a alternativa B considerada correta não afirma que Jan Van Eyck só usou a perspectiva atmosférica, estando de acordo com Bárbara Krystal em seu livro, 100 artistas que mudaram a história do mundo, p. 23, diz “Jan Van Eyck nasceu em Maaseik, província de Limburg, na Bélgica. Sua originalidade consiste na combinação da fantasia e da ilusão com a realidade em cenas cotidianas. Eyck declarava que a inovação da arte flamenga estava na crença de que os homens, a natureza e a vida cotidiana transformam-se em assuntos fascinantes quando tratados dentro de um contexto espiritual.

Van Eyck foi o primeiro a utilizar o fenômeno óptico conhecido como perspectiva atmosférica, que é a percepção do espaço e do limite da visibilidade. [...]”

Fontes:

- KRYSTAL, Bárbara. 100 Artistas que mudaram a História do Mundo; [edição de texto, revisão de tradução e adaptação: Marise Chinetti]; - Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 23.

- Uol – Notícias. Adoração do cordeiro místico", obra-prima do século XV, é reaberta ao público em Ghent após longa restauração. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/04/02/adoracao-do-cordeiro-mistico-obra-prima-do-seculo-xv-e-reaberta-ao-publico-em-ghent-apos-longa-restauracao.htm>
- FRAZÃO, Dilva. e biografia. Jan van Eyck – Pintor flamengo. Disponível em: https://www.ebiografia.com/jan_van_eyck/
- <https://sciam.com.br/optica-e-realismo-na-arte-renascentista/>

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso ter mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, a questão pede a alternativa INCORRETA que é a alternativa D, que diz: Os pintores nórdicos trabalhavam instintivamente em vez de usarem fórmulas matemáticas e, mesmo com a utilização da têmpera conseguiram desenvolver imagens muito mais detalhadas e realistas, priorizando o realismo nos estudos da fisionomia humana. Esta questão está incorreta, o que podemos ver no trecho do Livro Tudo sobre arte:

“Na Itália, a Renascença foi um ressurgimento e principalmente uma redescoberta dos ensinamentos e da cultura da Grécia e Roma antigas. Essas culturas não eram tão relevantes para os europeus do norte, para os quais as representações da mitologia clássica eram muito mais raras do que nos países do Mediterrâneo. A Renascença nórdica foi inspirada pela Reforma Protestante, que trouxe consigo um interesse renovado pela representação da imagem humana e por retratar o mundo visível de forma realista. [...]

Os artistas da Renascença nórdica buscavam alcançar o mesmo tipo de realismo sempre que retratavam o mundo físico, de cenas de interiores e paisagens a naturezas-mortas e estudos das fisionomias humanas.” (FARTHING, 2011)

Fonte:

- FARTHING, Steffen, 1950- Tudo sobre Arte (tradução Paulo Polzonoff Jr. Et al.) – Rio de Janeiro: Sextante, 2011, p. 182 e 183.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso a falta de conteúdo programático. A banca julga IMPROCEDENTE, pois o tema constante na questão diz respeito ao período do Modernismo brasileiro, contexto histórico.

O modernismo no Brasil foi um movimento artístico, cultural e literário que se caracterizou pela liberdade estética, o nacionalismo e a crítica social, se desenvolveu no período (1922-1960), que reuniu diversas características e obras.

Contexto histórico

Indica circunstâncias ou fatos relacionados a um momento de determinada época, como um cenário político, social, cultural e econômico.

O **contexto histórico** ajuda a compreender a conjuntura histórica que envolveu o movimento.

A resposta correta é a alternativa “D” - O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (1947), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (1948) e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1948).

Os outros museus citados são: Instituto Ricardo Brennand – Pernambuco, fundado em 2002, o Museu Imperial – Petrópolis-RJ, fundado em 1940, O Museu Nacional no Rio de Janeiro – fundação 1818, Pinacoteca do Estado de São Paulo- fundação 1905, o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro – fundado em 1922.

Fontes:

- AMARAL, Aracy. TORAL, André. Arte e Sociedade no Brasil v. 1: de 1930 a 1956. São Paulo: Instituto Callis, 2005.
- Significados. Língua Portuguesa. Significado de contexto. Disponível em: <https://www.significados.com.br/contexto/>

- Daniela Diana. Toda Matéria. Modernismo no Brasil. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/modernismo-no-brasil/>

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso a falta de conteúdo programático e a irrelevância da obra citada. A banca julga IMPROCEDENTE, pois consta no Conteúdo programático principais artistas, e nesse tema inclui-se vida e obra dos artistas e em artes visuais e a análise de obras de artes. A obra “Dois homens à mesa” de Erich Heckel é citada em vários livros e sites sobre arte, como representante do movimento expressionista.

A obra “Dois homens à mesa” foi inspirada no romance O idiota, de Dostoiévski.

Fontes:

- FARTHING, Steffen, 1950- Tudo sobre Arte (tradução Paulo Polzonoff Jr. Et al.) – Rio de Janeiro: Sextante, 2011, p. 378.
- Bárbara Campos. Expressionismo Alemão. Disponível em: <https://medium.com/@camposbarbara18/expressionismo-alem%C3%A3o-94bb6e386a87>

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A composição da caixa cênica italiana é considerada conteúdo do “5.2 Espaço Cênico”, presente nos Conhecimentos Específicos para o cargo. É referência para o sistema de palco presente nos dias atuais. Portanto, a argumentação do recurso se mostra improcedente por argumentar que o conteúdo poderia referir-se ao Teatro Renascentista. Não procede a argumentação de que a alternativa “A” estaria correta pelo fato de que a definição apresentada na alternativa “A” refere-se ao que conhecemos por “pano de fundo” e não como “bambolina”.

Fonte:

- MACHADO, Raul (Org.). **Oficina cenotécnica**. RJ: Funarte, 2004.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão versa sobre o conteúdo programático do edital “5.6 Texto dramático”. Portanto, a argumentação do recurso se mostra improcedente por entender que o conteúdo se refere ao Teatro Renascentista.

A questão apresenta alternativas pertencentes ao texto dramático e possui apenas uma opção que está incorreta. O argumento do recurso indica que a letra B está correta “B) Ao ser encenado, não vemos o ator em cena.”. Porém, é característica do texto dramático a mimetização do ator no personagem, ou seja, o que vemos em cena é o personagem. Por isso a ilusão está presente na encenação do texto dramático, uma vez que é preciso gerar o efeito de verossimilhança no espectador a ponto de acreditar que o personagem existe e não que há um ator dando vida à personagem. Se fosse o contrário, vermos em cena o ator, isso seria característica do teatro épico em que a encenação explicita que é encenação e o ator transita tanto em seu papel quanto em si mostrar enquanto ator em cena. Um dos pressupostos do texto dramático é a mimetização do ator na figura do personagem, ou seja, o ator não transparece na encenação, ficando apenas o personagem na história. A trama, no texto dramático, é contada pelos personagens e não pelo ator. Já a alternativa C “Há a presença constante da figura do narrador” é a opção incorreta, pois a figura do narrador é característica do texto épico e a narração é um dos contrapontos mais importantes na diferenciação entre texto dramático e épico. A trama, no texto dramático, é contada pelos personagens e não pelo ator.

A argumentação informa erro na citação do autor Peter Szondi, que é referência mundial no estudo sobre o drama moderno. A argumentação se mostra improcedente pelo fato de o enunciado da questão não solicitar uma resposta que depende do mesmo. A questão solicita que o (a) candidato (a) identifique as características do texto dramático e que não estão na citação de Peter Szondi.

Fonte:

- SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno [1880-1950]**. SP: Cosac & Naify, 2001.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A argumentação solicita que seja anulada a questão pelo fato de o enunciado ter sido retirado de um site da internet. Observa-se que o enunciado traz apenas o embasamento para o conteúdo “6. Teatro na antiguidade clássica.”, presente no edital. Na argumentação recursal ainda é inferido que seriam cobrados apenas conhecimentos gerais das tragédias e comédias. Ressalta-se que a máscara é um elemento primordial presente no Teatro na antiguidade clássica, visto que o símbolo de maior reconhecimento do teatro são as duas máscaras da tragédia e comédia. Também autores da invergedura de Dario Fo (ano) e Margot Berthold (2003) trazem a máscara como elemento essencial do Teatro na antiguidade clássica.

O recurso informa que a letra “B) Apresentar expressividade ao rosto do ator.” estaria errada e, portanto, deveria ser a resposta a ser assinalada no gabarito. Entende-se, com a afirmativa na resposta, que a máscara, por ser entalhada e identificar os personagens a partir de seu molde, traz expressividade para o rosto do ator uma vez que, de qualquer distância, como acontecia nos teatros gregos, o espectador identificava a personagem pelo uso da máscara.

Fontes:

- BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. SP: Perspectiva, 2003.
- FO, Dario. **Manual mínimo do ator**. SP: SENAC SP, 1999.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso argumenta que o conteúdo da questão não constava no edital, informando apenas que foi interpretado que seriam cobradas questões gerais referentes ao conteúdo programático. É necessário compreender que o estudo da autora em questão Florence Dupont (2017) é referência para o conteúdo programático “6.3 Comédia.” presente no edital. Apresenta-se, ainda, que o enunciado da questão era amplo o suficiente para que fosse percebido a importância do jogo para a comédia.

Fonte:

- DUPONT, Florence. **Aristóteles ou o vampiro do teatro ocidental**. Florianópolis / SC: Cultura e Barbárie, 2017.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento informa que o conteúdo apresentado pela presente questão não corresponde ao edital. Informa-se que a *Commedia dell'Arte* é parte essencial do estudo do gênero “Comédia”. Nesse sentido, o conteúdo da questão refere-se ao conteúdo programático “6.3 Comédia.”

Fontes:

- BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. SP: Perspectiva, 2003.

- FO, Dario. **Manual mínimo do ator**. SP: SENAC SP, 1999.
- SCALA, Flaminio. **A loucura de Isabella e outras comédias da Commedia dell'arte**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento informa que o conteúdo apresentado pela presente questão não corresponde ao edital. Informa-se que a *Commedia dell'Arte* é parte essencial do estudo do gênero “Comédia”. Nesse sentido, o conteúdo da questão refere-se ao conteúdo programático “6.3 Comédia.”

Fontes:

- BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. SP: Perspectiva, 2003.
- FO, Dario. **Manual mínimo do ator**. SP: SENAC SP, 1999.
- SCALA, Flaminio. **A loucura de Isabella e outras comédias da Commedia dell'arte**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento informa que o conteúdo apresentado pela presente questão não corresponde ao edital. Informa-se que o Teatro musicado pode ser estudado a partir de vários gêneros teatrais. Logo, está presente nas discussões dos seguintes conteúdos programáticos presentes no edital: 5.3 Ação, 5.7 Sonoplastia, 6.3 Comédia. 6.3.1 Características da comédia.

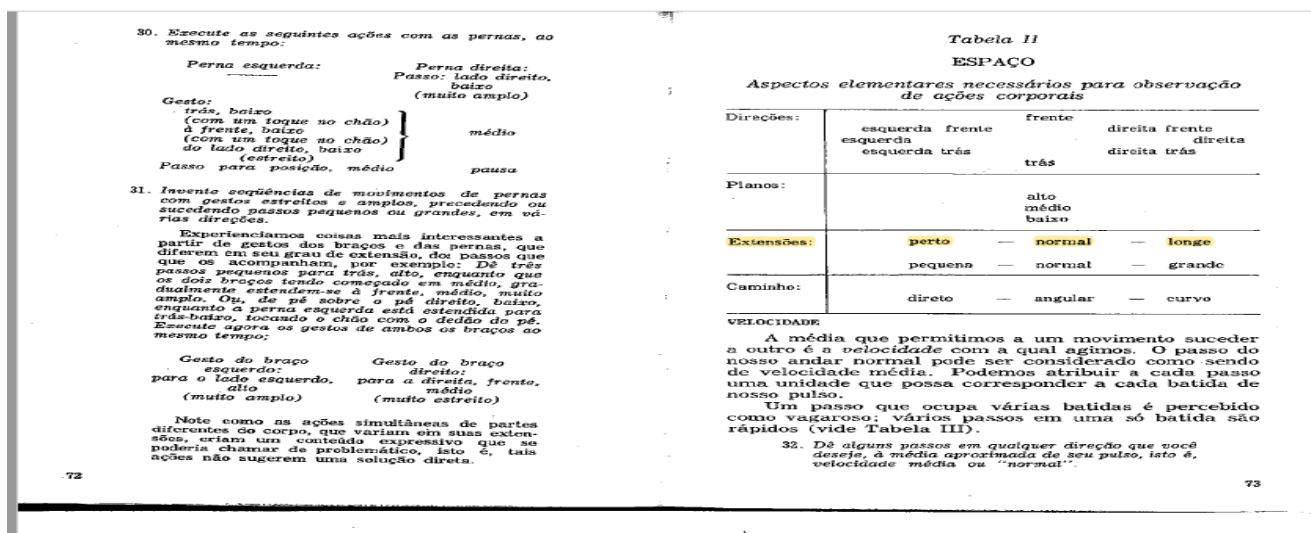
Fonte:

- GUINSBURG, Jacó; FARIA, João; LIMA, Mariangela. **Dicionário do Teatro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos informam que a alternativa A e B poderiam ser a resposta correta para a presente questão. A alternativa A traz os termos “Frente e Trás” que correspondem ao termo Direção. Informa-se que os termos “Alto, médio e baixo” pertencentes à alternativa B referem-se ao termo Plano e não ao termo Extensão – solicitado pela questão. Ademais, o recurso informa os fatores de movimento de Rudolf Laban. Na questão foi solicitada a nomenclatura das extensões, de acordo com Rudolf Laban. Conforme poderá ser confirmado na tabela II do livro do autor “O domínio do movimento” (1978), a nomenclatura correta que corresponde às extensões são os termos trazidos na alternativa C) Perto, Normal, Longe. O recurso ainda informa que as expressões utilizadas não correspondem ao trabalho de Laban. Apresenta-se, desse modo, a tabela sobre espaço criada pelo próprio autor para conferência. O recurso se mostra improcedente.



(LABAN, 1978, p.73)

Fontes:

- LABAN, Rudolf. **O Domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1978.
- LEAL, Patrícia. **Respiração e expressividade**: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban. São Paulo: Fapesp, Anablumme, 2006.

Cargo: BIOLOGIA

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito

exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que aflorem as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito está correto, letra D.

De acordo com a literatura, a vacina contra varicela –zóster foi desenvolvida e licenciada em 2006, já a vacina contra varicela (catapora) em 1995. Em 2016, uma vacina, somente, foi desenvolvida e licenciada, a vacina oral contra cólera. Já a vacina contra o HPV (nonavalente), foi desenvolvida e licenciada em 2014; e a vacina nasal contra influenza foi desenvolvida e licenciada em 2018.

Fonte:

- Fernandes e Jorlan et al. Vacinas. Editora Fiocruz, 164p, 2021.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão seguiu o conteúdo programático do edital “taxonomia: Historia da ciência e Nomenclatura biológica.”

Fonte:

- Princípios de sistemática zoológica: material de apoio para o I CVSZ / Caroline Batistim Oswald (org.). [et al.] . 1ª ed. – Belo Horizonte : PGZoo UFMG, 2020.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As ideias de Darwin e Wallace tiveram dois grandes impactos na taxonomia: o primeiro foi o entendimento de que as semelhanças encontradas entre as espécies eram devido à ancestralidade comum; o segundo grande impacto foi a compreensão de que variações intraespecíficas são essenciais para que ocorra evolução. Em 1940 e 1950 surge o movimento conhecido como Síntese Moderna, cujos maiores expoentes foram Ernst Mayr, Theodosius Dobzhansky e George Simpson. A síntese moderna consolidou o pensamento populacional em biologia, além de unir a genética Mendeliana à teoria da seleção natural. Somente após esse período a ideia de que espécies são entidades dinâmicas e variáveis, passa a ser amplamente disseminada em taxonomia.

A última grande influência teórica na taxonomia veio na década de 1960, principalmente através dos trabalhos de Willi Hennig (1913-1976). O entomólogo alemão defendia que grupamentos naturais de seres vivos deveriam ser definidos apenas com base em características derivadas (ou apomórficas).

Fonte:

- Princípios de sistemática zoológica: material de apoio para o I CVSZ / Caroline Batistim Oswald (org.)... [et al.] . 1ª ed. – Belo Horizonte : PGZoo UFMG, 2020.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O chip gênico contém milhares de sondas de hibridização em um suporte sólido, esses suportes são: uma membrana de náilon, uma lâmina de vidro ou uma bolacha de silicone. De acordo com a literatura para essa tecnologia não se utilizava membrana de nitrocelulose.

Fonte:

- Fundamentos de genética/D. Peter Snustad, Michael J. Simmons; revisão técnica Cláudia Vitória de Moura Gallo. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito está correto, letra C. Para enfrentar a competição com organismos indesejáveis, dentro da agroecologia, os agricultores desenvolveram uma gama de estratégias como, cultivos mistos para evitar ataques catastróficos de insetos e pragas; coberturas que podem efetivamente suprimir o crescimento de ervas adventícias e diminuir a necessidade de controlá-las; além disso, as práticas culturais como descrito a seguir: uso de variedades resistentes; a cobertura morta, mudanças nos períodos de plantio e na densidade, e de inseticidas botânicos e/ou repelentes podem diminuir a interferência das pragas. Portanto, II e III são alternativas INCORRETAS.

Fonte:

- Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No processo de nitrificação, o NH_4 é transformado em nitrito (NO_2^-) pelas bactérias do gênero *Nitrosomonas* e não *nitrobacter*. O nitrito é transformado em nitrato (NO_3^-) pelas bactérias do gênero *Nitrobacter* e não *nitrosomonas*, que é a principal forma assimilável pelas plantas. As Bactérias, especialmente do gênero *Rhizobium*, através de uma relação de simbiose com plantas leguminosas, fixam o nitrogênio molecular (N_2) e o convertem em NH_3 , a forma disponível para as plantas e não indisponível como afirma a alternativa. Portanto, é CORRETO afirmar que os decompositores, no solo, atuam sobre as formas orgânicas do nitrogênio dos resíduos vegetais, dejetos animais, da matéria orgânica e etc; e liberam, entre outros resíduos, a amônia, que em combinação com a água do solo, resulta no íon amônio (NH_4).

Fonte:

- Elena Blume e Lia Reiniger. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Fundamentos da Agroecologia. UFSM – Universidade Federal Santa Maria. 2007.

Cargo: CIÊNCIAS

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e

dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papyrus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças**; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento**. Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papyrus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca

do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se

do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a "escola fora da escola" e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>

- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo programático (6.4 Sistema excretor) proposto para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores. A habilidade dos rins de mamíferos para concentrar urina depende do comprimento da alça de Henle relativo ao tamanho geral do rim. Quanto mais longa forem a alça de Henle, maior será a capacidade de reabsorção de água e, consequentemente, mais concentradas será a urina.

Fonte:

- SADAVA, D.; et.al. Vida: a ciência da Biologia. Porto Alegre: Artmed, ed. 8, 2009.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo programático (6.9 Sistema imunológico) proposto para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores.

Fonte:

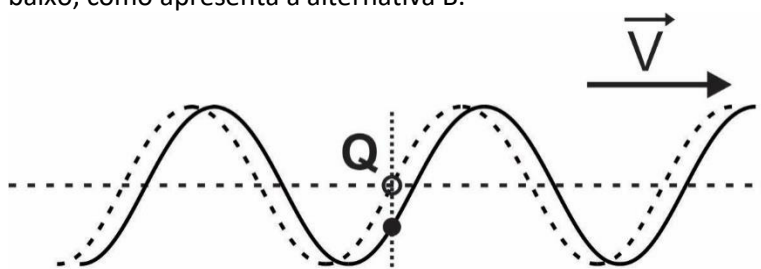
- SADAVA, D.; et.al. Vida: a ciência da Biologia. Porto Alegre: Artmed, ed. 8, 2009.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da questão se refere aos conhecimentos físicos sobre Características e propriedades das ondas, em acordo com o item 7. Ondulatória, do Edital nº 32/2022 – GS/SEED. Não se trata de conteúdos de Biologia. Em particular, a questão demanda que o candidato saiba que na propagação de uma onda transversal em um meio material os pontos do meio vibram perpendicularmente à direção de propagação da onda.

Para uma onda mecânica transversal, os pontos do meio em que a onda se propaga oscilam perpendicularmente à direção de propagação da onda. A velocidade dos pontos do meio varia continuamente enquanto a onda se propaga (a velocidade de um ponto do meio não é a velocidade de propagação da onda). Os pontos do meio que se encontram em uma crista ou em um vale possuem velocidade nula. Portanto, ao passar pela posição de equilíbrio, seja em direção a uma crista, ou a um vale, a velocidade de um ponto do meio sempre diminuirá, até que seja nula na crista ou no vale. A figura a seguir mostra a onda (linha cheia) em um instante posterior àquele mostrado na figura do enunciado (linha tracejada). Quando a onda se desloca para a direita, conforme afirma o enunciado, o ponto Q se desloca para baixo, como apresenta a alternativa B.



Fonte:

- VILLAS BÔAS, N.; DOCA, R.; BISCUOLA, G. Tópicos de física 2: termologia, ondulatória e óptica. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRANCA
09

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo programático (6.5 Sistema nervoso e 6.6 Sistema endócrino) proposto para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores. A epinefrina é responsável pela reação a estímulos externos como o ocorrido em sustos. Ao ser assustado, há uma descarga de epinefrina no sangue proporcionando ao organismo a possibilidade sistêmica de rápida resposta. Por tal motivo, a alternativa D está correta. No entanto, as células alfa do pâncreas secretam o glucagon e as beta, insulina, que são importantes para o metabolismo de glicose no organismos humano.

Desta forma, a questão apresenta duas alternativas como resposta: B e D, devendo ser anulada.

Fonte:

- SADAVA, D.; et.al. Vida: a ciência da Biologia. Porto Alegre: Artmed, ed. 8, 2009.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo programático (6.6 Sistema endócrino) proposto para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores. O indivíduo no qual a diabetes esteja descontrolada, apresentará maior quantidade de glicose no sangue, interferindo a reabsorção de água nos rins e, como consequência, apresentando maior volume de urina. O indivíduo com diabetes tipo II, necessariamente não apresenta deficiência na produção de insulina, mas outros processos nos quais ocasionam resistência do corpo a insulina.

Fonte:

- SADAVA, D.; et.al. Vida: a ciência da Biologia. Porto Alegre: Artmed, ed. 8, 2009.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo programático (8.1 DNA, Genes e Cromossomos) proposto para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores. Importante lembrar que a RNA polimerase constrói uma nova fita de RNA na direção 5' para 3'. Isto é, ela só pode adicionar nucleotídeos de RNA (A, U, C ou G) à extremidade 3' da cadeia. Desta forma, a extremidade 5' do DNA será a 3' do RNAm e a 3' será a 5'. Assim, a sequência de aminoácidos a ser formada será Met-Pro-His-Arg-Ser-Gly-His.

Fonte:

- SADAVA, D.; et.al. Vida: a ciência da Biologia. Porto Alegre: Artmed, ed. 8, 2009.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo programático (9.2 Darwinismo. Neodarwinismo) proposto para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores.

Fonte:

- SADAVA, D.; et.al. Vida: a ciência da Biologia. Porto Alegre: Artmed, ed. 8, 2009.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo proposto programático (9 Teorias evolucionistas) para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores. Importante elucidar que a questão não foi retirada de outra já existente como aborda o recurso. Verificando o site indicado nas razões recursais, verifica-se que as frases se encontram entre aspas, remetendo a premissa de que são frases de terceiros. As mesmas frases ilustradas foram utilizadas para a produção da referida questão. A situação I afirma que o grilo é verde ou ficou verde pelo fato de viver em uma grama verde. Desta forma, a situação I reforça a lei de uso de desuso de Lamarck, já que o grilo ficou verde por viver na grama que também é verde.

Fonte:

- SADAVA, D.; et.al. Vida: a ciência da Biologia. Porto Alegre: Artmed, ed. 8, 2009.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo abordado pela questão faz parte do conteúdo proposto programático (6.9 Sistema imunológico) para o processo seletivo. O nível da questão é coerente com a finalidade: seleção de professores. O indivíduo é infeccioso a partir do momento que entra em contato com o vírus HIV, mesmo que tenha baixa carga viral.

Fonte:

- GRE Biology - Test Practice Book. ETS Office of Disability Service, 2017.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da questão refere-se aos conhecimentos físicos sobre Características e propriedades do som, em acordo com o item 7. Ondulatória, do Edital nº 32/2022 – GS/SEED. Não se trata de conteúdos de Biologia. Em particular, a questão demanda do candidato a análise de diferentes formas de onda à luz das propriedades fisiológicas do som: altura, timbre e intensidade. Portanto, não se trata de uma análise subjetiva; ao contrário, trata-se de uma análise sobre propriedades físicas do som a partir de sua representação.

Ademais, trocar o instrumento muda completamente a forma da onda emitida, pois muda o timbre. Cada instrumento apresenta um timbre característico. As alternativas B e C reproduzem a mesma forma de onda da flauta e, portanto, não pode ser associada ao outro instrumento. Além disso, a alternativa B apresenta amplitude maior, o que a torna incorreta frente ao enunciado, que afirma que os dois sons apresentam mesma intensidade. Logo, as alternativas B e C estão incorretas, e a D, correta. Os instrumentos não tocam a mesma música; eles emitem apenas uma frequência

específica. Além disso, o enunciado afirma que o violino produz uma frequência diferente da flauta, pois produz um som de altura diferente.

Fonte:

- Eduardo Mortimer, [et al.]. Matéria, energia e vida: uma abordagem interdisciplinar. Vol. Materiais, luz e som: modelos e propriedades. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 2020.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita a opção incorreta, relacionada às transformações que ocorrem devido à diminuição da acidez natural das chuvas. Assim, o gabarito é a alternativa B, pois essa equação representa a reação entre o dióxido de carbono (CO_2), presente no ar e a água, que ocorre naturalmente e é responsável pela acidez natural da água da chuva, que apresenta o valor aproximado de 5,6.

A alternativa C é uma equação que se refere à transformação que ocorre em superfícies metálicas, como portões, quando há diminuição da acidez natural da água da chuva.

Fontes:

- Ricardo Feltre Editora: Moderna - 7ª edição - 2008 Volume 1: Química Geral
- Coleção ser Protagonista Edições SM – 2013 – Volume 1: Química
- RUSSELL, J. B. Química geral. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da questão refere-se aos conhecimentos físicos sobre Características e propriedades das ondas, em acordo com o item 7. Ondulatória, do Edital nº 32/2022 – GS/SEED. Não se trata de conteúdos de Biologia. Em particular, a questão demanda do candidato a correta classificação das ondas sonoras e eletromagnéticas quanto às suas propriedades e formas de propagação.

Ademais, o som, de fato, é uma onda mecânica. Portanto, a alternativa D está incorreta, pois ela classifica o som, na região III, como onda eletromagnética. A região III faz referência ao som emitido pelo alto-falante e, desta forma, é uma onda mecânica, longitudinal. De outra forma, as ondas de rádio são do tipo eletromagnéticas e, portanto, não são ondas mecânicas. Portanto, a letra A está incorreta, pois classifica as ondas de rádio como mecânicas. Portanto, a alternativa correta é a C.

Fonte:

- Eduardo Mortimer, [et al.]. Matéria, energia e vida: uma abordagem interdisciplinar. Vol. Materiais, luz e som: modelos e propriedades. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 2020.

BRANCA
18

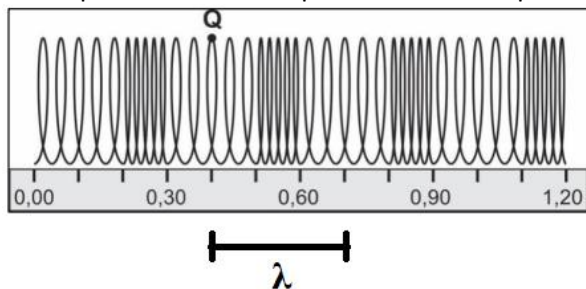
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da questão refere-se aos conhecimentos físicos sobre Características e propriedades das ondas, em acordo com o item 7. Ondulatória, do Edital nº 32/2022 – GS/SEED. Não se trata de conteúdos de Biologia. Em particular, a questão demanda do candidato a leitura do comprimento de onda na figura e a manipulação da equação fornecida no enunciado para se chegar ao período.

Ademais, uma oscilação completa do ponto Q é o intervalo de tempo denominado período. Portanto, a questão solicita o período do movimento da onda na mola. O período pode ser determinado usando o fato de que ele é o inverso da

frequência, ou, matematicamente, $T = 1/f$, onde T é o período e f a frequência. Para determinar a frequência pode ser empregada a equação $v = \lambda \cdot f$, fornecida no enunciado, em que v é a velocidade da onda e λ seu comprimento de onda.

O comprimento de onda pode ser obtido a partir da leitura da figura, cujo valor é $\lambda = 0,3$ m. Veja abaixo:



Utilizando o valor da velocidade fornecido no enunciado, $v = 1,5$ m/s, tem-se: $f = v / \lambda = 1,5 / 0,3 = 5$ Hz. Aplicando esse valor na equação para determinar o período, tem-se: $T = 1/f = 1/5 = 0,20$ s. Portanto, a resposta correta é a alternativa A.

Fontes:

- Eduardo Mortimer, [et al.]. Matéria, energia e vida: uma abordagem interdisciplinar. Vol. Materiais, luz e som: modelos e propriedades. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 2020.
- VILLAS BÔAS, N.; DOCA, R.; BISCUOLA, G. Tópicos de física 2: termologia, ondulatória e óptica. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais dos seres vivos, Reino Animalia”. O gabarito está correto, letra C.

Entre os espinhos dos equinodermos, há estruturas móveis, dotadas de pequenas pinças nas extremidades, e são conhecidos por pedicelárias, cuja função é remover detritos e pequenos animais que aderem ao corpo do equinodermo.

Fonte:

- Amabis J. M. e Martho, G. R. Biologia Moderna. Volume2. Editora: Moderna - 1ª edição - 2016.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, características gerais dos seres vivos, Reino Monera. O gabarito correto é D, como consta no gabarito oficial.

“ A parede celular é uma estrutura encontradas em bactérias, fungos e plantas. Nas bactérias, a maioria das paredes celulares contém um peptidoglicano, um polímero composto de açúcares modificados com ligações cruzadas a pequenos polipeptídeos. As bactérias gram-positivas têm paredes celulares mais simples, com uma quantidade relativamente grande de peptidoglicano; já as bactérias gram-negativas têm menos peptidoglicano e são estruturalmente mais complexas, com uma membrana mais externa que contém lipopolissacarídeos”.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Reino Fungi”.

Fonte:

- Amabis J. M. e Martho, G. R. Biologia Moderna. Volume2. Editora: Moderna - 1ª edição – 2016.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Reino Fungi”.

Fonte:

- Amabis J. M. e Martho, G. R. Biologia Moderna. Volume2. Editora: Moderna - 1ª edição – 2016.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Animalia”.

Fonte:

- Amabis J. M. e Martho, G. R. Biologia Moderna. Volume2. Editora: Moderna - 1ª edição – 2016.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Animalia”.

O gabarito está correto, letra D.

Os animais com simetria primária radial são chamados **radiados** e estão representados pelos cnidários. Aqueles com simetria primária **bilateral** são chamados bilaterios e estão representados pelos demais animais. As esponjas podem ser assimétricas ou apresentar simetria radial. Entre os bilaterios, os equinodermos (representados pelas estrelas-do-mar) apresentam simetria secundária radial, que no caso é **pentarradiada** (cinco raios), portanto, os equinodermos não são radiados.

Fonte:

- Lopes, S e Rosso S. Biologia 2, ensino médio. 3ª edição, São Paulo, Editora Saraiva. 2016.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Reino Plantae”.

Fonte:

- Lopes, S e Rosso S. Biologia 2, ensino médio. 3ª edição, São Paulo, Editora Saraiva. 2016.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Reino Plantae”.

Fonte:

- Lopes, S e Rosso S. Biologia 2, ensino médio. 3ª edição, São Paulo, Editora Saraiva. 2016.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Reino Plantae”.

O gabarito está correto, letra A.

Existem plantas que podem, às vezes, produzir sementes sem polinização ou fecundação. Essa produção assexuada de sementes é denominada **apomixia** (termo derivado de palavras gregas, significando “distante do ato de misturar”). Em geral, as progênies produzidas por reprodução assexuada são mais fortes do que as plântulas produzidas por reprodução sexuada. Com frequência, os clones originam-se de fragmentos vegetativos maduros da planta parental, razão pela qual a reprodução assexuada em plantas é também conhecida como **reprodução vegetativa**. Portanto, são tipos distintos de reprodução assexuada.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015: Lopes, S e Rosso S. Biologia 2, ensino médio. 3ª edição, São Paulo, Editora Saraiva. 2016.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Características gerais e classificação dos Seres Vivos: Reino Plantae”.

Fonte:

- Lopes, S e Rosso S. Biologia 2, ensino médio. 3ª edição, São Paulo, Editora Saraiva. 2016.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “interações interespecíficas harmoniosas”. O gabarito está correto, letra B.

As espécies podem ter efeitos positivos (1/1 ou 0/1) na sobrevivência e reprodução de outras espécies, sem necessariamente viver no contato direto e íntimo de uma simbiose. Esse tipo de interação, chamada de facilitação, é especialmente comum em ecologia vegetal. Já o comensalismo é uma interação entre espécies que beneficia uma, mas que não prejudica nem ajuda a outra (1/0), isso a diferencia a interação de facilitação. Além disso, a facilitação é uma interação, como diz o texto, muito comum na ecologia vegetal.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Genética: DNA, Genes e Cromossomos”.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Transferência de energia; Cadeia Alimentar”.

Gabarito correto, letra D.

90% da energia disponível em um nível trófico não são transferidos para o próximo. Essa perda é multiplicada ao longo da cadeia alimentar.

A energia obtida pelo homem é maior que a obtida pela águia, pois a cadeia alimentar do homem é menor, e a matéria orgânica obtida por ele é 10% da energia armazenada na matéria orgânica do nível anterior, no caso dele, só tem dois níveis tróficos, o produtor com 100%, e o consumidor primário que recebeu 10% do nível anterior. Já a águia recebe 10% do nível trófico anterior, e a maior quantidade foi perdida antes nos níveis tróficos, pois a cadeia que ela pertence apresenta quatro níveis tróficos.

A cobra não obtém a maior quantidade de energia armazenada na matéria orgânica que o sapo, pois o sapo que obtém uma maior quantidade, pois está no nível trófico anterior ao da cobra.

Todos produtores apresentam a maior quantidade de energia armazenada em matéria orgânica, pois são eles que as produzem. Portanto, é correto afirmar que a energia disponível transferida do nível trófico do gafanhoto para o sapo é menor que a recebida pelo gafanhoto, pois a energia adquirida pelo gafanhoto é maior, por ele se encontrar em um nível trófica anterior que a do sapo.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado, Mendel descreveu quatro conceitos, sendo que o segundo conceito, descreve o seguinte: “para cada caractere, um organismo herda duas cópias (isto é, dois alelos) de um gene, um a partir da mãe e um a partir do pai”. De maneira incrível, Mendel fez essa dedução sem saber sobre o papel, ou mesmo sobre a existência dos cromossomos. Portanto, letra B está correta.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Genética: DNA, Genes e Cromossomos”.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “teorias evolucionistas”.

Durante o século XVIII, alguns naturalistas sugeriram que a vida evoluía à medida que os ambientes mudavam. Mas somente um propôs um mecanismo para como a vida muda ao longo do tempo: o biólogo francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829). Infelizmente, Lamarck é lembrado hoje não por sua visão pioneira de que mudanças evolutivas explicam padrões em fósseis e a adaptação dos organismos a seus ambientes, mas pelo mecanismo incorreto que ele propôs.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Doenças causadas por microrganismos e vermes parasitas: sintomas”.

Fonte:

- Amabis J. M. e Martho, G. R. Biologia Moderna. Volume2. Editora: Moderna - 1ª edição - 2016.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Genética: DNA.” A separação da dupla hélice de DNA é um conteúdo básico, e quem faz a separação são as helicases, enzimas que desenrolam a dupla-hélice nas forquilhas de replicação, separando as duas fitas parentais e as tornando disponíveis como fitas-molde.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Doenças causadas por microrganismos e vermes parasitas: ciclo de vida”.

Fonte:

- Amabis J. M. e Martho, G. R. Biologia Moderna. Volume2. Editora: Moderna - 1ª edição - 2016

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “Propriedade funcionais: principais compostos”. O gabarito está correto, letra B, Ácido sulfídrico — H_2S .

Fonte:

- Usberco, J. e Salvador, E. Química — volume único / 5ª ed. reform. — São Paulo: Saraiva, 2002.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “ Impactos ambientais causados por ácidos e óxidos”.

Essa chuva ocorre, pois os óxidos (SO_2 - dióxido de enxofre e NO_2 - dióxido de nitrogênio) liberados por esses processos, entram em contato com o vapor d’água presente na atmosfera e forma os Ácidos sulfúrico — H_2SO_4 e nítrico — HNO_3 , quando há poluição. O óxido carbônico, produz chuva ácida, mas quando não há poluição, o enunciado é claro, pois descreve a chuva ácida provocada pela queima de carvão mineral e óleo diesel para produção de energia, nesse caso são os ácidos Sulfúrico e nítrico.

Fontes:

- Amabis, J. M e Martho, G.R. Biologia Moderna /V.3. 1ª ed. São Paulo. Ed. Moderna. 2016.
- Usberco, J. e Salvador, E. Química — volume único / 5ª ed. reform. — São Paulo: Saraiva, 2002

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com o conteúdo programático do edital, “teorias evolucionistas”.

O gabarito está correto, letra C.

Darwin sintetizou sua teoria da seleção natural a partir de observações que por si só não eram novas tampouco profundas. Outros pesquisadores tinham as peças do “quebra-cabeça”, mas foi Darwin quem descobriu como elas se encaixavam. Ele iniciou com as seguintes observações obtidas da natureza: indivíduos de uma população variam em suas características, inúmeras das quais parecem ser herdáveis (passadas dos pais para a prole). Além disso, uma população consegue produzir um número bem maior de descendentes comparado ao número que consegue sobreviver e produzir a própria descendência. Com mais indivíduos que o ambiente pode sustentar, a competição passa a ser inevitável. Por fim, as espécies geralmente se ajustam ao ambiente em que vivem. Por exemplo, aves que vivem em lugares onde sementes duras constituem uma boa fonte de alimento podem ter bicos especialmente fortes. Em contraste, outros cientistas sugeriram que mudanças profundas poderiam ocorrer por conta do efeito cumulativo de um processo lento, mas contínuo. Em 1795, o geólogo escocês James Hutton (1726-1797) sugeriu que as características geológicas da Terra poderiam ser explicadas por um mecanismo gradual, como os vales formados por rios. Charles Lyell (1797-1875), o principal geólogo da época de Darwin, incorporou o pensamento de Hutton no seu princípio que postulava que os mesmos processos geológicos operam no mesmo ritmo tanto hoje quanto no passado. As ideias de Hutton e Lyell influenciaram fortemente o pensamento de Darwin. Darwin concordou que, se as mudanças geológicas resultam de ações lentas, mas contínuas, e não de eventos repentinos, a Terra deveria ser muito mais antiga do que a idade amplamente aceita de alguns milhares de anos.

Fonte:

- CAMPBELL, Neil. et al. Biologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2015.

Cargo: Educação Especial

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em

respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negritoado nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças**; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento**. Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca

do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.). Repensando a Didática. Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se

do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a "escola fora da escola" e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>

- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltcllefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu, respeitosamente, os recursos apresentados e realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certamente.

A alternativa solicitava que fosse marcada a afirmativa incorreta (ou seja, exceto). Sendo assim, a alternativa incorreta é a que a forma que se deve assegurar que as escolas “evitem realizar a matrícula de alunos público-alvo da educação especial quando não se considerarem preparadas para incluí-los”, orientando as famílias de que é necessário que a matrícula seja devidamente feita em uma escola especializada.

A Constituição Federal, determina no Art. 205 que a educação é direito de todos e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é reafirmado esse direito, sendo que as matrículas não podem ser recusadas em escolas públicas ou particulares. A recusa da matrícula, inclusive, é considerada crime segundo o artigo 8º da Lei 7.853/89. No ano de 2016 o Supremo Tribunal Federal (STF) refirmou em uma decisão que as instituições de ensino não podem escolher os alunos que serão matriculados e nem segregar alunos com deficiência.

As demais alternativas estão corretas e estão todas previstas no capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Portanto, pelas considerações apresentadas, o recurso foi considerado improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- PARANÁ. Plano Estadual de Educação do Paraná (2015-2025). Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2015.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao receber o recurso relativo à questão, respeitosamente, a banca realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certamente.

As razões recursais apresentam considerações voltadas exclusivamente ao profissional da educação especial. No entanto, a análise solicitada na questão diz respeito ao chamado ‘Ensino Colaborativo’, que é desenvolvido pelo professor da sala de aula comum em parceria com o professor da Educação Especial.

Desse modo, alternativa correta é a que afirma que o Ensino Colaborativo é o trabalho de parceria entre o professor da sala de aula comum e o professor de Educação Especial, que compartilham os objetivos e dividem as responsabilidades. Os fundamentos do Ensino Colaborativo versam que não há hierarquia ou de assimetria, portanto, as demais alternativas estão incorretas, já que colocam somente um professor planejando e compartilhando com o outro profissional (CAPELLINI E ZERBATO, 2019).

Portanto, pelas considerações apresentadas, o recurso foi considerado improcedente.

Fonte:

- Capellini, V. L. M. F., & Zerbato, A. P. O que é Ensino Colaborativo? São Paulo: Edicon, 2019.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certame. E, com base nos motivos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

As razões recursais versam pontos que são abordados a seguir:

Quanto ao questionamento de que deveria ter sido usado o termo dupla condição, foi analisado que o uso desse termo se trataria apenas de uma escolha lexical de livre escolha, e o não uso do termo não traz nenhum tipo de prejuízo para o entendimento da questão - pelo contrário, na questão foi apresentado com clareza que condição seria essa: a de uma deficiência, já que Altas Habilidades não é deficiência, mas esses estudantes são atendidos pelos professores da Educação Especial, conforme previsto nas políticas públicas nacionais.

Quanto à presença ou não de alguma deficiência, a alternativa explícita que as pessoas com Altas Habilidades podem também ter alguma deficiência, por isso precisam ter um acompanhamento apropriado para serem avaliados e valorizados em suas especificidades. Mas, não afirma que apenas pessoas com Altas Habilidades/Superdotação que tenham deficiência demandam atendimento. A questão apresenta em seu enunciado justamente os equívocos em relação ao entendimento e solicita a marcação de uma alternativa correta.

Nesse sentido, a banca reafirmou que a alternativa correta é a que afirma que estudantes com Altas Habilidades podem também ter alguma deficiência, por isso precisam ter um acompanhamento apropriado para serem avaliados e valorizados em suas especificidades. Ou seja, pessoas surdas, com deficiência visual, com deficiência física ou outras deficiências podem ser pessoas com Altas Habilidades. Essa é uma interpretação que vem sendo desconsiderada e entendida de forma ‘equivocada’, já que, quando se trata de um aluno com deficiência raramente é considerada a possibilidade de que tenha Altas Habilidades.

Além disso, não observou que, essencialmente, as Altas Habilidades não são em todas as áreas e, por isso, não necessariamente essas pessoas possuem TODOS um quociente de inteligência elevado. Conforme observam Antipoff e Campos (2010). Ou seja, quanto ao ‘*Quociente de Inteligência*’, cobservam Antipoff e Campos:

“Percebe-se que a ideia de superdotação relacionada com QI é aquela que ainda vislumbra a inteligência como uma instância fixa e pré-determinada, como uma "inteligência geral" que pode ser medida e quantificada por um valor. É sabido que os testes de QI medem somente algumas habilidades humanas, mais especificamente aquelas relacionadas à linguagem e aos números” (ANTIPOFF E CAMPOS, 2010, p.306).

Altas Habilidades/Superdotação podem manifestar em pessoas com ou sem deficiência, o que torna necessário que sejam avaliados e valorizados em suas especificidades e, por isso, deve ser evitado o capacitismo e a invisibilização dos potenciais das pessoas com deficiência. As demais alternativas apresentam temas que são considerados grandes equívocos em relação às características de pessoas com Altas Habilidades/ Superdotação, conforme pode ser observado no estudo de Antipoff e Campos (2010).

Portanto, pelas considerações apresentadas, foi considerado improcedente.

Fontes:

- PARANÁ. Plano Estadual de Educação do Paraná (2015-2025). Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2015.
- ANTIPOFF, Cecília Andrade; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Superdotação e seus mitos. Psicologia Escolar e Educacional. 2010, v. 14, n. 2.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao acolher o recurso apresentado, a banca respeitosamente iniciou o processo de exame e emitiu o parecer apresentado a seguir.

As razões recursais versam sobre o trabalho que eventualmente estaria sendo realizado em algumas escolas especiais e nas APAEs, em relação à “orientação, terapia de mobilidade, e Atividades da Vida Diária”; e, também, sobre a demanda do aprendizado da Libras por parte dos profissionais do AEE.

Considerando os pontos apresentados, a banca salientou que o enunciado da questão é claro ao solicitar a análise de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) em relação às áreas de conhecimentos específicos dos profissionais. Por isso, seguindo o que versa essa Lei, a alternativa incorreta é a que apresenta que os profissionais do AEE devem ter conhecimentos específicos em “Orientação, terapia de mobilidade e Atividades de Vida Diária (AVDs)”. Essas atividades, principalmente de terapia de mobilidade e AVDs vem sendo vistas por essa legislação como campos de atuação de profissionais da saúde. As demais alternativas estão previstas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

O enunciado da questão é claro ao solicitar a análise de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), conforme apresentado no trecho a seguir:

“O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da **Língua Brasileira de Sinais**, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros” (BRASIL, 2008, p.17).

Desse modo, pelas considerações apresentadas, o recurso foi considerado improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação, 2008.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certamente. E, com base nos motivos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer observadas as razões recursais:

A alternativa correta é a letra A, ou seja, a que apresenta que a segunda afirmação está incorreta, pois, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, a escola não pode recusar a matrícula de alunos público-alvo da educação especial. As demais alternativas estão corretas, de acordo com a referida Lei, em seu Cap. IV, Art. 27:

“Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao **poder público** assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

Portanto, como a questão solicitou o que está previsto na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), pelo que foi explicitado no trecho referenciado acima previsto na respectiva Lei, o recurso foi considerado improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca realizou um exame cuidadoso, minucioso e pautado nos preceitos éticos inerentes ao certamente. E, com base nos motivos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer observadas as razões recursais.

As razões recursais dispuseram sobre: expressão "parecer semestral", afirmando que o "parecer deve ser trimestral"; a Educação Infantil frente à grande demanda do estado para o Ensino Fundamental e Ensino Médio"; e sobre o conteúdo programático. Além da estruturação e questionamento sobre a alternativa de fato correta.

No processo analítico, a banca analisou que o Edital prevê, na página nº 39, as "Normativas e aporte legal da Educação Especial (legislação nacional e estadual do Paraná)", independente dos níveis e modalidades de ensino. Por outro lado, a questão não faz considerações específicas sobre a Educação Infantil.

A Educação Infantil é também regulamentada pelo Estado, o que pode ser conferido na Instrução Nº **15/2018** SEED/SUED, do Estado do Paraná, que foi mencionada na questão.

Assim, a alternativa correta é a que afirma que todas as alternativas estão corretas, de acordo com referida Instrução:

"a) Cabe à secretaria da escola que mantém a Sala de Recursos Multifuncional e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil, a responsabilidade sobre a documentação do estudante.

b) Na pasta individual do estudante, os documentos exigidos para a classe comum deverão conter os documentos necessários para ingresso no serviço: relatórios de avaliação psicoeducacional e ou pedagógica, avaliação clínica – audiometria, avaliação oftalmológica, psiquiátrica e/ou neurológica, e parecer semestral.

c) Quando o estudante frequentar a Sala de Recursos Multifuncionais e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil diferente ao da classe comum a documentação citada no item anterior deverá constar na pasta individual, com a ciência das equipes técnico-pedagógica de ambas as escolas.

d) No histórico escolar não deverá constar que o estudante frequentou Sala de Recursos Multifuncionais e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil.

e) Para transferência do estudante, além dos documentos da classe comum, deverão ser acrescentadas cópias dos documentos necessários para ingresso, conforme descritos no item “b” e cópia do último parecer **semestral**” (PARANÁ, 2018, p. 06-07).

Portanto, como a questão solicitou o que está previsto na Instrução N.º 15/2018 SEED/SUED, do Estado do Paraná, pelo que foi explicitado no trecho referenciado acima previsto na respectiva Instrução, o recurso foi considerado improcedente.

Fonte:

- PARANÁ. INSTRUÇÃO Nº 15/2018 SEED/SUED. *Estabelece critérios para a oferta do Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado para estudantes da Educação Especial e/ou com Atraso Global do Desenvolvimento, matriculados na Educação Infantil das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação - Superintendência da Educação, 2018.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca realizou um exame cuidadoso, minucioso e pautado nos preceitos éticos inerentes ao certamente. E, com base nos motivos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer observadas as razões recursais.

A alternativa incorreta é a que menciona que o AEE na escola deve prever o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e que ele deve ser preenchido pelos professores do AEE que atuam na Sala de Recursos, com apoio de profissionais como Tradutores-Intérpretes de Libras e de profissionais auxiliares de apoio. O PDI é um instrumento de responsabilidade do professor regente da sala de aula, não dos professores do AEE, e é adotado por algumas redes de ensino. Na íntegra, em seu Artigo 10, parágrafos I a VII, as diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado da Educação Básica preveem que:

Art. 10. O **projeto pedagógico da escola** de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do **desenvolvimento da pesquisa**, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2008, p. 02).

Portanto, pelo que foi explicitado no trecho referenciado acima previsto nas Diretrizes, o recurso foi considerado improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado*. Brasília: MEC-SEESP, 2009.

BRANCA
16

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto apresentado como recurso para a presente questão foi recebido pela banca, que realizou uma análise cautelosa. E, com base nos argumentos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

O recurso consta como prejudicado, pois não se refere especificamente à questão. As razões apresentadas versam sobre a quantidade de questões relacionadas à deficiência visual e surdocegueira na prova, apresentando números, como, por exemplo da questão 11 (que é sobre AEE), da questão 16 (que é sobre a Libras), entre outras. Ainda foi afirmado que: *“essa prova favoreceu imensamente os profissionais específicos dessa área que são a imensa minoria, tornando-se dessa forma uma prova com parcialidade”*.

A prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certame, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação. Não houve o superdimensionamento de nenhuma área, sendo as questões equilibradas, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado. Além disso, foi criteriosamente constatado que não há nenhum tipo de vínculo, conhecimento ou contato prévio dos elaboradores com quaisquer profissionais da Rede, o que torna o certame correto no que diz respeito à toda lisura necessária.

Portanto, observadas essas premissas e, principalmente, que as razões apresentadas não se referem especificamente à questão, a banca considerou o recurso prejudicado.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu o recurso apresentado e realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certame. E, com base nos motivos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

As razões recursais versam sobre a Cartilha Acessibilidade Web como referência, sobre *“um desenho universal específico”* e sobre os conteúdos programáticos. Além da estruturação e questionamento sobre a alternativa de fato correta.

Diante da questão, a banca analisou primeiramente que o Desenho Universal, sendo ‘universal’, não há como ser específico. Pois o próprio recurso apresenta que seria uma Web para o uso de todos, ou seja, de pessoas com ou sem deficiência. A Cartilha Acessibilidade Web é o documento que orienta esse uso, porém, não seria preciso conhecê-la para responder a questão.

A alternativa incorreta é a que apresenta como parte do Desenho Universal a “Particularidade de Uso”, ou seja, algo que atende a um grupo específico de usuários voltando a Acessibilidade de forma dedicada às suas especificidades. Essa afirmação vai contra a característica de ser UNIVERSAL, ou seja, disponível para todos, colocando como algo voltado apenas para um grupo.

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) define o Desenho Universal como “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por TODAS AS PESSOAS, **sem necessidade de adaptação** ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”. As demais alternativas estão corretas, pois, de acordo com a Cartilha Acessibilidade na Web, são sete os princípios do Desenho Universal: “Equiparação nas possibilidades de uso: pode ser utilizado por qualquer usuário em condições equivalentes; Flexibilidade de uso: atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades individuais; Uso simples e intuitivo: fácil de compreender, independentemente da experiência do usuário, de seus conhecimentos, aptidões linguísticas ou nível de concentração; Informação perceptível: fornece de forma eficaz a informação necessária, quaisquer que sejam as condições ambientais/físicas existentes ou as capacidades sensoriais do usuário; Tolerância ao erro: minimiza riscos e consequências negativas decorrentes de ações acidentais ou involuntárias; Mínimo esforço físico: pode ser utilizado de forma eficiente e confortável, com um mínimo de fadiga; Dimensão e espaço para uso e interação: espaço e dimensão adequados para a interação, o manuseio e a utilização, independentemente da estatura, da mobilidade ou da postura do usuário” (BRASIL, 2013, s/p).

Por último, a banca lembra que no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, **o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado**”.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. *Cartilha Acessibilidade na Web*. Fascículo I, Introdução. São Paulo, 2013.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao acolher o recurso apresentado, a banca respeitosamente iniciou o processo de exame e emitiu o parecer apresentado a seguir.

As disposições recursais argumentam no sentido das atividades realizadas e sobre o questionamento sobre qual de fato seria a alternativa correta.

Ao realizar o exame da questão, a banca salientou que é necessário considerar o que foi explicitado nas alternativas. A alternativa INCORRETA é a que apresenta que o Plano de Atendimento Educacional Especializado deve contemplar “estratégias para substituição do conteúdo não acessível em sala de aula regular”. As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2008) explicitam que o AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, não sendo substitutivo ao conteúdo da sala de aula regular. As demais alternativas estão corretas, conforme disposto nas Diretrizes: “Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos” (BRASIL, 2009, p.03).

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado*. Brasília: MEC-SEESP, 2009.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto apresentado como recurso para a presente questão foi recebido pela banca, que realizou uma análise cautelosa. E, com base nos argumentos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

O recurso consta como prejudicado, pois as razões apresentadas versam: “*A respeito da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), tal lei não se encontra em vigência, logo temos a lei 10 502/2020 que substitui a lei anterior da Educação Inclusiva*”.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) continua em vigor. O Decreto Presidencial Nº10.502/ 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, foi suspenso dois meses após a sua promulgação. Após atender ao pedido de análise por parte de diversas entidades representativas de pessoas com deficiência e seus familiares, o STF entendeu que o Decreto contraria o modelo de educação inclusiva, ao deixar de dar absoluta prioridade à matrícula desses educandos na rede regular de ensino, entre outras questões (cf. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>).

Portanto, observadas essas premissas e, principalmente com base nas razões apresentadas, a banca considerou o recurso prejudicado.

Fontes:

- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação, 2008.
- STF. Supremo Tribunal Federal. Suspensa eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial. Disponível em < <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1> > , acesso em 05 de agosto de 2022.

BRANCA
23

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conjunto recursal apresentado em relação à presente questão foi recebido pela banca, que realizou uma análise cautelosa. E, com base nos argumentos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

As razões apresentadas versam sobre: a quantidade de questões relacionadas à surdocegueira; sobre o tempo condizente à abertura do edital até o momento da aplicação da prova; e sobre a habilitação necessária para trabalhar com surdocegueira.

A prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certame, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação voltada para a formação demandada de professores que atuam no campo da Educação Especial e Inclusão Escolar. Não houve o superdimensionamento de nenhuma área, sendo as questões equilibradas, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado.

Em relação aos desafios de trabalho, a banca se mostra solidária aos professores, contudo não cabe aos membros da banca a análise e discussão desses temas - ou seja, a banca volta a sua análise apenas para o conteúdo das questões. Portanto, observadas essas premissas e, principalmente, que as razões apresentadas não se referem especificamente à presente questão, a banca considerou o recurso prejudicado.

Fonte:

- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu respeitosamente toda argumentação recursal. Em seguida, realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certame. Assim, respeitosamente, examinou o tema e as argumentações apresentadas e teceu suas considerações.

A pergunta apresentada na questão é em relação aos professores da SALA DE AULA REGULAR. Ou seja, a questão está voltada para o entendimento da diferença de quais instrumentos de apoio e quais papéis são assumidos pelos professores da sala de aula regular em relação aos que são voltados para os professores da Educação Especial, incluindo o AEE. Ou seja, todo professor, antes de atuar na Educação Especial, é essencialmente um (a) professora (a) e, estando nesse campo, precisa saber da distinção de seus papéis e instrumentos utilizados.

O professor da sala de aula comum pode ter acesso ao PAEE e é importante que dialogue com o professor da Educação Especial sobre esse instrumento e sua elaboração, mas, esse Plano não é utilizado pelo professor da sala de aula regular para avaliar os seus alunos. A questão da prova versa exclusivamente sobre a avaliação e não sobre o diálogo ou o envolvimento do professor com o que foi planejado no AEE. Além disso, o profissional da Educação Especial, muitas vezes, assume o papel de orientar o professor da sala de aula regular e, por isso, é importante que informem que alunos com deficiência também devem participar da avaliação diagnóstica e de possíveis outras possibilidades para ser avaliado como os demais alunos. Ou seja, a avaliação em sala de aula regular não fica à cargo do PAEE. O PAEE é um instrumento adotado para as atividades desenvolvidas no contra turno de escolarização do aluno - conforme estabelecido nas orientações nacionais e do Paraná.

A concepção de Avaliação Diagnóstica surgiu com o período em que se voltava para a tentativa de qualificar os trabalhos docentes e na busca pela não-repetência dos alunos no ensino fundamental - nesse mesmo período surgiu a ideia de progressão continuada - implantada com base nas recomendações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. E, com isso, vem sendo um instrumento e uma forma de avaliação adotada em salas de aula e em larga escala, no Paraná e em todo o País.

Portanto, a alternativa incorreta é a que afirma que o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) é um instrumento para o apoio aos professores da sala de aula regular nos processos avaliativos de alunos público-alvo da educação especial. O PAEE na verdade não é um instrumento do professor da sala de aula regular, ele é um instrumento para o planejamento das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas pelo professor do

Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme estabelecido nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC-SEESP, 2008.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu o recurso apresentado e realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certamente. E, com base nos motivos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

A alternativa incorreta é que afirma que “alucinações” faz parte das especificidades que compõem as características do TEA. De acordo com Rocha e Pacheco (2018, p. 276) com a contribuição de diversos pesquisadores, ao longo dos anos, caminhou-se na direção de compreender as facetas do TEA e, “dentre elas, as questões da socialização, da linguagem, das habilidades motoras, de comportamento, de interesses restritos, de estereotípias e de particularidades sensoriais”.

As alucinações não estão relacionadas por nenhum estudo como característica do TEA - nem entre os estudos atuais (HOWLIN, 1999; 2009; BORGES e NOGUEIRA, 2018; REICHOW, 2011) e nem mesmo os mais antigos, que são considerados clássicos do campo (ASPERGER, 1944; BLEULER, 1908; KANNER, 1943). As alucinações estão presentes em outras condições que são do campo da saúde mental, como, por exemplo, na esquizofrenia, no transtorno bipolar ou outras condições de saúde descritas pela psiquiatria.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- ASPERGER, Hans. Autistic psychopathy in childhood. In FRITH, Uta (Ed.), Autism and Asperger syndrome (pp. 37-92). Londres: Cambridge University Press, 1991. (Trabalho original publicado em 1944).
- BLEULER, Eugen. Die Prognose der dementia praecox (Schizophreniegruppe). Allgemeine zeitschrift für psychiatrie und psychischgerichtliche medizin: 1908, p. 436-464.
- BORGES, Adriana Araújo Pereira; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. O aluno com autismo na escola. 1ed.Campinas: Mercado de Letras, 2018, v. 01, p. 269-290.
- HOWLIN, Patricia; ASGHARIAN, Anna. The diagnosis of autism and Asperger syndrome: Findings from a survey of 770 families. Developmental Medicine and Child Neurology, 41, 834-839, 1999
- HOWLIN, Patricia; MAGIATI, Iliana; CHARMAN, Tony. Systematic review of early intensive behavioral interventions for children with autism. American Journal of Intellectual Development Disabilities, 37, 23-41, 2009.
- KANNER, Leo. Os distúrbios do contato afetivo. In: ROCHA, Paulina Schmidtbauer (Org.), Autismos (pp. 111-170). São Paulo: Escuta, 1997. (Trabalho original publicado em 1943).
- REICHOW, Brian. Overview of meta-analyses on early intensive behavioral intervention for young children with autism spectrum disorders. Journal of Autism and Development Disorders, 42(4), 512-520, 2011.
- ROCHA, T. C. C.; PACHECO, L. C. A. O Atendimento Educacional Especializado e os desafios do trabalho com crianças com TEA na Educação Infantil. In: Adriana Araújo Pereira Borges; Maria Luísa Magalhães Nogueira. (Org.). O aluno com autismo na escola. 1ed.Campinas: Mercado de Letras, 2018, v. 01, p. 269-290.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu o recurso e realizou uma análise respeitosa, observando os devidos preceitos éticos. Em relação à presente questão e, com base nos argumentos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

A alternativa **incorreta** é a que afirma que a “Comunicação Alternativa, Braille Sinalizado e Escrita nas costas” são formas voltadas para o desenvolvimento da linguagem e a comunicação das pessoas surdocegas. A Comunicação Alternativa, embora possa ser usada de forma complementar, demanda bastante da visão e não é apontada como uma opção primária para a comunicação com pessoas surdocegas. A expressão ou o uso de Braille Sinalizado não existe, já que a sinalização é uma propriedade visual, usada na Libras. Já a escrita nas costas não está catalogada em nenhum estudo do campo e enfrenta desafios devido a sensibilidade fina que demandaria. Souza e Rocha (2018), as seguintes formas de comunicação estão catalogadas em estudos com pessoas surdocegas:

- Braille: que diz respeito ao uso na leitura e escrita, quando a pessoa já está alfabetizada e compreende o Braille;
- Braille tátil: que é a reprodução do Braille nos dedos, palma das mãos ou braço, para que a pessoa possa sentir o que está sendo escrito para ela na comunicação;
- Escrita na palma da mão: na qual é utilizada a escrita alfabética (com o “alfabeto convencional”) para se escrever “em fôrma” na palma da mão ou mesmo no antebraço da pessoa;
- Tadoma: que consiste na percepção, através da mão posicionada em cima das partes fonarticuladoras do corpo, produtoras da fala (boca, bochechas, garganta), para que a comunicação aconteça a partir da percepção das vibrações e as diferentes posições que estas partes adquirem durante a produção da fala;
- Fala ampliada: que corresponde a reprodução do som de forma mais alta;
- Libras no campo visual reduzido: que se trata da comunicação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) utilizando-se um campo menor para a movimentação e produção dos sinais;
- Libras tátil: na qual as pessoas que participam da comunicação se tocam para perceberem/sentirem a sinalização através do tato;
- Alfabeto datilológico tátil: que consiste no uso do ‘alfabeto manual’ para se realizar a datilologia (ou soletração) de cada palavra tocando a palma da mão da pessoa para que a comunicação seja percebida através do tato;
- Comunicação social háptica: que se trata da reprodução, com os dedos ou palma da mão, de imagens na superfície da pele da pessoa surdocega, como se desenhasse algo com o toque. Geralmente é seguindo um padrão de desenho/significado e as costas tem sido o local mais usado para a comunicação háptica (SOUZA E ROCHA, 2018, pp. 4-5).

Quanto ao conteúdo programático, a banca observou que a prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certamente, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação voltada para a formação demandada de professores que atuam no campo da Educação Especial e Inclusão Escolar. As questões estão distribuídas de forma equilibrada, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado.

Além disso, a banca ressaltou que no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado”.

Por último, quanto ao questionamento recebido de que a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), não se encontra em vigência, em virtude da Lei 10 502/2020 que substitui a lei anterior da Educação Inclusiva” a banca esclarece que: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) continua em vigor. O Decreto Presidencial Nº10.502/ 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, foi suspenso dois meses após a sua promulgação. Ao atender ao pedido de análise por parte de diversas entidades representativas de pessoas com deficiência e seus familiares, o STF entendeu que o Decreto contraria o modelo de educação inclusiva, ao deixar de dar absoluta prioridade à matrícula desses educandos na rede regular de ensino, entre outras questões (cf. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>).

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou improcedente.

Fontes:

- ALMEIDA, C. A. F. A Aquisição da linguagem por uma surdocega pré-linguística numa perspectiva Sociocognitivo-interacionista. Tese (Doutorado em Linguística). Brasília: UNB, 2008.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação, 2008.
- SOUZA, L. G. C.; ROCHA, T. C. C. Acessibilidade e Interação em Sala de Aula: estudo de caso com uma estudante surdocega no ensino superior. In: Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2018, São Carlos: UFSCAR, 2018. v. 3
- STF. Supremo Tribunal Federal. Suspensa eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial. Disponível em < <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1> >, acesso em 05 de agosto de 2022.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu o recurso e realizou uma análise respeitosa, observando os devidos preceitos éticos. O recurso foi apresentado em relação à presente questão e, com base nos argumentos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

O recurso consta como improcedente, pois não se refere especificamente a problemas da questão e sim em relação ao seu tema geral estar ligado ao campo da História da Educação Especial.

A prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certamente, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação voltada para os conhecimentos trabalhados na formação de professores que atuam no campo da Educação Especial e Inclusão Escolar. A questão demanda conhecimento sobre as primeiras Políticas Inclusivas adotadas no Brasil, no período do Império, e que estão presentes no Edital no sexto Item. Desse modo, a questão demanda conhecer políticas históricas de criação de instituições seculares em nosso país e que influenciaram fortemente o curso da Educação Especial e da inclusão escolar, a saber: Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, que criou o então chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC); e a Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, que criou o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). Assim, as questões estão distribuídas de forma equilibrada, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado.

Por último, a banca lembra que no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado”.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu, respeitosamente, as argumentações recursais e realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certame.

A banca examinou o recurso e ressaltou que a questão não demanda conhecimentos específicos exclusivos da Educação Infantil, pois o tema geral está presente nos ensinamentos Fundamental e Médio. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atualmente prevê que os estados devem priorizar os ensinamentos Fundamental e Médio, mas não são impedidos de atuar na Educação Infantil.

Observa-se, principalmente, que a Educação Infantil é também regulamentada pelo Estado do Paraná, o que pode ser conferido na Instrução Nº 15/2018 SEED/SUED, do Estado, que foi mencionada na questão:

- “a) Cabe à secretaria da escola que mantém a Sala de Recursos Multifuncional e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil, a responsabilidade sobre a documentação do estudante.
- b) Na pasta individual do estudante, os documentos exigidos para a classe comum deverão conter os documentos necessários para ingresso no serviço: relatórios de avaliação psicoeducacional e ou pedagógica, avaliação clínica – audiometria, avaliação oftalmológica, psiquiátrica e/ou neurológica, e parecer semestral.
- c) Quando o estudante frequentar a Sala de Recursos Multifuncionais e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil diferente ao da classe comum a documentação citada no item anterior deverá constar na pasta individual, com a ciência das equipes técnico-pedagógica de ambas as escolas.
- d) No histórico escolar não deverá constar que o estudante frequentou Sala de Recursos Multifuncionais e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil.
- e) Para transferência do estudante, além dos documentos da classe comum, deverão ser acrescentadas cópias dos documentos necessários para ingresso, conforme descritos no item “b” e cópia do último parecer semestral” (PARANÁ, 2018, p. 06-07).

A alternativa correta é a que afirma que todas as alternativas estão corretas. De acordo com a instrução Nº 15/2018 SEED/SUED, do Estado do Paraná:

A oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas para atendimento dos estudantes em sala de recursos multifuncionais e 20 (vinte) horas para trabalho colaborativo com profissionais do ensino comum da educação infantil, familiares e especialistas; elaboração de materiais; **formação continuada** e planejamento. Essa carga horária seguirá o calendário escolar, de acordo com a legislação vigente.

(...)

b) Materiais Pedagógicos: a Sala de Recursos Multifuncionais e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil devem ser organizados com materiais didáticos de acessibilidade, recursos pedagógicos específicos adaptados, brinquedos, equipamentos tecnológicos e mobiliários adequados à faixa etária atendida.

(...)

5.4. Quanto ao cronograma de atendimento

Os estudantes serão atendidos por meio de cronograma de forma individual ou em grupos, possibilitando à oferta de suporte necessário as especificidades dos estudantes consonantes à área específica favorecendo seu acesso ao conhecimento. (PARANÁ, 2018, p. 5-6).

Sobre não constar o Centro de Atendimento em uma das afirmativas, a banca esclarece que a reprodução foi feita de acordo com o que está no documento normativo. Além disso, ressalta questão da formação continuada, que foi um questionamento de que não se aplicava, contudo, aparece também no documento.

Portanto, como a questão solicitou o que está previsto na Instrução Nº 15/2018 SEED/SUED, do Estado do Paraná, pelo que foi explicitado no trecho referenciado acima previsto na respectiva Instrução, o recurso foi considerado improcedente.

Fontes:

- BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- PARANÁ. INSTRUÇÃO N.º 15/2018 SEED/SUED. *Estabelece critérios para a oferta do Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado para estudantes da Educação Especial e/ou com Atraso Global do Desenvolvimento, matriculados na Educação Infantil das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação - Superintendência da Educação, 2018.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao acolher a argumentação recursal apresentada, a banca respeitosamente iniciou o processo de exame e emitiu o parecer apresentado a seguir, baseada nos princípios éticos inerentes ao certame.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 2005, que regulamentou, dentre várias questões, os usos e o ensino dessa língua nos espaços escolares. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, ratificou o que foi estabelecido no Decreto sobre o uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação e explicitou qual deve ser a formação de professores para os usos e ensino dessas duas línguas na escola.

Portanto, os processos de ENSINO são de responsabilidade dos professores (e não se relacionam com os trabalhos de tradução-interpretação que são de responsabilidade dos Tradutores-Intérpretes de Libras). Os Tradutores-Intérpretes de Libras apenas atuam quando os alunos já sabem a língua e, pelas políticas públicas atuais, cabe aos professores do campo da Educação Especial o ensino da Libras e o ensino do Português como Segunda Língua (L2).

Quanto à possibilidade levantada de que a alternativa B poderia estar errada, a banca examinou o recurso e ponderou que a alternativa correta é a que se refere às diferenças de uso das preposições e de flexão verbal. Preposições comuns na Língua Portuguesa, como “de”, “com”, “sem”, “para”, “desde”, “ante” tem sinais específicos para serem representados na Libras, mas, são pouco usados, já que a estruturação e a construção de sentido são feitas de forma diferente nas duas línguas. Quanto à flexão verbal, também há diferenças entre a Libras e a Língua Portuguesa. Conforme explica Teixeira e Leitão (2013, p.34): “na libras, a flexão de verbos ocorrem por mecanismos discursivos, contextuais e espaciais. Vale ainda destacar que não há as categorias morfológicas/sufixos específicas de tempo e modo na conjugação dos verbos, mas há a incorporação de outros tipos de flexão, como: de parâmetros de movimento, de direção e de expressões faciais”.

As demais alternativas não estão corretas, pois, apresentam elementos como: pouco uso de verbos no infinitivo na comunicação em Libras, o que na verdade acontece ao contrário, ou seja, eles são muito usados; diferenças nos significados dos léxicos nas duas línguas, o que não há estudos que indiquem; e não uso da prosódia na comunicação em Libras, quando na verdade há muitos elementos prosódicos nessa língua comunicados por meio das expressões faciais e corporais (QUADROS e KARNOPP, 2007).

Por fim, ressalta-se que a prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certame, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação. Não houve o superdimensionamento de nenhuma área, sendo as questões equilibradas, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado. Além disso, foi criteriosamente constatado que não há nenhum tipo de vínculo, conhecimento ou contato prévio dos elaboradores com quaisquer profissionais da Rede, o que torna o certame correto no que diz respeito à toda lisura necessária.

Assim, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Decreto 5626/05. Brasília, DF: Senado, 2005. BRASIL. Decreto 5296/04. Brasília, DF: Senado, 2005.
- BRASIL. Lei de Libras. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Lei 10.436/2002: Brasília, DF: Senado, 2002.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- MONTEIRO, Myrna Salerno. A interferência do português na análise gramatical em Libras: o caso das preposições. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015.
- TEIXEIRA, Vanessa Gomes; LEITÃO, Catarina Modesto de Carvalho. Flexão verbal em Libras e em língua portuguesa: análise contrastiva. Revista Philologus, Ano 19, N° 55, p. 31-43. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2013.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. São Paulo: Artmed, 2007.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu a argumentação recursal e realizou uma análise respeitosa, observando os devidos preceitos éticos. A banca respeitosamente, ao examinar o recurso, pontuou que o aporte legal da Educação Especial - incluindo todas as possibilidades de atuação nesse campo -, estão contempladas no Edital.

A prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certame, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação voltada para os conhecimentos trabalhados na formação de professores que atuam no campo da Educação Especial e Inclusão Escolar. Assim, as questões estão distribuídas de forma equilibrada, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado.

Por último, a banca lembra que no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado”.

Sobre a semelhança entre os itens I e II, o raciocínio não foi desenvolvido e, portanto, não foi considerado que há motivos para a revisão da questão por esse motivo.

A alternativa correta é a que firma que todas as alternativas estão corretas:

Em relação à primeira afirmação: “a transcrição de textos para o Sistema Braille, no que se refere à produção de obras sem fins lucrativos, encontra amparo legal na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Portanto, a edição em Braille de qualquer texto, quando sua finalidade for a distribuição gratuita para pessoas cegas, independe de autorização de quem detenha os direitos autorais – autor (es) ou editora(s). Algumas entidades produtoras de livros em Braille, por questões éticas, comunicam aos autores ou editoras a transcrição de suas obras para o Sistema Braille” (BRASIL, 2018, p.15).

Quando à segunda afirmação: “não constitui ofensa aos direitos autorais: I – a reprodução: (...) d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o Sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários” (BRASIL, 2018, p.15).

E no que diz respeito à terceira afirmação, segundo a Lei Brasileira de Inclusão prevê, no capítulo referente à Educação: a “oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação” (BRASIL, 2015, Cap. IV, alínea XII). Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2018.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao acolher o recurso apresentado, a banca respeitosamente iniciou o processo de exame e emitiu o parecer apresentado a seguir.

Ao examinar a argumentação recursal, a banca pontuou que os estudantes surdos também são atendidos pelo AEE e pelos professores da Educação Especial como um direito previsto nas políticas públicas nacionais. O Edital do certame prevê o Atendimento Educacional Especializado, em todas as suas competências e funções.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 2005, que regulamentou, dentre várias questões, os usos e o ensino dessa língua nos espaços escolares. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, ratificou o que foi estabelecido no Decreto sobre o uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação e explicitou qual deve ser a formação de professores para os usos e ensino dessas duas línguas na escola.

Sobre a fundamentação legal da Libras no AEE:

“O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no **ensino da Língua Brasileira de Sinais**, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros” (BRASIL, 2008, p.17).

Portanto, os processos de ENSINO são de responsabilidade dos professores (e não se relacionam com os trabalhos de tradução-interpretação que são de responsabilidade dos Tradutores-Intérpretes de Libras). Os Tradutores-Intérpretes de Libras apenas atuam quando os alunos já sabem a língua e, pelas políticas públicas atuais, cabe aos professores do campo da Educação Especial o ensino da Libras e o ensino do Português como Segunda Língua (L2).

Além disso, a banca lembra que no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado”.

Em relação ao desafio do acesso à Libras devido à deficiência visual, os membros da banca observaram que de fato que se trata de uma questão com fundamentação e de direito à acessibilidade. Contudo, ressaltam também, a banca volta a sua análise apenas para o conteúdo das questões e não para a aplicação das provas. Cabe solicitação de acessibilidade nos processos de aplicação da prova, como, por exemplo, a solicitação prévia de audiodescrição, conforme previsto nas políticas de acessibilidade. A legislação atual prevê que os estudantes surdos sejam atendidos pelos professores da Educação Especial, e por isso essa temática é importante a ser abordada no escopo de temas do AEE. Assim, por ser um tema válido e demandar acessibilidade na aplicação, o questionamento foge ao papel da banca na análise do conteúdo da questão.

Quanto ao questionamento se o sinal apresentado no desenho de fato seria o sinal de “inteligente”, devido à possibilidade de haver variação linguística, a banca ressalta que não existe a possibilidade de confusão/mistura, pois esse sinal é realizado com a configuração de mãos na forma do número 5, com ponto de articulação na lateral da cabeça e com a direcionalidade para o lado e para cima.

As demais alternativas apresentam parâmetros diferentes na composição do sinal. O sinal de “estudioso”, por exemplo, que foi mencionado, não é realizado na região da cabeça. Ele é feito no espaço neutro em frente ao corpo, com as mãos configuradas abertas, uma sobre a outra, de forma semelhante ao sinal de estudar (conferir: <https://www.youtube.com/watch?v=bNjQVwyxSGk>).

Todos os demais sinais apresentados nas alternativas podem ser consultados sobre as suas diferenças linguísticas (no estado do Paraná ou no restante do Brasil) e será notado que não existe a possibilidade de confusão entre eles. Todos os sinais para as alternativas foram escolhidos exatamente por não haver a possibilidade de desentendimento devido aos regionalismos da Libras.

Por último, sobre o questionamento em relação à validade da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que teria sido substituída pela Lei 10 502/2020, a banca ressalta que não procede. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) continua em vigor. O Decreto Presidencial Nº10.502/ 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, foi suspenso dois meses após a sua promulgação. Ao atender ao pedido de análise por parte de diversas entidades representativas de pessoas com deficiência e seus familiares, o STF entendeu que o Decreto contraria o modelo de educação inclusiva, ao deixar de dar absoluta prioridade à matrícula desses educandos na rede regular de ensino, entre outras questões (cf. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>).

Assim, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Decreto 5626/05. Brasília, DF: Senado, 2005. BRASIL. Decreto 5296/04. Brasília, DF: Senado, 2005.
- BRASIL. Lei de Libras. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Lei 10.436/2002: Brasília, DF: Senado, 2002.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação, 2008.

- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira - Novo Deit Libras. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- STF. Supremo Tribunal Federal. Suspensão eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial. Disponível em < <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1> > , acesso em 05 de agosto de 2022.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca realizou uma análise respeitosa, observando os devidos preceitos éticos. O recurso foi apresentado em relação à presente questão e, com base nos argumentos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

Quanto ao conteúdo programático a banca pontuou que os estudantes com deficiência visual também são atendidos pelos professores da Educação Especial, incluindo o Atendimento Educacional Especializado e, ainda, que o Edital do certame prevê o AEE como tema, em todas as suas competências e funções.

Sobre a fundamentação legal para a presença do Braille no AEE e quanto à produção de materiais didáticos:

“O **atendimento educacional especializado** é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do **sistema Braille**, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e **produção de materiais didáticos e pedagógicos**, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros” (BRASIL, 2008, p.17).

Assim, a prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certame, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação voltada para a formação demandada de professores que atuam no campo da Educação Especial e Inclusão Escolar. As questões estão distribuídas de forma equilibrada, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado. E, no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado”.

Sobre a possibilidade da alternativa D também poder estar correta, a banca pontuou que a alternativa correta, corresponde ao que está posto nas Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille (BRASIL, 2018) é a que afirma que os procedimentos apropriados para a produção de textos didáticos em Braille são: 1. Adaptação. 2. Diagramação/formatação e transcrição. 3. Revisão. 4. Impressão, encadernação e acabamento. Esses procedimentos podem ser conferidos na página 19 das Normas.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- BRASIL. Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2018.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu a argumentação recursal e realizou uma análise respeitosa, observando os devidos preceitos éticos e, respeitosamente, elaborou o seguinte parecer:

A banca pontuou que a alternativa incorreta da questão é a que afirma que a acuidade de audição corresponde às inabilidades que podem ser associadas à deficiência intelectual. As demais alternativas estão corretas, conforme a referência apresentada a seguir:

No artigo 5 do Decreto nº 5.296 (2004) define-se a condição da deficiência intelectual como funcionamento intelectual significativamente inferior à média e associada a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Estas dificuldades devem se manifestar antes da idade dos 18 anos.

Tal definição é idêntica à proposta pela *American Association on Mental Retardation* (AAMR), no ano de 1992 (Almeida, 2004) cuja filosofia principal na época era de que a condição adquire uma orientação funcional e que, portanto, o foco da identificação, e consequente classificação, deve ser para prover e definir a intensidade dos apoios necessários para que a pessoa melhore o seu funcionamento em um dado contexto histórico, cultural e social (VELTRONE e MENDES, 2011, p.415).

Quanto ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, conhecido como DSM (ou DSW), precisa ser analisado com cautela quando se trata da análise da deficiência intelectual e o Manual não diverge do que está posto na questão da prova. O DSM contém análises claras que falam de ‘outras condições’ que são podem ser ‘associadas’ à deficiência intelectual, como, por exemplo, alguma deficiência sensorial ou condição de saúde que eleve à a acuidade de audição. Mas, no documento a acuidade auditiva não aparece como uma característica que descreva ou apareça na deficiência intelectual por si só. Segundo Martinhago e Caponi (2019), o DSM é utilizado no campo dos transtornos mentais e de classificações psiquiátricas (condições de saúde), por isso essas outras caracterizações.

Segundo o DSM: “a deficiência no funcionamento intelectual é caracterizada por défices na generalidade das capacidades cognitivas/funções intelectuais, tais como: raciocínio, resolução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, julgamento, aprendizagens acadêmicas e aprendizagens realizadas com base na experiência. A deficiência no funcionamento Intelectual requer um déficit cognitivo de, aproximadamente, 2 ou mais desvios-padrão no quociente de inteligência (QI), situando-se abaixo da média da população para uma pessoa da mesma idade e grupo cultural. Normalmente, este desvio corresponde a um QI de aproximadamente 70 ou menos e é medido através de testes individualizados, padronizados, culturalmente adequados e com validade psicométrica”.

Quanto ao uso do termo ‘compreensão’, a banca não observou qualquer desafio imposto - ou lógica de interpretação textual - para que esse termo pudesse dificultar o entendimento do que de fato é solicitado na questão.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- MARTINHAGO, FERNANDA e CAPONI, SANDRA. Controvérsias sobre o uso do DSM para diagnósticos de transtornos mentais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2019, v. 29, n. 02
- MILIAN, Q. G.; ALVES, R. J. R.; WECHSLER, S. M.; NAKANO, T. de C. Deficiência intelectual: doze anos de publicações na base SciELO. *Revista Psicopedagogia*. 2013, vol.30, n.91, pp. 64-73.
- DSM. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.
- VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Descrição das propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual. *Paidéia*. 2011, v. 21, n. 50.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu, respeitosamente, as razões recursais e realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certame.

As razões recursais, entre outras questões, versam que há na BNCC o compromisso com a Educação Integral. Contudo, a banca ponderou que a Educação Integral não está voltada para ela não reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos que não tiveram acesso à educação na idade própria.

Diante do exposto, a partir do exame realizado pela banca, foi pontuado que a alternativa INCORRETA é a que afirma que a Educação em tempo integral está prevista na legislação para a promoção da inclusão de pessoas que não tiveram ou não têm acesso à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação prevê que sejam feitos esforços para a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral, mas não há ligação direta com a inclusão de pessoas com deficiência que não tiveram acesso à escolarização.

Já as demais alternativas, estão corretas: A educação ao longo da vida, prevista na Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018, é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está prevista para essa finalidade na Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96. E a Diferenciação curricular também está prevista com a finalidade inclusão de pessoas com deficiência que não tiveram acesso à escolarização, conforme o trecho da BNCC referenciado a seguir:

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as **pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria**. Igualmente, requer o compromisso com os **alunos com deficiência**, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de **diferenciação curricular**, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.632. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Brasília: Casa Civil, 2018.
- BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca recebeu respeitosamente toda argumentação recursal. Em seguida, realizou uma análise cuidadosa, minuciosa e pautada nos preceitos éticos inerentes ao certame. E, em seguida, elaborou o parecer apresentado a seguir.

Assim, a banca pontuou que a alternativa correta é a que afirma que a escola NÃO tem o direito de recusar a matrícula de alunos público-alvo da educação especial encaminhando a sua matrícula em uma escola especializada.

A Constituição Federal, determina no Art. 205 que a educação é direito de todos e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é reafirmado esse direito, sendo que as matrículas não podem ser recusadas em escolas públicas ou particulares. A recusa da matrícula, inclusive, é considerada crime segundo o artigo 8º da Lei 7.853/89. No ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou em uma decisão que as instituições de ensino não podem escolher os alunos que serão matriculados e nem segregar alunos com deficiência.

As demais alternativas afirmam que as escolas podem recusar a matrícula e, por isso, estão incorretas.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca realizou uma análise respeitosa, observando os devidos preceitos éticos. O recurso foi apresentado em relação à questão e, com base nos argumentos apresentados, respeitosamente elaborou o seguinte parecer:

Quanto ao conteúdo programático, a banca pontuou que os estudantes com deficiência visual também são atendidos pelos professores da Educação Especial, incluindo o Atendimento Educacional Especializado e, ainda, que o Edital do certame prevê o AEE como tema, em todas as suas competências e funções.

Sobre a fundamentação legal do Braille no AEE:

“O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, **do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma**, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e **produção de materiais didáticos e pedagógicos**, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros” (BRASIL, 2008, p.17).

Assim, a prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certame, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação voltada para a formação demandada de professores que atuam no campo da Educação Especial e Inclusão Escolar. As questões estão distribuídas de forma equilibrada, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado.

Por último, a banca lembra que no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado”.

Portanto, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- BRASIL. Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2018.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao acolher as argumentações recursais, a banca respeitosamente iniciou o processo de exame e emitiu o parecer apresentado a seguir.

Quanto à questão correta - e as demais filosofias educacionais listadas nas alternativas também fazerem parte do passado histórico da educação de surdos - a banca pontuou que o enunciado da questão, na verdade, pergunta sobre a atualidade. Ou seja, a seguinte questão foi colocada: Qual dessas diferentes abordagens está prevista, atualmente, na Lei Brasileira de Inclusão para a educação de estudantes surdos?

A alternativa correta, quanto às abordagens, está prevista atualmente na Lei Brasileira de Inclusão para a educação de estudantes surdos, é o bilinguismo, conforme apresentado no excerto a seguir:

IV - oferta de educação **bilíngue**, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; (...)” (BRASIL, 2015, Cap. IV, Art. 27).

Quanto ao conteúdo programático, a banca pontuou que os estudantes surdos também são atendidos pelos professores da Educação Especial, incluindo o Atendimento Educacional Especializado e, ainda, que o Edital do certame prevê o AEE como tema, em todas as suas competências e funções.

A prova possui uma distribuição equânime de temas, pautada nos preceitos éticos, inerentes ao certame, e de acordo com o que está previsto no Edital e na Legislação. Não houve o superdimensionamento de nenhuma área, sendo as questões equilibradas, embora não haja nada que impedisse caso algum tema fosse mais abordado.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 2005, que regulamentou, dentre várias questões, os usos e o ensino dessa língua nos espaços escolares. Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, ratificou o que foi estabelecido no Decreto sobre o uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação e explicitou qual deve ser a formação de professores para os usos e ensino dessas duas línguas na escola.

Sobre a fundamentação legal da Libras no AEE:

“O **atendimento educacional especializado** é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no **ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua**, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de **enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos**, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros” (BRASIL, 2008, p.17).

Portanto, os processos de ENSINO são de responsabilidade dos professores (e não se relacionam com os trabalhos de tradução-interpretação que são de responsabilidade dos Tradutores-Intérpretes de Libras). Os Tradutores-Intérpretes de Libras apenas atuam quando os alunos já sabem a língua e, pelas políticas públicas atuais, cabe aos professores do campo da Educação Especial o ensino da Libras e o ensino do Português como Segunda Língua (L2). A banca lembra que no Edital, na página 12, item 7.2.36, está previsto que: “O Anexo IX deste Edital contempla apenas os Conteúdos Programáticos, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado”.

Assim, considerando essas questões, a banca considerou o recurso como improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Decreto 5626/05. Brasília, DF: Senado, 2005. BRASIL. Decreto 5296/04. Brasília, DF: Senado, 2005.
- BRASIL. Lei de Libras. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Lei 10.436/2002: Brasília, DF: Senado, 2002.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Casa Civil, 2015.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação, 2008.

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a

aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças**; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento**. Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e

comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que afluam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até

mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que

podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a afirmativa “A avaliação do desempenho do praticante é centrada na beleza e no grau de agilidade das técnicas de movimento utilizadas” é verdadeira e, por isso, o gabarito divulgado está incorreto. Tal argumentação não é procedente visto que, de acordo com os autores no qual a questão se baseia (GONZÁLES, 2004. GONZÁLEZ; BRACHT, 2012), a afirmativa correta descreve que a avaliação do desempenho nos esportes técnico-combinatórios está centrada na “na beleza plástica (dimensão estética) e no grau de dificuldade (dimensão acrobática) do movimento” (GONZÁLEZ; BRACHT, 2012,). Assim, não há uma menção direta a agilidade e considerar apenas esta capacidade física não é o suficiente para determinar o **grau de dificuldade do movimento**, aspecto que leva em consideração outros elementos de execução, como a precisão e o emprego de outras capacidades físicas como força, flexibilidade, etc. Por isso, torna-se improcedente o recurso apresentado contra a questão, mantendo-se a alternativa C (divulgada no gabarito preliminar) como a correta.

Fontes:

- GONZÁLEZ, F. J. Sistema de classificação dos esportes com base nos critérios: cooperação, interação com o adversário, ambiente, desempenho comparado e objetivos táticos de ação. Revista Digital efdeportes - Buenos Aires - Ano 10 - nº 71 Abril de 2004.
- GONZÁLEZ, F. J; BRACHT, V. Metodologia do ensino dos esportes coletivos. Vitória: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

BRANCA
07

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

As razões recursais dispõem que houve a divulgação incorreta do gabarito, no qual a alternativa B encontra-se como a correta. Na questão, levando em consideração o gabarito divulgado, a modalidade hipismo foi classificada como um “esporte com estabilidade ambiental”, fato que desconsidera as provas de hipismo realizadas em ambientes abertos e com obstáculos. O fato de existir provas da modalidade que são realizadas em espaços abertos e na interação com ambientes naturais, caracteriza o hipismo como um “esporte sem estabilidade ambiental”, fato que se torna discordante da informação apresentada como resposta correta no gabarito. Deste modo, o recurso apresentado caracteriza-se como procedente e como não há a presença de uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Fonte:

- GONZÁLEZ, F. J. Sistema de classificação dos esportes com base nos critérios: cooperação, interação com o adversário, ambiente, desempenho comparado e objetivos táticos de ação. Revista Digital efdeportes - Buenos Aires - Ano 10 - nº 71 Abril de 2004.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há mais de uma resposta correta para a questão, entretanto é necessário atentar-se para o que é solicitado no enunciado. A resposta correta corresponde a afirmativa que **não** apresenta um argumento característico da “teoria crítica do esporte”. Assim sendo, a argumentação exposta na alternativa C é a resposta correta para a questão, visto que trata-se de uma linha de pensamento vinculada ao especialista em sociologia e filosofia do esporte Hans Lenk, intelectual alemão crítico contundente da teoria supracitada. Diante do exposto, caracteriza-se o recurso como improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- VAZ, Alexandre Fernandez. Teoria Crítica do Esporte: origens, polêmicas, atualidade. **Esporte & Sociedade**. Ano 1, n. 1, 2006. Disponível em: <http://cev.orq.br/biblioteca/teoria-critica-esporte-origens-polemicas-atualidade>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRANCA
10

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

As razões recursais dispõem que há um erro na divulgação do gabarito, no qual consta como correta a alternativa C. Tendo em vista o disposto no enunciado da questão, de acordo com Bracht (2010) e González (2012), as duas categorias nas quais as práticas esportivas podem ser classificadas quanto a expectativa de sua aprendizagem são “saber fazer” e “saber sobre o fazer”. Deste modo, a **resposta correta** para a questão é a **alternativa D**, o que caracteriza o recurso como procedente para alteração da alternativa.

Fontes:

- BRACHT, V. A Educação Física no ensino fundamental. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7170-3-6-educacao-fisica-ensino-fundamental-walter-bracht/file>
- GONZÁLEZ, F. J. Metodologia do Ensino de Esportes Coletivos. UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que não há uma alternativa correta para a questão, visto que o aspecto “estética da percepção” deveria ser considerado correto. Entretanto, ao considerarmos os elementos apresentados por Volp (2010), texto de referência da questão, não há qualquer menção ao aspecto supracitado. Os demais aspectos apresentados como alternativa na questão podem ser encontrados na página 2018 do referido texto. Diante do exposto, o recurso constitui-se como improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- VOLP, C. M. A dança de salão como um dos conteúdos de dança na escola. Motriz, Rio Claro, v.16 n.1 p.215-220, jan./mar. 2010

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há mais de uma alternativa correta para a questão, visto que dois conjuntos de termos poderiam preencher de forma correta as lacunas do enunciado apresentado. Entretanto, considerando as informações gerais apresentadas no enunciado da questão e tomando como referência o texto de definição sobre PCA's apresentado pela BNCC, fica claro que há apenas uma alternativa adequada que responda à questão: letra C. Deste modo, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular [Internet]. Brasília; 2018. Acessado em julho/2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que não há uma resposta correta para a questão, visto que todas as alternativas correspondem à características que definem uma dança como folclórica. Entretanto, para que uma dança ou um folguedo sejam considerados como folclóricos, eles devem estar de acordo com os conceitos que definem o estudo do Folclore e, nessa direção, características como tradicionalidade, funcionalidade e fazer coletivo são centrais. Além disso, o enunciado expõe características que definem uma dança como folclórica, e não características que uma dança folclórica pode apresentar. Diante do exposto, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- MARTINS, S. Folclore: Teoria e Método. 1o Edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1986: Pág. 17 a 19.
- CÔRTEZ, G. Processos de criação em Danças Brasileiras: o folclore como inspiração. In: Anais do VI Congresso de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas. Campinas, 2010.

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

As razões recursais dispõem que há uma incongruência da questão, em especial o caráter subjetivo que as afirmativas apresentam, o que poderia caracterizá-las tanto como verdadeiras quanto como falsas, a depender da experiência do docente e do contexto em que se insere. A partir desta argumentação, não seria possível, assim, assinalar uma resposta correta para a questão. Diante do exposto e tendo em vista a falta de uma maior delimitação de referências e de detalhes conceituais no enunciado da questão, o que a torna passível de ambiguidade interpretativa, considera-se o recurso procedente, devendo a questão ser anulada.

Fontes:

- NASCIMENTO, P. R. B do.; ALMEIDA, L. de. A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades. Movimento, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 91-110, set./dez. 2017.
- REIS, Adriano de Paiva *et al.* O MMA como “nova” face da luta espetáculo. In: REIS, Adriano de Paiva *et al.* (Orgs.). Pedagogia histórico-crítica e Educação Física. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que há ausência de alternativa correta para a questão, tendo em vista uma diferença de conceituação e classificação sobre “combinações táticas” entre os autores da área. Contudo, as combinações táticas apresentadas na alternativa correta, letra D, encontram-se descritas em González, Darido e Oliveira (2017), a partir da classificação do handebol como “esporte de invasão”. Além disso, o enunciado faz clara menção ao handebol classificado como uma modalidade de invasão, característica central na interpretação da questão proposta. Diante do exposto, julga-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. **Práticas corporais e a organização do conhecimento: esportes de invasão.** Maringa: 2017.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há mais de uma alternativa correta de resposta, visto que em outra alternativa também foi apresentado um drible, um passe e um arremesso do basquetebol. Contudo, o recurso ignora a informação que traz claramente o enunciado de que a alternativa correta deveria obedecer a uma certa sequência na apresentação dos termos: primeiro um tipo de arremesso, em seguida um tipo de passe e, por fim, um tipo de drible. Sendo assim, a questão apresenta apenas uma alternativa correta de resposta e, por isso, o recurso constitui-se como improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. **Práticas corporais e a organização do conhecimento: esportes de invasão.** Maringa: 2017.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões discursais dispõem que há erro na atribuição de verdadeiro ou falso para as sentenças apresentadas na questão, o que levaria a uma resposta incorreta por parte do gabarito. Entretanto, as sentenças 1 e 4 são falsas, visto que, de acordo com as referências nas quais a questão se ancora (CATIB; TREVISAN; SCHWARTZ, 2009. WOSIEN, 200. RAMOS, 2002), as danças circulares retratam **aspectos tradicionais e culturais de cada região e grupo social onde se originaram**, diferentemente do que propõe a primeira afirmativa. Além disso, o seu conceito foi introduzido na **década de 1970** pelo **bailarino e coreógrafo** alemão Bernhard Wosien em uma comunidade **holística** na Escócia. Diante do exposto, o recurso apresentado contra a questão caracteriza-se como improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- CATIB, N. O. M.; TREVISAN, P. R. T. C.; SCHWARTZ, G. M. As danças circulares no contexto das tendências pedagógicas da Educação Física. **Impulso**, Piracicaba, v. 19, n. 48, p. 61-72, jul-dez, 2009.
- WOSIEN, B. Dança um Caminho para a Totalidade. São Paulo: Ed. Triom, 2000.
- RAMOS, R.C.L. Danças circulares sagradas: uma proposta de educação e cura. São Paulo: Ed. Triom, 2002.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há um erro na divulgação da resposta correta, visto que seria a alternativa D aquela que responde adequadamente à questão. Contudo, considerando as prescrições apresentadas na BNCC e em diferentes trabalhos sobre as danças urbanas, a execução precisa e técnica de movimentos não se caracteriza como uma habilidade central a ser desenvolvida nas aulas de danças urbanas, visto exatamente a especificidade do conjunto de práticas que a compõe. Assim, a alternativa correta é aquela divulgada pelo gabarito, letra C. Diante do exposto, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- COSTA, M. P. A Dança do Movimento Hip-Hop e o Movimento da Dança Hip-Hop. In: Fórum de Pesquisa Científica em Artes, 3., 2005. Curitiba. Anais... Curitiba: Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2005. Disponível em: http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais3/maurcio_priess.pdf. Acesso em 30 jun. 2022.
- BRASIL, Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 01 jul. 2022.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais expostas não apresentam argumentação coerente. Evidencia-se uma dificuldade de ordem interpretativa sobre o comando da questão, ao passo que a solicitação realizada indicava que fosse assinalada a alternativa que **NÃO** apresentava uma característica da luta marajoara. Diante do exposto, julga-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- CAMPOS, I. S. L. ANTUNES, M. M. Luta Marajoara: diálogos com o esporte, saúde e educação. **Cenas Educacionais**, Catité -BA, v.4, n. e11870, p. 1-17, 2021.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que há a ausência de uma única resposta correta para a questão. Conforma os textos de referência nos quais a questão se baseia (SOUZA, 2022. PALMEIRA, 2014), O “Breakdance” se caracteriza como uma das quatro manifestações da cultura Hip Hop e trata-se de um estilo de dança movido por uma disputa (sem violência) entre diferentes grupos. O estilo de Dança Urbana que sofreu influência de movimentações e técnicas corporais de danças africanas e do sapateado é o “Street Dance”. Assim, visto que o comando da questão solicita que seja assinalado qual **NÃO** é uma das características do processo de constituição sócio-histórico das Danças Urbanas, a alternativa correta, e que está de acordo com o gabarito, é a letra D. Diante do exposto, o recurso se constitui como improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- SOUSA, N. G. O Break Dance no Brasil e na França: uma proposta de definição e tradução de seus principais elementos. 2017. 40 f., [S. l.]. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Francês) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/19479>. Acesso em 01 jul. 2022.
- PALMEIRA, K. N. Centro de Danças Urbanas. 2014. 31 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/10221>. Acesso em 01 jul. 2022.

BRANCA
22

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento exposto no pedido de recurso não apresenta coerência e nem clareza de propósito, o que inviabiliza o julgamento da solicitação. Pelo exposto, considera-se o recurso prejudicado e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- MALMBERG, E. Kidnastic. Champaign: Human Kinetics, 2003.
- TSUKAMOTO, M. H. C.; NUNOMURA, M. Iniciação esportiva e infância: um olhar sobre a ginástica artística. RBCE, Campinas, v. 26, n. 3, p. 159-176, maio de 2005.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que há uma ausência do tema de sexo/gênero na bibliografia contida no edital, além de haver uma imprecisão no enunciado da questão quanto aos termos gênero e sexo, fato que teria acarretado prejuízo na escolha da alternativa correta. Entretanto, nenhuma dessas argumentações se justifica ou compromete a resolução adequada da questão. O conteúdo abordado se encaixa na área 8.3: Esporte e Inclusão, visto que tangencia a discriminação de sexo/gênero nas aulas de Educação Física. Ademais, tendo em vista o enunciado e a solicitação de que fosse marcado o regime em que **não** é considerado o sexo do aluno, ou seja, uma educação mista, nenhuma das alternativas, exceto a correta, se encaixaria como resposta. Vejamos as demais alternativas apresentadas:

A) Sexista: Refere-se a sexismo (discriminação fundamentada no sexo);

B) Unissexual: Refere-se a um único sexo;

D) Não binaridade: Refere-se a uma série de identidades que não são parte do sistema de gêneros binários.

Assim, se conclui que, embora os termos gênero e sexo tenham adquirido certa equivalência no enunciado, tal fator não comprometeu a compreensão daquilo que foi solicitado na questão e que se referia ao debate de educação mista nas escolas. Diante do exposto, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- BRASIL. LEI.069/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que o tema abordado na questão não consta no conteúdo programática divulgado no edital do concurso. Entretanto, em observância do enunciado da questão, fica claro que a temática se encaixa no conteúdo programático 8.3 “Esporte e inclusão”. Diante do exposto, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. In Revista Ciência & Saúde Coletiva, 21(10):3265-3276, 2016.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos apresentados expõem o argumento de que a temática abordada não consta no conteúdo programático divulgado no edital. Entretanto, a partir do enunciado da questão, fica claro que o tema se encaixa no item 8.3 “Esporte e Inclusão”, do referido conteúdo programático. Ademais, argumenta-se ainda que há mais de uma alternativa correta para a questão e esta seria a letra B. Contudo, diferentemente do que a referida alternativa propõe, o COI não exige que todos os atletas transexuais realizem cirurgia de mudança de sexo para participar de competições. Diante do exposto, confirma-se como resposta correta a alternativa D e, assim, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- SERRANO, Jessica Leite. Práticas corporais e transexualidade: estudos de homens e mulheres trans. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que o tema abordado na questão não consta no conteúdo programática divulgado no edital do concurso. Porém, o tema está dentro do conteúdo programático do edital, no item 8.2 “Políticas públicas de esporte e lazer”. Assim sendo, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- SILVA, D. S. BORGES, C. N, F. AMARAL, S.C.F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. Jan-Mar 2015.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão do recurso dispõe que o tema abordado na questão não consta no conteúdo programática divulgado no edital do concurso. Contudo, o tema está dentro do conteúdo programático do edital, no item 8: “Práticas corporais, lazer e sociedade”. Ademais, uma segunda justificativa apresentada foi um erro na divulgação do gabarito, argumentação esta que não é apresentada com qualquer clareza ou fundamento. Diante do exposto, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer & esporte: políticas públicas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão do recurso dispõe sobre erro na divulgação do gabarito. Expõe-se no recurso que a alternativa A seria a correta, entretanto o argumento apresentado na alternativa em questão, em referência aos termos apresentados, não completa de forma coerente a sentença anunciada na questão. Pelo contrário, colocam em contradição a interpretação correta da frase a ser completada. Assim, julga-se o recurso solicitado como improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- Ungheri, B. O., & Isayama, H. F. (2019). Esporte, Lazer e Descentralização: Reflexões no Campo das Políticas Públicas. LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer, 22(3), 537–578. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15349>

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que há erro na divulgação do gabarito, sendo a resposta a ser considerada correta a alternativa C. Entretanto, ao solicitar que fosse assinalado a alternativa que **não** apresenta uma característica comum entre a capoeira e a ginástica, tal argumento é inválido, visto que a característica apresentada na alternativa em questão é a da “competição”, algo comum entre os dois esportes. Assim, a resposta correta é a letra A que descreve a característica de “luta” como a exceção, o que é correto já que a ginástica não a apresenta. Diante do exposto, considera-se o recurso como improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- Pasqua, L. de P. M., Hess, C. M. e Toledo, E. Corpoconsciência, Cuiabá-MT, vol. 24, n. 01 p. 153-169, jan./abr., 2020 ISSN 1517-6096 – ISSNe 2178-5945

BRANCA
32

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

As razões recursais dispõem que há mais de uma resposta correta, visto que as alternativas B e C apresentam práticas corporais que não correspondem aos jogos e brincadeiras. Considerando que tanto o futebol, apresentado na alternativa B, quanto o congado, apresentado na alternativa C, de fato não correspondem a jogos ou brincadeiras, a

argumentação apresentada nos pedidos de recurso encontra-se correta. Deste modo, julga-se o recurso como procedente para a anulação da questão.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que houve erro na divulgação do gabarito, visto que em uma das afirmativas apresentadas na questão o termo **assentir** apresenta duplo sentido, fazendo com que o argumento enunciado pudesse ser Verdadeiro ou Falso. Entretanto, ainda que se considere os diferentes sentidos que o referido termo poderia assumir na sentença mencionada, ela continua se caracterizando como uma afirmativa falsa. Isso porque que a Educação Física deve propor um debate que **não** deva assentir (ou **concordar**, ou **reconhecer/validar** – expressões sinônimas de **assentir**) sobre essa cultura corporal excludente (argumento oposto àquele exposto na sentença). Diante do exposto, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- BORGES, A. M. A influência da mídia na escolha dos conteúdos da Educação Física Escolar. Projeto curso de Educação Física, Universidade de Brasília, 2012.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso argumenta que há um erro na divulgação do gabarito, sendo a alternativa B aquela que deveria ser considerada a correta. Entretanto, deve-se atentar para a solicitação realizada no enunciado de que a alternativa correta é aquela que não apresenta uma discussão característica do currículo cultural da educação física. Nessa direção, a alternativa correta é a letra C, como consta no gabarito, visto que a sentença descreve que **“currículo cultural procura padronizar conhecimentos a fim de contribuir para a construção de uma sociedade mais tecnicista e de disparidade”**, argumento este que vai em sentido contrário aos pressupostos do currículo cultural da Educação Física. Ademais, a alternativa B apresenta corretamente uma linha de argumentação característica do currículo cultural ao expor que tal forma de organização da Educação Física **“não aceita os pressupostos neoliberais propositadamente camuflados nas vertentes tecnicistas”**. Diante do exposto, julga-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- NEIRA, M. G. Etnografando a prática do skate: elementos para o currículo da Educação Física. In: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_34.pdf. Acesso em: 04/07/2022.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As argumentações apresentadas nas razões recursais caracterizam-se como inadequadas ou sem coerência com o enunciado da questão. Nesse sentido, é possível constatar com clareza que a temática abordada na questão se constitui como pertencente ao item 2.2 “Lutas do Brasil” do conteúdo programático divulgado no edital do concurso. Além disso, o comando da questão solicita que a afirmativa **correta** seja marcada, o que caracteriza a alternativa C

como aquela a ser assinalada. Diante do exposto, julga-se os pedidos de recurso como improcedentes e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- Monteiro, *Fernanda Yully dos Santos*. A Capoeira e o Huka- huka nas aulas de educação física: diálogos sobre uma escola plural através das lutas de matriz africana e indígena. Periódicos UFPA. v. 3, n. 1 (2018)

BRANCA
39

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem sobre erro no enunciado da questão. Entretanto, as solicitações de recurso apresentam argumentação inconsistente e redação inadequada, comprometendo, assim, a compreensão sobre os motivos que fundamentaram o pedido. Diante do exposto, considera-se o recurso prejudicado e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- MARQUES, R.F.R. ALMEIDA, M, A, B. GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. Revista Movimento Porto Alegre, v. 13, n.03, p. 225-242, setembro/dezembro de 2007.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há uma discordância entre o que solicita o enunciado da questão e as alternativas apresentadas, o que acarretaria a ausência de uma única resposta correta. Entretanto, considerando as técnicas do slackline como os “modos como se faz” a modalidade, concentração, força e movimentos estáticos são elementos presentes nas técnicas de Slackline. Deste modo, considera-se o recurso improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- GUEDES, D. G. S. BUNGENSTAB, G.C. SLACKLINE: Desafios e possibilidades no ambiente escolar. Revista Corpoconsciência, v. 23, nº1, jan./abr., 2019

Cargo: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE DOCENTES

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS

ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo

em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.). Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância.

Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No recurso é sustentada a alegação que além da alternativa apresentada no gabarito oficial como correta (alternativa D), outra alternativa também estaria correta (alternativa C). Considerando a base legal que orienta a referida questão, não há qualquer correspondência entre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e o texto apresentado na alternativa “C”, aqui reproduzido: *Garantia de acesso às informações e conhecimentos na produção de novos saberes, sempre resguardando a recuperação da história produtiva das comunidades onde a escola está inserida, minimizando o impacto ambiental e ofertando itinerários voltados para a*

permanência dos jovens nas suas comunidades. Trata-se, tão somente, de um conjunto de princípios genéricos, que não se sustentam como princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica, não sendo encontrados, da forma como apresentados na alternativa “C”, em nenhum dos artigos ou incisos da referida Resolução.

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter Gabarito.**

Fonte:

- Resolução CNE/CP n. 01 de 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No recurso é sustentada a alegação que o tema tratado na referida questão, a saber: a Educação de Jovens e Adultos (EJA), não consta do conteúdo programático da prova e não faz parte dos cursos profissionalizantes, para os quais foi feita a inscrição na referida prova, por tratar-se de outra modalidade de ensino. A alegação não encontra fundamento no ordenamento jurídico da educação brasileira, que ao situar a EJA como modalidade (a partir de Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei n. 9.394/1996) afirma o seu caráter de oferta paralela aos níveis e etapas da educação básica, assim como, às demais modalidades. Nesse sentido, a EJA está presente na alfabetização, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação profissional (caso do PROEJA, desenvolvido nos Institutos Federais). É o que ocorre no Novo Ensino Médio, que reconhece as especificidades dessa modalidade ao estabelecer normas específicas para os diferentes itinerários, incluindo o da Formação Técnica e Profissional.

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter Gabarito.**

Fonte:

- Resolução MEC n. 3, de 21 de novembro de 2018, art. 17, § 5.

BRANCA
17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O recurso apresentado sustenta a alegação que a apresentação da ordem das alternativas estaria fora do padrão da prova, o que induziu ao erro no momento de marcação no gabarito. Na referida questão, as alternativas de resposta são apresentadas na seguinte ordem: A; B; D; C, quando deveriam seguir a ordem A; B; C; D. Como a resposta correta é a alternativa “C” essa troca na ordem apresentou dúvidas para escolha da alternativa e marcação da resposta no gabarito. Considerando o exposto, a questão deverá ser anulada.

Posição: **PROCEDENTE - Anular a Questão.**

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No recurso é sustentada a alegação que a referida questão, ao tratar dos princípios do itinerário de Formação Técnica e Profissional, apresenta afirmações falsas, contrariando o gabarito oficial, que aponta todas as afirmações como sendo verdadeiras. A razão recursal sustenta que o termo “mundo do trabalho” deveria constar da primeira afirmativa, aqui transcrita: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam, efetivamente, a qualificação profissional dos estudantes, sob o risco de descontextualização, sendo que a ausência do termo tornaria a afirmativa falsa. Ocorre que para o legislador não há que se falar em qualificação profissional apartada do trabalho ou do mundo do trabalho, não havendo outra interpretação para o princípio de qualificação profissional que não seja o subsequente exercício do *labor*. Ao citar na lei o mundo do trabalho, a referência são as dimensões constitutivas desse “mundo”, quais sejam, a vida, as relações, a carreira, a flexibilidade e adaptabilidade, dentre outras que caracterizam as relações de produção contemporâneas e que devem ser consideradas no programa de formação. O

recurso sustenta que a terceira alternativa, aqui transcrita: *As instituições de ensino deverão considerar, na oferta, o contexto local e as possibilidades de oferta explicitadas no seu Projeto Político-Pedagógico*, seria falsa, alegando que tais princípios não existem no Itinerário da Formação Técnica e Profissional. A afirmação não se sustenta, conforme excerto da Deliberação n. 04/21 – CEE/PR, em sua página 14, citando a Resolução CNE/CEB nº 3/2018: (...) *condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelas instituições de ensino explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico.*

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter Gabarito**

Fonte:

- Deliberação n. 04/21 – CEE/PR, em sua página 14, citando a Resolução CNE/CEB n.o 3/2018

BRANCA
20

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

No recurso é sustentada a alegação que, além da alternativa que consta no gabarito como correta, a “B”, a alternativa “C” também estaria correta, caracterizando a existência de duas respostas corretas na referida questão. A alegação é procedente, uma vez que as escolas redes públicas e o sistema privado podem estabelecer parcerias para oferta do Itinerário de Formação Técnica e Profissional, abarcando, dentre outras instituições, o SENAI, de modo que a questão apresenta duas alternativas corretas.

Posição: **PROCEDENTE - Anular a Questão.**

Fontes:

- Resolução 01/2021 - CNE/CP
- Lei n. 13.41/2017

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alegação recursal apresenta demanda que se baseia na afirmação de que o enunciado se apresenta de forma não compreensível e com afirmação da BNCC como itinerário. A alegação não procede, sendo a questão relativa à composição curricular final do Novo Ensino Médio. Quanto ao formato, a deliberação é a seguinte:

*As maiores alterações promovidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais foram realizadas na organização curricular e formas de oferta do Ensino Médio. Destacam-se duas mudanças significativas: a organização do currículo em **duas partes que se somam e que se articulam – a formação geral, composta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio e os itinerários formativos –***

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- pág. 11 da Deliberação n. 04/21 – CEE/PR

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que não há uma resposta correta, não havendo no ordenamento jurídico do tema a explicitação da competência para definir a distribuição da carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos. A alegação não precede, uma vez que essas competências estão claramente definidas pela Resolução CNE/CEB n. 03 de 2018, conforme seu CAPÍTULO I, que ao tratar da ORGANIZAÇÃO CURRICULAR, define no Artigo 7, § 6º:

A distribuição da carga horária da formação geral básica e dos itinerários formativos deve ser definida pelas instituições e redes de ensino, conforme normatização do respectivo sistema de ensino.

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- Art. 7, § 6º, da Resolução CNE/CEB n. 3/2018.

BRANCA
26

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

As demandas recursais apontam um erro no gabarito da referida questão. A alegação é que o gabarito oficial aponta a alternativa “C”: *Um total fixo de 1.200 horas*, como sendo a correta, quando deveria apontar a alternativa “A”: *Um mínimo de 1.200 horas*, como alternativa correta.

Posição: **PROCEDENTE** - Mudar o gabarito para considerar a alternativa “A” como sendo a correta.

Fontes:

- RESOLUÇÃO CNE/CP No 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021
- Resolução CNE/CEB n. 3/2018

BRANCA
28

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A demanda recursal baseia-se na alegação de erro no enunciado, que solicita que se marque a alternativa INCORRETA. No entanto, a alternativa apontada pelo gabarito oficial como INCORRETA está, em realidade, CORRETA. Considerando que as demais alternativas são CORRETAS, não há como atender ao que é solicitado no enunciado.

Posição: **PROCEDENTE - Anular a Questão.**

Fonte:

- Art.12, Inciso IV, § 10 da da Resolução CNE/CEB N. 03/2018.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No recurso é sustentada a alegação de erro no gabarito, sendo solicitada a alteração para considerar como correta a alternativa “D” e não a alternativa “A”. A alegação é que a criação de cursos é do *MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA* (conforme texto recursal). Entretanto, a alternativa apontada no recurso como sendo a correta não informa o órgão competente para essa autorização, conforme definido no art. 36, § 7, da Lei n. 13.415/2017

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- Art. 36, § 7, da Lei n. 13.415/2017

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As demandas recursais baseiam-se na alegação de que dois dos objetivos apontados como corretos (I e III): *Aumentar a empregabilidade dos jovens e Agregar valor aos produtos locais*, respectivamente, estão incorretos. A fundamentação dos recursos se sustenta na afirmação que os textos disponíveis no site MEC/SETEC, em nenhum momento, fazem referência ao valor do produto ou empregabilidade dos jovens. Entretanto, contrariando a demanda recursal, o excerto do texto disponível no site elenca esses dois objetivos:

*O incentivo ao ensino técnico como ferramenta para o desenvolvimento econômico entrou na lista de prioridades do MEC. Neste sentido, é estratégico o papel dos institutos federais, que, por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), investem na criação de cursos e contribuem para o aumento **da empregabilidade dos jovens**, dinamizando setores com necessidade ou potencial de crescimento. (...) Para o reitor do IFB, Wilson Conciani, o bom índice de colocação desses jovens no mercado decorre de uma grande demanda de educação profissional, especialmente na área da indústria.*

*“Se não conseguirmos **agregar valor aos produtos** que temos, não vamos nunca superar a condição de país em desenvolvimento”*

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/arranjosprodutivos><http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/arranjos-produtivos>

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A demanda recursal sustenta a inexistência de uma alternativa correta para a referida questão, uma vez que a oferta de curso Subsequente não consta da alternativa considerada correta no gabarito (C). De acordo com o art. 16, incisos I à III da Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, dentre os formatos de oferta que se enquadram no Novo Ensino Médio não está contemplado o formato Subsequente, sendo este ofertado a qualquer tempo para estudantes que já concluíram a etapa do ensino médio.

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- Art. 16, incisos I à III da Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A demanda recursal baseia-se na alegação de que há uma contradição entre a alternativa correta e uma das alternativas apresentadas em uma outra questão, o que torna o recurso prejudicado por não se constituir a partir da base orientadora do conteúdo programático do certame. Uma outra demanda recursal afirma-se na alegação de que alternativa II, apontada como correta, está, na realidade, incorreta, pois afirma que a Formação Geral Básica não poderia ser de 1.200 horas, o que torna o recurso improcedente, considerando que, na forma da lei, é definida a carga horária de 1.800 horas como sendo a máxima permitida.

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- Art. 35, § 5 da lei no 13.415/2017.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A demanda recursal baseia-se na alegação de que o tema sobre o qual versa a referida questão, não encontra fundamento no conteúdo programático do certame.

Posição: **PROCEDENTE - Anular a Questão.**

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No recurso é sustentada a alegação de que não há uma alternativa correta dentre as opções de resposta para a referida questão. O argumento no qual se fundamenta o recurso interposto é a percepção de que a superação da aprendizagem limitada à memorização se caracteriza como consequência de um processo e não como objetivo deste mesmo processo. No entanto, a referida questão discorre sobre os critérios a serem adotados pelos entes federativos na organização e oferta do Novo Ensino Médio, sendo, um desses critérios a adoção de uma aprendizagem que seja superadora da perspectiva limitante da memorização, não havendo na forma como a afirmação é apresentada qualquer perda de sentido ou desvio conceitual.

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto recursal demanda a alteração do gabarito a partir da alegação de que: *A BNCC enfatiza o aluno como protagonista do processo educativo*. No entanto, a questão refere-se ao componente curricular Projeto de Vida, que é assim definido:

*As maiores alterações promovidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais foram realizadas na organização curricular e formas de oferta do Ensino Médio. Destacam-se duas mudanças significativas: a organização do currículo em duas partes que se somam e que se articulam – a formação geral, **composta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio e os itinerários formativos***

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- pág. 11 da Deliberação n. 04/21 – CEE/PR

BRANCA
38

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A demanda recursal baseia-se na alegação de ausência de uma alternativa correta, uma vez que a alternativa considerada como sendo a correta no gabarito oficial apresenta um erro de grafia que leva à interpretação equivocada. O enunciado da alternativa, aqui transcrito é: *2.400 horas até 2021 e de 3.000 horas a partir do ano letivo de 2022, no mínimo, para os estudantes do ensino médio noturno, com a possibilidade de ampliar a duração da etapa para mais 3 anos*, ou seja, em virtude da ausência da preposição “de”, que daria ao enunciado a seguinte forma: *duração da etapa para mais de 3 anos*, permite a interpretação de que para o noturno, a duração poderia ser de 6 (seis) anos, o que não é verdadeiro.

Posição: **PROCEDENTE - Anular a Questão**

Fonte:

- Artigo 17 da resolução CNE/CEB n.3/2018.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o dever do Estado do Paraná com a educação escolar pública, que é assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, tema este tratado no conteúdo programático do edital *Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná* onde apresenta-se elementos que auxiliam a compreender os desafios no contexto educacional no Estado em questão, vislumbrando as possibilidades para a implementação de mudanças qualitativas no Ensino Médio. Portanto, argumentos recursais improcedentes.

Fonte:

- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED

Cargo: FILOSOFIA

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto

formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que:

proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e

temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto fala de um artigo publicado no National Bureau Economic Research, em que autores determinados vêem essa conexão. Mas o comando da questão, questiona o pensamento de Augusto Comte acerca dos mitos, e tal pensamento vai de encontro à alternativa D. A alternativa CORRETA é a letra D. Comte é considerado como o primeiro filósofo da ciência no sentido moderno do termo e também é visto como o fundador da disciplina acadêmica de Sociologia, além de ser o primeiro teórico a estabelecer as raízes do positivismo. Segundo o pensador, o positivismo era o que o ser humano tinha criado de mais profundo e organizado: a observação e o entendimento da natureza com base no trabalho científico. Politicamente, o positivismo seria expresso pelo trabalho integrado entre ciência e política, visando ao desenvolvimento da sociedade. Para explicar a sua teoria positivista, o filósofo estabeleceu a Lei dos Três Estados, que descrevia os três estágios de desenvolvimento da humanidade. Seriam pois: Estado teológico: o ser humano, em seus primórdios, necessitava encontrar explicações para os fenômenos naturais. Essas explicações eram fornecidas por narrativas mitológicas e religiosas, pois, ao não conseguirem explicar a natureza, os homens criaram seres sobrenaturais para fundamentarem as suas explicações; Estado metafísico: esse segundo ponto de desenvolvimento consiste no início da Filosofia. O ser humano já não se contentava mais com as explicações religiosas e passou a formular teorias racionais para conjecturar as possíveis causas dos efeitos observados na natureza. Nesse estágio, ainda há a prevalência do raciocínio sem a observação da própria natureza; Estado positivo: esse estágio seria o mais desenvolvido da humanidade. O ser humano entendeu que, para encontrar respostas sobre a natureza, ele deveria procurar as explicações na própria natureza. Nesse ponto, haveria o desenvolvimento das ciências e de um modo de pensar o mundo por meio do entendimento desse como algo que está dado fisicamente. O estágio positivo seria marcado pela Física, pela Biologia (ciência que, junto com a Sociologia, seria a mais desenvolvida para Comte) e pela busca incessante do progresso, ou seja, o desenvolvimento do pensamento científico a partir da idade moderna, condenou o “Mito” à morte.

Fontes:

- <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/11/19/mythos-e-logos-dois-modos-de-pensar-falar-e-adquirir-conhecimento>
- <https://educacao.umcomo.com.br/artigo/a-origem-da-filosofia-passagem-do-mito-ao-logos-3689.html>
- <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/auguste-comte.htm>
- https://www.academia.edu/81393570/O_pensamento_cient%C3%ADfico_moderno_origem_desenvolvimento_limites_e_desafios
- <https://www.ecodebate.com.br/tag/tecnologia/page/2/>
- <https://www.consciencia.org/a-evolucao-no-pensamento-de-comte>
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, José Auri. Filosofia: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992
- ARANHA, Maria Lucia; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. A reflexão inicia-se com a definição do homem como única criatura que precisa ser educada. A educação representa o cuidado, a disciplina e a formação da criança. Ao contrário, os animais requerem nutrição, não cuidados. A disciplina transforma a animalidade em humanidade.

O homem tem necessidade de sua própria razão. Ele precisa formar por si mesmo o projeto de sua própria conduta. Portanto, a espécie humana é obrigada a extrair de si mesma, pouco a pouco, com suas próprias forças todas qualidades que pertencem à humanidade. Embora uma geração eduque a outra, esse processo não é mecânico. A disciplina e a instrução representam um papel fundamental na humanização do indefeso ser humano, enquanto aquela é puramente negativa, porque tira do homem sua selvageria; esta o conduz à liberdade.

A análise avança com o conceito de disciplina como o meio que impede ao homem de desviar-se de seu destino, de desviar-se da humanidade, através de suas inclinações animais. O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele só pode recebê-la de outro homem, o qual a recebeu de outrem. Para Kant, uma educação pública completa é aquela que reúne, ao mesmo tempo, a instrução e a formação moral. Ela seria desenvolvida nos institutos de educação. A educação prática tem como metas orientar o educando na direção da habilidade, da prudência e da moralidade. A habilidade deve, antes de tudo, ser bem fundada, para tornar-se, pouco a pouco, um hábito de pensar.

Fica evidente até aqui que a educação para Kant representa a formação do ser humano completo, não aquele que detém apenas o conhecimento, mas aquele que realiza os deveres em relação a si mesmo e aos demais. Ao concluir, o filósofo retoma seu ritmo pregando orientar o jovem para a alegria e bom humor, retomando os deveres para consigo mesmo e para com os demais.

Afinal que eles sejam alegres e felizes e apreciem o valor da vida.

A leitura do texto é profícua e motivadora, porque o filósofo desenvolve suas reflexões com um espírito comprometido, sério, mas também realista com o olhar voltado para seu tempo. Não esconde, porém, que a educação, ainda que seja uma arte, representa um poderoso mecanismo de controle do ser humano e da sociedade.

Fontes:

- Immanuel Kant: biografia, teoria, citações e resumo - Brasil Escola (uol.com.br)
- https://docs.google.com/file/d/0B-f2lWjUB2ejVnppN0gyZkZRMml5R3R6ZmN1b3dnQQ/edit?resourcekey=0-4gozIMsV9nc_zeNarzZPp
- https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/filosofia_licenciatura/2009/efcasagrande.pdf#:~
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2007.
- _____. História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.
- CHALITA, Gabriel. Vivendo a filosofia. São Paulo: Ática, 2006.
- CHAUI, M. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- REALE, Giovanni. História da filosofia: de Espinosa a Kant. São Paulo: Paulus, 2006. v. 4.
- Revista Discutindo Filosofia, Ano 1 – N° 5, p. 34.
- SOUZA, Heloísa Helena. Sobre Kant e a pedagogia. Disponível em:
- <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp38art11.pdf>>.
- <https://www.estantevirtual.com.br/livros/revista-discutindo-filosofia-ano-1-n-6?qau=revista-discutindo-filosofia-ano-1>
- <https://www.webartigos.com/artigos/resenha-pedagogia-de-immanul-kant>
- <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54435/R%20-%20E%20-%20ANTONIO%20DJALMA%20BRAGA%20JUNIOR.pdf?sequence=1>

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra C. Grandes acontecimentos históricos marcaram a Europa nos séculos XIII e XIV. Entre eles, estão: a Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra; a epidemia da peste bubônica, que matou cerca de três quartos da população europeia; o cisma definitivo entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente, que, entre outros fatores, diminuiu a influência da Igreja Católica Romana sobre o poder temporal (o Estado) e sobre a população; a criação de novas universidades, que iniciam o desenvolvimento de questões relativas às ciências naturais e a autonomia da filosofia em relação à teologia. Esses são alguns dos fatores que levarão ao questionamento do pensamento escolástico bem como ao fim da Idade Média. São Boaventura (1240-1284)- iniciou uma reação contra a filosofia tomista e buscou recuperar a tradição platônica agostiniana. Mais tarde essa reação seria desenvolvida pelos filósofos e teólogos franciscanos, sobretudo na Universidade de Oxford, Inglaterra. Ficou conhecido como Doutor Seráfico, Temia que a filosofia suplantasse a teologia e que a razão se tornasse mais importante que a revelação. Roberto Grosseteste (1168-1243) e Roger Bacon (1214-1292) - iniciaram uma investigação experimental no campo das ciências naturais que abriu caminho para a ciência moderna. Guilherme de Ockham (1280-1349) - uma distinção absoluta entre fé e razão, sendo que ambas não se confundem, nem em seu papel, nem em outras características. Para Ockham, a filosofia não seria serva da teologia, e a teologia não poderia sequer ser considerada ciência, pois seria tão-somente um corpo de proposições mantidas não pela coerência racional, mas pela força da fé. Pensador empirista e nominalista, Ockham combateu a metafísica tradicional e iniciou o método da pesquisa científica moderna. Seu pensamento destacou-se porque apreendeu as transformações de seu tempo: a ruptura entre a Igreja e os nascentes Estados nacionais; a perda da concepção unitária da sociedade humana, que passou a se dividir cada vez mais entre o poder temporal e o poder espiritual; a ruptura entre fé e razão.

Fontes:

- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13a ed. São Paulo: Ática, 2003.
- _____. Filosofia. São Paulo: Ática, 2001. (Série: Novo Ensino Médio).
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, José Auri. Filosofia: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992
- <https://www.portalescolar.net/2011/07/filosofia-escolastica-pos-tomista.html>
- <https://prezi.com/hsjfgutympn/a-escolastica-pos-tomista/>
- <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3485-santiago-orrego>
- https://filosofia.com.br/historia_show.php?id=54

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra C. Para Kant, portanto, a beleza reside primordialmente na atitude desinteressada do sujeito em relação a qualquer experiência. Os julgamentos de gosto não podem ser demonstrados, isto é, não pode haver uma regra que force alguém a reconhecer algo como sendo belo. Julgar a beleza implica sentir prazer imediatamente na experiência com o objeto. O prazer pode ser universalmente comunicável se for apoiado não na mera sensação, mas em um estado de espírito que seja também universalmente comunicável. E, já que os únicos estados de espírito universalmente comunicáveis são os cognitivos, de algum modo o prazer do belo deve ter sua base na cognição. O julgamento do belo não faz referência a um conceito, mas é baseado na cognição em geral, isto é, no livre jogo das faculdades cognitivas: imaginação e entendimento, em mútua harmonia. Ele toma uma forma conceitual, pois definimos beleza como se fosse uma propriedade das coisas: "Isso é bonito". O Belo, segundo o idealismo transcendental, não pode ser uma propriedade objetiva das coisas (o belo ontológico), mas nasce da relação entre o objeto e o sujeito, não estando também o sublime nas coisas, mas no homem.

Sempre que as coisas se apresentam na sua gratuidade esplendorosa são belas. Reagindo a este aspecto, Kant refere a Beleza como a forma final de um objeto, enquanto percebida sem representação do fim ou aquilo que agrada universalmente sem conceito. A emoção estética seria naturalmente a perfeita harmonia das faculdades cognitivas

consigno mesmas. Em relação ao uso de textos, existe uma coerência entre o enunciado e o comando e as alternativas, o que é condição padrão nas formulações de itens.

Fontes:

- AGUIAR DE CASTRO, J. A. – O sentido do Belo no século XII e outros estudos, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006, p. 10.
- <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10236/1/8..pdf>
- A ÉTICA E O BELO SEGUNDO KANT: PELA FACULDADE DO JULGAR Ramiro Délio Borges de Meneses* *Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Saúde do Norte
- <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-faculdade-julgar-kant.htm>
- <https://www.edubraga.pro.br/estetica-aesthetics/as-caracteristicas-do-julgamento-acerca-do-belo-segundo-kant/>
- <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9155/GUIMARAES%2C%20ROMULO%20EISINGER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- RIBAS, Maria Alice Coelho; MELLER, Marisa Carpes; RODRIGUES, Ricardo Antonio; GONÇALVES, Rita de Athayde; ROCHA, Ronai Pires da (Org.). Filosofia e ensino: a filosofia na escola. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2005.
- "Dez Lições de Filosofia para um Brasil cidadão, Gilberto Dimenstein, Alvaro Cesar Giansanti, Heidi Strecker. Editora FTD. - Livros" em *Só Filosofia*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2022. Consultado em 03/07/2022 às 09:38. Disponível na Internet em http://www.filosofia.com.br/vi_lanc_livro.php?id=74
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. História da Filosofia. 7v. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No quadro de conteúdo programático, consta o item 6.1- ÉTICA e MORAL, no qual se insere o tema dessa questão, como outras discussões pertencentes ao campo da ética e da moral. A alternativa CORRETA é a letra **D**. Bastante aceito no século XIX, o utilitarismo suscitou inúmeras controvérsias. Uma delas seria o critério para decidir quais são os prazeres superiores, quais devem ser desprezados e como conciliar o interesse pessoal com o coletivo. De maneiras diferentes, Espinosa e Hume já haviam criticado a tradição que atribuíra à consciência a capacidade de dominar as paixões. Na mesma linha, no século XIX e começo do XX, tornaram-se clássicas as rupturas empreendidas por aqueles que foram chamados "mestres da suspeita": Marx, Nietzsche e Freud. Esses três pensadores foram responsáveis por introduzir fissuras na crença de que podemos conhecer a realidade tal como é ou de agir apenas com base em pressupostos racionais sobre os quais teríamos clareza. Mais ainda, que seria preciso abandonar as discussões puramente abstratas sobre a moral e voltar-se para o indivíduo concreto. O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) orientou-se no sentido de recuperar as forças vitais, instintivas, subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, critica Sócrates por ter sido o primeiro a encaminhar a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. A tendência de desconfiança nos instintos culminou com o cristianismo, que acelerou a "domesticação" do ser humano.

Para os utilitaristas, a verdade depende dos resultados práticos alcançados pela ação, o que não significa reduzir grosseiramente a verdade à utilidade. Uma proposição é verdadeira quando "funciona", isto é, permite que nos orientemos na realidade, levando-nos de uma experiência a outra. Atento ao sofrimento das massas oprimidas, Stuart Mill defendeu a coparticipação de operários na indústria, bem como a representação proporcional na política, a fim de permitir a expressão de opiniões minoritárias. Acirrado defensor da absoluta liberdade de expressão, do pluralismo e da diversidade, valorizou o debate de teorias conflitantes. Sob a influência de sua mulher, Harriet Taylor, feminista e socialista, participou da fundação da primeira sociedade defensora do direito de voto para as mulheres. Do ponto de vista moral, o utilitarismo representa uma forma atualizada do hedonismo grego.

Ao destacar a busca do prazer e tomar o "princípio de utilidade" como critério para avaliar o ato moral, conclui-se que o bem é o que possibilita a felicidade e reduz a dor e o sofrimento. No entanto, esse bem deve beneficiar o maior número de pessoas.

Fontes:

- STUART MILL, John O utilitarismo, In MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética de Platão a Foucault. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2007 p. 129.
- https://www.suapesquisa.com/filosofia/john_stuart_mill.htm
- <https://maisretorno.com/portal/termos/j/john-stuart-mill>
- <https://filosofiadoinicio.com/2022/04/john-stuart-mill.html>
- Trindade, S. L. (2008). A ÉTICA UTILITARISTA DE JOHN STUART MILL. *Revista UNI-RN*, 4(1/2), 93. Recuperado de <http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/109>
- https://www.academia.edu/45033721/Para_desfazer_equ%C3%ADvocos_Resenha_de_Utilitarismo_de_John_Stuart_Mill
- BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A parte do conteúdo programático elencado nessa questão foi: item 7.1: Desafios da Política contemporânea. A discussão apresentada, tanto no enunciado, quanto nas demais partes da questão, dizem respeito a uma discussão bastante pertinente e atual. A alternativa CORRETA é a letra **A**. A concretização da tutela dos interesses coletivos lato sensu e o fortalecimento das instituições democráticas, considerando que uma das peculiaridades do Estado Democrático de Direito é o surgimento dos direitos de terceira (difusos) e quarta dimensão (transgeracionais), obviamente um dos principais desafios da atual democracia é a efetivação das garantias que asseguram os mesmos e a sua concretização. O surgimento de uma ordem constitucional global: o dirigismo comunitário. A par disso, em uma análise mais ampla, observa-se a partir do segundo pós-guerra um movimento irrevogável em direção a uma ordem jurídica constitucional globalizada, superposta às soberanias dos Estados, denominado por alguns de dirigismo comunitário. Realmente, os efeitos da globalização evidenciam a necessidade de uma proteção universal dos direitos fundamentais da pessoa humana. Esta uniformização na tutela aos direitos fundamentais se dá, principalmente, através da ratificação aos tratados internacionais que versem sobre direitos humanos, a exemplo da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José de Costa Rica e do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ambos dos quais o Brasil é signatário. A evolução da democracia aponta para um horizonte de maior nível de participação popular nos rumos do Estado. Esta perspectiva demonstra que a constituição democrática não pode estar sujeita somente ao debate dos sujeitos envolvidos no discurso jurídico-político, mas deve ser objeto de interpretação de todos os setores representados da sociedade. Isto traduz a ideia de sociedade aberta dos intérpretes da constituição, defendida por Peter Häberle, na qual a constituição seria um sistema de valores aberto ao influxo de interpretações pluralistas, que serão tão mais pluralistas quanto for a sociedade.

Fontes:

- <https://jus.com.br/artigos/17006/novos-desafios-da-democracia-a-luz-do-paradigma-do-estado-democratico-de-direito>
- LAGES, Cintia Garabini, Paradigmas de Estado.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/democracia-no-seculo-xxi-e-os-desafios-para-gestao-publica/>
- https://www.academia.edu/45688611/DEMOCRACIA_E_SEUS_DESAFIOS_NO_S%C3%89CULO_XXI_VOL_I
- Para uma interpretação democrática da Lei de Segurança Nacional.
- Jornal O Estado de S. Paulo, de 21 de abril de 1983 (quinta-feira), p. 34, Disponível em: http://www.fragoso.com.br/wpcontent/uploads/2017/10/20171003012614-interpretacao_democratica_lei_seguranca_nacional.pdf. FRAGOSO, Heleno Cláudio.
- A Nova Lei de Segurança Nacional. Revista de Direito Penal de Criminologia n. 35, Forense, Rio de Janeiro, 1983, p.60-69. Disponível em: http://www.fragoso.com.br/wp-content/uploads/2017/10/20171002195930-nova_lei_seguranca_nacional.pdf.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Vimos até aqui como é fácil construir raciocínios que podem parecer corretos, mas não são. Por isso se diz que tão importante quanto saber construir argumentos válidos e corretos é ser capaz de distinguir os que não o são, o que nos leva a tratar agora das chamadas falácias. O termo latino fallacia significa "engano, trapaça". Assim, em sua acepção comum, a palavra falácia costuma ser usada para referir uma ideia equivocada ou uma crença falsa (ou que se considera assim), como em "Dizer que o mundo vai acabar é uma falácia". No âmbito da lógica, falácia é qualquer erro de raciocínio ou argumentação. No entanto, esse termo costuma ser reservado mais comumente aos raciocínios ou argumentos enganosos, isto é, que possam parecer corretos, mas que, após um exame cuidadoso, se percebe que não são. A falácia ad hominem ou o argumento ad hominem (contra a pessoa) descreve uma situação em que, em vez de atacar o argumento, a pessoa é atacada, mesmo que o ataque pessoal seja irrelevante com a finalidade de analisar o argumento que faz a pessoa. Por esse motivo, o argumento ad hominem é chamado de várias maneiras: abuso pessoal, contra a pessoa, contra o homem, falácia abusiva, ataques pessoais, insultos, condenação da fonte e refutação por caricatura. Essa é uma das centenas de falácias que existem para manipular outras pessoas consciente ou inconscientemente. O termo falácia descreve um tipo de erro presente em um argumento ou raciocínio. Vemos exemplos muito claros de falácias ad hominem todos os dias em declarações à imprensa ou em debates entre líderes políticos ou candidatos que ocupam posições de representação popular. O argumento ad hominem é quase sempre um recurso usado para atacar desesperadamente outro quando não há argumento melhor ou mais decente. As falácias ad hominem têm duas variantes: a circunstância *ad hominem* e a *ad hominem tu quoque*. A falácia ad hominem é um termo latino cujo significado é "contra o homem". Como o termo literário expressa, implica comentar um oponente ou contra ele e desacreditá-lo para anular seus argumentos. Por qualquer motivo, consciente ou inconscientemente, os argumentos do oponente são atacados atacando a pessoa, em vez de avaliar a validade ou não dos argumentos utilizados. Geralmente, esses argumentos são confundidos com insultos pessoais, mas na realidade eles não são os mesmos. Estes têm uma natureza diferente, embora as diferenças sejam muito sutis. Alguém que não está familiarizado com os princípios básicos da argumentação lógica pode concluir insultando, ou talvez mencionando algum aspecto desagradável de outra pessoa com quem está discutindo um tópico. Mas há pessoas que conscientemente usam a falácia ad hominem como um artifício para combater uma discussão e enganar o público. Ao fazer um comentário pessoal contra outra pessoa, você reduz sua credibilidade com outras pessoas ou, pelo menos, é o que tenta com esse tipo de falácia. Ataques pessoais podem não ser suficientes para refutar o argumento de um indivíduo. No entanto, eles podem contribuir para minar a opinião, crítica ou argumento de alguém, se isso não for percebido a tempo. Deve ficar claro que o ataque pessoal contra um oponente pode ou não ser verdadeiro. A verdade é que, apesar de seu defeito, ele tem um enorme poder de persuasão. Para combatê-lo, devemos apontar onde a falsa conexão do argumento é manipular o público. O exemplo de Hitler como falácia contra o homem é claro e absurdo, uma das maiores falácias contra o homem da história.

Fontes:

- <https://maestrovirtuale.com/falacia-ad-hominem-em-que-consiste-e-exemplos/>
- <http://www.odireitoeeu.com/2019/12/04/o-que-e-falacia-tipos-de-falacias/>
- https://books.google.com.br/books/about/Minha_Luta.html?id=C1dHEAAQBAJ&redir_esc=y
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, José Auri. Filosofia: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992
- ARANHA, Maria Lucia; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13a ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2001. (Série: Novo Ensino Médio).

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão é pertinente pois está relacionada a contexto de democracia na Grécia, o que é elencado em alguns itens do conteúdo programático, tais como: 7.1 O surgimento da política na Grécia Antiga; 7.2 Política e democracia, entre outros. E além disso, é inegável o protagonismo de Péricles no que tange ao desenvolvimento da democracia grega. A alternativa CORRETA é a letra B. A democracia assim como a conhecemos nos dias atuais é muito mais ampla e abrangente do que a Ateniense àquele tempo. Quanto às primeiras experiências do pensamento político e democrático dos atenienses, podemos citar dois grandes nomes. O primeiro é Sólon, considerado um dos sete sábios da Grécia antiga, viveu entre 638 a.C e 558 a.C, transformou as estruturas políticas sociais e econômicas da cidade-estado Atenas. O segundo é Clístenes que viveu entre 565 a.C e 492 a.C, deu continuidade com o trabalho de organização político-social e é considerado um dos pais da democracia. Também conhecido como a “Idade de Ouro de Atenas” ou Período Clássico, foi uma época histórica de grande desenvolvimento da cidade de Atenas. Este período corresponde ao século V a.C. da história da Grécia Antiga, principalmente aos anos em que Péricles governou Atenas (de 444 a.C. a 429 a.C.). Neste século, Atenas tornou-se a principal cidade da Grécia Antiga, pois teve um grande desenvolvimento nas áreas da Política, Teatro, Artes plásticas, Arquitetura, Filosofia, História, Literatura, organização social e desenvolvimento urbano. Esta época também foi marcada por investimento em obras públicas e formação de um exército bem preparado, principalmente, no tocante às estratégias militares. Todos os investimentos feitos por Péricles e outros governantes atenienses deste período, resultaram na melhoria da qualidade de vida de grande parte da população de Atenas. Um dos principais aspectos de Atenas nesta época foi a democracia. Péricles aperfeiçoou o sistema político implantado pelo legislador Clístenes no começo do século VI a.C. O objetivo principal de Péricles era que a democracia servisse para o benefício do maior número possível de atenienses, tendo como princípio a igualdade. Ele não defendia a participação política só para os mais ricos, como era muito comum entre os governantes da época. Outro ideal interessante e inovador para a época, defendido por Péricles, era a meritocracia. As mulheres, os estrangeiros e os escravos não tinham direito a participação política. Clístenes foi responsável: por permitir a participação direta dos cidadãos nos assuntos políticos e econômicos de Atenas; Estabelecimento da Assembleia como mecanismo de discussão, debate e decisão (através do voto em leis criadas pela Bulé). A participação era restrita aos cidadãos; Cargos públicos eram sorteados na Assembleia entre os cidadãos; Instituição do ostracismo, que era a suspensão dos direitos políticos do cidadão ateniense quando ocorria um desrespeito à democracia ou ao funcionamento da cidade; Estabelecimento da organização do poder legislativo: Bulé (Conselho dos 500) e a Eclésia (reunião de cidadãos atenienses do sexo masculino); Criação do Areópago (conselho ou tribunal de justiça) para cuidar do sistema judiciário da cidade. Sólon, por sua vez, decretou o fim da escravidão por dívidas e a libertação de todo ateniense que fosse alvo dessa prática. Logo em seguida, dividiu a população em faixas de renda e criou novas instituições políticas: a Bulé, a Eclésia e o Helieú. Péricles tornou-se famoso também pelas grandes obras públicas, principalmente o Partenon (templo da deusa Atena), o Propileus (grande portal e única entrada da Acrópole ateniense) e a Muralha Longa, entre Atenas e o Pireu (o principal porto da cidade). Tornou imperativo que um cidadão nascido em Atenas e que tivesse ascendência ateniense continuasse a ser considerado um cidadão da Grécia democrática. Apesar dessa lei, Péricles permitiu que os benefícios econômicos fossem compartilhados por estrangeiros que trabalharam no exército e na marinha gregos, trabalharam na infraestrutura cívica e na restauração de vários serviços nas regiões sob controle ateniense.

Fontes:

- Adriano Moreira, "Ideal Democrático, O Discurso de Péricles", *Legado Político do Ocidente (O Homem e o Estado)*, 3.ª ed., *Estratégia*, vol. VIII, 1995, págs. 15-31
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2001. (Série: Novo Ensino Médio).
- BOBBIO, Norberto. Thomas Hobbes. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.
- RIBAS, Maria Alice Coelho; MELLER, Marisa Carpes; RODRIGUES, Ricardo Antonio; GONÇALVES, Rita de Athayde; ROCHA, Ronai Pires da (Org.). Filosofia e ensino: a filosofia na escola. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2005.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto (enunciado) versa acerca da Dialética, que é a questão central tanto no comando, quanto nas alternativas, guardando, portanto, uma coerência entre os elementos constitutivos da questão. A alternativa CORRETA é a letra **A**. O método dialético de Sócrates está ligado à sua descoberta da essência do homem como alma (psyché) e tendo o modo consciente a despojar a alma da ilusão do saber. Como sistema de ensinamento usava o diálogo em sintonia com a razão, para levar o interlocutor ao encontro da sua alma, fundamentalmente de natureza ética e educativa. Pode-se dizer que o método de Sócrates é dividido em duas partes; na primeira, feita a pergunta, ele procura mostrar ao interlocutor a insuficiência da resposta dada e mostra que estas são sempre preconceitos recebidos, opiniões subjetivas e não a definição buscada. A isto, dá-se o nome de ironia; por isso ele não era bem visto. A forma de levar o ouvinte a dar conta de que não sabe aquilo que julgava saber e para melhor entender a si mesmo, era posta como finalidade de quebrar a solidez existente na própria pessoa. Então na segunda parte, ele vai sugerir caminhos para que o interlocutor seja capaz de encontrar a resposta procurada em si mesmo. O que recebe o nome de Maiêutica, pela arte de ajudar o interlocutor a se despojar de tudo aquilo que se diz saber e o que Sócrates fazia para conseguir desmascarar a pessoa e pôr a frente de sua vaidade, era uma das finalidades de seu método, a ironia, sendo uma espécie de reconhecer a sua própria ignorância. Mas, isto muitas vezes tinha uma aparência negativa e até mesmo revolucionária para os cidadãos atenienses. Através da simulação, pode-se chegar a esses caminhos traçados por Sócrates, com a finalidade de discernir as aptidões, sendo este um método de análise crítica e sobre todo um método pedagógico na busca pela verdade através do diálogo. Assim, o interlocutor é convencido do bem que o homem pode ter pela purificação da alma, aprendendo a filosofar e se cuidar com um estímulo irresistível da própria vida. Em lógica, é um raciocínio que contém uma contradição. Um dos mais famosos paradoxos é o de Aquiles e a tartaruga, formulado pelo filósofo pré-socrático Zenão de Eleia. Ao apostar uma corrida com a tartaruga, Aquiles resolveu dar uma vantagem, deixando-a partir um pouco à frente. Segundo Zenão, por mais rápido que Aquiles se movesse, ele nunca conseguiria ultrapassá-la. O paradoxo é explicado assim: cada vez que ele percorre determinada distância, a tartaruga já percorreu outra distância. Se ele se mover mais um tanto para alcançá-la, ela já terá percorrido outro tanto, por menor que seja. Esse fato sempre se repetirá. O argumento de Zenão contraria o senso comum, pois sabemos que Aquiles ganhará a corrida. Mas o filósofo era engenhoso e seu paradoxo ficou conhecido até hoje. Aquiles tinha alcançado a tartaruga e sentara-se confortavelmente no dorso do animal. A dialética é um amplo e antigo modo de operação do pensamento racional dentro da filosofia. Não é possível determinar com precisão quem foi o primeiro filósofo a delinear a dialética, sabe-se apenas que ela surgiu entre os filósofos pré-socráticos e popularizou-se com o método socrático por meio dos escritos platônicos. Com base em Sócrates, Platão definiu seu próprio modo de pensar a dialética, que perdurou como pano de fundo para o conhecimento filosófico durante séculos. No século XIX, Karl Marx operou uma verdadeira revolução no conceito de dialética, pensando-a baseado na luta de classes e na produção material da sociedade. Heráclito, ao identificar esse movimento intelectual como algo presente e fundante da natureza: uma troca de informações do constante movimento da natureza que resulta num complexo entendimento do natural como algo que sempre muda e nunca fica estático. A dialética é, a princípio, um jogo de ideias, concepções ou palavras que resulta no embate por serem elas, entre si, diferentes. O resultado do embate de ideais diferentes pode proporcionar uma nova ideia.

Fontes:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/dialetica.htm>
- <https://filosofianaescola.com/filosofos/heraclito/>
- <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/tag/dialetica>
- http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_03/82.pdf
- <https://www.todamateria.com.br/dialetica/>
- COSTA, Maira de Cinque Pereira da. Rousseau: dialética e teleologia. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi: 10.11606/T.8.2017.tde-19092017-142909. Acesso em: 2022-07-09.
- <https://repositorio.usp.br/item/002885486>

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra C. Arthur Schopenhauer (1788-1860), nascido na cidade prussiana de Danzig (atual Gdańsk, na Polônia), escreveu *O mundo como Vontade e representação*, *Metafísica do belo*, *Aforismos para a sabedoria de vida*, entre outras obras. Crítico severo do racionalismo hegeliano, Schopenhauer obteve reconhecimento apenas aos 63 anos, quando sua fama passou a atrair admiradores e até turistas desejosos de ouvi-lo. Para Schopenhauer, o mundo efetivo (ou a realidade) só existe para quem o representa: concorda com Kant ao admitir que entendemos as imagens por meio de formas puras (espaço, tempo e causalidade) e que, portanto, o mundo é "fenômeno", o que aparece para nós. Acrescenta, porém, que conhecer os fenômenos por meio da razão não nos faz encontrar seu sentido, tampouco o do próprio sujeito que conhece. Seria preciso buscar, além do princípio da razão, outro caminho: o do sentimento. Ao se aprofundar na subjetividade, Schopenhauer encontra seu corpo submetido às leis da causalidade como todos os corpos. No entanto, o corpo humano é instrumento de conhecimento e nos permite investigar as causas de nossas ações. Descobre então algo que designa como Vontade, terreno em que se encontra tudo o que mobiliza qualquer ação. Trata-se de uma vontade cósmica, um "Impeto cego", que faz desde o mundo inorgânico, passando pelos vegetais, animais, até os seres humanos. Nestes últimos, a Vontade deixa de ser cega para tornar-se consciente. Para muitos leitores, a filosofia de Schopenhauer incorre em um inevitável pessimismo metafísico. No entanto, para o filósofo, ainda que do ponto de vista particular haja o conflito, no conjunto da realidade existe um equilíbrio das espécies. No que diz respeito ao indivíduo, este pode desfrutar de momentos de extremo prazer, proporcionados pela arte. Por meio da intuição artística, ele pode desvelar verdades, porque a experiência estética é capaz de atingir o ser das coisas, e não apenas seu aparecer. Em sua ética, Schopenhauer discorre sobre o sentimento de compaixão, pelo qual nos colocamos no lugar do outro, como se ele fosse um outro-eu. Não apenas como sentimento, mas como orientação para agir, minorando o sofrimento alheio. A compaixão se dirige também aos animais e à natureza em geral. Essa teoria conduz a um ascetismo do agir e a uma mística, decerto influenciada pelos estudos sobre o budismo, que sempre estiveram no horizonte da reflexão de Schopenhauer. É com a sabedoria de vida que o filósofo descobre a possibilidade de nos tornarmos menos infelizes. O pensador dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855) é um dos precursores do existencialismo contemporâneo. Entre suas obras, destacam-se *Temor e tremor*, *O conceito de angústia* e *Migalhas filosóficas*. Severo crítico da filosofia moderna, Kierkegaard afirma que desde Descartes até Hegel o ser humano não é visto como ser existente, mas como abstração, reduzido ao conhecimento objetivo. Søren Kierkegaard partia da ideia que o indivíduo é o único responsável em dar significado à sua vida e em vivê-la de maneira íntegra, sincera e apaixonada, apesar da existência de inúmeros obstáculos vitais como o desespero, o absurdo, a alienação e o tédio. Kierkegaard chamava esses males de "distrações existenciais". Em sua obra *O Desespero Humano*, ele afirma que a origem do desespero está na imaginação, onde o homem pode criar uma relação fantasiosa consigo mesmo. O desespero, segundo ele, vem do afastamento da existência, e constitui a pior das doenças; o único mal para o qual não há cura. A morte, encarada pelo senso comum como o pior dos males, não é, para Kierkegaard, um mal maior que o desespero.

Fontes:

- PINHEIRO, Werb Silva. **O mundo como representação e como vontade no pensamento de Arthur Schopenhauer**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 02, Vol. 11, pp. 94-107. Fevereiro de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/filosofia/arthur-schopenhauer>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/filosofia/arthur-schopenhauer
- CHAUÍ, Marilena. *Coleção Os Pensadores: Kierkegaard*.
- <https://laparola.com.br/soren-kierkegaard-e-o-existencialismo#:~>
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/os-estadios-existencia-kierkegaard.htm>
- BARBOSA, Jair. Schopenhauer: a decifração do enigma do mundo. São Paulo: Paulus, 2015.
- BERKELEY, George. Tratado sobre os princípios do conhecimento humano. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).
- JANAWAY, Christopher. Schopenhauer. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2013.
- SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e representação: Trad. M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra A. A escola pitagórica tem seu nome derivado do nome de seu fundador e principal representante: Pitágoras de Samos. Ele defendia que todas as coisas são números e o princípio fundamental de tudo seria a estrutura numérica. Ou seja, o mundo surgiu quando precisou haver uma limitação para o ápeiron e essa limitação eram formas numéricas sobre o espaço. Os pitagóricos faziam um amálgama de concepções, como era comum na época. Desse modo, embora racionais e matemáticos, os pitagóricos também baseavam suas doutrinas em concepções místicas. Filolau de Croton, sua principal obra se chama *Sobre a Natureza*. Nesta obra podemos encontrar, por meio dos poucos fragmentos que restaram, a mais antiga descrição da doutrina pitagórica, o que é bastante importante, uma vez que os pitagóricos não costumavam escrever nada sobre a doutrina do grande mestre Pitágoras, tudo era ensinado oralmente. Portanto, *Sobre a Natureza* é a primeira obra escrita por um pitagórico. Árquitas de Tarento, escreveu sobre as utilizações das médias aritméticas e geométricas, sobre métodos interativos para determinação de raízes quadradas e, também, sobre geometria analítica e introduziu o estudo da média harmônica na música. Pitágoras de Samos, ou seja, o mundo surgiu quando precisou haver uma limitação para o ápeiron e essa limitação eram formas numéricas sobre o espaço. Hipaso de Metaponto se crê que foi quem provou primeiramente a existência dos números irracionais, em um momento em que os pitagóricos pensavam que os números racionais podiam descrever toda a geometria do mundo. O conteúdo elencado nessa questão foi “Escola Itálica: Pitágoras de Samos, Filolau de Crotona e Árquitas de Tarento”;

Fontes:

- <https://histoeirracional.blogspot.com/2011/02/hipaso-de-metaponto.html>
- KAHN, C. H. Pitágoras e os pitagóricos: uma breve história. São Paulo: Edições Loyola. 2007. p. 09-56.
- STRATHERN, P. Pitágoras e seu Teorema em 90 minutos. Trad.: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998. 82 p.
- <https://www.preparaenem.com/filosofia/escola-pitagorica.htm>
- <https://www.filosofiapopular.com.br/italica.html>
- <https://filosofiadoinicio.com/2021/10/filolau-de-crotona.html>
- D’AMBROSIO, U. História da Matemática e Educação. Caderno Cedes, n.40. Campinas: UNICAMP, 1996.
- GOMES, Carla Regina. Pitágoras de Samos: De Místico a Precursor da Teoria dos Números. V Bial da SBM, 2010
- <https://www.somatematica.com.br/biograf/tarento.php>

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra C. A concepção de Berkeley de idealismo parte de uma concepção própria de realidade, a qual é melhor entendida a partir da ideia de imaterialismo. Para ele, o conceito de existência está diretamente ligado ao conceito de percepção. O mundo, para ele, não tem uma realidade independente da mente, sua tese imaterialista faz o mundo desaparecer. Laptops, xícaras de chá, mesas e cadeiras não existem independentemente e fora de qualquer e toda mente. Cabe a esse texto, investigar como uma teoria tão curiosa é possível. Berkeley denomina realidade os objetos que estão na percepção. Somente existem os dados que estão na percepção. Nós temos acesso apenas aos objetos sensíveis, os quais são diretamente percebidos pelos sentidos.

Será que a realidade das coisas perceptíveis consiste em ser percebida? Ou será que esta realidade é algo tão diferente de percebida e que não tem relação com mente? A resposta de Hylas é:— Existir é uma coisa, ser percebido é outra. Philonous tentará durante todo o livro, através do método socrático, persuadi-lo de que uma realidade entendida como substância (substance) fora da mente, separado da percepção, não é possível.

Mais precisamente, as ideias são resultados da percepção. Berkeley também vai fazer críticas à teoria do conhecimento de Jonh Locke. Ele é contra a diferença que o mesmo faz entre qualidades primárias e qualidades

secundárias. Segundo Berkeley, as ideias não são cópias de algo fora da mente, nem mesmo objetos que existem independentes da percepção. É exatamente a separação entre qualidades primárias e secundárias que conduzem o pensamento ao erro. Para ele não é possível pensar que as qualidades secundárias existam independentes do sujeito conhecedor. Aos poucos, pode-se perceber a relutância de Berkeley em aceitar um dualismo mundo exterior. O mundo exterior não tem para ele o status de existente. A partir disso, ele pensa ter resolvido o problema da correspondência entre o conteúdo da mente e o conteúdo da realidade. Berkeley muda então a concepção de matéria ou substância corporal. Para ele, tais conceitos são contraditórios. “Madeira, pedras, fogo, água, carne, ferro, e coisas parecidas, às quais dou nome e converso sobre são as coisas que conheço. E não as teria conhecido se não as tivesse percebido através de meus sentidos; e as coisas percebidas pelos sentidos imediatamente percebidas; e as coisas imediatamente percebidas são ideias; e ideias não podem existir fora da mente; sua existência, portanto consiste em serem percebidas. Quando, então, estão realmente percebidas não pode haver dúvida quanto à sua existência. (Berkeley, 2005, p. 153) Os objetos da percepção constituem o critério de Berkeley para determinação daquilo que existe. Os objetos do mundo exterior são, na verdade, objetos de nossa percepção. Segundo ele, não existe um ser absoluto em si fora da mente. Se nós temos somente acesso aos objetos da percepção, então nós deveríamos nos perguntar, qual é a causa das sensações que chegam até nossos sentidos. Para Berkeley, a causa não é nenhuma qualidade, ou ideia, ou ligação de ideias. Não existe nenhum corpo ou substância material.

Fontes:

- <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/racionalismo>
- https://www.academia.edu/49483242/Berkeley_e_a_realidade_mental_do_mundo
- https://www.academia.edu/1428677/t%C3%ADtulo_do_artigo_George_Berkeley_Empirismo_Ci%C3%A2ncia_e_Metaf%C3%ADsica
- BERKELEY, George. Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento Humano. In. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1
- BERKELEY, George. Três Diálogos entre Hylas e Filonous. In. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Ao tratar dos conceitos de doxa e episteme na obra de Platão, tem-se de levar em conta uma evolução desses termos, no que se refere a sua precisão terminológica. Pode-se assinalar que nos primeiros diálogos esses termos apresentam certas nuances terminológicas que não correspondem, precisamente, ao compreendido no diálogo da República. Nesses primeiros diálogos, doxa e episteme estão sempre mesclados a outros conceitos e só podem ser definidos a partir da relação dialética entre eles. Isso faz com que tais conceitos se modifiquem durante o primeiro período da obra platônica. Nos primeiros diálogos, compreende-se doxa como simples opinião. O termo grego encerra a significação de uma certa noção de julgamento e sentimento, no sentido de resolução e decisão parcial, baseada unicamente nos dados presentes. Isso implica que doxa é compreendida como um certo juízo subjetivo que tem valor apenas momentâneo, um juízo que não poderá ser referência ética, pois tem presente a possibilidade da falsidade das crenças que suportam a ação. Sob a mesma perspectiva, nesses primeiros diálogos, episteme é vista como uma techné, uma habilidade para fazer algo, um tipo de saber que tem seu suporte no conhecimento especializado e preciso da coisa. Essa noção de episteme intrinsecamente ligada à techné também aparece no início do diálogo Górgias como sinônimo de didaskaliké, mas que logo é abandonado por Platão pela proximidade com a arte de Górgias. Esse fato assinala a preocupação crescente em Platão em ajustar os termos dentro de uma precisa terminologia. No diálogo República, esses termos adquirem uma nova delimitação e, apesar de serem considerados radicalmente opostos, mantêm entre si uma relação intrinsecamente necessária. Doxa na República é reafirmada como simples opinião, mas se distancia de episteme, no que concerne ao valor do conhecimento. Aqui episteme, como conhecimento da realidade das coisas, manifesta-se como diretamente ligado à Ideia do bem, no sentido de esta garantir a veracidade do conhecimento. Portanto, na República o termo episteme, que antes suportava a possibilidade de ser habilidade para algo, agora adquire o conteúdo de saber pleno de certeza, um saber evidente que está ligado diretamente com a realidade da Ideia. Com isso, episteme, na República, configura-se como conhecimento verdadeiro diametralmente afastado de doxa, que se configura como simples opinião. Apesar disso, tanto no Górgias como na República, surge o problema da doxa verdadeira como possibilidade de se manter a ação devida sem a precisão conceitual que a suporta. Isso implica que, em alguma instância da relação entre epistemologia

e ética, é possível considerar a ação sob o ponto de vista de uma doxa verdadeira, mas isso não significa que esse tipo de saber poderá tornar-se fundamento ético em Platão.

O problema da determinação de tais conceitos está ligado ao estabelecimento das questões éticas que aparecem nos primeiros diálogos até a República e que não se mantêm, da mesma forma, até o diálogo as Leis. Com isso, podemos notar que tais diálogos sustentam a estruturação ética do pensamento de Platão e tornam possíveis a abordagem das questões nos diálogos posteriores.

Fontes:

- <https://www.scielo.br/j/er/a/mxGBW4njhGMHDSZgtjpjGZx/?lang=pt>
- <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/article/view/Doxa%20e%20episteme>
- Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). v. 1, n. 1, jan./jun. 2016, p. 39-56. <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/index>
- <https://profes.com.br/tira-duvidas/filosofia/doxa-e-episteme/>
- <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/epistemologia-ou-teoria-conhecimento-platao.htm>
- <https://conceitos.com/doxa/>
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, José Auri. Filosofia: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992
- ARANHA, Maria Lucia; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13a ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2001. (Série: Novo Ensino Médio).

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Uma das características mais marcantes do pensamento de Bertrand Russell é o ceticismo. O primeiro "mandamento" do filósofo era: "Não tenha certeza absoluta". "Ensaio Céticos" é uma coletânea que debate guerras doutrinárias, busca pela felicidade, liberdade e educação. Os textos, a maioria deles escritos na década de 1920, defendem o valor do ceticismo. Para ele, a inteligência seria o único remédio capaz de sanar os problemas do mundo. O filósofo inglês, conhecido por seus trabalhos em lógica e filosofia analítica, recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1950. Russell morreu no dia 2 de fevereiro de 1970, aos 97 anos. Fumou excessivamente a vida toda. "Gostaria de propor para apreciação favorável do leitor uma doutrina que pode, temo, parecer bastante paradoxal e subversiva. A doutrina, nesse caso, é a seguinte: não é desejável acreditar em uma proposição quando não existe nenhum fundamento para supô-la verdadeira. Devo, é claro, admitir que se essa opinião se tornasse comum transformaria completamente nossa vida social e nosso sistema político; uma vez que ambos são no momento irrepreensíveis, esse fato poderia exercer pressão contra eles. Estou, também, ciente (o que é mais grave) de que tenderiam a diminuir os ganhos dos futurólogos, corretores de apostas, bispos, entre outros, que vivem das esperanças irracionais daqueles que nada fizeram para merecer sorte aqui ou em outro mundo. Sustento, apesar dessas graves proposições, que é possível elaborar um argumento de meu paradoxo, e tentarei apresentá-lo." As opiniões pelas quais as pessoas estão dispostas a lutar e seguir pertencem todas a uma das três classes que esse ceticismo condena. Quando existem fundamentos racionais para uma opinião, as pessoas contentam-se em apresentá-los e esperar que atuem. Nesses casos, as pessoas não sustentam suas opiniões de forma apaixonada; o fazem com calma, e expõem suas razões com tranquilidade. As opiniões mantidas de forma passional são sempre aquelas para as quais não existem bons fundamentos; na verdade, a paixão é a medida da falta de convicção racional de seu defensor. Opiniões sobre política e religião são quase sempre defendidas de forma apaixonada. Com exceção da China, um homem é considerado uma pobre criatura a menos que possua opiniões fortes sobre tais assuntos; as pessoas detestam os céticos muito mais do que detestam os advogados apaixonados com opiniões hostis às suas próprias.

Fontes:

- <https://domleon.com.br/bertrand-russel-a-filosofia-entre-a-ciencia-e-a-religiao/>

- https://www.academia.edu/49059409/BERTRAND_RUSSELL_ATE%C3%8DSMO_AGNOSTICISMO_E_FILOSOFIA_ANAL%C3%8DTICA_NO_S%C3%89CULO_XX
- <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2014/05/1451417-bertrand-russell-defende-o-valor-do-ceticismo.shtml#>:
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, José Auri. Filosofia: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13a ed. São Paulo: Ática, 2003.
- "Dez Lições de Filosofia para um Brasil cidadão, Gilberto Dimenstein, Alvaro Cesar Giansanti, Heidi Strecker. Editora FTD. - Livros" em *Só Filosofia*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2022. Consultado em 03/07/2022 às 09:38. Disponível na Internet em http://www.filosofia.com.br/vi_lanc_livro.php?id=74

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. A Filosofia da Linguagem é o ramo da Filosofia que investiga as relações entre mundo, pensamento e linguagem. O sentido das palavras, desde os primeiros pensadores, sempre ocupou um papel importante nas reflexões filosóficas. Contudo, foi somente a partir do século XX que a Filosofia passou a considerar a linguagem como uma investigação filosófica fundamental. Se antes ela era secundária, servindo como base para as reflexões, a partir da Era Contemporânea ela tornou-se o tema principal. Não se trata apenas de compreender contextos históricos, sociais e culturais para, a partir disso, investigar o significado e sentido das palavras. Se trata também de compreender os limites da linguagem; das tentativas de exprimir pensamentos e, finalmente, se é o sujeito que determina a linguagem e não o contrário. O que intriga os pensadores, muito além do mero “problema de comunicação” como os conflitos pessoais, políticos e religiosos causados pelas diferenças de sentido das mesmas palavras — é se a linguagem pode mesmo dizer algo acerca do mundo e ser compreendida conforme a intenção daquele que tenta se comunicar. Para o filósofo austríaco Wittgenstein — um dos mais notáveis autores da Filosofia da Linguagem — estamos tão somente jogando ingenuamente jogos de linguagem que funcionam apenas inseridos em determinada interpretação social da realidade, e que muito provavelmente não é a própria realidade. Wittgenstein, em sua investigação da linguagem, foi ainda mais longe, afirmando que os problemas filosóficos são, na verdade, problemas de linguagem. Dizer que nossa linguagem não funciona fora da realidade linguística na qual vivemos não é meramente afirmar o óbvio, mas sim dizer que os limites de nossa linguagem são também os limites de nosso pensamento. Esta ideia, muito explorada na Filosofia da Linguagem, de certa forma está de acordo com a observação que o escritor Aldous Huxley fez sobre as tradições linguísticas em seu famoso livro *As Portas da Percepção*: A filosofia da linguagem de Wittgenstein se divide em duas fases. A primeira, influenciada pelo seu mestre Bertrand Russell e marcada pela investigação dos limites lógicos da linguagem, exposta em sua obra *Tratado Lógico Filosófico*. E a segunda, em que o filósofo discorda de sua primeira fase, e cria o conceito de jogos de linguagem em sua obra *Investigações Filosóficas*. Essas fases são conhecidas como “primeiro Wittgenstein” e “segundo Wittgenstein”. A ideia de que os problemas da filosofia carregam problemas de linguagem não é algo novo. Os filósofos Leibniz e Espinosa já percebiam a confusão no uso das palavras. E antes deles, Platão, Aristóteles e os filósofos medievais (através do Problema dos Universais) também investigaram esse problema.

Fontes:

- <https://www.netmundi.org/filosofia/2019/filosofia-da-linguagem-introducao-e-principais-autores/>
- Dez Lições de Filosofia para um Brasil cidadão, Gilberto Dimenstein, Alvaro Cesar Giansanti, Heidi Strecker. Editora FTD. - Livros" em *Só Filosofia*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2022. Consultado em 27/06/2022 às 17:07. Disponível na Internet em http://www.filosofia.com.br/vi_lanc_livro.php?id=74
- ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2009.p. 189
- <https://comunidadeculturaearte.com/a-filosofia-da-linguagem-de-ludwig-wittgenstein/>
- COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirta. *Fundamentos de Filosofia*. 1 ed. — São Paulo: Saraiva: 2010. Vários colaboradores. O livro da filosofia. Tradução Rosemarie Ziegelmaier. — São Paulo: Globo, 2011.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2003. P.456.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta CORRETA é a letra **D**. O Olhar Montaigne sob o ponto de vista da ética é como recolocar o espírito numa condição pedagógica, cuja aprendizagem tem o pensamento por objeto. A autoafirmação da vontade individual coopera com a construção de um espaço coletivo de enunciação, cuja profissão de fé das ideias desloca-se das instâncias tradicionais, como o clero e a nobreza, para validar a expressão da pessoa comum. Os códigos culturais passam a assumir uma entonação mais popular, mais democrática, mais coloquial, quando o estilo clássico incorpora elementos vulgares na produção artística e literária do período pós-medieval. O que proporciona uma espécie de popularização das virtudes humanas e da moral de um modo geral. Os hábitos, os costumes e os modos de vida passam para as páginas dos romances como acontecimentos, antes de tudo, de caráter pedagógico. As conversações de Montaigne (consigo mesmo) não deixam de ter esse aspecto de abertura para as reais necessidades humanas. Pois descrições orgânicas e biológicas do corpo, desmistificação de crenças religiosas, superação de preconceitos morais são matérias que ocupam a escrita do autor dos Ensaios. Montaigne Os “Ensaio” de Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) tratam de diferentes tópicos, desde sua opinião sobre as guerras da época até sua opinião sobre a criação de filhos. Sobre esse último tópico, note-se que Montaigne foi um dos primeiros pensadores que escreveu sobre pedagogia e sobre o casamento, conforme necessário, para criar os filhos. Em seus ensaios, Montaigne abordou temas como suicídio, prática médica, sexualidade, amor e sua opinião sobre a conquista, que ele descreveu como barbárie. Note-se que esse pensador compartilhava as ideias do relativismo cultural, isto é, respeitava as diferenças de representantes de outros culturais. O filósofo, astrônomo e matemático Giordano Bruno (1548-1600) em seus tratados sobre o universo infinito e os mundos e sobre a causa, o princípio e o primeiro suscitam uma nova visão cosmológica que nega que a Terra seja o centro do Universo e que Sun e outros planetas giravam em torno dela. Bruno acreditava que todo objeto na Terra se move com ele, ou seja, o movimento é relativo e influenciado por ele. Sua crença na relatividade do movimento permitiu afirmar que era necessário medir um sistema de referência. A Adaga de Cristo é considerada o tratado mais importante de Erasmo de Roterdã (1466-1536). Nele, esse pensador fala sobre os deveres dos cristãos e sobre a importância da sinceridade, necessária para os cristãos. De Roterdã, ele considerou que o formalismo e o dogmatismo não permitiam que a fé alcançasse mais almas. Esse filósofo e teólogo lutou toda a sua vida contra o dogmatismo, a disciplina cristã e suas instituições, o que o levou a ser perseguido por católicos e protestantes e a ser censurado. O testemunho mais importante sobre suas ideias são suas cartas. Erasmo correspondia com muitos dos pensadores mais importantes da época, especialmente com Martin Luther. Na esfera política, o tratado mais importante da época foi escrito por Nicolás Maquiavelo (1469-1527). O príncipe é um tratado político, cujo objetivo é ensinar a governar um Estado. Segundo Maquiavel, esses métodos devem ser aplicados para manter o poder, que é o principal atributo de uma régua. Em outros tratados, Maquiavelo também desenvolve sua teoria política: História de Florença pensador analisa o governo dos Médici e a história de sua cidade natal até agora e na Arte da Guerra, Machiavelli explica sua visão do que deveria ser a política militar de um estado. Em seus tratados, Maquiavel critica as políticas impostas pelos Medici, que o exilaram e também dá conselhos sobre como fundar um novo estado.

Fontes:

- Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia. Faculdade Católica de Pouso Alegre. Volume 03 - Número 08 - Ano 2011 | ISSN 1984-9052 44
- <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/humanismo-renascentista.htm>
- https://theoria.com.br/edicao0811/o_castelo_de_si_mesmo_e_a_etica.pdf#:~:text=O%20sentido%2
- BURKE, Peter. Montaigne. São Paulo: Loyola, 2006.
- CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- COELHO, Marcelo. Montaigne. São Paulo: Publifolha, 2001 (Folha Explica).
- LIMA, Luiz Costa. Limites da voz: Montaigne, Schlegel. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- MONTAIGNE, Michel de. Ensaio. Livro II. Porto Alegre: Editora Globo, 1962 In.: COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/view/2315#>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. Não faz tanto tempo que as grandes realizações científicas eram fruto de gênios individuais, mas atualmente a ciência resulta de trabalho em equipe, o que é relevante para estabelecer e alterar o método científico e a produção da ciência. É nesse sentido que o filósofo belga Gérard Fourez (1937) comenta: Mesmo assim, não é possível considerar essas conclusões como indubitáveis. É preciso superar a falsa ideia de conhecimento científico como "certo" e "infalível", pois há muito de construção nos modelos científicos. Às vezes, até teorias incompatíveis entre si podem ser aceitas; por exemplo, tanto a teoria corpuscular como a teoria ondulatória permaneceram válidas por explicar aspectos diferentes do fenômeno luminoso. Além disso, a ciência encontra-se em constante evolução, e suas teorias são, de certo modo, provisórias, ainda que comprovadas com recursos de que dispõem até o momento. Participar de uma comunidade científica, no entanto, não significa que a aceitação de qualquer teoria pela maioria exija adesão sem crítica dos demais.

Fontes:

- FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 94-95.
- <https://societificas.com.br/enciclopedia/teoria-cientifica/>
- <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2020/A-origem-e-a-evolu%C3%A7%C3%A3o-de-uma-teoria-cient%C3%ADfica>
- <http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/vienpec/CR2/p500.pdf>
- Bachelard, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- GALIAZZI, Maria do Carmo. Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de Ciências. Ijuí: Editora UNIJUI, 2003.
- KOMINSKY, Luis; Giordan, Marcelo. Visões de Ciências e sobre Cientistas entre Estudantes do Ensino Médio. Química Nova na Escola, n. 15, p.11-18, maio, 2002.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **B**. O Renascimento despertou um espírito de curiosidade intelectual na Europa. Especialmente no estudo da ciência, as pessoas começaram a questionar ideias que haviam sido aceitas durante séculos. Novas teorias e descobertas científicas levaram a profundas mudanças durante os séculos XVI e XVII, período intitulado pelos historiadores de Revolução Científica. Outros pensadores - não necessariamente cientistas - exerceram um importante papel no desenrolar da Revolução Científica. Francis Bacon, político e escritor inglês que viveu durante o início do século XVII, acreditava que a ciência poderia proporcionar às pessoas uma melhor qualidade de vida. Bacon estimulou cientistas a realizarem experimentos. Como Galileu, ele desejava que os cientistas se livrassem da ignorância e dos preconceitos do passado e que realizassem novas descobertas. Bacon distanciou-se da visão aristotélica da ciência como pura contemplação – como um saber em si mesmo. Ele buscou a ciência baseado no fazer (as obras) em vez de no falar (a retórica). “Os gregos, com efeito, possuem o que é próprio das crianças: estão sempre prontos para tagarelar, mas são incapazes de gerar, pois a sua sabedoria é farta em palavras, mas estéril em obras”. (Novum Organum, Livro I, § LXXI). Os métodos científicos modernos são baseados nas ideias de Bacon e Descartes. Cientistas têm demonstrado que observação e experimentos, juntamente com leis demonstradas matematicamente, podem nos fazer compreender melhor o mundo. Já no século XIII, o pensador inglês Roger Bacon afirmava que os cientistas deveriam realizar experiências com o intuito de alcançar novas descobertas sobre o mundo natural. Naquela época, poucas pessoas deram ouvidos às suas declarações. No século XVI, contudo, muitos cientistas seguiram seus conselhos e passaram a utilizar o que foi chamado de método científico - um procedimento lógico que visava a colher informações e testar ideias. O método científico envolve a exposição de uma questão, a formulação de hipóteses (que são teorias não comprovadas), a anotação de observações, a realização de experimentos e, finalmente,

a obtenção de conclusões. Ao utilizar essa metodologia, cientistas do século XVI e XVII mudaram a maneira de estudarmos o universo.

Fontes:

- <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/24137/17115>
- https://www.educabras.com/enem/materia/filosofia/aulas/filosophos_da_ciencia
- BACON, F. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza*; Nova Atlântida. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 255p.
- GADOTTI, M. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2005. 319p. HART, M. H. *As 100 maiores personalidades da história*. São Paulo: Difel, 2001. 616p.
- PADOVANI, U. & CASTAGNOLA, L. *História da Filosofia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 587p.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. Fortemente influenciado por Sigmund Freud e Martin Heidegger, Jacques Derrida foi um dos mais importantes filósofos do pós-estruturalismo e pós-modernismo. Fã de esportes, chegou a cogitar seguir carreira como jogador de futebol. Foi um dos pensadores franceses mais conhecidos internacionalmente, em particular nos Estados Unidos. Ali, a partir de 1956, lecionou nas universidades de Harvard, Yale e John Hopkins. Na França, ensinou na Sorbonne e na Escola Normal Superior. Derrida foi precursor de uma reflexão crítica sobre a filosofia e seu ensino. Isso o levou a criar, em 1983, o Colégio Internacional de Filosofia, presidido por ele até 1985. Assim, sob a égide da Desconstrução, coadunam-se questões filosóficas, literárias, políticas e intelectuais que proporcionaram um abalo no pensamento metafísico ocidental, já que este se apoiava, muitas vezes, nas relações binárias para estabelecer uma hierarquia ou supremacia de um termo sobre o outro. Diante disso, podemos afirmar que o trabalho empreendido por Jacques Derrida e que recebeu, muitas vezes, o título de Desconstrução, vai muito além da Filosofia e da Literatura. É um incessante trabalho de investigação que coloca sob suspeita os discursos da Filosofia e das Ciências Humanas, da Literatura e da História, da Fenomenologia e da Psicanálise, ao questionar, inclusive, o próprio conceito clássico de ciência. Nesse sentido, "textos" de Husserl, Heidegger, Levinas e, também, de Mallarmé, Artaud, Joyce, Bataille, ou, ainda, de Saussure, Freud e Lacan serão "desconstruídos" por Derrida. Logo, a Desconstrução é comumente entendida como uma corrente teórica que pretendia minar as correntes hierárquicas sustentadoras do pensamento ocidental, tais como, dentro/fora; corpo/mente; fala/escrita; presença/ausência; natureza/cultura; forma/sentido. Podemos recorrer a Derrida, novamente, quando, ao refletir acerca das relações hierárquicas do pensamento metafísico ocidental.

Fontes:

- DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4323407/mod_resource/content/1/Derrida_e_a_Desconstrucao_Uma_introducao%20%281%29.pdf
- <https://www.academicoo.com/artigo/derrida-e-as-portas-abertas-da-memoria-do-arquivo-e-do-testemunho>

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra B. Um aspecto fundamental dessa teoria da causalidade consiste no fato de que as quatro causas não possuem o mesmo valor. Nessa hierarquia, Segundo Aristóteles, a causa menos valiosa ou menos importante é a causa eficiente (a operação de fazer a causa material receber a causa formal, ou seja, o fabricar natural

ou humano) e a causa mais valiosa ou mais importante é a causa final (o motivo ou finalidade da existência de alguma coisa). A primeira vista, essa teoria é uma pura concepção metafísica que serve para explicar de modo coerente e objetivo os fenômenos naturais (física) e os fenômenos humanos (ética, política e técnica). Nada parece indicar a menor relação entre a explicação causal do universo e a realidade social grega. Sabemos, porém, que a sociedade grega é escravagista e que a sociedade medieval se baseia na servidão, isto é, são sociedades que distinguem radicalmente os homens em superiores - os homens livres, que são cidadãos, na Grécia, e senhores feudais, na Europa medieval os escravos, na Grécia, e os servos da gleba, na Idade Média. A compreensão da teoria das quatro causas aristotélicas é necessária para o estudo da Filosofia Ocidental. Estes conceitos são indispensáveis para aprender a metafísica e a própria realidade. Como Aristóteles teve seus tratados comentados por filósofos medievais, grandes nomes como Santo Alberto Magno e São Tomás de Aquino, e também no Renascimento e na modernidade, seus conceitos são fundamentais. Comumente, o que se costuma pensar quando se diz "causa"? Nos noticiários ouvimos dizer que a causa de um acidente foi a imprudência do motorista. Muitos filhos ouvem suas mães dizerem que se feriram porque correram, sendo a queda a causa da ferida. A causa formal é a responsável pela coisa ser o que é. Uma cadeira é reconhecida como cadeira por causa da forma de cadeira. Uma mesa é reconhecida como tal por causa de sua forma e assim com todas as coisas. A forma accidental é aquela que é acrescentada a um sujeito já existente. A forma substancial, por sua vez, é aquela que já existe, sendo a primeira a se unir à matéria. Neste caso, não é uma forma que é acrescentada a um sujeito, mas a forma do próprio sujeito. Na doutrina das quatro causas aristotélicas, todos os seres corpóreos da natureza (todos os objetos, todas as coisas, todos os entes, todos os seres vivos ou inanimados) são compostos de matéria e forma. Isto é chamado hilemorfismo. Quando percebemos que os seres mudam, estamos vendo uma transformação. A matéria primeira é privada de sua forma substancial para outra e vice-versa. Um sujeito pode passar pela privação de uma forma accidental para outra e vice-versa. Causa-material-exemplo-do-marmore-que-recebe-a-forma. Ao contrário da forma, a causa material é a própria matéria que constitui todos os seres corpóreos, todos os objetos, todas as coisas na natureza. Causa-final-no-exemplo-da-funcao-da-arte-que-e-encantar-pela-beleza. Fazendo par com a causa eficiente, a causa final é o princípio do movimento e do repouso em vista da finalidade.

Fontes:

- ANAIS DE FILOSOFIA CLÁSSICA, vol. V no 10, 2011 ISSN 1982-5323 Angioni, Lucas As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles
- <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/teoria-das-quatro-causas>
- <https://blogdoenem.com.br/aristoteles-e-a-metaphisica-filosofia-enem/>
- <https://www.educacaoetransformacao.com.br/aristoteles/causas-aristoteles/>
- <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/substancia-categorias-aristoteles.htm>
- <https://revistas.ufrj.br/index.php/FilosofiaClassica/article/view/16447>
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13a ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2001. (Série: Novo Ensino Médio).
- RIBAS, Maria Alice Coelho; MELLER, Marisa Carpes; RODRIGUES, Ricardo Antonio; GONÇALVES, Rita de Athayde; ROCHA, Ronai Pires da (Org.). Filosofia e ensino: a filosofia na escola. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2005.
- "Dez Lições de Filosofia para um Brasil cidadão, Gilberto Dimenstein, Alvaro Cesar Giansanti, Heidi Strecker. Editora FTD. - Livros" em *Só Filosofia*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2022. Consultado em 03/07/2022 às 09:38. Disponível na Internet em http://www.filosofia.com.br/vi_lanc_livro.php?id=74
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. História da Filosofia. 7v. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **A**. O pensamento político de Nicolau Maquiavel em seu Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, procurando mostrar a riqueza e diversidade do pensador florentino quando se interroga sobre questões que dizem respeito às leis, à liberdade, às instituições políticas e seu funcionamento numa república, e outros tantos temas raramente associados ao seu nome. O intuito aqui é apresentar algumas das noções centrais do "Maquiavel republicano", para quem a virtù, na república, é também um atributo do povo (e não apenas do príncipe,

como se lê em seu célebre tratado sobre o principado). Explorar aspectos pouco divulgados e debatidos do pensamento político de Maquiavel — especialmente quando se compara com a profusão de escritos a respeito do célebre "Maquiavel monarquista" — bem como de sua teoria da república será, portanto, a tarefa a ser levada a cabo neste texto introdutório. A primeira diferença importante entre O Príncipe e os Discorsi é a de perspectiva: enquanto no primeiro livro as questões políticas são tratadas da ótica do príncipe (ou do governante), na segunda obra Maquiavel procura avaliar o quadro social na sua totalidade e oferecer uma visão global do sistema político. Neste sentido, dado que não se trata mais de analisar principados, e sim repúblicas, não existe, nos Discorsi, uma personagem central. Nessa formação política, a multiplicidade dos atores é muito mais visível. Também o destinatário é outro: não se trata mais de aconselhar um príncipe, e sim de esclarecer um leitor muito mais genérico, embora a pretensão de produzir um livro que tenha "sentido prático" continue presente, como se pode ler no "Proêmio Aqui Maquiavel retoma a questão da importância das leis, que não discutira n'O Príncipe. As leis aparecem agora como limitadoras do poder: elas constituem garantias para o povo contra os arbítrios dos detentores do poder, devendo, sim, incluir o poder do príncipe e a segurança geral. O poder é parte da lei que, por sua vez, limita o poder. A violação da lei por parte daquele que detém o poder inviabiliza a base sobre a qual esse governante se assenta. Por isso, o estabelecimento de leis confiáveis é uma condição de segurança para a ordem de uma unidade política e para a manutenção do poder. Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio é uma obra escrita por Nicolau Maquiavel em 1517, publicada postumamente em 1531. Tito Lívio foi um filósofo e escritor que cresceu em meio às guerras civis que assolavam a Itália na época de Júlio César. Dedicou seus últimos quarenta anos de vida à obra "Desde a fundação da cidade", que consiste em uma narrativa da história de Roma, dividida em 142 livros, dos quais 35 são conhecidos. **Em Lívio**, Nicolau estimula o debate sobre o conceito de liberdade e virtude cívica. Segundo Maquiavel, há uma necessidade de confiar ao povo a preservação da liberdade para garantir a participação deste na vida pública. Para que o povo funcione como guardião de seu território, o julgamento de uma cidade, em última instância, deve ser do próprio povo. É necessário ter sempre muitos juízes, pois poucos juízes tendem a julgar a favor da minoria. Não há cidade forte sem povo, mas também não há cidade livre sem participação da maioria na vida política da cidade. Maquiavel, contudo, ressalva que a participação popular traz consequências. Na obra "O Príncipe", Maquiavel sugere que o governante "tem direito na vida e na morte" e em toda a qualquer ação que queira tomar, ele o faz, independente de vontades alheias.

Fontes:

- OLIVEIRA, Marco. "Maquiavel"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/maquiavel-seu-pensamento-politico.htm>. Acesso em 09 de julho de 2022.
- BIGNOTTO, Newton. Maquiavel republicano. São Paulo: Loyola, 1991.
- BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. Brasília: UnB, 1982.
- <http://www.rodadalei.com.br/maquiavel-discursos-sobre-primeira/>
- <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/maquiavel-seu-pensamento-politico.htm>
- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, José Auri. Filosofia: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992
- ARANHA, Maria Lucia; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13a ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2001. (Série: Novo Ensino Médio).

BRANCA

38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra **D**. Aproxima o âmbito reflexivo-racional da filosofia e a sensibilidade estética, realizando assim a retomada da questão do belo na era moderna e redefinindo-a sob a ótica de um novo modo de ver: o antropocentrismo. Muito embora a pretensão a uma ciência do belo em Baumgarten seja problemática do ponto de vista teórico, sua tentativa de conciliação entre a reflexão e a estética é de grande importância para Kant, pois, além de prover a filosofia kantiana com subsídios capazes de gerar uma releitura do belo à luz da crítica de nossos limites cognitivos, fornece dois pressupostos fundamentais para um entrecruzamento entre filosofia e arte a partir de um ponto de junção, que é o juízo: a representação e o gosto. Baumgarten e a estética Antes de Baumgarten, o belo

estava distanciado da reflexão filosófica, e era considerado à margem de análises temáticas exclusivas. Essa irrelevância se devia ao fato do belo ser sobrepujado pelas questões éticas, cuja tradição remonta a Sócrates no século V a.C. De acordo com a tradição anterior a Baumgarten, que remonta à antiguidade, o belo em Platão servia para guiar o homem para a perfeição moral. O belo em si não dependia dos objetos, segundo o exposto no Banquete e na República. O belo ideal era perfeito em si mesmo, restando apenas ao mundo sensível imitá-lo. Filósofo alemão nascido em Berlim, criador do vocábulo *A esthetica* (=estética). Ensinou nas Universidades de Halle e em Frankfurt e escreveu em latim sua obra mais notável *A esthetica* (1750-1758), onde descreveu o conceito da nova palavra. Nomeado professor de filosofia da Universidade de Frankfurt (1740), onde permanece 22 anos, até falecer relativamente jovem. Adepto de Christian Wolff (1679-1754), o ordenador didático do pensamento do barão Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646-1716), em seu trabalho *Meditações filosóficas sobre algumas questões da obra poética* (1735) introduziu pela primeira vez o termo *estética*, no estrito significado dessa palavra hoje. Não foi o fundador da estética como ciência, mas a introdução do termo respondia às necessidades da pesquisa desta esfera do saber e alcançou ampla difusão. Na divisão dos temas, inicia claramente pela gnosiologia, para depois derivar para a metafísica e física, por último para a ética. Ainda foi autor de várias outras obras sobre lógica, ética e teologia como *Métaphysique* (1739) e *Esthétique* (1750-1758) e morreu em Frankfurt an der Oder. Entre seus livros que fizeram história estariam *Disputationes de nonnulis ad poema pertinentibus* (1735), *Methaphysica* (1740), *Ethica philosophica* (1740) e *Aesthetica*, 2 vols (1750-1758). Kant utilizou seus livros como texto de aulas e aproveitou seu termo *estética*, como denominação para o estudo gnosiológico da sensação e de suas formas apriorísticas de espaço e tempo, denominando de *Estética transcendental*. Baumgarten pretende fundar a estética como a ciência das sensações, cuja finalidade é a perfeição do conhecimento sensível. Esta perfeição é a beleza. Ao redefinir o conceito de belo na modernidade, o separa do utilitarismo que o associava ao bem e à propriedade objetiva das coisas na antiguidade, e o reclassifica em termos de um belo subjetivo, advindo da conjunção de nossas representações. Essa noção de belo inspira decisivamente a terceira crítica kantiana. Tanto Kant quanto Baumgarten concebem, portanto, um belo representativo. Porém, Kant nega qualquer possibilidade de haver uma ciência do belo, concedendo apenas seu aspecto representativo, pois aqui não se trata de um conhecimento de objetos, e sim do belo considerado no pensamento.

Fontes:

- TEIXEIRA, José Estética. Sad Pallo Brerse, 1982. p. 88. (Coleção PrimeirosPassos)
- <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-guarulhos/estetica-e-historia-da-arte/resumo-estetica/6055427>
- <https://www.netmundi.org/home/2014/links-filosoficos-estetica/>
- <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/alexander-gottlieb-baumgarten.htm>
- <https://revistas.pucsp.br/paralaxe/article/view/31114>
- ARISTÓTELES. Poética. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BAUMGARTEN, A. G. Estética: a lógica da arte e do poema. Trad. Miriam Sutter Medeiros. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- FICHTE, J.G. Os pensadores. Seleção de textos, tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SCHOPENHAUER, A. Metafísica do belo. Tradução, apresentação e notas Jair Barbosa. São Paulo: Editora UNESP, 2003. VIDAL, F. The sciences of the soul: the early modern origins of psychology. Translated by Saskia Brown. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto ilustra um dos casos de mulheres cientistas, sem expor claramente o nome, pois justamente é esse o teor da questão. O comando é bastante abrangente “Muitas cientistas eram e são responsáveis por descobertas importantes na história e seus nomes ficaram marcados pelo imenso conhecimento produzido, sobretudo por serem precursoras

e vanguardistas em certos períodos em que a ciência era dominada por homens.”, falando de uma maneira genérica das mulheres cientistas, não especificando nacionalidade ou ação, justamente para não induzir à resposta.

A alternativa CORRETA é a letra B. As mulheres e suas respectivas ações são:

ADA LOVELACE - No início do século XIX nasceu a cientista inglesa Ada Lovelace. Durante a sua vida, ela se dedicou aos cálculos matemáticos e também à escrita. Dessa forma, ficou conhecida por ter desenvolvido o primeiro algoritmo que foi processado por uma máquina — ou seja, ela foi a primeira programadora da História. Seu pai foi o escritor Lord Byron, um poeta reconhecido na literatura. Mas o gosto pela matemática foi incentivado pela sua mãe. Apesar de ter tido um trabalho tão importante, Lovelace só ganhou visibilidade depois que Alan Turing a citou.

MARY JACKSON - Assim como Ada Lovelace, Mary Jackson foi uma matemática que teve uma imensa importância na ciência. A cientista foi a primeira engenheira aeroespacial do que viria a se tornar a NASA (National Advisory Committee for Aeronautics). E não para por aí, ela foi a primeira mulher negra a ser engenheira da agência espacial — um grande exemplo de representatividade negra. A sua trajetória serviu como inspiração para o livro “Estrelas Além do Tempo”, que também virou filme. O prédio da NASA foi batizado com seu nome devido a grande contribuição científica de Mary Jackson para o desenvolvimento espacial.

JAQUELINE GOES DE JESUS - Com apenas 32 anos de idade, Jaqueline Goes de Jesus é um nome importante na ciência brasileira. A biomédica é doutora em patologia humana e foi quem coordenou a equipe de pesquisa que conseguiu sequenciar o genoma da COVID-19 no país. O mais incrível é que isso aconteceu dentro de 48h após o primeiro caso da doença ser registrado no Brasil!

ALICE BALL - O principal tratamento efetivo para a hanseníase foi descoberto por Alice Ball no início do século XX. A lepra, como a doença era conhecida, sujeitava os doentes ao isolamento. Contudo, a descoberta de um extrato, chamado de óleo de chaulmoogra, foi o método mais eficiente para tratar o Mal de Hansen até a descoberta dos antibióticos — que só aconteceu na década de 1940. Nesse contexto, a jovem cientista Alice Ball foi responsável por encontrar o tratamento mais eficiente para a doença. Ela também foi a primeira mulher e a primeira mulher negra que se graduou na Universidade do Havaí e concluiu mestrado. Infelizmente, a cientista faleceu com apenas 24 anos.

MARY ANNING - Considerada pioneira na paleontologia, Mary Anning foi uma cientista que teve papel fundamental em descobertas históricas. Ela encontrou centenas de fósseis e conseguiu identificar a chave da cadeia alimentar pré-histórica. Mary descobriu o primeiro fóssil de ictiossauro aos 12 anos de idade. A carreira da cientista era promissora, mas teve percalços no caminho, principalmente por conta da comunidade científica dominada por homens anglicanos. Apesar disso, ela se tornou uma referência e teve contribuições de peso na paleontologia.

Fontes:

- <https://claudia.abril.com.br/cultura/djamila-ribeiro-afeto-ancestralidade-cura/>
- <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/vitrine/historia-estrelas-alem-do-tempo-cientistas-negras-nasa.phtml>

Cargo: FÍSICA

BRANCA

03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros

(crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto afirma que o gráfico não condiz com a situação e que isso impede a resolução da questão. Em nada o gráfico interfere na solução do problema, servindo apenas como ilustração da situação. Além disso, o gráfico foi obtido através de um software que traça as curvas de forma satisfatória a função que relaciona o valor da velocidade do objeto com sua alteração de massa.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega que não foi fornecido o valor do calor latente de vaporização da água: $L_v = 540 \text{ cal/g}$. Por se tratar de uma seleção de professores, é esperado que este valor seja conhecido do candidato, o que fazia parte da avaliação realizada no item. Caso o dado fosse uma aproximação ou uma constante que permite mudanças no resultado, por exemplo a constante universal dos gases perfeitos: R , que em algumas bibliográficas utiliza-se $R = 8,3$ ou $R = 8,31$ o que interfere na resposta final. No caso do dado exigido na questão, o valor é sempre 540 cal/g ou seu equivalente em unidade do SI.

Mantém-se o gabarito preliminar.

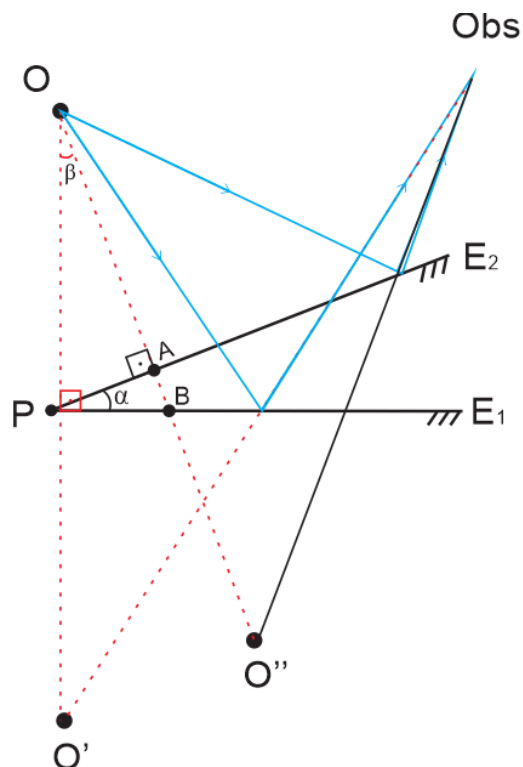
Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto questiona a relação entre os ângulos de rotação do espelho e do raio refletivo. Entretanto, a questão pede a relação angular entre o ângulo do espelho e o ângulo entre as imagens, que pode ser demonstrada como equivalentes. Veja a figura a seguir, em que o ponto P representa o eixo de rotação fixo do espelho e os ângulos α e β representam, respectivamente, os ângulos de rotação do espelho e da imagem (O' e O'');



Os triângulos: OPA e OBP são retângulos. Com isso, em OPA pode se escrever:

$$\beta + 90 + 90 - \alpha = 180 \Rightarrow \beta - \alpha = 0$$

$$\beta = \alpha$$

Conforme gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso apenas alega que a alternativa é a letra A, sem demonstrar fundamento para tal. Assim, apresenta-se uma sugestão de solução ao problema:

Pelas informações fornecidas no enunciado, conclui-se que se trata de um espelho côncavo e, pelas relações da óptica geométrica dos espelhos esféricos, tem-se:

$$\text{Aumento linear: } -p'/p = 2$$

$$-p' = 16$$

$$p' = -16 \text{ cm}$$

Usando a equação de Gauss, obtém-se a distância focal f

$$1/f = 1/p + 1/p'$$

$$1/f = 1/8 - 1/16$$

$$1/f = 1/16$$

$$f = 16 \text{ cm}$$

Se $f = 16 \text{ cm}$ o $R = 32 \text{ cm}$

Como a imagem é real e de mesmo tamanho no centro do espelho o objeto precisa se mover 24 cm, então deverá se passar 12 s.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega que o tempo deveria ser superior, o que está correto. Entretanto, o enunciado pergunta: “QUANTO TEMPO A MAIS...”, ou seja, pergunta sobre a diferença entre o tempo no referencial em repouso e o tempo na nave, de 5 anos. Resolvendo-se o problema, o valor encontrado é de 6,25 anos, medidos no referencial da Terra, conforme alega o recurso que deve ser um tempo superior. O detalhe é que a questão pergunta quanto tempo a mais haverá se passado, o que seria a diferença entre esses tempos: $6,25 - 5 = 1,25$ ano, conforme gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega sobre a incoerência da unidade de medida utilizada nas respostas. Primeiramente, cabe salientar que 1 N/C equivale a 1 V/m, isto é, 1 newton por coulomb é igual a 1 volt por metro. Logo, as unidades são perfeitamente equivalentes. Já na alternativa C houve um erro de digitação e a unidade metro saiu com letra maiúscula, o que em nada altera o entendimento da questão e julgamento objetivo o item, uma vez que não há outra resposta que possa gerar confusão com as unidades de medida. Julga-se desproporcional anular um item por mera preciosidade, pois não havia como ter outra resposta correta que não o valor 58 volts por metro. Desse modo, mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso argumenta que não há valor para o volume final, o que impossibilita uma resolução da questão. Ora, o volume final pode ser facilmente obtido através da equação dos gases ideais: $PV/T = \text{constante}$. Esse conhecimento era requerido para a solução do problema. Note-se que há uma transformação isotérmica no gráfico (AC). Nesse tipo de transformação, a temperatura se mantém constante e a equação pode ser escrita:

$P_A V_A = P_C V_C$ e, substituindo-se os valores, encontra-se $V_C = 8V_0$.

Em seguida, deve-se calcular as áreas sob os gráficos nos caminhos ABC e AC, encontrando-se os respectivos trabalhos e a resposta da questão.

Desse modo, mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa deve ser a letra B, sem demonstrar o motivo para tal. Sendo assim, apresenta-se uma sugestão de resposta que comprova o gabarito preliminar:

Pela Terceira Lei de Kepler, tem-se que:

$$\frac{T^2}{R^3} = \frac{k}{M}$$

Em que $k = \frac{4\pi^2}{G}$ é constante para qualquer planeta.

Assim, para a Terra e para Netuno, fica:

Terra

$$\frac{T_t^2}{R_t^3} = \frac{k}{M_t} \Rightarrow k = M_t \frac{T_t^2}{R_t^3}$$

Netuno

$$\frac{T_n^2}{R_n^3} = \frac{k}{M_n} \Rightarrow k = M_n \frac{T_n^2}{R_n^3}$$

$$M_n \frac{T_n^2}{R_n^3} = M_t \frac{T_t^2}{R_t^3}$$

Como a massa de Netuno é 16 vezes a massa da Terra, tem-se que:

$$16M_t \frac{T_t^2}{R_n^3} = M_t \frac{T_t^2}{R_t^3}$$

$$\frac{16}{R_n^3} = \frac{1}{R_t^3}$$

$$R_n^3 = 16 \cdot R_t^3$$

$$R_n = \sqrt[3]{16 \cdot R_t^3}$$

$$R_n = R_t \sqrt[3]{16}$$

$$d_n = 2d_t \sqrt[3]{2}$$

Conforme gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega somente que não há dados suficientes para a solução. Sendo assim, apresenta-se, com os valores fornecidos no enunciado, uma sugestão de solução:

Para o saco de cimento chegar a 5 metros de altura, tem-se que:

$$v^2 = 2gh$$

$$v^2 = 2 \cdot 10 \cdot 5$$

$$v = 10 \text{ m/s}$$

Ele deve sair da plataforma a 10 m/s.

Como ele acelera por 0,2 s a aceleração deve ser de

$$a = \frac{10}{0,2}$$

$$a = 50 \text{ m/s}^2$$

$$F - P = m \cdot a$$

$$F = 50 \cdot 50 + 500$$

$$F = 3000 \text{ N}$$

A força aplicada do outro lado da alavanca deve ser $\frac{1}{4}$ desse valor

$$F = 750 \text{ N}$$

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso apresenta uma sugestão de solução que não considera a redução no fluxo de calor pelo fato de o interior está ficando mais quente. Assim, tem-se a seguinte proposta de solução:

Fluxo inicial

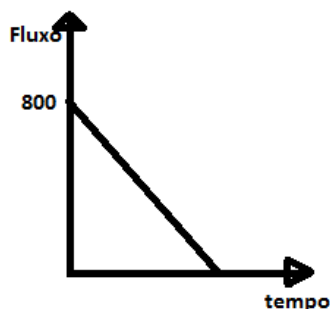
$$\phi = k \cdot A \cdot \frac{T_2 - T_1}{e}$$

$$\phi = 80 \cdot 100 \cdot 10^{-4} \cdot \frac{20}{2 \cdot 10^{-2}}$$

$$\phi = 80000 \cdot 10^{-2}$$

$$\phi = 800 \text{ J/s}$$

Porém à medida em que o calor vai entrando, a diferença de temperatura vai diminuindo e o fluxo fica menor, até que não entre mais calor e o fluxo seja nulo.



A quantidade de calor que entra corresponde à área do gráfico

$$Q = m \cdot c \cdot T$$

$$Q = 200 \cdot 1.20$$

$$Q = 4000 \text{ cal} = 16800 \text{ J}$$

$$16800 = \frac{800t}{2}$$

$$400t = 16800$$

$$t = 42 \text{ s}$$

Conforme gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento recursal apenas relata que o valor deu diferente do fornecido pelo gabarito preliminar, sem demonstrar uma sugestão de resposta. A seguir, apresenta-se a seguinte sugestão de resposta:

Usando-se a equação do comprimento de onda de Broglie, fica:

$$\lambda = \frac{h}{mv} = \frac{6,6 \cdot 10^{-34}}{9,1 \cdot 10^{-31} \cdot 3,3 \cdot 10^5} = 2,2 \cdot 10^{-9} \text{ m}$$

$$c = \lambda f \Rightarrow f = \frac{3 \cdot 10^8}{2,2 \cdot 10^{-9}} = 1,36 \cdot 10^{17} \text{ Hz}$$

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega que a resposta deveria ser com potências de 10^{25} , mas não apresenta resolução que sustente essa afirmação. Assim, apresenta-se uma sugestão de resposta:

A corrente elétrica média é dada por:

$$i = \frac{Q}{t}$$

Com isso, calcula-se a quantidade de carga elétrica máxima que a pessoa receberá

$$2 \cdot 10^{-3} = \frac{Q}{0,01}$$

$$Q = 0,01 \cdot 2 \cdot 10^{-3}$$

$$Q = 2 \cdot 10^{-5} \text{ C}$$

Ora, essa quantidade de carga elétrica equivale a n elétrons, cada um com carga elementar e. Logo:

$$Q = n \cdot e$$

$$n = \frac{2 \cdot 10^{-5}}{1,6 \cdot 10^{-19}}$$

$$n = \frac{2 \cdot 10^{-5}}{1,6 \cdot 10^{-19}}$$

$$n = 1,25 \cdot 10^{14}$$

Conforme gabarito preliminar.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que a afirmativa I está correta. Ocorre que parte da afirmação é correta, pois os cálculos matemáticos dos modelos heliocêntricos, até Nicolau Copérnico, realmente eram imprecisos. Porém, essa premissa não pode ser usada como justificativa para a escolha do modelo geocêntrico, pois esse apresentava muita divergência entre o que era previsto e o real, portanto demonstrando algo grau de imprecisão o que reforça a ideia de que a confiabilidade não era uma questão que pesava durante esse período histórico.

Fontes:

- HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. **Fundamentos de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2006, v.1, 2, 3 e 4.
- SERWAY, R. A., JEWETT, J. W. **Princípios de Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2004. v.1, 2, 3 e 4.

Cargo: GEOGRAFIA

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos

propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papyrus 2022. P. 12

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com

múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11.

Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aponta para a relação específica entre mapas, poder, ideologia, discursos e produção de visões sociais de mundo a respeito de lugares, territórios e espaços. Este é o aspecto que a questão demanda dos candidatos, considerando-se inclusive o excerto de Brian Halley. **Os outros quesitos, apontam dimensões que podem ou não estar presentes, mas não demonstram especificamente esta relação. Tanto que o autor relaciona imediatamente o poder dos mapas àqueles das armas e navios de guerra na produção e instauração do imperialismo.** Em momento algum as alternativas, em especial a Letra C, CORRETA, afirma que a importância da Cartografia se limita ao século XIX. Ao contrário, pelo excerto de Halley, o que interessa é a relação entre cartografia, poder e imperialismo e, nesse caso, é no século XIX que essa articulação se torna ainda mais explícita. Além disso, os ajustes dos mapas políticos em pequena escala embora possam ser técnicos, são, principalmente recortes políticos e ideológicos que auxiliam na construção de determinadas visões de mundo, conforme, novamente demandado no excerto de Halley. Observe que se a alternativa A está incorreta, a D também, porque se remete à mesma ideia.

Alternativa A: INCORRETA. Os mapas são construções técnicas e matemáticas, mas aspectos relacionados à escolha das escalas, das projeções, das legendas, do destaque a determinados aspectos e silenciamento relativo a outros implica na sua articulação com discursos políticos e ideológicos sobre lugares, territórios e espaços.

Alternativa B: INCORRETA. A Cartografia é tanto um conhecimento científico quanto artístico. Como produção social, os mapas carregam discursos sobre espaços e territórios, bem como estão impregnados dos interesses de quem encomendou o mapa, de quem o produziu e para quem e com quais objetivos foram produzidos. Um exemplo se relaciona até hoje ao ocultamento, em vários mapas, de áreas consideradas como segurança nacional por vários estados nacionais, a exemplo dos EUA.

Alternativa C: CORRETA. A construção dos estados nacionais territoriais se relaciona à produção dos mapas, que conferem uma espécie de “corporeidade” à ideia imaginada de determinado estado nacional. A partir do século XIX, exaustivos mapas nacionais, regionais e planisférios passaram a ser produzidos e a circular em coletâneas de Atlas, de modo a possibilitar aos estudantes, por exemplo, a visualização da “sua” cidade, da “sua província”, do “seu país”. Eles permitem que o orgulho de pertencer a determinada comunidade fosse exaltado, ao mesmo tempo que possibilitava “aos nacionais”, se distinguirem dos estrangeiros não apenas pela cultura ou pela língua, mas também por meio da visualização “do seu território”. Em momento algum a alternativa explicita que foi APENAS com os Estados Nacionais territoriais modernos que a cartografia se desenvolveu.

Alternativa D: INCORRETA. A escolha da escala, da legenda e da projeção em que os mapas e cartas são elaborados colaboram para a construção de determinadas visões sociais de mundo em detrimento de outras. Em primeiro lugar, porque nem tudo pode ser representado, a depender desses elementos; em segundo, porque eles estabelecem determinados consensos. Por exemplo, a reiteração do planisfério centrado no Atlântico, cortado pela linha do Equador e que estabelece o Norte nos estados nacionais europeus e na América do Norte cria a “ilusão” de existência de um “em cima e outro embaixo”, embora no espaço sideral, o planeta Terra não tenha essas posições.

Fontes:

- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins – Revista Franco Brasileira de Geografia*. São Paulo, vol 5, num 5, 2009, págs 1-25. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724> Acesso em 23 jun 2022.
- DEL GAUDIO, Rogata S. O mapa enquanto discurso e o discurso do mapa: algumas questões. *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências (em linha)*. 2003, 5(2), 48-64. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=129517970005> Acesso em 04 ago 2022.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Compreender a diferença entre conservação e preservação ambiental é essencial quando abordamos a dimensão do uso sustentável dos recursos naturais.

A primeira assertiva é VERDADEIRA. A preservação ambiental é definida pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ela prevê que as unidades de preservação ambiental, como as reservas ecológicas e os parques nacionais não possam ser utilizados ou visitados, a não ser em casos muito específicos, como por exemplo visitas para fins estritamente educacionais e pesquisas científicas, desde que autorizadas previamente pelos órgãos responsáveis por sua administração.

A segunda assertiva é VERDADEIRA. A conservação ambiental também foi definida pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). No art. 2º, parágrafo II desta lei, foi estabelecido que nas unidades de conservação é permitido “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”.

A terceira afirmativa é FALSA. São retomados nessa afirmativa princípios relacionados ao determinismo geográfico, que destaca o primado da natureza sobre o homem. Além disso, a perspectiva enunciada aponta para a concepção de espaço vital, desenvolvida por F. Ratzel a partir do desenvolvimento das teorias de C. Darwin.

A quarta afirmativa é FALSA. O conceito de sustentabilidade tornou-se mundialmente conhecido a partir de 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas publicou um relatório chamado *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland. Neste relatório foi definida pela primeira vez a concepção de sustentabilidade, entendida como “aquela que busca atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”.

A quinta afirmativa é VERDADEIRA. De acordo com o Relatório Brundtland, o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental implica aspectos relacionados à dimensão da natureza e da sociedade. Assim, o desenvolvimento com sustentabilidade articula três áreas: o crescimento e a equidade econômica; a conservação dos recursos naturais e do ambiente e, por fim, o desenvolvimento social.

Fontes:

- BRASIL. Resolução CONAMA nº 001 de 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/I9985.htm Acesso em 04 jul 2022
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do Ecodesenvolvimento Ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução De Um Conceito? Rio de Janeiro, *Proposta*, v.25, n.71, p.5-10 fev, 1997.
- LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. de S. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez. 2002.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A imagem de Mauritius Escher representa uma sacada, mas nela foram aplicadas distorções de modo a evidenciar determinados aspectos, para o que Escher se apropriou de conceitos de Geometria. Essa técnica cartográfica está presente hoje nas anamorfoses geográficas, um recurso de transformação que distorce uma representação geográfica de áreas de países ou regiões por meio de operações matemáticas que permitem evidenciar determinados aspectos para fins de comparação. Assim, a proporção das áreas representadas reflete a concentração do fenômeno cartografado e não, as fronteiras convencionais, o que favorece as análises comparativas de dados. Como exemplo, podemos citar planisférios que representam a fome e a concentração de riqueza em escala mundial.

ALTERNATIVA A – INCORRETA. Os mapas artísticos tanto podem ser releituras de mapas convencionais a partir da arte, quanto dizem respeito a presença de elementos ligados à mitologia, por exemplo, em mapas convencionais elaborados ao longo dos séculos XVIII e XIX. O objetivo pode ser simplesmente de ilustrar um determinado elemento, embelezar um mapa, ou ainda, fazer uma releitura sem intenção de representação com uso acadêmico ou escolar.

ALTERNATIVA B – INCORRETA. A variação escalar tanto pode ser utilizada em mapas convencionais quanto em anamorfoses, funcionando como uma espécie de “zoom” para o fenômeno cartografado, mas sem incidir na projeção ou na forma do mapa.

ALTERNATIVA C – CORRETA. A imagem da sacada de Escher remete à técnica da anamorfose cartográfica, que utiliza operações matemáticas e distorce as áreas de países ou regiões de modo a evidenciar determinado fenômeno cartografado.

ALTERNATIVA D – INCORRETA. A representação euclidiana é o oposto da anamorfose, na medida em que neste tipo de representação, busca-se manter ao máximo as proporções matemáticas entre as áreas representadas.

Fontes:

- NOVAES, André. Geografia e História da Arte: apontamentos para uma crítica à iconologia. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, UERJ, num 33, dez. 2013, pp 43-64. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/8466/6276> Acesso em 23 jun 2022.
- TOBIAS, Daniela. *Anamorfose: um recurso cartográfico relevante na Geografia urbana do município de São Paulo*. Dissertação. Mestrado em Geografia Física. São Paulo: USP/FFLCH, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-06052013-122918/publico/2011_DanielaTobias_VCorr.pdf Acesso em 23 jun 2022.
- SCHUNEMANN, E.; SANTOS, C.; BATTISTI, I. A arte matemática nas obras de Escher: explorando conceitos da Geometria. Anais da II Conferência nacional de educação matemática. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/35%20OF.pdf> Acesso em 04 ago 2022.
- ROMÃO, Simone C. Arte e Educação Matemática: estudo da Geometria com foco nas obras de Escher. CADERNOS PDE. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor – Produções Didático-Pedagógicas. Vol II. Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_mat_pdp_simone_cristina_romao.pdf

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As duas afirmativas são verdadeiras em relação ao El Niño, mas não estabelecem relação entre si, pois a primeira afirmativa descreve o que é esse fenômeno e sua denominação e a segunda, caracteriza sua ocorrência irregular e o momento em que este fenômeno atinge seu ponto máximo, próximo ao Natal, o que inclusive, explica o nome “El Niño” dado por pescadores peruanos, em referência ao menino Jesus.

As duas afirmativas se referem corretamente ao El Niño, embora não tenham relação de causalidade entre si, ou seja, ambas apresentam características do fenômeno, mas uma não explica nem justifica a outra. Assim, as duas afirmativas são verdadeiras, embora sem relação de causalidade a respeito do fenômeno El Niño.

As alternativas apresentam corretamente o nome do fenômeno (ENOS), explicitam as alterações no TEMPO atmosférico e no CLIMA e, a partir das alterações provocadas, afetam direta ou indiretamente o clima em escala global, na medida em que impactam a circulação das massas de ar e das correntes marítimas.

Fonte:

- COSTA, J. A. O fenômeno el niño e as secas no nordeste do Brasil. EDUCTE - Revista Científica do IFAL, v. 1, n. 4, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifal.edu.br/educte/article/view/13/10>. Acesso em 01 jul 2022.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nesta questão, não buscamos problematizar a polêmica científica em torno do aquecimento global e suas causas, se antropogênicas ou naturais. Situamos apenas as considerações do IPCC, uma perspectiva que defende que as mudanças climáticas, em especial o aquecimento global, tem origem antropogênica. O que se pede é que essa relação seja avaliada pelos candidatos em relação ao fenômeno e suas causas de acordo com o IPCC.

Desse modo, as duas afirmativas se referem às mudanças climáticas, especialmente relacionadas ao aumento da temperatura do planeta associada ao efeito estufa que, de acordo com o IPCC, tem origem antrópica. A primeira afirmativa, explica o que é o IPCC e a consideração, deste painel associado à ONU, da causa antrópica do aquecimento global. A segunda afirmativa, explica desde quando e quais os gases de efeito estufa têm interferido neste processo, com destaque para o dióxido de carbono. Assim, ambas se referem ao mesmo fenômeno e a segunda justifica corretamente a primeira, uma vez que, de acordo com o IPCC, é o aumento dos gases de efeito estufa ocasionados por ações antrópicas que intensificam o aquecimento global

Logo, as duas afirmativas estão corretas e a segunda explica a primeira, na medida em que a primeira apresenta o que seria o aquecimento global e, a segunda, explica uma de suas causas, o aumento dos gases de efeito estufa, em especial, o dióxido de carbono.

Fontes:

- ONU. Réduire les émissions de méthane de 45% permet d'éviter une hausse de la température mondiale (ONU). Disponível em: <https://news.un.org/fr/story/2021/05/1095542> Acesso em 29 jun 2022.
- World Wide Fund for Nature (WWF). https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/ Acesso em 29 jun 2022.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão busca problematizar os argumentos propalados por grupos separatistas que almejam a independência da região Sul em relação à federação brasileira. **Como outros movimentos de caráter separatista, as razões econômicas são aquelas apresentadas como de primeira ordem.** Para esses grupos, a região sul teria uma importância econômica diferenciada e sustentaria as demais regiões, em especial o Nordeste. Além de uma perspectiva xenofóbica, esses grupos muitas vezes traduzem para a população determinados dados que obscurecem a realidade, como por exemplo, a questão das transferências e investimentos realizados pelo governo federal na região.

O argumento dos grupos separatistas é de ordem econômica, mas a charge ao invés de reforçar esse argumento, o contraria, mostrando que sem o restante do Brasil, a economia da região Sul não se sustentaria.

A charge evidencia a interdependência entre a economia da região sul e o restante da federação brasileira, responsável pela pujança econômica local, conforme alegado pelos separatistas. Sem o suporte do restante do país, a economia regional não se sustentaria.

A decadência, na charge, afeta a região sul, caso ela se separe do restante da federação brasileira. Além disso, no excerto o autor destaca apenas os argumentos de ordem econômica alegados pelos separatistas.

Os argumentos econômicos dos grupos separatistas envolvem inclusive críticas a programas como o Bolsa Família; **no entanto, a charge reforça a interdependência entre a economia da região sul e o restante do Brasil. Em caso de separação, a economia do sul desmoronaria. Essa é a tônica da charge.**

Fonte:

- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão avalia os impactos derivados do mau uso dos solos. Em relação à retirada da vegetação, o pastoreio, seja por gado bovino, ovino ou outros, no processo de pastagem, favorece a compactação de seus horizontes, além de expor os solos aos ventos e à chuva, facilitando a lixiviação, por exemplo.

A ALTERNATIVA A está INCORRETA porque a volatilização implica na redução de nitrogênio (em especial a amônia) que leva ao empobrecimento dos solos, o que por sua vez, impacta o desenvolvimento dos vegetais.

A ALTERNATIVA B está CORRETA. A acidificação corresponde ao aumento de substâncias ácidas nos solos, como o alumínio, o que altera seu pH (reduzindo-o), leva ao desequilíbrio da sua composição química e dificulta o crescimento das plantas. Além disso, a faixa ideal de pH para as plantas gira em torno de 6 a 7, pois nessa faixa os nutrientes estarão mais disponíveis. A relação direta do pH com a fertilidade está no equilíbrio químico de trocas que ocorrem e disponibilizam ou complexificam os nutrientes no solo.

A ALTERNATIVA C está CORRETA. A retirada da cobertura vegetal por meio do pastoreio, o pisoteio intensificado de animais e a utilização de maquinário pesado pode levar à compactação dos solos, reduzindo sua aeração e, por consequência, sua fertilidade. A composição ideal de um solo corresponde a 46% de matéria mineral, 25% de água, 25% de ar e 4% de matéria orgânica, por exemplo.

A ALTERNATIVA D está CORRETA. A lixiviação corresponde à lavagem de solos desnudos pelas águas das chuvas (as gotas desagregam os solos por meio do processo conhecido como “splash”), as enxurradas carregam as partículas desagregadas e ainda, diversas substâncias químicas necessárias a manutenção da fertilidade dos solos, o que leva ao seu empobrecimento.

Fontes:

- GUERRA, A. J. T. e JORGE, M. do C. O. (org.). **Degradação dos solos no Brasil.** Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. **Manual técnico de pedologia.** IBGE - Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. - 3. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão discorre sobre o conceito de escala cartográfica e geográfica e suas relações frente à representação dos espaços, lugares e territórios.

RESPOSTA: Alternativa D.

A primeira assertiva está CORRETA porquê de fato, a escala cartográfica é uma operação matemática que busca estabelecer uma relação de proporção entre o real e a representação.

A segunda assertiva está CORRETA porque a escala geográfica não é um elemento presente nos mapas, como a cartográfica, mas diz respeito à concepção do espaço representando, ou seja, busca classificar os fenômenos a partir de uma ordem de grandeza de sua ocorrência.

A terceira assertiva está INCORRETA porque ao modificar a escala cartográfica, modifica-se totalmente a representação do espaço cartografado. A variação da escala cartográfica pode ir do zoom (aproximação), como no caso do uso de uma escala cartográfica grande, ao afastamento, como no caso do uso de uma escala cartográfica pequena.

A quarta assertiva está INCORRETA porque a escala cartográfica tanto pode representar áreas pequenas (escala grande), quanto o planisfério (escala pequena). Além disso, a escala é utilizada em diversos outros campos, como por exemplo, na biologia, na arquitetura e na engenharia, de modo a possibilitar a visualização do fenômeno cartografado.

A quinta assertiva está CORRETA. As escalas cartográfica e geográfica são inversamente proporcionais entre si. Assim, quanto menor a escala cartográfica, maior a escala geográfica, ou seja, maior a abrangência de um fenômeno; o inverso também acontece: quanto maior a escala cartográfica, menor a abrangência do fenômeno cartografado.

Fontes:

- CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp 117-140.
- MARQUES, Américo J.; GALO, Maria de L. B. T. Escala geográfica e escala cartográfica: distinção necessária. Bol. Geogr. Maringá, vol 25/26, num 1, p. 44-55. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/306336358>. Acesso em 24 jun 2022.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Escala geográfica, construção social da escala e “política de escalas”. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. pp 179-233.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático da questão está contemplado no seguinte tópico: “O estudo do espaço geográfico.”. A partir dele, que é amplo e geral indica a subárea em avaliação, foram derivados temas como conceito de espaço geográfico – que somente pode ser compreendido à luz das discussões em torno da construção histórica da geografia. O conceito de espaço geográfico como “matriz” da produção geográfica é relativamente recente na história desse campo científico, datando de meados do século XX.

Além disso, para se compreender o processo de discussão das categorias geográficas - das quais espaço, território, paisagem, lugar e região, conforme especificado no subtema – é fundamental entender a construção histórica da geografia como ciência. Portanto, a questão articula todos os temas dos subtópicos a partir da dimensão da construção histórica da ciência geográfica, estando em conformidade com o conteúdo programático do concurso.

A primeira assertiva é FALSA porque a construção da ciência geográfica enquanto campo científico ocorreu entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX, inicialmente na Alemanha (Prússia) e na França, tendo como principal linguagem a Cartografia e como método, o positivismo.

A segunda assertiva é VERDADEIRA porque na atualidade, a produção do conhecimento geográfico se fundamenta em métodos variados, que incluem o positivismo, o materialismo dialético e a fenomenologia. É importante destacar que MÉTODO é mais que metodologia, dizendo respeito à perspectiva filosófica que orienta as investigações.

A terceira assertiva é VERDADEIRA porque ao longo do século XIX, houve a criação de diversas sociedades geográficas que, financiadas por empresas ou pelos Estados nacionais europeus, buscaram conhecer e mapear o continente africano. Esse processo, atrelado ao imperialismo, foi base inclusive, para a partilha da África na Conferência de Berlim (que ocorreu entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885).

A quarta assertiva é FALSA porque a criação dos cursos superiores de geografia na Alemanha, França, Inglaterra, Portugal e Brasil, por exemplo, foi articulada inicialmente à necessidade de formação de professores. Além disso, a ação de naturalistas e viajantes para conhecimento e mapeamento de Ásia e África ocorria por meio das sociedades geográficas. A construção dos cursos superiores de geografia, desse modo, articula tanto a ação das sociedades geográficas, de um lado, quanto a necessidade de formação de professores dessa disciplina escolar, de outro. A dimensão do planejamento territorial somente ganha maior importância a partir de meados do século XX.

A quinta assertiva é VERDADEIRA porque de fato, o desenvolvimento da perspectiva teórico quantitativa, na geografia, se atrela ao maior desenvolvimento e uso da matemática, da estatística e da computação.

Fontes:

- CAMPOS, Rui R. de. Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.
- MORAES, Antônio Carlos Robert Moraes. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81075>.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão do aquecimento global de origem antropogênica não tem consenso no meio científico. Há um grupo de cientistas, os céticos ou negacionistas, que refutam a perspectiva que as ações humanas são responsáveis pelo aquecimento global. Seus estudos são pautados em análises de paleoclimas e, embora reconheçam os impactos das ações humanas sobre os climas locais, negam esse impacto na escala planetária. De outro lado, temos os cientistas considerados aquecimentistas ou alarmistas, que responsabilizam as ações antropogênicas, em especial a emissão de gases de efeito estufa pelo aumento da temperatura média do planeta. Eles utilizam pesquisas relacionadas ao aumento da emissão desses gases em séries históricas, geralmente divulgadas no IPCC como fontes para a construção de sua argumentação.

Em termos políticos, tanto os argumentos céticos, quanto os alarmistas se relacionam a diversos interesses econômicos. As análises dos céticos são apropriadas por governos de países que não querem assumir compromissos socioambientais relacionados às mudanças climáticas, como os Estados Unidos, e por corporações do setor petrolífero, diretamente ligadas às altas emissões de CO₂. Os estudos dos aquecimentistas, por sua vez, servem de argumento para o grande mercado global que negocia as formas de mitigar as emissões de (CO₂), como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e, mais recentemente, ao REDD Plus (ou REDD +).

Além disso, as duas afirmativas são corretas, mas a segunda não corresponde a uma relação de causa e efeito entre ambas. As afirmativas dizem respeito a dois aspectos em torno do aquecimento global: a primeira, voltada a argumentação científica e, a segunda, à sua dimensão política e econômica.

Fontes:

- IPAM. Como funciona o mercado de carbono. In: <https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/o-que-e-e-como-funciona-o-mercado-de-carbono/#:~:text=Assim%2C%20o%20objetivo%20central%20do,a%20um%20cr%C3%A9dito%20de%20carbono> Acesso em 30 jun 2022.
- PEREIRA, D. B.; DEL GAUDIO, Rogata Soares. Uma verdade inconveniente: interpelação e omissão. In: FREITAS, Eliano de Souza Martins e FERREIRA, Adriana Angélica. (Org.). **Meio Ambiente em cena**. Belo Horizonte: RHJ Livros Ltda, 2012, v. 1, p. 177-205.
- PESSINI, L., & SGANZERLA, A. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e meio ambiente. *Revista Iberoamericana de Bioética*, (1), 1-14, 2016. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/6772>. Acesso em 30 jun 2022.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A INCORRETA. O talude continental faz parte do relevo submarino da plataforma continental e compreende uma rampa com inclinação acentuada e coberta por lama. Sua formação está associada à dinâmica entre o litoral e a plataforma continental. O processo de subducção se relaciona a um movimento relacionado ao choque

entre placas tectônicas. A Teoria da Tectônica de Placas se refere à dinâmica global das placas e não, à formação do relevo da plataforma continental.

ALTERNATIVA B CORRETA. A seta identifica a maior cordilheira submarina, a Dorsal Mesoatlântica, que apresenta um movimento divergente (afastamento da placa africana), explicada pela teoria da Tectônica de Placas.

ALTERNATIVA C INCORRETA. A Placa de Nazca se localiza à esquerda da Placa Sul-Americana, e seu choque com esta originou a Cordilheira dos Andes; a teoria relacionada às duas placas é a Tectônica de Placas. As falhas transcorrentes ocorrem quando há deslocamento no plano horizontal entre dois blocos, sendo mais comum em zonas de encontro entre duas placas tectônicas, quando essas também se movimentam horizontalmente. Como já pontuado, a teoria da Deriva Continental, embora não explique a dinâmica entre as placas, pode ser considerada como precursora da Tectônica de Placas.

ALTERNATIVA D INCORRETA. A placa sul-americana abrange toda a América do Sul, estendendo-se até a Dorsal Mesoatlântica. As correntes de convecção, movimentos presentes no Manto, elucidam o movimento das placas tectônicas, o que explica a dinâmica das placas tectônicas e portanto, é a essa teoria que está relacionada. A Teoria da Deriva Continental foi elaborada por A. Wegener e, embora possa ser considerada precursora da Tectônica de Placas, foi superada por esta última na explicação da dinâmica da crosta.

Fontes:

- GUERRA, Antônio T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- IBGE. **Atlas Geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv55263.pdf>
- LEINZ, Victor; AMARAL, Sérgio E. do. **Geologia Geral**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A INCORRETA. A intensidade do terremoto de 2011 atingiu cerca de 9,1 graus na Escala Richter, destruiu estradas, residências, provocou inúmeros incêndios, danos à rede elétrica e interrupção do fornecimento de energia e deixou mais de 18 mil pessoas desaparecidas ou mortas. Em termos financeiros, estima-se que o prejuízo total foi de quase US\$ 200 bilhões. Entretanto, foram os tsunamis que se seguiram aos tremores os responsáveis por inundar uma área superior a 500 km quadrados no Japão, atingindo a província de Fukushima, e não, “afundando uma usina nuclear em Tóquio”. O avanço das águas danificou os geradores responsáveis pelo resfriamento dos reatores da Usina Nuclear de Fukushima, levando ao derretimento de três deles. Na sequência, ocorreram pelo menos três explosões nesses reatores, liberando radiação para o ambiente. Esse desastre nuclear foi classificado como um dos piores do mundo, semelhante ao ocorrido em Chernobyl (Ucrânia), na década de 1980.

ALTERNATIVA B INCORRETA. O Japão, país insular localizado no contato entre diversas placas tectônicas, é bastante afetado pela ocorrência de terremotos e tsunamis. E, de fato, o terremoto ocorrido em 2011 é considerado um dos mais intensos já vivenciados pelos japoneses. Ele foi uma consequência da liberação de uma grande quantidade de energia em função da movimentação horizontal de uma falha geológica na zona de subducção, no contato entre as Placas das Filipinas e Pacífica.

ALTERNATIVA C CORRETA. A ocorrência do terremoto, seguida por tsunamis destruiu a cidade de Sendai, localizada na ilha de Honshu, a maior das ilhas do arquipélago japonês. De acordo com o prof. Fábio R. D. Andrade, “o epicentro do terremoto, no fundo oceânico de localizava a 130 km de Sendai, a maior cidade próxima, e a 373 km de Tóquio. Seu hipocentro foi relativamente raso, com profundidade estimada em 32 km. Esse foi o maior terremoto já registrado no Japão desde o início das medições sísmicas instrumentais, há 130 anos” (ANDRADE, 2011, pág. 20-21).

ALTERNATIVA D INCORRETA. O terremoto de 2011 foi consequência da posição do Japão, no encontro entre várias placas tectônicas. De acordo com o prof. Fábio R. D. Andrade, o Japão “se situa sobre uma zona de subducção, um local onde há colisão de placas tectônicas, com a entrada das placas de fundo oceânico para o manto terrestre. A configuração das placas tectônicas nesse local é bastante complexa: o Japão se localiza numa extensão da placa tectônica da América do Norte, que está em colisão com as placas oceânicas do Pacífico e das Filipinas. No local do terremoto, a placa do Pacífico se move para oeste-noroeste com uma velocidade média de 80 mm por ano. (...) A energia total liberada (momento sísmico) foi mais de 200 mil vezes maior que a energia superficial, algo equivalente a 600 milhões de bombas de Hiroshima. No Japão há uma relação próxima entre atividade sísmica e tsunamis.” (ANDRADE, 2011, pág. 21). Por fim, o movimento isostático. De acordo com o prof. José Airton (UFC), “a crosta externa

está dividida em grandes blocos que “flutuam” sobre um “manto” mais profundo que, para todos os efeitos, funciona com um líquido extremamente viscoso. Isso se configura em uma espécie de equilíbrio semelhante ao equilíbrio hidrostático descrito por Arquimedes. A crosta tem densidade média menor que o manto (portanto, “flutua”) e o equilíbrio se estabelece lentamente, em tempos geológicos, por causa da alta viscosidade do manto. A esse equilíbrio, os cientistas deram o nome de ISOSTASIA e considera-se que a crosta terrestre está em um estado de “equilíbrio isostático” (...). [Outro exemplo é que] desde que as geleiras da última glaciação, a famosa Era do Gelo, começaram a derreter, a Escandinávia começou gradualmente a subir! O degelo retirou uma enorme massa que existia sobre a crosta naquela região e o bloco como um todo começou a subir. E ainda hoje continua subindo, a uma média de 1 centímetro por ano. Portanto, não é a isostasia que explica o terremoto e o tsunami de 2011, no Japão. Por fim, das maiores ilhas japonesas, as mais afetadas foram Honshu (onde se localizam Tóquio e Fukushima) e Hokaido, como pode ser verificado no mapa.

Fontes:

- ANDRADE, F. R. D. D. (2011). TERREMOTOS E TSUNAMIS NO JAPÃO. *Revista USP*, (91), 16-29. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i91p16-29>
- Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34838>
- Seara da Ciência – Universidade Federal do Ceará. “A isostasia – um importante conceito explicado pelo Prof. José Airton”. Disponível em: <https://seara.ufc.br/pt/secoes-especiais-de-ciencia-e-tecnologia/secoes-especiais-geologia/a-isostasia/>

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Essa questão foi elaborada a partir de uma pesquisa recentemente publicada em periódico científico a respeito da ocorrência de secas e deficiência hídrica no estado do Paraná.

Em relação ao conteúdo programático, este se vincula aos seguintes tópicos e subtópicos constantes no Programa do Concurso: Aspectos físicos do Brasil e do mundo. O tempo atmosférico e o clima. Domínios morfoclimáticos do Brasil e do Paraná.

ALTERNATIVA A INCORRETA. O estado do Paraná situa-se numa zona de grande variabilidade climática, uma vez que este estado se localiza numa região de transição climática. Desse modo, o Paraná sofre influência de variadas massas de ar, tais como a Equatorial Continental, a Tropical Continental, a Tropical Atlântica e a Polar Atlântica que aliadas ao relevo, continentalidade e maritimidade, explicam as variações das temperaturas e chuvas (bem como dos períodos secos) neste estado.

ALTERNATIVA B CORRETA. De acordo com os dados dos mapas, de fato no Paraná observam-se poucos períodos secos que, em geral, têm curta duração. Apesar disso, mesmo a ocorrência de pequenos veranicos afeta as atividades agropecuárias, em especial as monoculturas de soja e milho, que demandam grande quantidade de água em todas as etapas de crescimento e produção (germinação, florescimento e enchimento dos grãos).

ALTERNATIVA C INCORRETA. Os mapas evidenciam que as secas mais intensas ocorrem principalmente no noroeste do Estado, mas que estas, em especial as mais prolongadas, são pouco frequentes. Os dados mostram que na medida em que houve aumento da intensidade das secas, houve menor número de ocorrências de períodos secos no estado.

ALTERNATIVA D INCORRETA. Em relação à distribuição espacial dos períodos secos, nota-se que estes aumentam de Leste para Oeste, ou seja, as regiões litorâneas tendem a ter menos períodos secos e de menor duração, ao passo que as regiões Norte e em especial a região Noroeste, por exemplo, apresentam períodos secos mais longos e de maior intensidade, portanto, com maior risco de deficiência hídrica.

Fonte:

- SALTON, F. G.; MORAIS, H.; LOHMANN, M. Períodos secos no Paraná. *Revista Brasileira de Meteorologia*, vol 36, num 2, p. 295-303, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/kHjyZLqDXPyK6gHvWsQsD4C/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 30 jun 2022

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O mecanismo que explica o funcionamento das brisas marinhas é o mesmo que explica as monções, diferindo em escala: o aquecimento diferenciado entre terra e água. No caso, a analogia entre as brisas e as monções se justifica em razão do aquecimento diferencial que terra e água possuem. As áreas litorâneas apresentam menor amplitude térmica anual; são as áreas desérticas que tem elevada amplitude térmica diária. Além disso, a questão cobrou a respeito das similitudes entre os dois fenômenos, a despeito da diferença de escala geográfica entre ambos.

ALTERNATIVA A CORRETA. O que explica tanto as brisas marinhas, fenômeno representado nas imagens, quanto as monções, é o aquecimento diferenciado entre terra e água. Durante o dia, a terra se aquece mais rapidamente que a água; mas à noite, a terra também perde calor mais rapidamente que a água. Assim, durante o dia, as brisas se dirigem do continente para o oceano e à noite, fazem o inverso.

ALTERNATIVA B CORRETA. As áreas litorâneas têm, em geral, menor amplitude térmica que as áreas continentais, em razão da influência do aquecimento diferencial entre terra e água, quanto em decorrência da ação das correntes marítimas. Vide por exemplo, a ação da Corrente do Golfo no litoral europeu, exemplo amplamente conhecido do fenômeno.

ALTERNATIVA C INCORRETA. Os deslocamentos contínuos de grandes volumes de águas superficiais e profundas nos oceanos, que se relacionam à diferença de densidade da água do mar e aos ventos que sopram na superfície dos oceanos podendo ser frias ou quentes de acordo com o seu local de origem correspondem às correntes marítimas, que influenciam na maritimidade, mas não na ocorrência direta das brisas litorâneas ou monções.

ALTERNATIVA D CORRETA. As monções são fenômeno similar às brisas marítimas na medida em que correspondem ao deslocamento das massas de ar entre verão e inverno associadas ao aquecimento diferenciado entre a massa continental asiática e o oceano Índico.

Fonte:

- MENDONÇA, Francisco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
- PENA, Rodolfo F. “Monções”. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/moncoes.htm> Acesso em 01 jul 2022

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A CORRETA. Uma das prerrogativas do toyotismo é que os trabalhadores “vistam a camisa da empresa”. De acordo com Porto (2016), *“este novo sistema exige que o empregado se identifique totalmente com a missão da empresa pela qual foi contratado e assuma como seus os interesses de seu empregador, em detrimento de seus interesses particulares. (...) O sistema toyota se vale da contratação preferencial de empregados jovens, pois, em sua maioria, nunca se filiaram a qualquer sindicato e, portanto, não possuem identidade de classe, não tendo ainda exata consciência de seu lugar na sociedade. A estes jovens se oferece não apenas um emprego, mas uma “identidade de empresa”, com formação profissional que atenda exatamente às necessidades daquele empregador, comportamento, modo de vestir e vocabulário próprios da “casa”.*” (PORTO, Ana C. V.)

ALTERNATIVA B CORRETA. As mudanças engendradas pelo Toyotismo levaram à redução dos empregos no setor industrial, na medida em que houve incorporação de novas tecnologias de automação e produção, poupadoras de mão de obra.

ALTERNATIVA C CORRETA. A precarização e a segmentação do mercado de trabalho é um dos aspectos perversos do Toyotismo, na medida em que existem pelo menos duas categorias de trabalhadores: uma com estabilidade e direitos (trabalhadores formais); outra instável, precária e sem direitos (trabalhadores informais).

ALTERNATIVA D INCORRETA. Houve, na verdade, ampliação da oferta de empregos no setor de serviços, especialmente aqueles menos qualificados, na medida em que cresceu o desemprego. Desse modo, essa é a única alternativa que não caracteriza corretamente os impactos do Toyotismo no mercado de trabalho.

A questão se embasou em pesquisas científicas para construir as alternativas.

Fontes:

- PORTO, Ana C. V. O Toyotismo e a precarização dos direitos trabalhistas. Revista de Direito do Trabalho, vol 170, jul/ago de 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDTrab_n.170.09.PDF Acesso em 02 jul 2022.
- SANTOS, A. L.; ROSSINI, R. E. Relações socioespaciais no Japão a partir das experiências de imigrantes do Brasil: discriminação de raça/etnia e gênero e negação de direitos. In: ALVES, Flamarion D. (et.al.) (Orgs.) **A dimensão política no espaço – conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: Unifal, 2019. pp. 60-83.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os processos de modernização conservadora no campo brasileiro são estudados e documentados pelo menos desde a década de 1970. São variados teóricos, de diversos campos científicos que tratam dessa temática. Na geografia destacam-se, por exemplo, Bernardo Mançano Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

ALTERNATIVA A CORRETA. Os pressupostos da revolução verde tais como utilização de tecnologia, insumos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas e melhoria nas sementes voltados ao aumento da produção e da produtividade foram incorporados no processo de modernização do campo brasileiro. Projetos como o Polonoroeste e o Prodecer que estimularam a incorporação de vastas porções do cerrado no processo produtivo no Brasil estiveram associados a estes pressupostos.

ALTERNATIVA B INCORRETA. A modernização conservadora no campo brasileiro se caracteriza sim pela ampliação da oferta de alimentos, mas daqueles que são commodities como a soja, o milho, o café, a laranja. A grande produção agropecuária brasileira não se destina ao mercado interno, mas à exportação. Logo, não se articula à demanda interna, mas ao mercado mundial de commodities. Além disso, a questão aborda especificamente a “modernização conservadora” articulada ao mercado de commodities. A produção para o mercado interno continua a ser feita pela agricultura familiar em suas diversas formas.

ALTERNATIVA C CORRETA. Outra característica importante da modernização conservadora é, justamente, o aumento do endividamento dos produtores rurais, que precisam buscar empréstimos de modo a arcar com os custos das máquinas, equipamentos, insumos, sementes melhoradas etc. Além disso, a incorporação de novas áreas do cerrado e da Amazônia no processo produtivo implicaram em aumento da degradação ambiental.

ALTERNATIVA D CORRETA. A ampliação da concentração fundiária foi outra característica da modernização conservadora no campo brasileiro. Essa concentração fundiária ocorreu tanto em regiões de ocupação mais antiga, como o Sul, quanto nas novas áreas incorporadas ao processo produtivo como as regiões Centro-Oeste e Norte.

Fontes:

- LANDAU, E. C.; et al. Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas. (vol.4). Brasília, DF: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55045500/embrapa-lanca-obra-sobre-dinamica-agropecuaria-e-da-paisagem-natural-no-brasil>
- Ricardio, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. En Cuad. Desarro. Rural, Bogotá. 8 (67): 231-249, jul/dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v8n67/v8n67a10.pdf>

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A INCORRETA. A Questão do Pirara ocorreu entre o Brasil (norte do atual estado de Roraima) e a Guiana (então possessão inglesa). Em 1904, a questão foi solucionada com arbitragem e resultou na divisão quase equitativa dessa área de litígio.

ALTERNATIVA B INCORRETA. O Brasil se envolveu na Guerra do Paraguai entre 1864 e 1870, portanto, antes da Proclamação da República (1889), embora, de fato, essa guerra seja considerada como o mais violento conflito armado na geopolítica da América do Sul. Entre as motivações para a guerra estavam as pretensões territoriais do governo paraguaio, as quais, na época, ameaçavam os interesses do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Os gastos com esse conflito geraram um alto endividamento do Brasil com a Inglaterra e contribuíram para o enfraquecimento da monarquia.

ALTERNATIVA C CORRETA. O Acordo de Petrópolis solucionou a questão fronteiriça com a Bolívia em 1903. Por este Acordo, o Brasil indenizou tanto a Bolívia (2 milhões de libras esterlinas, à época), quanto o *Bolivian Syndicate* (pelo cancelamento do contrato de arrendamento das terras na região entre esta empresa e o governo boliviano) em mais de 100 mil libras esterlinas. Brasil e Bolívia também acordaram a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e o Brasil cedeu à Bolívia algumas faixas de terras na foz do Rio Aruanã e na área de fronteira com o Mato Grosso, conforme LIMA, Maria Regina S. de. (et.al.) (Orgs).

ALTERNATIVA D INCORRETA. O Tratado de Santo Idelfonso foi assinado em 1777. Em 1750, foram assinados os Tratados de Madrid. Ambos dizem respeito aos acordos de fronteira entre Espanha e Portugal no período colonial e, de fato, eles estão na origem do litígio entre Brasil e Argentina no final do século XIX. Essa disputa entre Brasil e Argentina dizia respeito ao estabelecimento das fronteiras na região, envolvendo os rios Chapecó, Chopin e Jangada (estes afluentes do Iguaçu). A questão foi solucionada por arbitragem internacional em 1895.

Fontes:

- FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- LIMA, Maria Regina S. de. (et.al.) (Orgs). **Atlas da política brasileira de defesa**. Buenos Aires: CLACSO/Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017. Pág. 16. Disponível em: <https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/07/Atlas-da-Politica-Brasileira-de-Defesa.pdf>
- RADIN, J.C. CORAZZA, G. Questão de Palmas. In: **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 135-137. ISBN: 978-85-64905-65-8. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905658.0033>
- ROMANI, C. M. História imperial, ciência e poder: a disputa da fronteira anglo-brasileira. Rev. Bras. Hist., num 39, vol 82, set/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/wDrTJnfG7wGkc8BxNMLQvFb/?lang=pt> Acesso em 03 jul 2022

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A CORRETA. Os fatores associados à rápida expansão da soja para a região Centro-Oeste foram: **o relevo constituído por chapadas de topos planos**, que facilitou a mecanização; o uso de calagem, que possibilitou a correção da acidez dos solos; projetos como o Prodecir e o Polonoroeste; a utilização de sementes melhoradas, defensivos e fertilizantes químicos. Pesquisas sobre o melhoramento das sementes de soja e sua adequação ao clima tropical foram capazes de gerar sementes mais resistentes e de maior rendimento.

ALTERNATIVA B INCORRETA. A produção da soja nos moldes da empresa rural tem levado a mudanças profundas na relação entre o produtor rural e a terra, uma vez que **o conhecimento tradicional é desqualificado pelo conhecimento técnico-científico, o que implica produzir na terra utilizando princípios racionais e instrumentais voltados à rentabilidade**. Esse é um dos fatores que auxilia a compreender por que os produtores de soja brasileiros veem como vantagem a utilização de sementes transgênicas, a despeito dos riscos ambientais e para a saúde.

ALTERNATIVA C CORRETA. A expansão dos cultivos de soja em áreas do Cerrado e da Amazônia Legal tem gerado também inúmeros impactos ambientais, tais como: a compactação e impermeabilização dos solos, o aumento da

erosão, o desflorestamento, a contaminação das águas, dos alimentos e dos animais por agrotóxicos, o assoreamento dos rios e reservatórios de água e a perda da biodiversidade. Além disso, a construção de infraestrutura (rodovias, hidrovias, hidrelétricas, ferrovias), que pretende ampliar as áreas incorporadas ao processo produtivo, também é impactante, tanto nas áreas diretamente envolvidas como em seu entorno.

ALTERNATIVA D CORRETA. O cultivo de soja teve início, no Brasil nos estados da região Sul (Rio Grande do Sul) e ao longo das décadas de 1970/1980 se expandiu para o Paraná, para a região centro-oeste, e, na sequência, para o sul da Bahia e os estados de Rondônia, Tocantins e Piauí. Atualmente, de acordo com os dados do último censo agropecuário, os maiores produtores são Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás.

Fontes:

- IBGE. Censo Agropecuário – resultados. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76424
- LANDAU, E. C.; et al. Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas. (vol.4). Brasília, DF: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55045500/embrapa-lanca-obra-sobre-dinamica-agropecuaria-e-da-paisagem-natural-no-brasil>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão cobrou análise do gráfico, associado a acontecimentos epidêmicos recentes no Brasil, tais como as epidemias de Zika vírus, que afetaram gestantes e bebês (2016) e de COVID-19, ambas amplamente noticiadas, tanto em relação aos processos de contaminação, sintomas e impactos sobre a população.

A ASSERTIVA I ESTÁ INCORRETA. Desde pelo menos a década de 1980, o crescimento populacional no Brasil entrou na terceira fase da transição demográfica, caracterizada por baixos índices de natalidade e mortalidade.

A ASSERTIVA II ESTÁ CORRETA. A tendência observada nos indicadores de 2010 e 2020, conforme o gráfico, é para a persistência na redução do crescimento demográfico, com a continuidade da queda na taxa de natalidade e da mortalidade.

A ASSERTIVA III ESTÁ INCORRETA. Houve um ligeiro aumento da taxa de mortalidade no Brasil entre 2019 e 2020 em decorrência da pandemia de COVID-19.

A ASSERTIVA IV ESTÁ CORRETA. Nota-se pelo gráfico, uma queda brusca da taxa bruta de natalidade no Brasil em 2016, explicada pela epidemia do Zika vírus, que afetou gestantes e bebês naquele ano. Isso pode ser facilmente notado pelo pico descendente no gráfico.

A ASSERTIVA V ESTÁ CORRETA. A taxa bruta de mortalidade no Brasil é diretamente influenciada pelo envelhecimento populacional. Como a expectativa de vida da população brasileira tem aumentado continuamente desde a década de 1950, observa-se desde então, uma tendência para a queda da taxa bruta de mortalidade. Entretanto, entre 2019 e 2020 houve maior oscilação desse indicador em razão da pandemia de covid-19. Isso é observado pelo ligeiro aumento da linha indicando a taxa bruta de mortalidade.

Fontes:

- CASTRO, Marcia C. et al. Implications of Zika virus and congenital Zika syndrome for the number of live births in Brazil. Proceedings of the National Academy of Sciences, Philadelphia, v. 115, n. 24, p. 6177-6182, Jun. 2018. Disponível em <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1718476115>
- IBGE. **Brasil em números, 2021.** Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Vol. 29. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2021_v29.pdf
- VASCONCELOS, Ana M, N. GOMES, Marília M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, DF, v. 21, n. 4, p. 539-548, out./dez. 2012. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Do ponto de vista do conteúdo programático, a questão contempla os itens Geopolítica dos conflitos internacionais. Tensões por interesses econômicos e recursos naturais. Conflitos na África.

ALTERNATIVA A CORRETA. Uma das razões para a eclosão do conflito se relaciona à disputa por terras e água entre os pastores seminômades e os agricultores, agravadas pela ocorrência cada vez mais frequente de secas, pela desertificação, com a expansão do deserto do Sahara, fome, ausência de infraestrutura, escolas, hospitais etc.

ALTERNATIVA B INCORRETA. A população da região de Darfur é constituída por povos de ascendência árabe e variadas outras etnias. Mais ou menos um terço tem ascendência árabe, que migrou para a área entre os séculos XIV e XVIII, miscigenando-se com a população local. Aproximadamente dois terços da população de Darfur é constituída por variados grupos étnicos e ainda por imigrantes de diversas etnias, oriundos da África Ocidental. A economia local depende basicamente da agricultura de subsistência e do pastoreio, sendo uma das áreas mais pobres do Sudão.

ALTERNATIVA C INCORRETA. Esse conflito, embora tenha provocado o deslocamento de mais de 3 milhões de pessoas e provocado a morte de aproximadamente 300 mil, segue ignorado em escala internacional. A China, parceira do governo sudanês na exploração de petróleo, chegou a usar seu poder de veto junto ao Conselho de Segurança da ONU para impedir a aplicação de sanções mais fortes contra o governo de Cartum. Assim, o conflito é considerado negligenciado porque, apesar da violência cotidiana, das ações dos grupos armados e da morte e deslocamentos da população civil, as ações e atenções do mundo para a região continuam pouco expressivas.

ALTERNATIVA D INCORRETA. O conflito na região explodiu em 2003, a partir da organização de grupos que lutavam pela independência de Darfur, alegando que o governo sudanês privilegiava as elites árabes locais, não atendendo às demandas e necessidades dos demais grupos étnicos. Além disso, os *janjaweed* são grupos paramilitares formados essencialmente por membros dos grupos étnicos locais de língua árabe.

Fontes:

- HERNANDEZ, Leila L. **A África na sala de aula – visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005
- Le Monde Diplomatique. **Dossiê África – desafios da democracia e do desenvolvimento**. Ano 1, maio/junho 2011.
- MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.). **História Geral da África - África desde 1935**. Vol. VIII. Brasília: UNESCO, 2010.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A primeira assertiva é VERDADEIRA. Com o fim da bipolaridade, acreditava-se na época, que o mundo entraria numa “era de paz e prosperidade. Aliás, essa frase foi proferida por G. Bush (pai), quando de sua posse como presidente dos EUA.

A segunda assertiva é FALSA. O mundo multipolar, que emergiu com o fim da bipolaridade foi marcado pela formação de diversos acordos e blocos econômicos. O Pacto de Varsóvia, firmado no contexto da bipolaridade, foi desfeito.

A terceira assertiva é VERDADEIRA. A globalização econômica atinge todos os setores produtivos, mas foi o mercado financeiro que mais foi dinamizado.

A quarta assertiva é FALSA. Há uma tendência crescente para ampliação a circulação financeira. Entretanto, em relação à circulação de pessoas, apesar dos avanços nos transportes, observa-se uma ampliação do controle, inclusive como forma de evitar as migrações ilegais.

A quinta assertiva é VERDADEIRA. Quando nos referimos aos processos de mundialização econômica, um dos aspectos que se destaca de imediato é, justamente, o aumento da riqueza (e do número de bilionários, por exemplo), de um lado e da extrema miséria e violência, de outro.

Fontes:

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Contraponto, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- KENNEDY, P. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A CORRETA. Israel, que também não assinou o TNP, alega que precisa se manter armado e vigilante, na medida em que se considera permanentemente ameaçado por seus vizinhos islâmicos, o que constitui um foco de tensão permanente no Oriente Médio.

ALTERNATIVA B CORRETA. A disputa entre Índia e Paquistão pelo controle da região da Cachemira pode ser considerada um foco de tensão permanente, tanto na escala local, quanto global, uma vez que ambos são detentores de um arsenal nuclear expressivo e nenhum dos dois assinou o TNP.

ALTERNATIVA C CORRETA. A tecnologia nuclear bélica foi desenvolvida inicialmente por Estados Unidos e ex-União Soviética, no contexto da Guerra Fria. Porém, na medida em que China, Reino Unido e França desenvolveram tecnologia bélica nuclear, passaram a integrar o “Clube Nuclear”, conjunto de estados nacionais com maior arsenal bélico atômico, tanto no período, quanto na atualidade. Esses cinco estados nacionais também são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, únicos com poder de veto.

ALTERNATIVA D INCORRETA. Estados Unidos e a ex-União Soviética, desde a década de 1970 iniciaram uma política de distensão, por meio da qual fizeram acordos de desmilitarização, reduzindo a produção bélica e nuclear. EUA, União Soviética (atual Federação Russa), Reino Unido, França e China, comprometeram-se a buscar o desarmamento geral e completo. Entretanto, em relação ao TNP a Coreia do Norte, que havia assinado o acordo, dele se retirou em 2003. E não o assinaram Israel, Paquistão e Índia.

Fontes:

- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SIPRI. World nuclear forces. In: *Yearbook 2019: armaments, disarmament and international security*. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: <<https://www.sipri.org/yearbook/2019/06>>
- VESENTINI, J. W. *Novas geopolíticas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A CORRETA. Desde a sua fundação, em 1945, a ONU tem caráter supranacional e suas ações são voltadas à promoção da paz e dos direitos humanos em escala mundial

ALTERNATIVA B CORRETA. O Conselho Econômico e Social é o órgão encarregado de desenvolver pesquisas e coordenar as atividades sociais, culturais e econômicas das agências especializadas da ONU e de todos os programas desenvolvidos pela organização. Ele é composto de 54 membros eleitos pela Assembleia Geral. Articula-se a organismos de extremo prestígio e importância, como ONU, por meio de suas agências como a UNICEF, FAO e UNESCO, por exemplo, busca promover a cooperação internacional nos âmbitos social, econômico e ambiental.

ALTERNATIVA C CORRETA. A organização tem como princípios-chave a manutenção da paz, que compreende não apenas evitar guerras, mas também o combate à miséria e às desigualdades. Por esse motivo, a ONU promove ações de cooperação internacional nos âmbitos social, econômico e ambiental. A instituição tem autoridade para propor soluções pacíficas para conflitos, por isso ela exerce grande influência na diplomacia internacional.

ALTERNATIVA D INCORRETA. É o Conselho de Segurança da ONU, composto por 15 países - cinco permanente com poder de veto (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido) e 10 dez membros transitórios, eleitos pela Assembleia Geral para um período de dois anos – que detém a prerrogativa de propor e aprovar ações armadas, missões de paz e embargos econômicos.

Fontes:

- BERTANTE, F. M. *et al.* O poder de veto na ONU e a horizontalidade das nações: a assimetria e a instrumentalização institucionalizada do poder. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, v. 12, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/740>
- BERTRAND, M. **A ONU**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACIEL, T. M.; LEGAL, B. As gerações de Paz na ONU a partir de uma mirada pós-colonial. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 11, n. 21, 2019. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/177>

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A CORRETA. O domínio morfoclimático dos cerrados, concentrado em vastas porções do Brasil central se caracteriza pela presença de imensas chapadas de topos planos. A vegetação do Cerrado é formada por três estratos: arbóreo, cujas árvores têm, em média, de 6 a 8 metros de altura; arbustivo, composto por arbustos de médio e pequeno porte; e herbáceo, constituído por gramíneas. O aspecto retorcido das árvores e dos arbustos do Cerrado, mais do que relacionado à falta de água, é associado a solos muito pobres e ácidos, ricos em alumínio. Grande parte das águas do Cerrado está localizada nos lençóis freáticos, o que leva as árvores e arbustos a desenvolverem raízes profundas para se abastecerem.

ALTERNATIVA B INCORRETA. O domínio morfoclimático da Caatinga se caracteriza pela presença de relevo residual, os inselbergs, que se destacam nas superfícies aplainadas. Além disso, o principal fator que explica a existência da Caatinga é o clima semiárido, cujos índices de chuva atingem a média de 750 mm por ano, variando regionalmente de menos de 300 mm a cerca de 1500 mm. A Caatinga, localizada totalmente em território brasileiro, apresenta árvores e arbustos de pequeno porte, bastante dispersos – ou seja, é um bioma aberto. As plantas desenvolvem diversas estruturas para armazenar água, a exemplo dos cactos, que preservam água nos seus gomos, ou das vegetações que apresentam folhas pequenas ou desfolham para evitar a perda de água por evapotranspiração.

ALTERNATIVA C INCORRETA. O domínio dos campos sulinos ou pampas são formações vegetais constituídas principalmente por gramíneas e alguns arbustos esparsos. “Pampa” é um nome de origem indígena que significa “área plana” com pouca variedade de plantas. Predominam as gramíneas, com altura média de 1 metro. O relevo é plano, com presença de coxilhas, pequenas colinas levemente onduladas.

ALTERNATIVA D INCORRETA. O domínio do pantanal mato-grossense possui um relevo muito plano e alagadiço. A drenagem nesse bioma é feita pelo Rio Paraguai e seus afluentes, cuja declividade é muito pequena: em torno de 20 a 30 centímetros por quilômetro, por causa das baixas altitudes. Assim, o escoamento das águas é bastante lento, o que faz com que entre março e julho sejam comuns as cheias, que alagam grandes extensões e demoram meses para escoar e secar. Esse lento processo é um dos principais fatores que explicam essa grande planície alagada. Uma característica importante das cheias é o fato de elas ajudarem a fertilizar os solos da região. Como o escoamento da água é muito lento, ocorre deposição de sedimentos e matéria orgânica na superfície dos solos, onde, quando os rios recuam, forma-se uma cobertura vegetal constituída por gramíneas.

Assim, a análise do trecho literário destaca vários aspectos do domínio morfoclimático do cerrado, como a presença de chapadas e chapadões (“Acabou o sapé brabo do chapadão”); a diferença nos extratos das árvores (“as árvores iam se abaixando menorzinhas”); a presença de gramíneas (“acabou o sapé brabo do chapadão”); a mudança para uma feição mais luxuriante da vegetação (“se acabou o capinzal de capim-redondo e paspalho, e paus espinhosos, que mesmo as mōitas daquele de prateados feixes, capins assins”).

Fontes:

- AB’SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não tem apenas respaldo científico como representa uma discussão que remonta pelo menos à década de 1950, em especial considerando a produção acadêmica dos teóricos da Escola de Frankfurt, por exemplo.

ALTERNATIVA A INCORRETA. A concepção que vincula a indústria do entretenimento à alienação e ao escapismo das massas trabalhadoras e é vinculada aos críticos da sociedade de consumo e aos teóricos da Escola de Frankfurt, a partir da crítica à indústria cultural. De acordo com Carvalho, Silva e Barros (2012, pág. 3) “Esse conjunto de atividades pode ter diferentes interpretações teóricas nos diferentes contextos sociais: Para o setor turístico, para os planejadores e os administradores, o entretenimento está em constante desenvolvimento e crescimento, devido as novas possibilidades tecnológicas que surgem visando atingir cada vez mais a sociedade e os mercados reais ou virtuais; Para os sociólogos e filósofos críticos do capitalismo liberal, isso nada mais é do que a alienação consentida e que por sua vez gera lucros a seus promotores; Para as massas, significa novas possibilidades de escapismo, de diversão e de emoção pré-fabricada (TRIGO, 2003).”

ALTERNATIVA B INCORRETA. As atividades vinculadas à indústria do entretenimento estão situadas nos setores terciário e quaternário da economia e correspondem à produtos não tangíveis, como bens culturais, artes, turismo, jogos e games, filmes, músicas etc. A produção de máquinas e equipamentos, sejam eles de alto ou baixo valor agregado compreendem o setor secundário da economia, em específico, a indústria de base e de bens duráveis.

ALTERNATIVA C CORRETA. Apesar da discussão relativa à redução do tempo de trabalho como capaz de propiciar o “ócio criativo”, o que se tem verificado é a captura desse tempo pela indústria do entretenimento, seja por meio de pacotes turísticos, megaeventos musicais ou esportivos, visitas a shoppings, entre outros, transformando o lazer em consumo.

ALTERNATIVA D INCORRETA. A sociedade pós-industrial, nos países desenvolvidos, tem valorizado exatamente o oposto: a criatividade (em oposição ao realismo), a subjetividade (em oposição à objetividade) e qualidade de vida, muitas vezes calcada em um forte individualismo.

Fontes:

- BARROS, C.F. Um ensaio inicial de um Parque Tecnológico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: o esboço de uma proposta para a Indústria do Entretenimento no Brasil Anais do XXIV ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção Florianópolis, SC, Brasil 03,04 e 05 novembro de 2004.
- CARVALHO, L. L. de; SILVA, C. E. L. da; BARROS, C. F. Uma análise da indústria do entretenimento sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Anais do IX Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica (IX SEGeT), 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Barros-6/publication/359468748_UMA_ANALISE_DA_INDUSTRIA_DO_ENTRETENIMENTO_SOB_A_OTICA_DO_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL/links/623de8287931cc7ccff692f0/UMA-ANALISE-DA-INDUSTRIA-DO-ENTRETENIMENTO-SOB-A-OTICA-DO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL.pdf
- GABLER, N. **Vida, o filme**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a diferença entre política de Estado e política de Governo. O enunciado da questão deixa muito claro que uma política de Estado tem uma extensão temporal para além da alternância de governos. Assim, políticas de Estado têm caráter mais duradouro, ao passo que as políticas de governo são mais contingenciais e emergenciais.

ALTERNATIVA A INCORRETA. O investimento na matriz nuclear foi prerrogativa dos governos militares durante a década de 1970. Em termos de política de Estado para o setor energético, desde a década de 1970 - a partir do primeiro choque do petróleo em 1973, vem-se investindo na diversificação da matriz energética brasileira, com destaque para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, a exemplo dos biocombustíveis, energia solar, eólica, etc.

ALTERNATIVA B CORRETA. Como política de Estado, tem-se buscado, desde 2000, melhorar a eficiência energética no país. A eficiência energética corresponde a criação de mecanismos legais voltados à conservação de energia de modo

a reduzir tanto o consumo, quanto a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). Dentre essas medidas, podemos citar a Lei 10.295/2001, que lançou a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia; o Decreto n.4.059/2001, que estabeleceu os níveis máximos ou mínimos de eficiência energética de máquinas e aparelhos - as etiquetas que vemos em refrigeradores e fogões, por exemplo, e que trazem os percentuais energéticos desses eletrodomésticos são resultado da implementação dessa Lei. “Mais recentemente, tivemos a promulgação da Resolução Aneel n.482/2012, que instituiu um sistema de compensação de energia elétrica no Brasil. (...) O Plano Nacional de Eficiência Energética, elaborado em 2011, propôs a mudança da atual matriz brasileira, de predominante rodoviário para um modelo misto rodoviário, ferroviário e hidroviário. Complementarmente à diversificação da malha de transportes, aborda-se a necessidade de promoção do desenvolvimento tecnológico para melhoria dos motores de veículos, incluindo as opções de motores híbridos e elétricos.” (ALTOÉ, L. (et.al.)

ALTERNATIVA C INCORRETA. De acordo com dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2022), o Estado brasileiro tem diversificado sua matriz energética, que, inclusive, se destaca por usar mais fontes renováveis de energia que a média mundial. Esses dados podem ser conferidos no site da Empresa de Pesquisa Energética (EPE): <https://www.epe.gov.br/pt/abcdnenergia/matriz-energetica-e-eletrica>

ALTERNATIVA D INCORRETA. A proposição de subsídio sob a forma de voucher-diesel para os caminhoneiros autônomos não constitui uma política de Estado, mas uma política de governo. Essa proposição tem sido discutida em razão de uma conjuntura muito específica, demarcada pela alta no preço do petróleo em escala mundial e da paridade estabelecida pela Petrobrás entre o preço do petróleo no mercado interno e os preços internacionais. Como o preço do petróleo no mercado internacional teve altas expressivas, em função dessa paridade, o preço dos combustíveis subiu muito no mercado interno.

Fontes:

- ALTOÉ, L. (et.al.) Políticas públicas de incentivo à eficiência energética. **Dilemas ambientais e fronteiras do conhecimento II** • Estud. Avançados, 31 (89) Jan-Abr 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890022>
- BRASIL. MME. Balanço Energético Nacional – Relatório Síntese 2022. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN_S%C3%ADntese_2022_PT.pdf

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A INCORRETA. A Padânia agrega as províncias separatistas do norte da Itália, região da planície do Rio Pó e apresenta como justificativa o fato de o norte italiano sustentar economicamente as províncias do sul.

ALTERNATIVA B INCORRETA. A Chechênia, província separatista russa, é estratégica para este país porque em seu território passam diversos oleodutos e gasodutos, que transportam combustíveis extraídos na região do mar Cáspio.

ALTERNATIVA C INCORRETA. Os bascos são um dos povos mais antigos da Europa, mas estão localizados na fronteira entre Espanha e França.

ALTERNATIVA D CORRETA. Nos últimos anos, têm crescido as tensões na Bélgica em função das propostas separatistas entre flamengos e valões.

Fontes:

- CASTRO, Iná E. de. **Geografia e política – território, escalas de ação e instituições**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A CORRETA. O colapso do Complexo da Cantareira, principal reservatório de água da cidade, ocasionou em 2015 severo racionamento de água na cidade de São Paulo. Operando no limite da capacidade e com ocupações urbanas irregulares em áreas de preservação de mananciais que prejudicavam o seu abastecimento, o Sistema Cantareira entrou em colapso em 2014, com a situação agravada por uma estiagem anômala, o que levou ao racionamento ao longo de 2015. Conferir: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/07/entenda-crise-no-cantareira.html>

ALTERNATIVA B CORRETA. A região do Cerrado é considerada como um dos principais mananciais das águas brasileiras. Diversos rios importantes como São Francisco, Tocantins, Araguaia, Jequitinhonha, entre outros, têm suas nascentes localizadas nessa região. Desde pelo menos a década de 1960, os projetos de ocupação dessa área - seja pela expansão da agropecuária, abertura de estradas ou em razão da construção de cidades planejadas como Brasília - vêm alterando as paisagens regionais e contribuindo para contaminação dos aquíferos, rebaixamento do lençol freático, entre outros. Conferir: <https://ispn.org.br/biomas/cerrado/berco-das-aguas/>

ALTERNATIVA C INCORRETA. A região do Polígono das Secas é associada no Brasil, tanto à deficiência hídrica, quanto à ocorrência periódica de secas prolongadas e ambas, à “indústria da seca”. De modo a reduzir os impactos da seca nessa região, foi proposto e implementado o projeto de Transposição do Rio São Francisco. Todavia, apesar das obras de Transposição, os problemas de concentração fundiária, migração, pobreza, entre outros relacionados à “indústria da seca” não foram solucionados.

ALTERNATIVA D CORRETA. A questão da seca e da deficiência hídrica têm sido agravadas, nos últimos anos no Brasil em função das atividades relacionadas tanto ao agronegócio, quanto à mineração. Um exemplo dessa situação é o agravamento das secas no estado de São Paulo, localizado fora da zona semiárida, mas que vem enfrentando severas secas que estão, inclusive, afetando sua produção agropecuária. Um exemplo desse processo foi a ocorrência de tempestades de areia nesse estado, em 2021: “Tempestade de areia em São Paulo deixam o alerta da ação predatória da atividade agrícola” Disponível em: <https://brasil.elpais.com/noticias/sequia-sao-paulo/>

Fontes:

- MARENGO, J. A.; ALVES, L. M. Crise Hídrica em São Paulo em 2014: Seca e Desmatamento. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 485-494, 2015. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.100879. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/100879>
- Soares, E. Seca no Nordeste e a transposição do rio São Francisco. *Revista Geografias*, 75–86, 2-13. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13362>
- SOUZA, Clara L. F. de (et.al.) O CERRADO COMO O “BERÇO DAS ÁGUAS”: potencialidades para a educação geográfica. *Revista Cerrados (Unimontes)*, vol. 17, núm. 1, 2019 Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576961001006>

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALTERNATIVA A CORRETA. Os conflitos na Síria e na Líbia levaram a um aumento exponencial de embarcações precárias em que os refugiados desses países tentam atravessar o Mar Mediterrâneo em direção à Europa.

ALTERNATIVA B INCORRETA. Para a ilha de Lampedusa, na Itália, se dirigem imigrantes que tentam atravessar o Mar Mediterrâneo em embarcações precárias. Embora exista um campo de refugiados, com capacidade para 300 pessoas (que abriga hoje mais de 1500 pessoas), muitos deles são deportados para seus países de origem, por não se qualificarem para os pedidos de asilo. Conferir: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58376309#:~:text=Lampedusa%2C%20que%20fica%20entre%20a,h%C3%A1%20cinco%20vezes%20esse%20n%C3%BAmero.>

ALTERNATIVA C CORRETA. O “coyotes” são equipes que cobram elevados valores para ajudar imigrantes ilegais latino-americanos a chegarem aos Estados Unidos. Esses imigrantes, além de pagarem elevados valores, ficam à mercê desses grupos, correndo vários riscos.

ALTERNATIVA D CORRETA. Nos últimos anos, os países desenvolvidos ampliaram as barreiras anti-imigração, que vão desde o aumento nas exigências para concessão de vistos, até a construção ou ampliação de muros em zonas fronteiriças, como aquele entre Estado Unidos e México.

Fontes:

- CIERCO, Teresa. Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. Fluxos imigratórios e refugiados na atualidade. Repositório Aberto: Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111036/2/256342.pdf>
- VENTURA, Raissa W. O imigrante nas fronteiras da justiça: uma análise preliminar. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/355-879-1-PB.pdf>

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O grupo jihadista Estado Islâmico surgiu como uma dissidência da Al Qaeda que, inclusive, divulgou uma carta afirmando não ter nenhuma relação com esse grupo.

O E.I. se caracteriza pela extrema violência nas áreas ocupadas e obtém recursos pilhando essas regiões, com o comércio ilegal de petróleo e antiguidades, extorquindo a população. O E.I. recruta membros em diversos países, inclusive europeus. De acordo com Simões (2021), “Com recursos à disposição e uma eficaz máquina de propaganda na internet, o EI espalhou seu terror mundo afora. No norte da África e no Oriente Médio, militantes organizados aproveitavam-se de vácuos políticos e da desordem social, em grande parte decorrente da Primavera Árabe. Jihadistas afiliados ao Estado Islâmico operavam na Líbia, tentavam impedir o avanço democrático na Tunísia e criavam focos de extremismo no Sahel - faixa logo abaixo do Saara, na África. Na Nigéria, o grupo islamista Boko Haram, responsável por massacres e sequestros de milhares de civis, incluindo crianças, jurou lealdade ao EI em 2015.”

A afirmativa A está INCORRETA, uma vez que ambas as assertivas são verdadeiras e relacionadas entre si.

A afirmativa B está INCORRETA, na medida em que ambas as afirmativas são verdadeiras e relacionadas entre si.

A afirmativa C está CORRETA, uma vez que a primeira assertiva informa sobre o surgimento do Estado Islâmico e, a segunda, explica as razões de seu crescimento, apesar de o grupo desrespeitar os direitos humanos.

A afirmativa D está INCORRETA, pois as duas assertivas se relacionam, uma situando o surgimento do EI, e a outra, explicando as causas de seu crescimento.

Fontes:

- DAMIN, Cláudio J. O surgimento e trajetória do Estado Islâmico. Boletim Meridional 47, vol 16, num148, mar-abr 2015, p. 26-33. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1687964390?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>
- NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- SIMÕES, Rogério. Estado Islâmico: como o grupo surgiu do caos de guerras para aterrorizar o mundo. BBC News Brasil, 16 mai 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379503#:~:text=A%20Al%20Qaeda%20no%20iraque,como%20%22o%20xeque%20invis%C3%ADvel%22.&text=Os%20Estados%20Unidos%2C%20por%C3%A9m%2C%20j%C3%A1%20o%20conheciam.>

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a

aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças**; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento**. Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e

comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que afluam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até

mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que

podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para Siqueira (2005) é público e notório que o inglês é o idioma principal da sociedade contemporânea. Como chama o autor “[...] o latim dos tempos modernos”. Portanto, não é um fenômeno que vem passando despercebido, pelo contrário, é possível ver que esta língua que atingiu um patamar que serve de pauta para diversos fins sociais, políticos, econômicos e institucionais. Atualmente, o inglês é a língua nativa de mais de meio bilhão de pessoas oriundas tanto do centro quanto da periferia do globo. É a língua mais falada do mundo por não-nativos e, provavelmente, o único idioma que possui mais falantes não-nativos que nativos. São três falantes não-nativos para cada falante nativo (SIQUEIRA, 2005, p.14). Observa-se que a pluralidade de situações em que um se depara com os discursos construídos em inglês em diversos meios de comunicação como a televisão, internet, livros, propagandas faz com resalte a importância de seu ensino. Para Lopes (2003) a língua inglesa é atualmente responsável pela grande parte das informações disseminadas acerca dos fatos que acontecem em todo o planeta. Sendo assim, foi solicitado no Edital deste certame o conhecimento das *“Plataformas digitais como ferramenta para melhoria da proficiência e letramento digital: Inglês Paraná”*. O objetivo principal desta ferramenta é favorecer o processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa em de toda a rede da SEED. O programa conta com uma plataforma, que oferece um curso on-line completo de Língua Inglesa, seguindo o Quadro Comum Europeu de Referências para Línguas (CEFR), contemplando habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa do nosso currículo. Estão contemplados os Alunos do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º ano) e do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da rede pública estadual e os Professores da disciplina de Língua Inglesa da rede pública estadual.

O comando da questão solicita a alternativa INCORRETA, sendo que a letra B, está em **desacordo**, pois consta que o público-alvo são os alunos do ensino fundamental (ciclo I e II) e o ensino médio, alunos do 1º ao 3º ano. Portanto, os argumentos recursais são improcedentes. Mantém-se gabarito publicado.

Fontes:

- https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ingles_parana
- SIQUEIRA, Sávio. **O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro de inglês.** Revista Inventário, n.4, jul. 2005.
- MOITA LOPES, Luiz P. **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas.** São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes no que tange ao item III. *(Os alunos, além de memorizarem os fatos matemáticos, adquirem compreensão conceitual e capacidade de pensamento crítico dos conceitos da matemática.)* De acordo com a bibliografia sugerida no argumento recursal Revista Nova Escola (2009), verifica-se “ [...] Dentro dessa perspectiva, as atividades de memorização de repertório devem integrar o trabalho mais amplo com cálculo mental. O ideal é que elas façam parte das últimas etapas, na fase de sistematização do que foi aprendido. Isso significa que a ação de decorar resultados está mais para ponto final do que para pontapé inicial dos trabalhos”, entretanto, ressalta-se, que a memorização foi, por muito tempo, relacionada à repetição. **Isso não significa, porém, que “ela não seja um recurso importante na hora de fazer contas.”**, pois não pode ser o único no processo de consolidação das informações. A plataforma é uma experiência adaptativa do aluno e o ajuda a capacitá-lo para assumir o controle da sua educação. É uma experiência adaptativa do aluno e o ajuda a capacitá-lo para assumir o controle da sua educação. A plataforma trabalha com jogos de memorização, entre outros, e traz o prazer pela aprendizagem de forma lúdica criando meios e rotinas diferentes em sala de aula.

Quanto ao argumento recursal que cita o item IV, como incorreto, é improcedente, pois a plataforma está alinhada com a base comum, o que garante uma aprendizagem adequada das habilidades e competências necessárias ao aluno um currículo para uma educação de qualidade.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **D**.

Fonte:

- BIBIANO, B., Memorização e Cálculo, Nova Escola, 2009
- <https://www.matific.com/pt/pt/home/teachers/>

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão trata de uma situação hipotética, e pede análise de acordo com o que **dispõe a Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394/1996**. Aluna de 16 anos, ensino médio, mãe de uma criança de nove meses, não frequentou as aulas de educação física desde o nascimento da filha e, também, não apresentou laudo médico que a impossibilitasse. Ao final do ano letivo, o professor a reprovou. Ressalta-se que:

ART. 26 parágrafo 3º “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno” (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

Portanto, sendo uma **prática** facultativa, ou seja, **um ato ou efeito de realizar algo**, no caso assistir as aulas de Educação física, sendo ou não conteúdo obrigatório, a aluna está amparada legalmente; e mesmo que a escola em seu regimento escolar, solicite sua presença física nas “aulas teóricas”, como citados em alguns argumentos recursais, estes não poderão ser computados ou registrados para fins de aprovação ou não. Ressalta-se ainda, que a ausência

do laudo médico, se dá pelo fato, da aluna não se encontrar afastada das atividades de educação física, por motivo de doença, mas sim, por direito garantido em lei. Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **A**.

Fonte:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A arte deixou de ser componente obrigatório apenas na educação infantil e ensino fundamental, de acordo com a nova redação dada pelas alterações na LDB em seu Art. 26 § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017). Portanto, ressalta-se que, de acordo com o enunciado dado na questão supracitada, trata-se do gabarito da questão, pois solicita-se as alterações curriculares após a publicação da BNCC – Lei nº 13.415/2017, EXCETO.

Quanto o argumento recursal que que cita língua espanhola como correta não procede, pois de acordo com Art. 26 § 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017), portanto, alternativa correta.

E ainda, o conteúdo abordado na questão está incluído no edital do certame – Conhecimento e uso da legislação educacional da educação básica (Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações, Lei Federal nº 13.415/2017).

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm;
- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/guia-de-implementacao-final.pdf>;
- https://professor.escoladigital.pr.gov.br/referencial_curricular_parana/educacao_infantil_ensino_fundamental;
- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado na supracitada questão trata-se de avaliações externas, o SAEB, é contextualizada no seu enunciado acerca dos resultados do sistema, onde eram divulgados bianualmente até o ano de 2005, e proporcionavam a produção de um diagnóstico sobre a qualidade de educação ofertada pelas escolas brasileiras segundo as grandes unidades amostrais, como: regiões, estados e redes de ensino, com suas dependências administrativas e suas localizações urbanas ou rurais. Onde, então foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005. O sistema passa a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil. Após 2005 ocorreram novas modificações, **mas não foi tema nesta questão**, pois o que se avalia no candidato é o conhecimento do histórico da aplicação e evolutivo do SAEB em determinado período.

O argumento que cita a *portaria no 931, de 21 de março de 2005* foi substituída pela *portaria no 482, de 7 de junho de 2013*, não procede, pois trata-se da inclusão da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA - *que não é mais aplicada atualmente pelo INEP*), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que passa a compor o Saeb a partir da divulgação da Portaria n.º 482, de 7 de junho de 2013.

Assim como o argumento que cita *“adequar a BNCC as siglas Aneb e Anresc deixam de existir e todas as avaliações passam a ser identificadas pelo nome Saeb”* não procede, uma vez que não se tratar do tema avaliado na supracitada questão, fato ocorrido em 2019, entretanto, a consolidação das avaliações educacionais externas em larga escala, em

nosso país, são uma realidade que se pode observar desde os anos de 1990 com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (Inep), que certamente sofrerão adequações ao longo dos anos, conforme evolução dos tempos e da educação.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **D**.

Fontes:

- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>
- <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/6/saeb-definicao-caracteristicas-e-perspectivas>
- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>
- Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico> acessado em 04 de agosto 17:17

BRANCA
11

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento apresentado não trata do conteúdo da supracitada questão e sim questões administrativas, razão pela qual a banca decide por prejudicar o recurso.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes no que se refere o conteúdo abordado na questão, não estar contido no edital do certame. É pressuposto da formação docente o desenvolvimento, das competências gerais da BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional, para o seu desenvolvimento pleno, na concepção de uma educação integral. A definição das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum, para a formação continuada de professores, se configura como eixo norteador para todas as políticas e programas educacionais voltados ao efetivo aprimoramento e fortalecimento da profissão docente no país. A supracitada questão, trata do tema: *ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: A FUNÇÃO DO PEDAGOGO COMO FORMADOR DE PROFESSOR EM SERVIÇO*. Apresenta uma contextualização em seu enunciado acerca da importância da BNCC como orientadora do Parecer 14/2020, que por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, pois reconhece que o professor não sai da graduação competente em todos os aspectos da docência, pois o planejamento, a execução e o acompanhamento da formação continuada são ações essenciais para a implementação dos currículos, considerando a necessidade de aprimoramento das práticas pedagógicas nas instituições educativas. Para tanto, faz-se necessário um planejamento com muita intencionalidade, que envolva os diversos atores da rede, considerando o papel da formação continua como um direito que deve ser assegurado no cotidiano das instituições educativas. Considera-se cinco características comuns as formações efetivas e continuadas dos professores: “foco no Conhecimento Pedagógico do Conteúdo” (CPC); “uso de metodologias ativas de aprendizagem”; “**trabalho colaborativo entre pares**”; “duração prolongada da formação e coerência sistêmica”. O comando da questão solicita-se que indique qual das alternativas representa o “**trabalho colaborativo entre pares**”, ou seja, alternativa **A** como gabarito.

O Trabalho Colaborativo entre Pares na formação de professores é efetiva quando consegue propiciar que profissionais da mesma área de conhecimento, ou que atuem com as mesmas turmas, dialoguem e reflitam sobre aspectos da própria prática. Entretanto, o trabalho colaborativo se torna realmente eficaz quando é mediado por um par avançado. Considera-se um par avançado um professor com nível de senioridade maior e que, por isso, seja capaz de problematizar a prática docente e dar suporte à melhoria contínua dos profissionais envolvidos na formação. **Importante ressaltar, que o termo *senioridade*, nesse caso, se refere a um professor qualificado, que supere o perfil comum, ou seja que além da experiência no magistério em sala de aula, apresente especialização na área, ou uma pós-graduação e também mestrado e outras. Portanto, argumentos recursais, que indicam discordar da afirmativa dada, que relaciona Trabalho Colaborativo Entre Pares, se realizar de forma melhor através da mediação de profissionais seniores, não procede.**

Na maioria das referências na literatura sobre o assunto, defende-se que as escolas devem fomentar a formação contínua de professores, partindo da reflexão e análise das suas próprias práticas, numa atmosfera de aprendizagem colaborativa. Alarcão e Tavares (2010, p. 121) referem que “os professores, como adultos, não aprendem tanto com a frequência de cursos ou a leitura de livros e revistas, mas sobretudo com a observação, análise e reflexão do seu próprio ensino ou do ensino praticado pelos seus colegas”. E, como afirma Day (2001, p. 45), “tempo e oportunidades, bem como disposições e capacidades dos professores para aprenderem com os outros no local de trabalho e com os elementos fora da escola são fatores-chave no desenvolvimento profissional contínuo”. A interação entre pares é uma estratégia de desenvolvimento profissional que nos parece responder adequadamente ao princípio da aprendizagem colaborativa, uma vez que promove a criação de redes de desenvolvimento profissional ou, até mesmo, o desenvolvimento de comunidades de prática (Rhodes, Stokes, & Hampton, 2004). No entanto, Flores e Simão (2009) salientam um aspeto relevante desta prática que se prende com o facto de cada membro poder gerir e controlar a sua agenda de necessidades, encaixando-a num empreendimento conjunto. As redes de aprendizagem dão aos professores a possibilidade de refletir conjuntamente sobre os aspetos relacionados com o seu trabalho, para aprenderem uns com os outros e para discutirem, entre outras, questões curriculares (Henriques, 2010) [...] Assim, a interação entre pares é uma das abordagens que pode melhorar o desempenho docente, porque ativa a regulação cognitiva dos implicados através das atividades de planeamento de estratégias, de monitorização e avaliação, e de resolução de problemas. Em termos de “como a regulação da cognição pode melhorar a aprendizagem, a investigação indica que é importante uma melhor apreciação das lacunas na compreensão” (Sá, 2015, p. 50).

Recursos improcedentes acerca da alternativa D, como correta, que trata do “**Uso de Metodologias Ativas de Aprendizagem**”, igualmente importante o uso de metodologias ativas para a formação de professores na perspectiva de formar sujeitos autônomos em sala de aula, já que adultos aprendem melhor quando são ativos no processo de aprendizagem, em vez de meros receptores de conceitos. Por isso, as formações que se mostram efetivas na melhoria da prática docente consideram o formador como facilitador do processo de construção de aprendizados que acontecem entre e com os próprios participantes. Entre as diferentes atividades que constituem uso de metodologias ativas estão a pesquisa-ação, o processo de construção de materiais para as aulas, o uso de artefatos dos próprios discentes para reflexão docente, o aprendizado acerca do planeamento de aulas dos professores, entre outras atividades. (...)

Ressalta-se ainda que, acerca de argumentos recursais com referência a diferentes práticas de formação continuada docente, não se discute a importância de outras práticas, que é tema abordado em outras questões deste certame, conforme conteúdo indicado no edital.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **A**.

Fontes:

- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/pcp014-20.pdf>
- Kasworm et al. Handbook of adult and continuing education. Sage Publications: Thousand Oaks, CA. (2010).162 PROCESSO Nº: 23000.040581/2018-55 Mozart Neves Ramos – 0581 8
- Shulman, L. S. (2014) Conhecimento e Ensino: Fundamentos para a nova reforma. Trad. Leda Maria Beck e Paula Louzano. Cadernos Cenpec, Nova Série, V. 4, n. 2, jun 2015.
- Alarcão, I., & Roldão, M. (2008). Supervisão: um contexto de desenvolvimento profissional dos professores. Mangualde: Pedago.
- Alarcão, I., & Tavares, J. (2010). Supervisão da prática pedagógica: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem. Coleção Ciências da Educação e Pedagogia. Coimbra: Almedina
- Day, C. (2001). Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente. Porto Editora
- Hargreaves, L., Moyles, J., Merry, R., Paterson, F., Pell, A., & Esarte-Sarries, V. (2003). How do primary school teachers define and implement 'interactive teaching' in the National Literacy Strategy in England. Research Papers in Education, 18(3), 217-236.
- Flores, M., & Veiga Simão, A. (2009). Aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores: contextos e perspectivas. Coleção Educação e Formação. Mangualde: Edições Pedago.
- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos improcedentes, pois de acordo com anexo IX do edital do certame da SEED, trata-se do conteúdo Programático: “**Avaliação interna: diagnóstica, formativa e processual**”. O conteúdo indicado no anexo do edital abrange a avaliação em toda a educação básica.

O enunciado da questão está contextualizado com a avaliação da Educação Infantil, diante da importância de acompanhar o conjunto de práticas e interações das aprendizagens, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. [...] A questão aborda a continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança, por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos, tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. São necessários registros individualizados que favoreçam o olhar sensível para a singularidade de cada um e para as suas relações e interações com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos para cada faixa etária considerando os campos de experiência. No comando dado, pede-se que indique a única em desacordo. Portanto, a única incorreta é a alternativa **D** e banca mantém o gabarito publicado.

Fontes:

- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED;
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado na supracitada questão é a **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: a função do pedagogo como formador de professor em serviço**. Visto que, é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica. As competências profissionais indicadas na BNCC sobre a Formação Continuada, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: 1. **Pedagógica - prática profissional** referente aos aspectos didáticos e pedagógicos; 2. **Institucional - prática profissional** referente a cultura organizacional das instituições de ensino e do contexto sócio cultural em que está inserido; 3. **Engajamento profissional** - comprometimento com a profissão docente assumindo o pleno exercício de suas atribuições e responsabilidades.

Portanto, **alfabetização profissional** não é uma das dimensões da formação continuada, conforme solicitado no comando dado na questão supracitada.

A banca mantém o gabarito publicado **C**.

Fontes:

- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED
- SHULMAN, L. S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. Cadernos Cenpec. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 196-229, dez. 2014.
- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/pcp014-20.pdf>

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Argumentos recursais procedentes, pois no comando dado ocorreu uma inconsistência gráfica, a palavra “*correta*”, deveria ser “*INCORRETA*” o que tornou três das alternativas como gabarito da questão.

Ressalta-se ainda que, conforme Art. 13. da Lei de Diretrizes e Bases, os docentes incumbir-se-ão de: II- *elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; visando a qualidade da aprendizagem dos alunos*. Visto que, ser essa uma incumbência do docente e não uma das ações para tomada de decisões do Gestor Escolar, portanto, o gabarito publicado **A**, não se justifica, portanto, a questão foi anulada.

Fontes:

- <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/527-2.pdf>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos interpostos improcedentes, considerando que apenas um dos itens encontra-se em desacordo de acordo com o histórico do SAEP, o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná. Em 2012, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED) criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP, avaliando em Língua Portuguesa e Matemática os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3º Ano do Ensino Médio. Em 2013, no início do ano letivo foram avaliados os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e da 1º Ano do Ensino Médio e, ao final do ano, os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio. Depois, houve uma interrupção no processo de avaliação educacional, retornando em 2017 e início de 2018 com o mesmo desenho de 2013. Até então, somente as escolas da rede estadual de ensino participaram da avaliação. Ressalta-se aqui, que a alternativa III, da supracitada questão, consta indevidamente os alunos das escolas municipais, portanto está em desacordo com o histórico do SAEP. O que torna o Gabarito da questão **C**, correta.

Em 2019, o estado do Paraná, por meio de sua Secretaria de Educação, dá um passo importante para a solidificação do SAEP como uma política educacional, introduzindo avaliações de caráter formativo – Prova Paraná – realizada trimestralmente, e ampliando a avaliação somativa – Prova Paraná Mais – para as redes municipais de ensino do estado. Todas as avaliações aferiram os conhecimentos dos estudantes em Língua Portuguesa – procedimentos de Leitura – e matemática, sendo desenvolvidas em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Portanto, as razões recursais que indicam a Prova Paraná Mais, não se tratar da avaliação externa SAEP não procedem, pois o comando dado na supracitada questão, trata-se do histórico desta avaliação e sua evolução.

O argumento recursal que indica acerca de sua aplicação ter sido uma única vez, não procede, pois desde 2019, a SEED, cumpre uma agenda trimestral, e mesmo durante a pandemia a aplicação foi adequada em plataformas online. Destaca-se ainda, a última agenda/2022 da aplicação da Prova Paraná: 04 e 05/05/2022; 30, 31/08 e 01/09/2022, e 30, 22 e 23/11/2022, conforme publicação em <https://www.provaparana.pr.gov.br/agenda>.

A banca mantém o gabarito publicado **C**.

Fontes:

- <https://avaliacaoemonitoramentoparana.caeddigital.net/#!/noticias>
- <https://www.provaparana.pr.gov.br/Pagina/Objetivos>
- <https://www.provaparana.pr.gov.br/>

BRANCA
17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Argumentos recursais procedentes, pois mesmo Arte e Educação Física sendo conteúdos obrigatórios na Educação básica, são as duas únicas disciplinas não avaliadas no SAEP/2022. Portanto, não apresenta alternativas para marcação de gabarito, que deveria ter a sequência em F, V, V, F.

Fontes:

- <https://avaliacaoemonitoramentoparana.caeddigital.net/#!/noticias>
- <https://www.provaparana.pr.gov.br/Pagina/Objetivos>
- https://docs.google.com/spreadsheets/d/1oi6BM3kmQiVVOGFjYeWgtkiYQe_tugEI/edit#gid=1503576899

BRANCA
18

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento apresentado não trata do conteúdo da supracitada questão e sim questões administrativas, razão pela qual a banca decide por prejudicar o recurso.

BRANCA
19

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento apresentado não trata do conteúdo da supracitada questão e sim questões administrativas, razão pela qual a banca decide por prejudicar o recurso.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos improcedentes no que se refere à educação básica citada no item I, acerca da educação infantil, não realizar a avaliação externa. E ainda, o relato da ausência da avaliação externa da educação infantil, não induz ao erro do candidato, pois ressalta-se que o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), com esta nomenclatura desde sua criação, composto por avaliações externas com o objetivo de realizar um diagnóstico da **Educação Básica Brasileira, como citado em todas as referências e documentos oficiais**, buscam fatores que possam interferir no desempenho dos alunos, mostrando a qualidade do ensino ofertado; os resultados visam contribuir para a melhoria da qualidade e eficiência do ensino da educação básica. Entretanto, em 2022, de forma amostral, iniciou-se a avaliação na educação infantil, portanto, o item I, está correto.

Considerando que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho, portanto, através desse resultado é possível *compará-la com outros países, pois é através dele, é possível monitorar a educação no país baseado em um cálculo gerado a partir da taxa de aprovação nas escolas e das médias de desempenho dos estudantes (item III correto).* Pois sabe-se que o Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. Destaca-se que, se busca uma média dentro do índice de 0 a 10,

ocorre a necessidade de uma verificação, uma conferência, uma busca de resultados satisfatórios e sempre crescentes. **(Item I)** *A partir do Ideb, é possível conferir como está o progresso da qualidade do ensino em cada segmento da educação básica por estado e município, além de comparação entre as escolas de uma mesma região. (Item II correto)* *A gestão escolar pode aproveitar o levantamento fornecido pelo Ideb para agir com maior ênfase nas áreas em que os estudantes apresentaram mais dificuldades, construindo propostas pedagógicas e planos de ação direcionados para as demandas dos estudantes.)* Portanto, a única alternativa incorreta é o **item IV**. A banca mantém gabarito publicado B.

Fontes:

- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>
- <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema proposto na supracitada questão é a recuperação de estudos, conforme solicitado no conteúdo programático do edital. E segundo Vasconcelos (2006), na prática escolar ainda existem fatores que necessitam ser repensados, pois existe um distanciamento entre teoria e prática ao afirmar: Os estudos de “recuperação” padecem de uma ambiguidade – são apontados como a grande saída para ajudar os alunos com dificuldades, mas, frequentemente, não passam de uma proposta que não sai do papel, em função das condições objetivas de trabalho dos professores[...] Solicita-se no comando dado, que se considere o exposto, a lei 9. 394/96 e as demais legislações vigentes, e indique a incorreta, dentre as alternativas. Ressalta-se que A, B e C estão corretas, portanto, **D** é o gabarito.

O aluno não readquire um conteúdo que não aprendeu, nem o encontra. Esta afirmação leva a compreender que o caminho, o ponto central, é o saber que o aluno possui, e não o que não domina. Assim, para a elaboração de um trabalho de recuperação deve-se atentar para o “saber” do aluno e não apenas para o seu “não saber”. Partir do que o sujeito sabe, domina, é início de uma nova aprendizagem. Salienta-se que, na maioria das vezes, centra-se naquilo que o aluno não sabe ao invés de naquilo que ele sabe. O aluno não readquire um conteúdo que não aprendeu, nem o encontra. Esta afirmação leva a compreender que o caminho, o ponto central, é o saber que o aluno possui, e não o que não domina. Para a elaboração de um trabalho de recuperação deve-se atentar para o “saber” do aluno e não apenas para o seu “não saber”. Partir do que o sujeito sabe, domina, é início de uma nova aprendizagem. Salienta-se que, na maioria das vezes, centra-se naquilo que o aluno não sabe ao invés de naquilo que ele sabe. (Alternativas A, B e C)

A aprendizagem é um processo democrático, ativo, contínuo, permanente, instável, global e integrado. Dessa forma, não se pode reconhecer que um processo avaliativo coerente com esta aprendizagem seja autoritário, passivo, fragmentado, estático, estável, classificatório, específico e desintegrado. No entanto, a prática cotidiana tem demonstrado que a recuperação geralmente acontece no final do processo, quando se aplica uma “prova” e ao se perceber que o aluno “tirou” uma nota inferior à média, lhe é solicitado um trabalho cuja finalidade é a obtenção de uma nota de aprovação, independente do conteúdo que apresente. Ressalta, em coerência com a LDB e as demais legislações e com o exposto no enunciado dado, a **alternativa D**, encontra-se em desacordo. Pois a LDB em seu ART 24 alínea e dispõe que a “*obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos*”; entretanto, não determinam que deverá ocorrer a recuperação, sempre quando o professor aplicar uma “prova” no bimestre ou trimestre e o aluno não obteve média.

Argumentos recursais improcedentes, a banca mantém o gabarito publicado D.

Fontes:

- PARO, V. H. Reprovação escolar: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2001. PLANO de trabalho docente. Curitiba: SEED/CGE, 2008.
- SANTOMÉ, J. T. O conceito de disciplina. In: _____. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: ARTMED, 1998. p. 55-80.
- VASCONCELLOS, C. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2006.

- http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_uel_pedagogico_md_marilza_pereira.pdf
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
22

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento apresentado não trata do conteúdo da supracitada questão e sim questões administrativas, razão pela qual a banca decide por prejudicar o recurso.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado na questão é ESTRATÉGIAS DE LIDERANÇA E APOIO PEDAGÓGICO AO PROFESSOR, de acordo com o conteúdo programático do edital da SEED e foi contextualizada, segundo as ideias de LIBÂNEO (2001, p. 115), onde cita que as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. A participação influencia na democratização da gestão, através de cinco elementos constitutivos, que são mobilizados para atingir os objetivos escolares. Tais elementos são: Planejamento; Organização; Direção e coordenação; Formação continuada e Avaliação. Solicita-se no comando dado que relacione tais elementos corretamente com a ação do Gestor Escolar para atingir a gestão democrática e participativa, de modo que os argumentos recursais não procedem. Ou seja, trata-se: de uma questão de associação de ideias.

A banca mantém o gabarito publicado **B**.

Fontes:

- LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola. Goiânia: Alternativa, 2001.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, pois o tema abordado na supracitada questão, em conformidade com o edital é **Indicadores educacionais: Prova Paraná, Prova Paraná Mais, SAEB e IDEB**. Sobre as razões recursais acerca da informação contida no enunciado da supracitada questão, que cita uma das avaliações externas, o “Pisa”, ressalta-se que trata de uma das avaliações externas, entretanto, está citado no enunciado para contextualização do tema do conteúdo a ser abordado no comando. “A avaliação é um instrumento fundamental para as práticas pedagógicas, pois permite ao professor acompanhar o desempenho dos alunos e o desenvolvimento do trabalho escolar” (Vidal, 2003). Nesse sentido, é importante considerar que todas as avaliações externas são indicadores educacionais e se refletem nas ações elaboradas pelos docentes e discentes no ambiente escolar. Destaca-se ainda, que no comando dado, questiona-se acerca das avaliações externas de modo geral. As avaliações externas são um dos principais mecanismos para elaboração de políticas públicas no sistema de ensino, redirecionando metas para as unidades escolares pelo bom desempenho das escolas. Portanto, os **itens I, II, III e IV estão corretos** e em conformidade com o comando e o exposto no texto dado.

O **item V está em desacordo** com a avaliação externa, pois a avaliação pedagógica ou de sala de aula é aquela que ocorre durante as etapas do ensino dentro da escola, na interação entre professores e educandos, e que pode ser realizada antes, durante ou no fim de um período de ensino. Pode ter como função estabelecer um diagnóstico, o acompanhamento ou uma avaliação final, somativa. Tem o objetivo de prover aos professores subsídios para atuarem

a partir dos insumos colhidos no acompanhamento da aprendizagem, a fim de que possam pensar nas estratégias mais adequadas ao apoio a cada grupo e a cada educando, considerando sua singularidade. Essa finalidade é mais bem atendida quando as expectativas de aprendizagem e desenvolvimento são compartilhadas entre professor e educando, portanto, essa não é uma característica da avaliação externa. A banca decide manter o gabarito publicado **D**.

Fontes:

- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/guia-de-implementacao-final.pdf>
- MOVIMENTO PELA BASE. Os diversos propósitos das avaliações. In: Visões e princípios do Movimento pela Base para o alinhamento das avaliações à BNCC e ao Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/12/mpb-5visoesprincipios-doc-principal-interativo.pdf>.
- NOVA ESCOLA. Instrumentos de acompanhamento das aprendizagens dos alunos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G3QHOpeJhwg>.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, pois *currículo não é um conjunto de objetivos, conteúdos, experiências de aprendizagem e avaliação*. Objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos e procedimentos de avaliação **são componentes curriculares**. O estabelecimento da periodização do tempo escolar, a opção por uma determinada forma de organização dos conteúdos (disciplinar, por eixos, por temáticas), a integração entre os conteúdos de um mesmo período ou de período subsequentes são outros aspectos que precisam ser considerados ao se elaborar um currículo. No entanto, esses aspectos requerem decisões que não são apenas de natureza técnica. Elas têm implicações nas formas de conceber a sociedade, a escola, o conhecimento. Elas são formas culturais de organização da escolarização e essas formas configuram o currículo. Por exemplo, uma prática de avaliação meramente classificatória funciona como mecanismo de diferenciação social dos indivíduos não apenas na escola, mas em toda a sua vida social. Não se trata, portanto, apenas de uma decisão técnica acerca de uma determinada metodologia de trabalho em sala de aula. Portanto, alternativa C está incorreta.

A banca mantém o gabarito publicado **C**.

Fontes:

- COLL, Cesar. Psicologia e Currículo, São Paulo: Ática, 1996.
- TYLER, Ralph. Princípios Básicos de Currículo e Ensino. Porto Alegre: Globo, 1974.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumento recursal improcedente, tendo em vista ser o último item falso, pois ao planejar o currículo da escola, utilizando-se dos documentos oficiais, podemos considerar alguns princípios básicos práticos definidos assim por Libâneo (2012, p. 492-493), pois a organização curricular precisa prever tentativas de enriquecimento do currículo, pela interdisciplinaridade, e de coordenação de disciplinas, por meio de projetos comuns; trata-se não apenas de atender às necessidades e expectativas da comunidade, de modo que se respeite a cultura local, mas também pensar sobre valores, modos de vida e hábitos que precisam ser modificados para a construção de um projeto civilizatório, ou seja, o currículo tem que condizer com a organização espacial da comunidade com o modo pelo qual as pessoas de todos os segmentos sociais se movem nela. Trata, portanto, da qualidade de vida possível, mediante a análise dos elementos que demarcam a dinâmica da comunidade a qual está inserida.

A banca mantém o gabarito publicado **B**.

Fonte:

- LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2012.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, tendo em vista que o tema da questão aborda um dos itens do conteúdo programático do anexo IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED: *Gestão Escolar e Processo Ensino-aprendizagem: currículo; conteúdo, método, avaliação*. De acordo com o texto, que contextualiza o enunciado na supracitada questão, os métodos se situam para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. São métodos que estimulam a atividade e iniciativa dos alunos, ressaltam a importância do papel do professor, o qual realiza a mediação e orientação dos saberes culturais historicamente acumulados pela humanidade. Portanto, quando o professor na sala de aula é aquele que, detendo mais experiência, funciona intervindo e mediando a relação do aluno com o conhecimento. Ele está sempre, em seu esforço pedagógico, procurando criar Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP's), isto é, atuando como elemento de intervenção, de ajuda. Portanto, trata-se de um conhecimento a ser avaliado. Na pedagogia histórico-crítica, o processo de ensino e da aprendizagem, se expressa por meio do Método Dialético, tendo como base o materialismo histórico e a teoria histórico-cultural de Vygotski, (2001) em aspectos de nível de desenvolvimento atual, zona de desenvolvimento imediato, novo nível de desenvolvimento atual e os cinco passos da pedagogia histórico-crítica.

A banca mantém o gabarito publicado A.

Fontes:

- SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- _____. Pedagogia histórico-crítica. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- SILVA, T. M. N. A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.
- VYGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente no que dispõe sobre o erro de digitação com a repetição do algarismo romano II na alternativa D, o que não induz ao erro, tendo em vista ser o gabarito da questão a alternativa B.

Não procede também o argumento recursal acerca da alternativa II, pois a nova alteração da LDB, Lei nº 13.415, de 2017, afirma que a carga horária, no ensino médio, deverá ser ampliada, de forma progressiva, no máximo de cinco anos, **pelo menos de mil horas anuais de carga horária**, a partir de 2 de março de 2017, podendo as escolas oferecer no máximo até 1.400 horas por ano. Entretanto, segundo os documentos e referenciais da SEE do Paraná, no Novo Ensino Médio ocorre a ampliação da carga horária de 800h para 1.000h anuais, totalizando 3.000h ao longo da etapa do Ensino Médio, sendo 1.800 horas para a Formação Geral Básica e 1.200h para as unidades curriculares dos itinerários formativos.

A banca mantém o gabarito publicado B.

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ensino_medio

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, pois a questão supracitada aborda o tema *retomada dos conhecimentos e habilidades e reavaliação*, contido no ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED. O enunciado foi contextualizado pelo ensino remoto na pandemia e suas consequências, o comando dado na supracitada questão solicita uma reflexão acerca das consequências deixadas pelo fechamento de escolas, e quais seriam as ações a serem desenvolvidas pelo **Gestor Escolar e equipe pedagógica para recomposição da aprendizagem dos alunos**. Destaca-se, resumidamente, que para recompor a aprendizagem dos alunos é preciso diagnóstico, priorização das habilidades da BNCC, possibilitar espaços de acolhimento para discussão acerca do momento vivido, e formação dos professores e gestores.

Importante ressaltar, que segundo Lück (2009, p. 95) caracteriza a função do gestor dentro do contexto escolar e analisa que: **A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar a mais importante**, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola, que é o de promover aprendizagem e a formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que está se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover, formação e aprendizagem dos alunos como uma condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho para uma relação de benefício mútuo. Portanto, **recursos improcedentes no que dispõe acerca de não ser uma atribuição do gestor ou auxiliar a gestão pedagógica da escola**.

A banca mantém o gabarito publicado A.

Fontes:

- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED
- <https://novaescola.org.br/conteudo/20841/como-garantir-a-recomposicao-das-aprendizagens-na-retomada-presencial-das-aulas>
- LÜCK, Heloísa. et.al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LÜCK, Heloísa. A Evolução da Gestão Educacional a partir de Mudança Paradigmática 2009

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro no enunciado, falta de uma resposta correta ou mais de uma resposta correta. Argumentos baseados que a fonte oficial do MEC é o INEP e não um sítio de notícias, o uso subjetivo da expressão “cerca de”. Analisando o pleito acerca da expressão “cerca de” que seria portadora de subjetividade, confundindo a questão, a banca julga improcedente, tendo em vista que o seu uso requer exatamente a compreensão de que quando utilizada “cerca de 30%”, significa algo em torno, aproximado, mas não exatamente este número. Sobre o erro no enunciado, vejamos: há uma reportagem contextualizando sobre a falta de professores nas salas de aula das escolas brasileiras. Na sequência, a que chamamos comando da questão, há uma afirmativa de que esta falta de professores também afeta a educação profissional e enfim a pergunta do que seria correto para captação de docentes na educação profissional. Esta banca entende que o elaborador foi suficientemente claro no desafio da pergunta. Acerca do gabarito, duas afirmativas estão incorretas, quais sejam: I- Apesar dos consideráveis avanços frente ao abandono escolar, um cenário relacionado ao Ensino Médio é preocupante: o índice de abandono escolar na 1ª série. Se considerarmos a série histórica dos últimos 10 anos, a média de abandono escolar representa cerca de 25% dos estudantes. O correto seria “cerca de 8%” dos estudantes, cabendo aqui outra observação da banca: 25% é algo nada próximo ou em torno de 8%; III- Apesar da redução gradativa dos índices de distorção idade-série no Ensino Médio, cerca da metade dos estudantes ingressam no Ensino Médio com algum grau de distorção idade-série. De acordo com os dados encontrados referentes ao Estado do Paraná, devidamente registrados nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, a população de estudantes nestas condições é de cerca de ¼ dos estudantes, ou seja, 25% e não 50%. O conhecimento destes dados são muito sensíveis à atuação de gestores escolares, pois são portadores da gravidade mais ou menos acentuada dos indicadores de fluxo escolar, um dos pilares da qualidade da educação em nosso país. Estes dados podem ser encontrados nos Referenciais Curriculares do Estado do Paraná. P. 28, 29 e 30. Ainda, sobre os dados oficiais do INEP, esta banca está de acordo, contudo, a reportagem do UOL apenas introduz o tema Ensino Médio, contextualiza, para depois perguntar sobre os indicadores educacionais registrados nos referenciais

curriculares do novo ensino médio. Ou seja, a reportagem é introdutória, mas não oferece dados considerados na questão.

Fonte:

- Referenciais Curriculares do Estado do Paraná. P. 28, 29 e 30.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há mais de uma resposta certa ou mais de uma resposta correta, tendo sido apontado a afirmativa “Para lecionar nos cursos de qualificação profissional, podem atuar instrutores de nível médio, com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação profissional, preferencialmente em cursos técnicos e de nível superior, com formação em curso de graduação, em qualquer área, e comprovada experiência profissional e competência na área tecnológica identificada no respectivo eixo tecnológico ao qual a formação profissional está relacionada” como correta. No entanto, a banca julga IMPROCEDENTE o recurso, pois tal afirmativa é portadora de erro quando o texto literal da lei especifica que a formação deve ser na área de atuação, e não em qualquer área como afirma a alternativa, sendo o texto correto apresentado a seguir: “para lecionar nos cursos de qualificação profissional podem atuar instrutores de nível médio, com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação profissional, preferencialmente em cursos técnicos; e de nível superior, com formação em curso de graduação, na área de atuação, e comprovada experiência profissional e competência na área tecnológica identificada no respectivo eixo tecnológico ao qual a formação profissional está relacionada.”

Fontes:

- https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf
- Conteúdo previsto no edital: Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução n.º 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica).

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há ausência de conteúdo programático. Sobre a previsão em edital, a questão atende ao item do conteúdo programático: Referencial Curricular para o Ensino Médio do Estado do Paraná (Deliberação nº 04/21 – CEE/PR – Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná), podendo todas as respostas serem encontradas nas páginas 70 a 75 do referido documento. A questão não versa sobre tendências pedagógicas e ou autores da educação, mas sim sobre a orientação contida no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Estado do Paraná acerca da condução da avaliação como parte importante do acompanhamento formativo dos estudantes. A compreensão de como conduzir a avaliação no contexto apresentado e em acordo com os documentos normativos e orientativos do estado parece a esta banca fundamental para um gestor. Não há erro no enunciado da questão que apresenta um contexto sobre o entendimento da avaliação, faz o link com os referenciais curriculares do ensino médio do estado e pergunta sobre o entendimento da avaliação no contexto apresentado. A seguir as afirmativas inseridas como opções de resposta e as referidas correções : I- o desempenho escolar é entendido como a verificação da capacidade para mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de forma que estes possam ser articulados e integrados, expressando-se nas competências gerais da Educação Básica e específicas das áreas de conhecimento descritas neste Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, visando à formação integral do estudante, nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto acadêmico. Correção: Art. 39. A avaliação do desenvolvimento e rendimento escolar do estudante deve priorizar as competências e habilidades constantes no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, visando à formação integral do estudante, nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu Projeto de Vida; GABARITO: “A avaliação deve conduzir o processo de ensino-aprendizagem, as

atividades que os professores promovem, as experiências que os estudantes realizam e os conteúdos de aprendizagem são os determinantes para a análise e compreensão de uma ação formativa.” A avaliação está incorporada permanentemente ao ensino e associada às oportunidades didático-metodológicas que os estudantes têm para apropriação dos conhecimentos e desenvolvimento das competências e habilidades. A assertiva foi retirada do texto a seguir: “assim, a avaliação deve conduzir o processo de ensino-aprendizagem, “as atividades que os professores promovem, as experiências que os [estudantes] realizam e os conteúdos de aprendizagem” são os determinantes para a análise e compreensão de uma ação formativa (ZABALA; ARNAU, 2014, p. 195). A avaliação está incorporada permanentemente ao ensino e associada às oportunidades (didático-metodológicas) que os estudantes têm para apropriação dos conhecimentos e desenvolvimento das competências e habilidades (LUCKESI, 2012). Página 70 do referencial. Tal assertiva tem o objetivo de contextualizar concepções e estão inseridas na normativa avaliada nesta prova. O foco é o contexto, por este motivo foram suprimidas as citações dos autores, cujas obras não foram publicadas no edital, tampouco utilizadas na confecção da questão. Todo apoio da assertiva está no documento, cujo entendimento e conhecimento foi exigido aos candidatos; III conteúdos, metodologias e avaliação se utilizam dos mesmos elementos didáticos (recursos, técnicas, instrumentos, entre outros) voltados para o desenvolvimento das competências e habilidades, não para a verificação de rendimento escolar. Isso implica na coerência entre o que e como se ensina e aprende, e a concepção de avaliação adotada, bem como na ideia de continuidade do processo avaliativo. Correção apoiada no § 3º “O desempenho escolar é entendido como a verificação da capacidade para mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de forma que estes possam ser articulados e integrados, expressando-se nas competências gerais da Educação Básica e específicas das áreas de conhecimento descritas no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná.” **P. 70; IV-** As metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizadas nas instituições de ensino, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, entre outras, de tal forma que, ao final do Ensino Médio, o estudante demonstre rendimento escolar esperado para aquela etapa de ensino. Aqui o erro está no foco em rendimento, que é díspar da concepção de avaliação adotada nos referidos referenciais, cujo foco está no desenvolvimento de competências. Correção: Art. 41. As metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizadas nas instituições de ensino, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, dentre outras que, ao final do Ensino Médio, o estudante demonstre ter **adquirido as competências previstas para esta etapa de ensino**.

Fontes:

- REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO PARANÁ P. 70 a 75.
- https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/deliberacao_04_21.pdf
- Referencial Curricular para o Ensino Médio do Estado do Paraná (Deliberação nº 04/21 – CEE/PR – Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná).

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não poderia estar em conhecimentos específicos ou que há ausência de conteúdo programático. A banca julga improcedente os recursos pois atende ao item do edital Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). A seguir a resolução da questão retirada integralmente do referido documento: Gabarito: C: Ele tem direito ao diploma, desde que o processo para sua obtenção seja formalizado e realizado em instituições e redes de ensino autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino que possuam metodologias e Diretrizes de certificação profissional. § 1º A certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e social do estudante, que inclui estudos não formais e experiência no trabalho (saber informal), bem como a orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar. § 2º O desenvolvimento de processos formais deve ser precedido de autorização pelo respectivo sistema de ensino, tomando-se como referência para a construção do Projeto Pedagógico de Certificação Profissional (PPCP) o perfil profissional de conclusão e o PPC ofertado pela instituição de ensino. § 3º As instituições e redes de ensino que possuam metodologias e Diretrizes de certificação

profissionais podem utilizá-las no desenvolvimento de processos formais, desde que autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Fontes:

- https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf
- Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica).

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há ausência de conteúdo programático, erro na divulgação de gabarito, erro no enunciado ou mais de uma resposta correta. A banca julga improcedente os recursos pois atende ao item do edital: Resolução CNE/CP nº 01, de 2021 Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). Improcedente para erro no enunciado, pois este situa a posição da educação profissional segunda a LDB para em seguida introduzir a questão do itinerário formativo, que foi aprofundado pela Resolução do CNE nº 1, de 2021. A seguir a resolução da questão, cujas assertivas estão todas corretas e retiradas da normativa, conforme segue: § 4º O itinerário formativo deve contemplar a articulação de cursos e programas, configurando trajetória educacional consistente e programada, a partir de: I - estudos sobre os itinerários de profissionalização praticados no mundo do trabalho; II - estrutura sócio-ocupacional da área de atuação profissional; e III - fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços. § 5º Entende-se por itinerário formativo na Educação Profissional e Tecnológica o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica, podendo ser: I - propiciado internamente em um mesmo curso, mediante sucessão de unidades curriculares, etapas ou módulos com terminalidade ocupacional; II - propiciado pela instituição educacional, mas construído horizontalmente pelo estudante, mediante unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos diferentes de um mesmo eixo tecnológico e respectiva área tecnológica; e III - construído verticalmente pelo estudante, propiciado ou não por instituição educacional, mediante sucessão progressiva de cursos ou certificações obtidas por avaliação e por reconhecimento de competências, desde a formação inicial até a pós-graduação tecnológica. § 6º Os itinerários formativos profissionais devem possibilitar um contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente avaliadas, reconhecidas e certificadas por instituições e redes de Educação Profissional e Tecnológica, criadas nos termos da legislação vigente. § 7º Os itinerários formativos profissionais podem ocorrer dentro de um curso, de uma área tecnológica ou de um eixo tecnológico, de modo a favorecer a verticalização da formação na Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando, quando possível, diferentes percursos formativos, incluindo programas de aprendizagem profissional, observada a legislação trabalhista pertinente.

Fonte:

- https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12021.pdf?query=vida%20escolar

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há ausência de conteúdo programático, erro no enunciado ou erro na divulgação do gabarito. A banca julga IMPROCEDENTE os recursos pois a questão atende ao item do edital Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). A seguir a resolução da questão: I - Promover maior articulação entre as demandas socioeconômico ambientais e a oferta de cursos, do ponto de vista qualitativo e quantitativo.; II - Promover a expansão de sua oferta, em cada eixo tecnológico, identificando as ofertas educacionais pelas áreas tecnológicas.; III - Promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na promoção pessoal (correção: na inserção **socioprofissional**.); IV - Subsidiar políticas

e ações de acesso, permanência e êxito com vista à efetiva ~~promoção pessoal~~ (correção: na inserção **socioprofissional**.); V - zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições e redes de ensino mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade.

Fontes:

- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192
- Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica).

BRANCA
39

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A demanda recursal baseia-se na alegação de ausência do conteúdo (Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral) da referida questão no conteúdo programático.

Posição: **PROCEDENTE - Anular a Questão.**

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A demanda recursal baseia-se na alegação de erro no gabarito oficial da referida questão, não havendo, de acordo com o texto recursal, nenhuma alternativa correta dentre as apresentadas. Alega-se na demanda que a alternativa “D”, ao indicar que a mudança na carga horária do Novo Ensino Médio é de 800 horas para 1.400 horas está equivocada, sendo a mudança correta de 800 horas para 1.000 horas anuais. O argumento não procede, sendo a mudança de carga horária para a etapa do ensino médio claramente explicitada no art. 1, § 1 e art. 4, § 6, da Lei 13.415/2017, com a seguinte redação: *A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas.*

A referência de pelo menos 1.000 horas anuais refere-se somente ao período de transição, ou seja, um prazo inicial de cinco anos, conforme a seguinte redação: *devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.*

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- Art. 1, § 1 e Art. 4, § 6, da Lei 13.415/2017

Cargo: GESTÃO ESCOLAR - SEED E NRE

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos,

porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org.). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando**

segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento.** Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com

múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11.

Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos improcedente, pois de acordo com os documentos e sites oficiais da SEED do Paraná a plataforma Inglês Paraná contempla os Professores da disciplina de Língua Inglesa da rede pública estadual, ou seja, todos que fazem parte da educação básica com a qual a escola está contemplada com a plataforma.

Os argumentos que dispõem sobre a nomenclatura antiga dada ao Ensino Fundamental I e II, respectivamente Ciclo I e II; e do ensino médio, como alunos do 1º ao 3º ano, não induzem ao erro, pois está é a alternativa INCORRETA, visto que estão contemplados os Alunos do Ensino Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º ano) e do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da rede pública estadual.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **B**.

Fontes:

- https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ingles_parana
- SIQUEIRA, Sávio. **O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro de inglês. Revista Inventário**, n.4, jul. 2005.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes no que tange ao item III. *(Os alunos, além de memorizarem os fatos matemáticos, adquirem compreensão conceitual e capacidade de pensamento crítico dos conceitos da matemática.)* Considerando a Revista Nova Escola (2009), verifica-se “ [...] Dentro dessa perspectiva, as atividades de memorização de repertório devem integrar o trabalho mais amplo com cálculo mental. O ideal é que elas façam parte das últimas etapas, na fase de sistematização do que foi aprendido. Isso significa que a ação de decorar resultados está mais para ponto final do que para pontapé inicial dos trabalhos.” Ressalta-se, portanto, que a memorização foi, por muito tempo, relacionada à repetição. *Isso não significa, porém, que “ela não seja um recurso importante na hora de fazer contas.”* O recurso, entretanto, não pode ser o único no processo de consolidação das informações. A plataforma é uma

experiência adaptativa do aluno e o ajuda a capacitá-lo para assumir o controle da sua educação. A plataforma trabalha com jogos de memória e traz o prazer pela aprendizagem de forma lúdica criando meios e rotinas diferentes em sala de aula.

Quanto ao argumento recursal que cita enunciado incompleto não procede, ressalta-se que ocorreu uma troca na grafia (do pelo que) que não compromete a compreensão do candidato ao texto dado: [...] *é importante ressaltar que o maior autor no processo de aprendizagem é o próprio aluno, que de maneira ativa vai aos poucos se desenvolvendo e participando do processo de construção do adequem às necessidades do aluno.* Destaca-se, que a conjunção que deveria constar, na frase, entretanto, a sua ausência não induz o candidato ao erro, pois o texto contextualizou o tema a ser avaliado na supracita questão, uma vez que, o comando dado solicita informações acerca da plataforma *Matific*, utilizada pelas escolas da rede da SEED do Paraná.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **D**.

Fontes:

- BIBIANO, B., Memorização e Cálculo, Nova Escola, 2009
- <https://www.matific.com/pt/pt/home/teachers/>

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão trata de uma situação hipotética, e pede análise de acordo com o que **dispõe a Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394/1996**. Aluna de 16 anos, ensino médio, mãe de uma criança de nove meses, não frequentou as aulas de educação física desde o nascimento da filha e, também, não apresentou laudo médico que a impossibilitasse. Ao final do ano letivo, o professor a reprovou. Ressalta-se que:

ART. 26 parágrafo 3º “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno” (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

Portanto, sendo uma **prática** facultativa, ou seja, um ato ou efeito de realizar algo, no caso assistir as aulas de Educação física, sendo ou não conteúdo obrigatório, a aluna está amparada legalmente; e mesmo que a escola em seu regimento escolar, solicite sua presença física nas “aulas teóricas”, como citados em alguns argumentos recursais, estes não poderão ser computados ou registrados para fins de aprovação ou não. Ressalta-se ainda, que a ausência do laudo médico, se dá pelo fato, da aluna não se encontrar afastada das atividades de educação física, por motivo de doença, mas sim, por direito garantido em lei.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **A**.

Fonte:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A arte deixou de ser componente obrigatório apenas na educação infantil e ensino fundamental, de acordo com a nova redação dada pelas alterações na LDB em seu Art. 26 § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017.) Portanto, ressalta-se que, de acordo com o enunciado dado na questão supracitada, trata-se do gabarito da questão, pois solicita-se as que assinale as alterações curriculares após a publicação da BNCC – Lei nº 13.415/2017, **EXCETO**, ou seja, aquela em desacordo com a lei.

Destaca-se ainda, as alternativas corretas **A**: *A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.* (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017.) **B**: *O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.* (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017) e **D**: *Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar*

outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)
Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **C**.

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/guia-de-implementacao-final.pdf>
- https://professor.escoladigital.pr.gov.br/referencial_curricular_parana/educacao_infantil_ensino_fundamental.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, quanto ao tema abordado na supracitada questão, não constar no conteúdo programático do certame: “*Indicadores educacionais: Prova Paraná, Prova Paraná Mais, SAEB e IDEB*” encontra-se no ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED. O tema é contextualizado no enunciado dado acerca dos resultados do sistema, onde eram divulgados bianualmente até o ano de 2005, e proporcionavam a produção de um diagnóstico sobre a qualidade de educação ofertada pelas escolas brasileiras segundo as grandes unidades amostrais, como: regiões, estados e redes de ensino, com suas dependências administrativas e suas localizações urbanas ou rurais. Onde, então foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005. O sistema passa a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil. **Após 2005, ocorreram novas modificações, mas não foi tema nesta questão, pois o que se avalia no candidato é o conhecimento do histórico da aplicação e evolutivo do SAEB em determinado período.**

O argumento que cita a *portaria no 931, de 21 de março de 2005* foi substituída pela *portaria no 482, de 7 de junho de 2013*, não procede, pois trata-se da inclusão da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA - *que não é mais aplicada atualmente pelo INEP*), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que passa a compor o Saeb a partir da divulgação da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013.

Assim como o argumento que cita “*adequar a BNCC as siglas Aneb e Anresc deixam de existir e todas as avaliações passam a ser identificadas pelo nome Saeb*” não procede, uma vez que não se tratar do tema avaliado na supracitada questão, fato ocorrido em 2019, entretanto, a consolidação das avaliações educacionais externas em larga escala, em nosso país, são uma realidade que se pode observar desde os anos de 1990 com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio (Inep), que certamente sofrerão adequações ao longo dos anos vindouros, conforme evolução dos tempos e da educação.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **D**.

Fontes:

- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>
- <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/6/saeb-definicao-caracteristicas-e-perspectivas>
- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>
- Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico> acessado em 04 de agosto 2023 17:17
- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos improcedentes, acerca das dez competências gerais da educação básica (BNCC). Ressalta-se que ao longo da escolaridade da educação básica, os sujeitos possam, por meio das competências indicadas na BNCC, se desenvolver através das condições criadas pelos seus educadores. Apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica, articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

1 CONHECIMENTO Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2 PENSAMENTO CIENTÍFICO, CRÍTICO E CRIATIVO Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas

3 REPERTÓRIO CULTURAL Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4 COMUNICAÇÃO Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao e

5 CULTURA DIGITAL Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6 TRABALHO E PROJETO DE VIDA Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7 ARGUMENTAÇÃO Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8 AUTOCONHECIMENTO E AUTOCUIDADO Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9 EMPATIA E COOPERAÇÃO Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10 RESPONSABILIDADE E CIDADANIA Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **D**.

Fontes:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>
- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/guia-de-implementacao-final.pdf>

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes no que se refere o conteúdo abordado na questão, não estar contido no edital do certame. É pressuposto da formação docente o desenvolvimento, das competências gerais da BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional, para o seu desenvolvimento pleno, na concepção de uma educação integral. A definição das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum, para a formação continuada de professores, se configura como eixo norteador para todas as políticas e programas educacionais voltados ao efetivo aprimoramento e fortalecimento da profissão docente no país. A supracitada questão, trata do tema: *ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: A FUNÇÃO DO PEDAGOGO COMO FORMADOR DE PROFESSOR EM SERVIÇO*. Apresenta uma contextualização em seu enunciado acerca da importância da BNCC como orientadora do Parecer 14/2020, que por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, pois reconhece que o professor não sai da graduação competente em todos os aspectos da docência, pois o planejamento, a execução e o acompanhamento da formação continuada são ações essenciais para a implementação dos currículos, considerando a necessidade de aprimoramento das práticas pedagógicas nas instituições educativas. Para tanto, faz-se necessário um planejamento com muita intencionalidade, que envolva os diversos atores da rede, considerando o papel da formação continua como um direito que deve ser assegurado no cotidiano das instituições educativas. Considera-se cinco características comuns as formações efetivas e continuadas dos professores: “foco no Conhecimento Pedagógico do Conteúdo” (CPC); “uso de metodologias ativas de aprendizagem”; “**trabalho colaborativo entre pares**”; “duração prolongada da formação e coerência sistêmica”. O comando da questão solicita-se que indique qual das alternativas representa o “**trabalho colaborativo entre pares**”, ou seja, alternativa **A** como gabarito.

O Trabalho Colaborativo entre Pares na formação de professores é efetiva quando consegue propiciar que profissionais da mesma área de conhecimento, ou que atuem com as mesmas turmas, dialoguem e reflitam sobre aspectos da própria prática. Entretanto, o trabalho colaborativo se torna realmente eficaz quando é mediado por um par avançado. Considera-se um par avançado um professor com nível de senioridade maior e que, por isso, seja capaz de problematizar a prática docente e dar suporte à melhoria contínua dos profissionais envolvidos na formação. **Importante ressaltar, que o termo senioridade, nesse caso, se refere a um professor qualificado, que supere o perfil comum, ou seja que além da experiência no magistério em sala de aula, apresente especialização na área, ou uma pós-graduação e também mestrado e outras. Portanto, argumentos recursais, que indicam discordar da afirmativa dada, que relaciona Trabalho Colaborativo Entre Pares, se realizar de forma melhor através da mediação de profissionais seniores, não procede.**

Na maioria das referências na literatura sobre o assunto, defende-se que as escolas devem fomentar a formação contínua de professores, partindo da reflexão e análise das suas próprias práticas, numa atmosfera de aprendizagem colaborativa. Alarcão e Tavares (2010, p. 121) referem que “os professores, como adultos, não aprendem tanto com a frequência de cursos ou a leitura de livros e revistas, mas sobretudo com a observação, análise e reflexão do seu próprio ensino ou do ensino praticado pelos seus colegas”. E, como afirma Day (2001, p. 45), “tempo e oportunidades, bem como disposições e capacidades dos professores para aprenderem com os outros no local de trabalho e com os elementos fora da escola são fatores-chave no desenvolvimento profissional contínuo”. A interação entre pares é uma estratégia de desenvolvimento profissional que nos parece responder adequadamente ao princípio da aprendizagem colaborativa, uma vez que promove a criação de redes de desenvolvimento profissional ou, até mesmo, o desenvolvimento de comunidades de prática (Rhodes, Stokes, & Hampton, 2004). No entanto, Flores e Simão (2009) salientam um aspeto relevante desta prática que se prende com o facto de cada membro poder gerir e controlar a sua agenda de necessidades, encaixando-a num empreendimento conjunto. As redes de aprendizagem dão aos professores a possibilidade de refletir conjuntamente sobre os aspetos relacionados com o seu trabalho, para aprenderem uns com os outros e para discutirem, entre outras, questões curriculares (Henriques, 2010) [...] Assim, a interação entre pares é uma das abordagens que pode melhorar o desempenho docente, porque ativa a regulação cognitiva dos implicados através das atividades de planeamento de estratégias, de monitorização e avaliação, e de resolução de problemas. Em termos de “como a regulação da cognição pode melhorar a aprendizagem, a investigação indica que é importante uma melhor apreciação das lacunas na compreensão” (Sá, 2015, p. 50).

Recursos improcedentes acerca da alternativa D, como correta, que trata do “**Uso de Metodologias Ativas de Aprendizagem**”, igualmente importante o uso de metodologias ativas para a formação de professores na perspectiva de formar sujeitos autônomos em sala de aula, já que adultos aprendem melhor quando são ativos no processo de aprendizagem, em vez de meros receptores de conceitos. Por isso, as formações que se mostram efetivas na melhoria

da prática docente consideram o formador como facilitador do processo de construção de aprendizados que acontecem entre e com os próprios participantes. Entre as diferentes atividades que constituem uso de metodologias ativas estão a pesquisa-ação, o processo de construção de materiais para as aulas, o uso de artefatos dos próprios discentes para reflexão docente, o aprendizado acerca do planejamento de aulas dos professores, entre outras atividades. (...)

Ressalta-se ainda que, acerca de argumentos recursais com referência a diferentes práticas de formação continuada docente, não se discute a importância de outras práticas, que é tema abordado em outras questões deste certame, conforme conteúdo indicado no edital.

Portanto, a banca mantém o gabarito publicado **A**.

Fontes:

- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/01/pcp014-20.pdf>
- Kasworm at al. Handbook of adult and continuing education. Sage Publications: Thousand Oaks, CA. (2010).184 PROCESSO Nº: 23000.040581/2018-55 Mozart Neves Ramos – 0581 8
- Shulman, L. S. (2014) Conhecimento e Ensino: Fundamentos para a nova reforma. Trad. Leda Maria Beck e Paula Louzano. Cadernos Cenpec, Nova Série, V. 4, n. 2, jun 2015.
- Alarcão, I., & Roldão, M. (2008). Supervisão: um contexto de desenvolvimento profissional dos professores. Mangualde: Pedago.
- Alarcão, I., & Tavares, J. (2010). Supervisão da prática pedagógica: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem. Coleção Ciências da Educação e Pedagogia. Coimbra: Almedina
- Day, C. (2001). Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente. Porto Editora
- Hargreaves, L., Moyles, J., Merry, R., Paterson, F., Pell, A., & Esarte-Sarries, V. (2003). How do primary school teachers define and implement 'interactive teaching' in the National Literacy Strategy in England. Research Papers in Education, 18(3), 217-236.
- Flores, M., & Veiga Simão, A. (2009). Aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores: contextos e perspectivas. Coleção Educação e Formação. Mangualde: Edições Pedago.
- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos improcedentes, pois de acordo com anexo IX do edital do certame da SEED, trata-se do conteúdo Programático: **“Avaliação interna: diagnóstica, formativa e processual”**. O conteúdo indicado no anexo do edital abrange a avaliação em toda a educação básica.

O enunciado da questão está contextualizado com a avaliação da Educação Infantil, diante da importância de acompanhar o conjunto de práticas e interações das aprendizagens, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. [...] A questão aborda a continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança, por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos, tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. São necessários registros individualizados que favoreçam o olhar sensível para a singularidade de cada um e para as suas relações e interações com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos para cada faixa etária considerando os campos de experiência. No comando dado, pede-se que indique a única em desacordo. Portanto, a única incorreta é a alternativa **D** e banca mantém o gabarito publicado.

Recursos improcedentes no que dispõe acerca de erros de grafia, na alternativa A, no final da frase, ocorre a repetição da palavra **“pequena”**, o que não possibilita ou induz ao erro do candidato.

Fontes:

- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED;
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

BRANCA
15

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Argumentos recursais procedentes, pois no comando dado ocorreu uma inconsistência gráfica, a palavra “*correta*”, deveria ser “*INCORRETA*” o que tornou três das alternativas como gabarito da questão.

Ressalta-se ainda que, conforme Art. 13. da Lei de Diretrizes e Bases, os docentes incumbir-se-ão de: II- *elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; visando a qualidade da aprendizagem dos alunos*. Visto que, ser essa uma incumbência do docente e não uma das ações para tomada de decisões do Gestor Escolar, portanto, o gabarito publicado **A**, não se justifica, portanto, a questão foi anulada.

Fontes:

- <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/527-2.pdf>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos interpostos improcedentes, considerando que apenas um dos itens encontram encontra-se em desacordo de acordo com o comando dado na supracitada questão, que solicita uma análise importante dos registros do processo pelo qual passou as avaliações do SAEP. Importante ressaltar que é através do conhecimento desses registros que ocorrem o avanço e melhoria do processo em questão, portanto de fundamental importância o conhecimento dos fatos. Nesse sentido, é fundamental que o gestor/e auxiliar tenha um conhecimento sobre fatos históricos na construção das avaliações do SAEP, pois a aspiração em conhecer mais sobre o sistema educacional brasileiro, se deve também por acreditar que as avaliações em larga escala já completaram 2 décadas e são mecanismo que influenciam o cotidiano escolar.

Em 2012, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED) criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP, avaliando em Língua Portuguesa e Matemática os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3º Ano do Ensino Médio. Em 2013, no início do ano letivo foram avaliados os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e da 1º Ano do Ensino Médio e, ao final do ano, os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio. Depois, houve uma interrupção no processo de avaliação educacional, retornando em 2017 e início de 2018 com o mesmo desenho de 2013. Até então, somente as escolas da rede estadual de ensino participaram da avaliação. Ressalta-se aqui, que a alternativa III, da supracitada questão, consta indevidamente os alunos das escolas municipais, portanto está em desacordo com o histórico do SAEP. O que torna o Gabarito da questão **C**, correta.

Em 2019, o estado do Paraná, por meio de sua Secretaria de Educação, dá um passo importante para a solidificação do SAEP como uma política educacional, introduzindo avaliações de caráter formativo – Prova Paraná – realizada trimestralmente, e ampliando a avaliação somativa – Prova Paraná Mais – para as redes municipais de ensino do estado. Todas as avaliações aferiram os conhecimentos dos estudantes em Língua Portuguesa – procedimentos de Leitura – e matemática, sendo desenvolvidas em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Portanto, as razões recursais que indicam a Prova Paraná Mais, não se tratar da avaliação externa SAEP não procedem, pois o comando dado na supracitada questão, trata-se do histórico desta avaliação e sua evolução.

O argumento recursal que indica acerca de sua aplicação ter sido uma única vez, não procede, pois desde 2019, a SEED, cumpre uma agenda trimestral, e mesmo durante a pandemia a aplicação foi adequada em plataformas online. Destaca-se ainda, a última agenda/2022 da aplicação da Prova Paraná: 04 e 05/05/2022; 30, 31/08 e 01/09/2022, e 30, 22 e 23/11/2022, conforme publicação em <https://www.provaparana.pr.gov.br/agenda>.

A banca mantém o gabarito publicado **C**.

Fontes:

- <https://avaliacaoemmonitoramentoparana.caeddigital.net/#!/noticias>
- <https://www.provaparana.pr.gov.br/Pagina/Objetivos>
- <https://www.provaparana.pr.gov.br/>

BRANCA
17

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Argumentos recursais procedentes, pois mesmo Arte e Educação Física sendo conteúdos obrigatórios na Educação básica, são as duas únicas disciplinas não avaliadas no SAEP/2022. Portanto, não apresenta alternativas para marcação de gabarito, que deveria ter a sequência em F, V, V, F.

Fontes:

- <https://avaliacaoemmonitoramentoparana.caeddigital.net/#!/noticias>
- <https://www.provaparana.pr.gov.br/Pagina/Objetivos>
- https://docs.google.com/spreadsheets/d/1oi6BM3kmQiVVOGFjYeWgtkIYQe_tugEl/edit#gid=1503576899

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, ao contrário das observações informais de aulas, as observações formais incluem uma reunião de preparação e planejamento da observação. Geralmente, a observação formal de aulas envolve a repetição cíclica de uma sequência de fases: uma sessão pré-observação, para conhecimento dos objetivos e das estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação previstos para a aula e para negociação dos focos específicos e procedimentos da observação; observação da aula; a análise dos dados recolhidos; a sessão pós-observação, para discussão e reflexão crítica sobre os acontecimentos observados e identificação de aspectos positivos e aspectos a melhorar; e enfim, **a avaliação global do processo, tendo em vista o estabelecimento de ações e metas de desenvolvimento/aprendizagem**, que é o gabarito da questão, C.

Ressalta-se que, *melhor conhecimento das competências e das práticas de cada docente*, conforme disposto no argumento recursal na alternativa B, não é uma observação formal e sim uma observação informal, pois trata-se de objetivo do observador, numa prática informal monitorar as práticas de ensino do professor e proporcionar apoio, caso necessário, portanto na observação informal, foca-se sempre em qual metodologia ou estratégia o professor utiliza em suas aulas, para que possa auxiliá-lo posteriormente.

A banca mantém o gabarito publicado C.

Fontes:

- ALARCÃO, Isabel; TAVARES, José. Supervisão da prática pedagógica: uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem. 2. ed. Coimbra:
- ALARCÃO, Isabel (Org.). Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem. Porto: Porto Editora, 2009.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos improcedentes no que se refere à educação básica citada no item I, acerca da educação infantil, não realizar a avaliação externa. E ainda, o relato da ausência da avaliação externa da educação infantil, não induz ao erro do candidato, pois ressalta-se que o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), com esta nomenclatura desde sua criação, composto por avaliações externas com o objetivo de realizar um diagnóstico da **Educação Básica Brasileira**,

como citado em todas as referências e documentos oficiais, buscam fatores que possam interferir no desempenho dos alunos, mostrando a qualidade do ensino ofertado; os resultados visam contribuir para a melhoria da qualidade e eficiência do ensino da educação básica. Entretanto, em 2022, de forma amostral, iniciou-se a avaliação na educação infantil, portanto, o **item I, está correto.**

Considerando que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho, portanto, através desse resultado é possível *compará-la com outros países, pois é através dele, é possível monitorar a educação no país baseado em um cálculo gerado a partir da taxa de aprovação nas escolas e das médias de desempenho dos estudantes (item III correto).* Pois sabe-se que o Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. Destaca-se que, se busca uma média dentro do índice de 0 a 10, ocorre a necessidade de uma verificação, uma conferência, uma busca de resultados satisfatórios e sempre crescentes. **(Item I)** *A partir do Ideb, é possível conferir como está o progresso da qualidade do ensino em cada segmento da educação básica por estado e município, além de comparação entre as escolas de uma mesma região. (Item II correto)* *A gestão escolar pode aproveitar o levantamento fornecido pelo Ideb para agir com maior ênfase nas áreas em que os estudantes apresentaram mais dificuldades, construindo propostas pedagógicas e planos de ação direcionados para as demandas dos estudantes.)* Portanto, a única alternativa incorreta é o **item IV.**

A banca mantém gabarito publicado B.

Fontes:

- <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>
- <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema proposto na supracitada questão é a recuperação de estudos, conforme solicitado no conteúdo programático do edital. E segundo Vasconcelos (2006), na prática escolar ainda existem fatores que necessitam ser repensados, pois existe um distanciamento entre teoria e prática ao afirmar: Os estudos de “recuperação” padecem de uma ambiguidade – são apontados como a grande saída para ajudar os alunos com dificuldades, mas, frequentemente, não passam de uma proposta que não sai do papel, em função das condições objetivas de trabalho dos professores[...] Solicita-se no comando dado, que se considere o exposto, a lei 9. 394/96 e as demais legislações vigentes, e indique a incorreta, dentre as alternativas. Ressalta-se que A, B e C estão corretas, portanto, **D** é o gabarito.

O aluno não readquire um conteúdo que não aprendeu, nem o encontra. Esta afirmação leva a compreender que o caminho, o ponto central, é o saber que o aluno possui, e não o que não domina. Assim, para a elaboração de um trabalho de recuperação deve-se atentar para o “saber” do aluno e não apenas para o seu “não saber”. Partir do que o sujeito sabe, domina, é início de uma nova aprendizagem. Salienta-se que, na maioria das vezes, centra-se naquilo que o aluno não sabe ao invés de naquilo que ele sabe. O aluno não readquire um conteúdo que não aprendeu, nem o encontra. Esta afirmação leva a compreender que o caminho, o ponto central, é o saber que o aluno possui, e não o que não domina. Para a elaboração de um trabalho de recuperação deve-se atentar para o “saber” do aluno e não apenas para o seu “não saber”. Partir do que o sujeito sabe, domina, é início de uma nova aprendizagem. Salienta-se que, na maioria das vezes, centra-se naquilo que o aluno não sabe ao invés de naquilo que ele sabe. (Alternativas A, B e C)

A aprendizagem é um processo democrático, ativo, contínuo, permanente, instável, global e integrado. Dessa forma, não se pode reconhecer que um processo avaliativo coerente com esta aprendizagem seja autoritário, passivo, fragmentado, estático, estável, classificatório, específico e desintegrado. No entanto, a prática cotidiana tem demonstrado que a recuperação geralmente acontece no final do processo, quando se aplica uma “prova” e ao se perceber que o aluno “tirou” uma nota inferior à média, lhe é solicitado um trabalho cuja finalidade é a obtenção de uma nota de aprovação, independente do conteúdo que apresente. Ressalta, em coerência com a LDB e as demais

legislações e com o exposto no enunciado dado, a **alternativa D**, encontra-se em desacordo. Pois a LDB em seu ART 24 alínea e dispõe que a “*obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos*”; entretanto, não determinam que deverá ocorrer a recuperação, sempre quando o professor aplicar uma “prova” no bimestre ou trimestre e o aluno não obteve média.

Argumentos recursais improcedentes, a banca mantém o gabarito publicado **D**.

Fontes:

- PARO, V. H. Reprovação escolar: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2001. PLANO de trabalho docente. Curitiba: SEED/CGE, 2008.
- SANTOMÉ, J. T. O conceito de disciplina. In: _____. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: ARTMED, 1998. p. 55-80.
- VASCONCELLOS, C. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2006.
- http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_uel_pedagogico_md_marilza_pereira.pdf
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado na supracitada questão são estudos realizados sobre currículo a partir das décadas 1960 a 1970. Segundo, (MOREIRA; SILVA, 1997), destacam a existência de vários níveis de Currículo: formal, real e oculto”. Esses níveis servem para fazer a distinção de quanto o aluno aprendeu ou deixou de aprender. O comando solicita que relacione, as afirmativas dadas aos seus respectivos níveis de currículo. O *Currículo Formal* refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, é expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdo das áreas ou disciplina de estudo. Este é o que traz prescrita institucionalmente os conjuntos de diretrizes como os Parâmetros Curriculares Nacionais. O *Currículo Real* é o currículo que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos a cada dia em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. O *Currículo Oculto* é o termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores. O currículo oculto representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar. O currículo está oculto por que ele não aparece no planejamento do professor. A alternativa que indica a sequência correta é **A**.

Fonte:

- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado na questão é ESTRATÉGIAS DE LIDERANÇA E APOIO PEDAGÓGICO AO PROFESSOR, de acordo com o conteúdo programático do edital da SEED e foi contextualizada, segundo as ideias de LIBÂNEO (2001, p. 115), onde cita que as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. A participação influencia na democratização da gestão, através de cinco elementos constitutivos, que são mobilizados para atingir os objetivos escolares. Tais elementos são: Planejamento; Organização; Direção e coordenação; Formação continuada e Avaliação. O comando solicita que relacione tais elementos às características indicadas.

O argumento que dispõe acerca do elemento formação continuada e sua característica não ser coerente, não procede. Ressalta-se que a Formação continuada trata-se de ações de aperfeiçoamento dos profissionais da escola, para melhor realização de suas atividades e seu desenvolvimento profissional, portanto o bom planejamento dos horários de trabalho coletivo, juntamente com a presença de um formador mediador, para a equipe cada vez mais buscar ampliar o conhecimento, aliado ao melhor espaço para a realização da formação em redes de capacitação. O profissional bem estruturado dentro do ambiente de trabalho é um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria da qualidade de ensino, por conseguinte é uma característica coerente deste elemento.

A banca mantém o gabarito publicado **B**.

Fontes:

- LIBÂNEO, José Carlos et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola. Goiânia: Alternativa, 2001.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, pois o tema abordado na supracitada questão, em conformidade com o edital é **Indicadores educacionais: Prova Paraná, Prova Paraná Mais, SAEB e IDEB**. Sobre as razões recursais acerca da informação contida no enunciado da supracitada questão, que cita uma das avaliações externas, o “Pisa”, ressalta-se que trata de uma das avaliações externas, entretanto, está citado no enunciado para contextualização do tema do conteúdo a ser abordado no comando. “A avaliação é um instrumento fundamental para as práticas pedagógicas, pois permite ao professor acompanhar o desempenho dos alunos e o desenvolvimento do trabalho escolar” (Vidal, 2003). Nesse sentido, é importante considerar que todas as avaliações externas são indicadores educacionais e se refletem nas ações elaboradas pelos docentes e discentes no ambiente escolar. Destaca-se ainda, que no comando dado, questiona-se acerca das avaliações externas de modo geral. As avaliações externas são um dos principais mecanismos para elaboração de políticas públicas no sistema de ensino, redirecionando metas para as unidades escolares pelo bom desempenho das escolas. Portanto, os **itens I, II, III e IV estão corretos** e em conformidade com o comando e o exposto no texto dado.

O item V está em desacordo com a avaliação externa, pois a avaliação pedagógica ou de sala de aula é aquela que ocorre durante as etapas do ensino dentro da escola, na interação entre professores e educandos, e que pode ser realizada antes, durante ou no fim de um período de ensino. Pode ter como função estabelecer um diagnóstico, o acompanhamento ou uma avaliação final, somativa. Tem o objetivo de prover aos professores subsídios para atuarem a partir dos insumos colhidos no acompanhamento da aprendizagem, a fim de que possam pensar nas estratégias mais adequadas ao apoio a cada grupo e a cada educando, considerando sua singularidade. Essa finalidade é mais bem atendida quando as expectativas de aprendizagem e desenvolvimento são compartilhadas entre professor e educando, portanto, essa não é uma característica da avaliação externa.

A banca decide manter o gabarito publicado **D**.

Fontes:

- <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/guia-de-implementacao-final.pdf>
- MOVIMENTO PELA BASE. Os diversos propósitos das avaliações. In: Visões e princípios do Movimento pela Base para o alinhamento das avaliações à BNCC e ao Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2020/12/mpb-5visoesprincipios-doc-principal-interativo.pdf>.
- NOVA ESCOLA. Instrumentos de acompanhamento das aprendizagens dos alunos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G3QHOpEJhwg>.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, pois *currículo não é um conjunto de objetivos, conteúdos, experiências de aprendizagem e avaliação*. Objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos e procedimentos de avaliação **são componentes curriculares**. O estabelecimento da periodização do tempo escolar, a opção por uma determinada forma de organização dos conteúdos (disciplinar, por eixos, por temáticas), a integração entre os conteúdos de um mesmo período ou de período subsequentes são outros aspectos que precisam ser considerados ao se elaborar um currículo. No entanto, esses aspectos requerem decisões que não são apenas de natureza técnica. Elas têm implicações nas formas de conceber a sociedade, a escola, o conhecimento. Elas são formas culturais de organização da escolarização e essas formas configuram o currículo. Por exemplo, uma prática de avaliação meramente classificatória funciona como mecanismo de diferenciação social dos indivíduos não apenas na escola, mas em toda a sua vida social. Não se trata, portanto, apenas de uma decisão técnica acerca de uma determinada metodologia de trabalho em sala de aula. Portanto, alternativa C está incorreta.

A banca mantém o gabarito publicado C.

Fontes:

- COLL, Cesar. Psicologia e Currículo, São Paulo: Ática, 1996.
- TYLER, Ralph. Princípios Básicos de Currículo e Ensino. Porto Alegre: Globo, 1974.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recursos improcedentes, o enunciado dado no texto que contextualiza a supracitada questão, e informa que segundo EGAN (2002) e KURTOGLU-HOOTON (2004), o *feedback* pode ser de tipo “confirmativo” ou de tipo “construtivo”. Através do *feedback* confirmativo, o pedagogo informa o professor de que está seguindo o percurso adequado à concretização dos objetivos do programa. Pelo contrário, o *feedback* **construtivo informa o professor, que está desviando-se dos objetivos pretendidos e do que poderá fazer para regressar ao percurso desejado**. Portanto, ao trazer tal informação, o candidato possui informações necessárias para responder ao comando dado na supracitada questão, ou seja, NÃO é uma característica *feedback* construtivo quando é imposto ao professor como forma de refletir e reagir à crítica efetuada no contexto avaliativo, pois sempre é solicitado, em vez de ser imposto, pois deve ser emitido oportunamente e em tempo útil.

Fontes:

- Perrenoud, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação – perspectivas sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote.2001
- REIS P - Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente Ministério da Educação – Conselho Científico para a Avaliação de Professores - Lisboa Cadernos do CCAP – 2 Conselho Científico para a Avaliação de Professores Junho de 2011

BRANCA
29

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento apresentado não trata do conteúdo da supracitada questão e sim questões administrativas, razão pela qual a banca decide por prejudicar o recurso.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, tendo em vista que o tema da questão aborda um dos itens do conteúdo programático do anexo IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED: *Gestão Escolar e Processo Ensino-aprendizagem: currículo; conteúdo, método, avaliação*. De acordo com o texto, que contextualiza o enunciado na supracitada questão, os métodos se situam para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. São métodos que estimulam a atividade e iniciativa dos alunos, ressaltam a importância do papel do professor, o qual realiza a mediação e orientação dos saberes culturais historicamente acumulados pela humanidade. Portanto, quando o professor na sala de aula é aquele que, detendo mais experiência, funciona intervindo e mediando a relação do aluno com o conhecimento. Ele está sempre, em seu esforço pedagógico, procurando criar Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP's), isto é, atuando como elemento de intervenção, de ajuda. Portanto, trata-se de um conhecimento a ser avaliado. Na pedagogia histórico-crítica, o processo de ensino e da aprendizagem, se expressa por meio do Método Dialético, tendo como base o materialismo histórico e a teoria histórico-cultural de Vygotski, (2001) em aspectos de nível de desenvolvimento atual, zona de desenvolvimento imediato, novo nível de desenvolvimento atual e os cinco passos da pedagogia histórico-crítica.

O argumento recursal que dispõe acerca de referência incorreta ou não citada no enunciado dado, não procede, a banca informa que, quando é citado um site e no final deste, consta a palavra “adaptado”, indica-se que não está copiado na íntegra, ou seja, que consta de outras adaptações, ou mesmo “enxertos” de ideias de outros autores. A banca mantém o gabarito publicado **A**.

Fontes:

- SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- _____. Pedagogia histórico-crítica. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- SILVA, T. M. N. A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.
- VYGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente no que dispõe sobre o erro de digitação com a repetição do algarismo romano II na alternativa D, o que não induz ao erro, tendo em vista ser o gabarito da questão a alternativa **B**.

Não procede também o argumento recursal acerca da alternativa II, pois a nova alteração da LDB, Lei nº 13.415, de 2017, afirma que a carga horária, no ensino médio, deverá ser ampliada, de forma progressiva, no máximo de cinco anos, **pelo menos de mil horas anuais de carga horária**, a partir de 2 de março de 2017, podendo as escolas oferecer no máximo até 1.400 horas por ano. Entretanto, segundo os documentos e referenciais da SEE do Paraná, no Novo Ensino Médio ocorre a ampliação da carga horária de 800h para 1.000h anuais, totalizando 3.000h ao longo da etapa do Ensino Médio, sendo 1.800 horas para a Formação Geral Básica e 1.200h para as unidades curriculares dos itinerários formativos.

A banca mantém o gabarito publicado **B**.

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- https://professor.escoladigital.pr.gov.br/ensino_medio

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumentos recursais improcedentes, pois a questão supracitada aborda o tema *retomada dos conhecimentos e habilidades e reavaliação*, contido no ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED. O enunciado foi contextualizado pelo ensino remoto na pandemia e suas consequências, o comando dado na supracitada questão solicita uma reflexão acerca das consequências deixadas pelo fechamento de escolas, e quais seriam as ações a serem desenvolvidas pelo **Gestor Escolar e equipe pedagógica para recomposição da aprendizagem dos alunos**. Destaca-se, resumidamente, que para recompor a aprendizagem dos alunos é preciso diagnóstico, priorização das habilidades da BNCC, possibilitar espaços de acolhimento para discussão acerca do momento vivido, e formação dos professores e gestores.

Importante ressaltar, que segundo Lück (2009, p. 95) caracteriza a função do gestor dentro do contexto escolar e analisa que: **A gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar a mais importante**, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola, que é o de promover aprendizagem e a formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que está se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover, formação e aprendizagem dos alunos como uma condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho para uma relação de benefício mútuo. Portanto, **recursos improcedentes no que dispõe acerca de não ser uma atribuição do gestor ou auxiliar a gestão pedagógica da escola**.

A banca mantém o gabarito publicado A.

Fontes:

- EDITAL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE – SEED ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED
- <https://novaescola.org.br/conteudo/20841/como-garantir-a-recomposicao-das-aprendizagens-na-retomada-presencial-das-aulas>
- LÜCK, Heloísa. et.al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LÜCK, Heloísa. A Evolução da Gestão Educacional a partir de Mudança Paradigmática 2009

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro no enunciado, falta de uma resposta correta ou mais de uma resposta correta. Argumentos baseados que a fonte oficial do MEC é o INEP e não um sítio de notícias, o uso subjetivo da expressão “cerca de”. Analisando o pleito acerca da expressão “cerca de” que seria portadora de subjetividade, confundindo a questão, a banca julga improcedente, tendo em vista que o seu uso requer exatamente a compreensão de que quando utilizada “cerca de 30%”, significa algo em torno, aproximado, mas não exatamente este número. Sobre o erro no enunciado, vejamos: há uma reportagem contextualizando sobre a falta de professores nas salas de aula das escolas brasileiras. Na sequência, a que chamamos comando da questão, há uma afirmativa de que esta falta de professores também afeta a educação profissional e enfim a pergunta do que seria correto para captação de docentes na educação profissional. Esta banca entende que o elaborador foi suficientemente claro no desafio da pergunta. Acerca do gabarito, duas afirmativas estão incorretas, quais sejam: I- Apesar dos consideráveis avanços frente ao abandono escolar, um cenário relacionado ao Ensino Médio é preocupante: o índice de abandono escolar na 1ª série. Se considerarmos a série histórica dos últimos 10 anos, a média de abandono escolar representa cerca de 25% dos estudantes. O correto seria “cerca de 8%” dos estudantes, cabendo aqui outra observação da banca: 25% é algo nada próximo ou em torno de 8%; III- Apesar da redução gradativa dos índices de distorção idade-série no Ensino Médio, cerca da metade dos estudantes ingressam no Ensino Médio com algum grau de distorção idade-série. De acordo com os dados encontrados referentes ao Estados do Paraná, devidamente registrados nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, a população de estudantes nestas condições é de cerca de ¼ dos estudantes, ou seja, 25% e não 50%. O conhecimento destes dados são muito sensíveis à atuação de gestores escolares, pois são portadores da gravidade mais ou menos acentuada dos indicadores de fluxo escolar, um dos pilares da qualidade da educação em nosso país. Estes dados podem ser encontrados nos Referenciais Curriculares do Estado do Paraná. P. 28, 29 e 30. Ainda, sobre os dados oficiais do INEP, esta banca está de acordo, contudo, a reportagem do UOL apenas introduz o tema Ensino Médio, contextualiza, para depois perguntar sobre os indicadores educacionais registrados nos referenciais

curriculares do novo ensino médio. Ou seja, a reportagem é introdutória, mas não oferece dados considerados na questão.

Fonte:

- Referenciais Curriculares do Estado do Paraná. P. 28, 29 e 30.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há mais de uma resposta certa ou mais de uma resposta correta, tendo sido apontado a afirmativa “Para lecionar nos cursos de qualificação profissional, podem atuar instrutores de nível médio, com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação profissional, preferencialmente em cursos técnicos e de nível superior, com formação em curso de graduação, em qualquer área, e comprovada experiência profissional e competência na área tecnológica identificada no respectivo eixo tecnológico ao qual a formação profissional está relacionada” como correta. No entanto, a banca julga IMPROCEDENTE o recurso, pois tal afirmativa é portadora de erro quando o texto literal da lei especifica que a formação deve ser na área de atuação, e não em qualquer área como afirma a alternativa, sendo o texto correto apresentado a seguir: “para lecionar nos cursos de qualificação profissional podem atuar instrutores de nível médio, com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação profissional, preferencialmente em cursos técnicos; e de nível superior, com formação em curso de graduação, na área de atuação, e comprovada experiência profissional e competência na área tecnológica identificada no respectivo eixo tecnológico ao qual a formação profissional está relacionada.”

Fontes:

- https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf
- Conteúdo previsto no edital: Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução n.º 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica).

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há ausência de conteúdo programático. Sobre a previsão em edital, a questão atende ao item do conteúdo programático: Referencial Curricular para o Ensino Médio do Estado do Paraná (Deliberação nº 04/21 – CEE/PR – Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná), podendo todas as respostas serem encontradas nas páginas 70 a 75 do referido documento. A questão não versa sobre tendências pedagógicas e ou autores da educação, mas sim sobre a orientação contida no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Estado do Paraná acerca da condução da avaliação como parte importante do acompanhamento formativo dos estudantes. A compreensão de como conduzir a avaliação no contexto apresentado e em acordo com os documentos normativos e orientativos do estado parece a esta banca fundamental para um gestor. Não há erro no enunciado da questão que apresenta um contexto sobre o entendimento da avaliação, faz o link com os referenciais curriculares do ensino médio do estado e pergunta sobre o entendimento da avaliação no contexto apresentado. A seguir as afirmativas inseridas como opções de resposta e as referidas correções : I- o desempenho escolar é entendido como a verificação da capacidade para mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de forma que estes possam ser articulados e integrados, expressando-se nas competências gerais da Educação Básica e específicas das áreas de conhecimento descritas neste Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, visando à formação integral do estudante, nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto acadêmico. Correção: Art. 39. A avaliação do desenvolvimento e rendimento escolar do estudante deve priorizar as competências e habilidades constantes no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, visando à formação integral do estudante, nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu Projeto de Vida; GABARITO: “A avaliação deve conduzir o processo de ensino-aprendizagem, as

atividades que os professores promovem, as experiências que os estudantes realizam e os conteúdos de aprendizagem são os determinantes para a análise e compreensão de uma ação formativa.” A avaliação está incorporada permanentemente ao ensino e associada às oportunidades didático-metodológicas que os estudantes têm para apropriação dos conhecimentos e desenvolvimento das competências e habilidades. A assertiva foi retirada do texto a seguir: “assim, a avaliação deve conduzir o processo de ensino-aprendizagem, “as atividades que os professores promovem, as experiências que os [estudantes] realizam e os conteúdos de aprendizagem” são os determinantes para a análise e compreensão de uma ação formativa (ZABALA; ARNAU, 2014, p. 195). A avaliação está incorporada permanentemente ao ensino e associada às oportunidades (didático-metodológicas) que os estudantes têm para apropriação dos conhecimentos e desenvolvimento das competências e habilidades (LUCKESI, 2012). Página 70 do referencial. Tal assertiva tem o objetivo de contextualizar concepções e estão inseridas na normativa avaliada nesta prova. O foco é o contexto, por este motivo foram suprimidas as citações dos autores, cujas obras não foram publicadas no edital, tampouco utilizadas na confecção da questão. Todo apoio da assertiva está no documento, cujo entendimento e conhecimento foi exigido aos candidatos; III conteúdos, metodologias e avaliação se utilizam dos mesmos elementos didáticos (recursos, técnicas, instrumentos, entre outros) voltados para o desenvolvimento das competências e habilidades, não para a verificação de rendimento escolar. Isso implica na coerência entre o que e como se ensina e aprende, e a concepção de avaliação adotada, bem como na ideia de continuidade do processo avaliativo. Correção apoiada no § 3º “O desempenho escolar é entendido como a verificação da capacidade para mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de forma que estes possam ser articulados e integrados, expressando-se nas competências gerais da Educação Básica e específicas das áreas de conhecimento descritas no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná.” **P. 70; IV-** As metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizadas nas instituições de ensino, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, entre outras, de tal forma que, ao final do Ensino Médio, o estudante demonstre rendimento escolar esperado para aquela etapa de ensino. Aqui o erro está no foco em rendimento, que é díspar da concepção de avaliação adotada nos referidos referenciais, cujo foco está no desenvolvimento de competências. Correção: Art. 41. As metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizadas nas instituições de ensino, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, dentre outras que, ao final do Ensino Médio, o estudante demonstre ter **adquirido as competências previstas para esta etapa de ensino**.

Fontes:

- REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO PARANÁ P. 70 a 75.
- https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/deliberacao_04_21.pdf
- Referencial Curricular para o Ensino Médio do Estado do Paraná (Deliberação nº 04/21 – CEE/PR – Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná).

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não poderia estar em conhecimentos específicos ou que há ausência de conteúdo programático. A banca julga improcedente os recursos pois atende ao item do edital Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). A seguir a resolução da questão retirada integralmente do referido documento: Gabarito: C: Ele tem direito ao diploma, desde que o processo para sua obtenção seja formalizado e realizado em instituições e redes de ensino autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino que possuam metodologias e Diretrizes de certificação profissional. § 1º A certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e social do estudante, que inclui estudos não formais e experiência no trabalho (saber informal), bem como a orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar. § 2º O desenvolvimento de processos formais deve ser precedido de autorização pelo respectivo sistema de ensino, tomando-se como referência para a construção do Projeto Pedagógico de Certificação Profissional (PPCP) o perfil profissional de conclusão e o PPC ofertado pela instituição de ensino. § 3º As instituições e redes de ensino que possuam metodologias e Diretrizes de certificação

profissionais podem utilizá-las no desenvolvimento de processos formais, desde que autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Fontes:

- https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf
- Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica).

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há ausência de conteúdo programático, erro na divulgação de gabarito, erro no enunciado ou mais de uma resposta correta. A banca julga improcedente os recursos pois atende ao item do edital: Resolução CNE/CP nº 01, de 2021 Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). Improcedente para erro no enunciado, pois este situa a posição da educação profissional segunda a LDB para em seguida introduzir a questão do itinerário formativo, que foi aprofundado pela Resolução do CNE nº 1, de 2021. A seguir a resolução da questão, cujas assertivas estão todas corretas e retiradas da normativa, conforme segue: § 4º O itinerário formativo deve contemplar a articulação de cursos e programas, configurando trajetória educacional consistente e programada, a partir de: I - estudos sobre os itinerários de profissionalização praticados no mundo do trabalho; II - estrutura sócio-ocupacional da área de atuação profissional; e III - fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços. § 5º Entende-se por itinerário formativo na Educação Profissional e Tecnológica o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica, podendo ser: I - propiciado internamente em um mesmo curso, mediante sucessão de unidades curriculares, etapas ou módulos com terminalidade ocupacional; II - propiciado pela instituição educacional, mas construído horizontalmente pelo estudante, mediante unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos diferentes de um mesmo eixo tecnológico e respectiva área tecnológica; e III - construído verticalmente pelo estudante, propiciado ou não por instituição educacional, mediante sucessão progressiva de cursos ou certificações obtidas por avaliação e por reconhecimento de competências, desde a formação inicial até a pós-graduação tecnológica. § 6º Os itinerários formativos profissionais devem possibilitar um contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente avaliadas, reconhecidas e certificadas por instituições e redes de Educação Profissional e Tecnológica, criadas nos termos da legislação vigente. § 7º Os itinerários formativos profissionais podem ocorrer dentro de um curso, de uma área tecnológica ou de um eixo tecnológico, de modo a favorecer a verticalização da formação na Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando, quando possível, diferentes percursos formativos, incluindo programas de aprendizagem profissional, observada a legislação trabalhista pertinente.

Fonte:

- https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12021.pdf?query=vida%20escolar

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há ausência de conteúdo programático, erro no enunciado ou erro na divulgação do gabarito. A banca julga IMPROCEDENTE os recursos pois a questão atende ao item do edital Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica). A seguir a resolução da questão: I - Promover maior articulação entre as demandas socioeconômico ambientais e a oferta de cursos, do ponto de vista qualitativo e quantitativo.; II - Promover a expansão de sua oferta, em cada eixo tecnológico, identificando as ofertas educacionais pelas áreas tecnológicas.; III - Promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na promoção pessoal (correção: na inserção **socioprofissional**.); IV - Subsidiar políticas

e ações de acesso, permanência e êxito com vista à efetiva ~~promoção pessoal~~ (correção: na inserção **socioprofissional**.); V - zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições e redes de ensino mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade.

Fontes:

- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192
- Diretriz Nacional para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução nº 01/21 – CNE/CP – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica).

BRANCA
39

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A demanda recursal baseia-se na alegação de ausência do conteúdo (Política de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral) da referida questão no conteúdo programático.

Posição: **PROCEDENTE - Anular a Questão.**

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A demanda recursal baseia-se na alegação de erro no gabarito oficial da referida questão, não havendo, de acordo com o texto recursal, nenhuma alternativa correta dentre as apresentadas. Alega-se na demanda que a alternativa “D”, ao indicar que a mudança na carga horária do Novo Ensino Médio é de 800 horas para 1.400 horas está equivocada, sendo a mudança correta de 800 horas para 1.000 horas anuais. O argumento não procede, sendo a mudança de carga horária para a etapa do ensino médio claramente explicitada no art. 1, § 1 e art. 4, § 6, da Lei 13.415/2017, com a seguinte redação: *A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas.*

A referência de pelo menos 1.000 horas anuais refere-se somente ao período de transição, ou seja, um prazo inicial de cinco anos, conforme a seguinte redação: *devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.*

Posição: **IMPROCEDENTE - Manter o Gabarito.**

Fonte:

- Art. 1, § 1 e Art. 4, § 6, da Lei 13.415/2017

Cargo: HISTÓRIA

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos,

porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando**

segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento.** Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com

múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11.

Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sociedade Maia vivia na região que vai dos Andes até o Oceano Pacífico (incorreta), pois eles viviam na região da península mexicana de Yucatán e em áreas onde atualmente localizam Guatemala, Honduras, El Salvador e Belize. Politicamente, os Maias se organizavam em cidades-Estado. (Resposta Correta). A base da economia Maia era a agricultura (Incorreta) e não as atividades comerciais e industriais. A monarquia não era hereditária, apesar de ter caráter religioso. (Incorreta).

Fonte:

- Petta, N.L.de & Ojeda, E.A.B & Delfini, L. História uma abordagem integrada. 1ª edição. São Paulo, 2005 p. 34

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com relação ao império Inca, tendo como base sua organização política, econômica e social, o império era politicamente dirigido pela cidade de Cuzco, que os incas acreditavam ser o centro do mundo (correta). A exploração das províncias era feita por meio do trabalho familiar (correta). A sucessão imperial era hereditária (incorreta), a sucessão imperial Inca, não era hereditária. Todas as famílias tinham a obrigação de entregar ao Inca uma parte do que produziam (correta).

Fonte:

- Petta, N.L.de & Ojeda, E.A.B & Delfini, L. História uma abordagem integrada. 1ª edição. São Paulo, 2005 p. 34

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os hebreus são também conhecidos como israelenses ou judeus. A sociedade hebraica consolidou-se no segundo milênio antes de Cristo, momento em que o Egito e a Mesopotâmia já eram considerados grandes impérios. Os hebreus acreditavam ser o povo eleito de Deus; A sociedade hebraica era patriarcal, escravocrata, dedicou-se à agricultura e na fase inicial de organização política e econômica dos hebreus é conhecida como Período dos Patriarcas.

Fonte:

- Mota, M.B & Braick, P.R. História das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. São Paulo, 2005 p.61.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre a doutrina Luterana, a salvação se dá unicamente pelas obras (incorreta), pois para Lutero, a salvação se dá unicamente pela fé. Submissão do Estado à Igreja (incorreta), Lutero pregou a desvinculação do Estado da Igreja. O único dogma que pode ser contestado são as sagradas escrituras (incorreta), o único dogma que não pode ser contestado são as sagradas escrituras. São necessários apenas dois sacramentos: o batismo e a eucaristia (correta).

Fonte:

- Petta, N.L.de & Ojeda, E.A.B & Delfini, L. História uma abordagem integrada. 1ª edição. São Paulo, 2005 p. 69

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O período da história do Egito está assim caracterizado:

Antigo Império: caracterizou por grandes obras de irrigação e pelo desenvolvimento da agricultura, além da construção de grandes pirâmides de *Quéops*, *Quéfren* e *Miquerinos*, no planalto de Gizé;

Médio Império: foi um período próspero, marcado pela expansão territorial e pelo início das relações comerciais entre os egípcios e outros povos, como os fenícios, os sírios e os cretenses.

Novo Império: resultou de um processo de união dos egípcios contra os hicsos. Sobre a liderança do faraó Amós I, a sociedade conseguiu expulsar os invasores.

Fonte:

- Mota, M.B & Braick, P.R. História das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. São Paulo, 2005.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os fenícios habitavam em uma posição geográfica, próximas as rotas das caravanas nômades, o que favoreceu o contato com diversos povos estrangeiros e a atividade comercial. As inferências sobre a política, economia e religião da Fenícia são: a expansão do comércio e da indústria favoreceu o crescimento de poderosas cidades (correta); Desenvolveu na Fenícia um Estado unificado. (Incorreta), pois não existiu na fenícia um Estado unificado. A religião dos fenícios era animista (correta). Inicialmente os fenícios praticavam a agricultura, posteriormente aconteceu a diversificação das atividades econômicas. Depois de muito tempo, após a produção de moedas, os Fenícios começaram a lucrar com o comércio da madeira e desenvolveram a construção naval, a metalurgia e a produção têxtil.

Fonte:

- Mota, M.B & Braick, P.R. História das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. São Paulo, 2005 p.63.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em fins do século VI a.C, a tirania predominante no último século do período arcaico foi derrubada por grupos comandados por aristocratas, dando início ao período clássico da civilização grega. Em todas as cidades-Estados, os reis tradicionais foram depostos ou reduzidos a figuras decorativas. (Incorreta). Em quase todas e não em todas. A Grécia Clássica é caracterizada exclusivamente pela democracia (incorreta) e sim pela democracia, comércio e escravismo. Todas as cidades-estado gregas alcançaram grande extensão territorial (incorreta), apenas duas cidades-Estados alcançaram maior extensão territorial, a saber: Esparta e Atenas. Desenvolveram a produção artesanal e o comércio, trazendo a necessidade de ampliar as áreas de cultivo e estabelecer novas colônias para ampliar o fornecimento de cereais. (Correta)

Fonte:

- Mota, M.B & Braick, P.R. História das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. São Paulo, 2005 p.70.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes da chegada dos europeus às terras que posteriormente foram chamadas de América (que incluem o Brasil), diferentes povos habitavam essa parte do mundo, desenvolvendo culturas diversificadas e construindo sua história. São hipóteses aceitas: Os primeiros grupos a chegarem ao continente vieram do norte da Ásia, provavelmente, pelo estreito de Bering, que separa a Sibéria (Rússia) do Alasca (Estados Unidos). (Correta). Os primeiros humanos teriam surgido no continente asiático, e de lá se deslocaram para outras regiões da Terra, entre eles a América. (Incorreta), teriam surgido no continente africano. Os primeiros homens e mulheres chegaram à América atravessando o Oceano Pacífico, vindo da Ásia e da Oceania. (Correta). Niède Guidon (arqueóloga brasileira) defende que as mais antigas travessias foram realizadas entre 40 mil e 70 mil anos atrás, e que o ser humano chegou à América por diferentes vias de acesso. (Correta).

Fonte:

- COTRIM, Gilberto. História Global Brasil e Geral. 8ª ed. São Paulo. Saraiva 2005 p. 34.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na sociedade feudal, a estrutura social é rígida e hierarquizada. A nobreza eram indivíduos detentores de terras e do poder político. Os religiosos desempenhavam um papel importante na “idade da fé” e eram intermediários entre Deus e os homens; O cavaleiro era um especialista no uso das armas. Também precisava ter cavalos para a guerra e para as caçadas.

Fonte:

- Mota, M.B & Braick, P.R. História das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. São Paulo, 2005 p.103.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O renascimento ocorreu, em maior ou menor grau, em várias regiões da Europa. Começou na Itália e expandiu-se para a França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Portugal e Holanda. Sobre os itens, infere-se que os renascentistas se preocupavam principalmente com as questões ligadas à vida humana. Por isso o movimento associa-se ao humanismo (correta). A valorização da pessoa significou uma ruptura com a religião; (Incorreto). A valorização da pessoa não significou uma ruptura com a religião. Os humanistas invalidaram a ideia criacionista, segundo a qual Deus criou a Terra e as pessoas (Incorreta); Os humanistas não invalidaram a ideia criacionista, segundo a qual Deus criou a Terra e as pessoas; O renascimento representou a redescoberta do conhecimento e do estudo fora do âmbito do que era permitido pela Igreja. (Correta)

Fonte:

- Petta, N.L.de & Ojeda, E.A.B & Delfini, L. História uma abordagem integrada. 1ª edição. São Paulo, 2005 p. 59

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dando seguimento à intenção de modificar a Igreja, o papa Paulo III convocou, em 1545, o 19º Concílio Ecumênico da Igreja Cristã, que ficou conhecido como o concílio de Trento. O concílio foi encerrado em 1563. Foram medidas adotadas em Trento: O princípio da salvação pela fé e pelas obras. Indissolubidade do casamento. A obrigatoriedade dos clérigos fazerem estudos nos seminários antes de serem ordenados. E a proibição da venda de indulgências.

Fonte:

- Petta, N.L.de & Ojeda, E.A.B & Delfini, L. História uma abordagem integrada. 1ª edição. São Paulo, 2005 p. 72.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A reforma religiosa impulsionada por Lutero e Calvino contribuiu decisivamente para a desestruturação das relações sociais predominantes no feudalismo. Foram diversos efeitos provocados por esta reforma. A reforma protestante provocou a divisão da cristandade ocidental em seitas hostis entre si. Ocorreu a substituição do latim pelas línguas nacionais nas cerimônias religiosas. Livre interpretação das escrituras. Tanto a liberdade de culto, a livre interpretação da bíblia e a substituição do latim pela língua nacional, contribuíram para o nacionalismo nos Estados.

Fonte:

- Petta, N.L.de & Ojeda, E.A.B & Delfini, L. História uma abordagem integrada. 1ª edição. São Paulo, 2005 p. 184.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em 1534, para promover o povoamento efetivo e o desenvolvimento da América portuguesa, o rei D. João III instituiu as capitanias hereditárias. O sistema de capitanias hereditárias implicou na divisão do território, por linhas paralelas ao Equador, em lotes, entregues aos chamados capitães-donatários; Os capitães-donatários formavam um grupo social heterogêneo; Os direitos e deveres dos capitães-donatários constavam de um documento denominado Foral; Os objetivos pretendidos com as capitanias hereditárias não se consolidaram totalmente; Apenas prosperaram as capitanias de São Vicente e Pernambuco.

Fonte:

- Mota, M.B & Braick, P.R. História das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. São Paulo, 2005 p.44.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Foram muitos os motins, conspirações, revoltas e rebeliões no decorrer da história do domínio português sobre o Brasil, nos séculos XVII e XVIII. Foram vários movimentos regionais contestatórios e de caráter separatista.

Guerra dos Emboabas (movimento regional contestatório): foi um confronto travado de 1707 a 1709 pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro na Capitania de São Vicente, região do atual estado de Minas Gerais, no Brasil. O conflito contrapôs os desbravadores vicentinos e os forasteiros que vieram depois da descoberta das minas.

Sedição de Vila Rica (movimento regional contestatório): tratou-se de um movimento ocorrido em 1720 que almejava a mudança econômica e social do Brasil, a qual consistia especialmente na implantação do regime republicano para que o país pudesse se libertar da colônia portuguesa.

Conjuração Carioca (movimento separatista): assim como a conjuração mineira foi um dos principais movimentos separatistas vividos na colônia, em **1789**. Influenciada pelo **Iluminismo**, **Liberalismo** e pela **Revolução Americana de 1776**, o declínio vivido pela sociedade das Minas Gerais foi um dos principais motivos para a reunião intelectual que arquitetou a queda do projeto colonial. Além dessa, o Brasil também teve a **Conjuração Baiana**, em **1798**, a **Conspiração dos Suassunas** em **1801** e a **Revolução Pernambucana** de **1817**.

Guerra dos Mascates (movimento regional contestatório): ocorreu em Pernambuco, entre 1710 e 1711, e enquadra-se nas rebeliões do século XVIII do Brasil colonial.

Com relação ao conteúdo programático, a abordagem da questão foi pautada no item “5. Colonização do Brasil: [...]5.2 Sistema colonial”, conforme disposto no edital do certame.

Fonte:

- Mota, M.B & Braick, P.R. História das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. São Paulo, 2005 p. 76.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais referentes a esta questão dispõem que “existe mais de uma resposta correta para a referida questão”, que “não há resposta para a referida questão” e que “há erro no enunciado da questão”. No entanto não é o que se verifica na leitura atenta da referida questão. A questão é muito clara ao dizer da importância da civilização egípcia e do fascínio que ela exerceu sobre outros povos. O historiador grego Heródoto é reconhecido por ter atuado de forma eurocêntrica ao analisar a grandeza do Egito como um “presente dado pelo Nilo”, haja vista que os gregos não possuíam um rio com tamanha capacidade agrícola, o que os colocava atrás do Egito neste quesito. Depreciar as iniciativas dos egípcios para “domesticar o Nilo” diminuiria a vergonha dos gregos de perder para um povo oriental na questão agrícola. O gabarito está correto ao indicar a letra D.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais referentes a esta questão dispõem que “existe erro no enunciado” e que “falta uma resposta correta para a referida questão”. No entanto não é o que se verifica na leitura atenta da referida questão, pois é sabido de todos aqueles que se debruçam sobre os estudos históricos que o Código de Hamurábi foi uma criação dos povos Mesopotâmicos, que incluíam (logicamente) um conjunto de outras civilizações, como amoritas, babilônicos, etc. Porém, as alternativas apresentadas como incorretas na referida questão tratavam de Persas, Fenícios e Egípcios, que

claramente não são considerados povos mesopotâmicos. Gabarito correto: letra D.

BRANCA
29

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que “falta uma resposta correta”. Porém a razão apontada para a argumentação é totalmente incoerente/ inconsistente. Basta uma leitura atenta nas alternativas para se identificar a alternativa coerente com a questão.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que “houve erro na divulgação do gabarito” e que “não há resposta correta”. As razões apontadas não se sustentam, pois a alternativa letra B, conforme foi argumentado se encontra incorreta ao dizer que a filosofia medieval defendia o uso livre da razão, o que não é correto devido ao teocentrismo que tudo controlavam (Divina Providência). Há sim uma resposta correta e ela é, conforme o gabarito oficial, a letra D.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que “houve erro na divulgação do gabarito” e que “ausência de conteúdo programático”. Descartamos de imediato a segunda indagação, pois o conteúdo Antiguidade Clássica (Grécia e Roma) estavam incluídos no Edital. Com relação aos argumentos que consideram ter duas alternativas corretas (Isonomia e Isegoria) informa-se que estes se perderam na leitura inicial da questão. Foi abordado no início da questão sobre as características da democracia grega que sobrevivem até os dias atuais. Isso é determinante para a resolução da questão, uma vez que a isonomia prevalece ainda hoje em nosso meio, mas a isegoria (tempo de debate/ exposição de ideias) não. Em primeiro lugar por sermos uma democracia representativa, o que nos difere do modelo grego, em segundo lugar que nossos candidatos não dispõem do mesmo tempo para expor suas ideias (“tempo de TV”).

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que “houve erro na divulgação do gabarito” e que “não há uma resposta correta”. A análise da questão permite reafirmar que apenas a afirmativa I encontra-se correta, o que ratifica o gabarito da questão. A questão trata do surgimento da ciência, o que apenas pode ser demarcado a partir da Idade Moderna, devido às muitas revoluções e transformações vivenciadas no período. A questão não negligencia a existências de saberes produzidos anteriormente à Idade Média, porém há uma clara diferença entre produção de saberes (o que se confunde com cultura) e ciência organizada de maneira sistemática e de base racional. Reafirma-se que o gabarito da questão é a letra B.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal dispõe que “falta uma resposta correta”. O mesmo não se justifica, pois a prova, de maneira acertada, tem seu gabarito na alternativa de letra D. O recurso afirma a existência de um poder centralizado na Idade Média, o que não existia devido ao fato de haver a relação de suserania e vassalagem, em que terras eram doadas entre reis e nobreza, o que gerava a fragmentação do poder no referido período. Os próprios argumentos do recurso são contraditórios, haja vista que afirma existir um poder central, mas usa argumentos que comprovam a fragmentação do poder: “Segundo o livro didático disponível no site da SEED – PR, uma das características do feudalismo é: Poder político fragmentado entre os senhores feudais e o rei (unidade 4 cap 12. p.224.) Com isso, um grande senhor feudal era ao mesmo tempo vassalo do rei e suserano dos cavaleiros aos quais concedia feudos. (unidade 4 cap 12. p.225.)”

Fonte:

- <https://seed.parana.educar.tech/book/open/265/25> Azevedo, Gislane História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. -- 1ª ed. -- São Paulo: Ática, 2016. Obra em 3 v. Conteúdo: V.1 Dos primeiros humanos ao Renascimento.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que “existe mais de uma alternativa correta”. O enunciado da questão é muito claro ao apresentar uma citação que indica “o arquiteto supremo escolheu o homem (...) e, colocando-o no centro do mundo”. A leitura atenta da citação não abre dúvidas para a característica de antropocentrismo, presente no Renascimento Cultural, o que reafirma o gabarito da questão.

Fonte:

- Pico della Mirandola. Discurso sobre a dignidade do homem, p. 54 (1486). Apud Eleandro F. Azevedo. Natureza Humana e Liberdade na oratio de hominis dignitate de Pico della Mirandola. Dissertação de Mestrado. UFCE, 2013. Adaptado.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que existe “erro no enunciado da questão”, o que levou à dupla interpretação. O enunciado da questão localiza o leitor no ambiente do Renascimento Cultural da Idade Moderna, conferindo destaque à camada burguesa. A alternativa de letra D é a correta, pois o mecenato foi uma prática que teve como intuito promover e divulgar novos hábitos e pensamentos de um grupo que crescia naquele período, a burguesia, que usou das artes como estratégia eficaz nesse sentido.

Fonte:

- Nicolau Sevcenko. O Renascimento. 24ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta a razão recursal que “existe mais de uma resposta correta”. O mesmo não se aplica, pois é reconhecido no meio historiográfico que as duas atividades econômicas que colaboraram com o processo de interiorização do Brasil foram a pecuária e o bandeirantismo, o que reafirma o exposto no gabarito letra A. A atividade açucareira se localizou no litoral nordestino ou zona da mata, o que não rompeu os limites do Tratado de Tordesilhas, definido entre Portugal e Espanha.

Fontes:

- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- WEHLING, Arno. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais de que “existe erro no enunciado da questão”. O argumento dos recursos é de que a afirmativa “III - O valor de um escravo no mercado dependia, dentre outras coisas, da qualidade de seus dentes, da sua idade e se ele sabia falar português” está incorreta, pois o fato do escravo saber falar português não era um diferencial para o seu preço no mercado. O mesmo não se sustenta, pois os escravos oriundos de colônias portuguesas mais antigas na África chegavam ao Brasil sabendo falar e entendendo português, o que aumentava o seu preço no mercado, haja vista que conseguiriam mais facilmente entender e executar uma ordem dada (a estes dava-se o nome de ladinos). O tráfico negreiro que se processou internamente no Brasil priorizava escravos que falassem o português, ou seja, que já habitavam o Brasil há mais tempo, conforme estudos de João José Reis e Eduardo Silva, na obra *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. Assim, reitera-se que o gabarito divulgado está correto.

Fonte:

- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Cargo: Língua Estrangeira Moderna - Espanhol

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua

imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a

continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam.

No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta o enunciado que exige o conhecimento dos “heterosemânticos” em espanhol. O objetivo do enunciado é gerar uma confusão mesmo. Contudo, o candidato deveria se atentar para as respostas possíveis. A única resposta que apresentava coerência e estrutura correta era a alternativa A) “Prejuicio” significa “preconceito” em português. Esta é uma questão que envolve falso cognato.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta o enunciado correto e especifica que as regras são as de acentuação.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Realmente, o texto está deslocado. Contudo, a presente questão não depende do texto. Sendo assim, o equívoco não gera qualquer transtorno no momento de solucionar a questão.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta o enunciado correto e o gabarito também.

Solo un café – é somente um café – portanto, advérbio.

Un café solo – é um café “sozinho” - portanto, adjetivo.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta o enunciado correto. “Cognado” está escrito em espanhol.

Fonte:

- <https://dle.rae.es/cognado>

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta o enunciado correto. O enunciado já responde que “algunos”, ou seja, alguns ordinais sofrem apócope quando estão acompanhados de substantivos masculinos. Como são “algunos”, há exceções. Sendo assim, o enunciado está correto e o gabarito também.

BRANCA
30

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão apresenta equívoco no enunciado, de modo que esta foi anulada por incongruência no que foi solicitado com as alternativas disponíveis.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta da presente questão, de fato, é a Letra D mesmo (Vuelvo a las malas costumbres).

BRANCA
37

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Realmente, a forma “trigêmeos” é aceita em alguns países *hispanohablantes*. Sendo assim, a questão deverá ser anulada por haver duas alternativas corretas.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão é simples e demanda conhecimento específico. Não há necessidade de contextualização, de modo que a forma como foi disposto o enunciado foi suficiente para a resolução da questão.

Cargo: Língua Estrangeira Moderna - Francês

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com

diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que afluam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em

que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em

certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “se tordre les pieds” não é uma expressão idiomática da língua francesa. É uma expressão, no caso apresentado, sinônima de “s’emmêler les pinceaux”. Nenhuma das outras opções de resposta poderiam substituir a opção sublinhada.

A opção A, “être sûr de soi” não é correta como resposta, pois a expressão sublinhada a que se refere a questão é somente “s’emmêler les pinceaux”.

Fonte:

- <https://france3-regions.francetvinfo.fr/grand-est/lorraine/s-emmeler-pinceaux-connaissiez-vous-veritable-origine-expression-1854606.html>

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “calque” possui na sua lista de significados e sinônimos, a palavra “copie”, opção apresentada na questão.

Fonte:

- <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/calque/12437>

BRANCA
27

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

As razões recursais procedem, pois a resposta correta para a questão é “avait abandonné”, opção A, de modo que a alternativa correta foi alterada.

Fonte:

- Poisson-Quinton, Sylvie; Mimran, Reine; Mahéo- Le Coadic, Michèle. Grammaire expliquée du français, Niveau Intermédiaire, Paris: Cle International, 2003.

BRANCA
35

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

As razões recursais procedem, de modo que a resposta correta foi alterada para a letra A) Toutes les phrases sont correctes.

Fonte:

- Poisson-Quinton, Sylvie; Mimran, Reine; Mahéo- Le Coadic, Michèle. Grammaire expliquée du français, Niveau Intermédiaire, Paris: Cle International, 2003.

Cargo: Língua Estrangeira Moderna - Inglês

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento

dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças**; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento**. Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão

referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A

singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a "escola fora da escola" e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>

- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A primeira ação é identificar que na sentença acima da imagem a forma ING é um verbo. A segunda ação é verificar em quais opções a forma ING também é verbo. A terceira ação é verificar em qual das opções que a forma ING, usada como verbo, refere-se às ações passadas, às ações já executadas, assim desfaz-se a dúvida entre D e B. Ressalta-se que a diretiva solicita que se aponte a opção que segue o mesmo “padrão de uso” da sentença que acompanha a imagem.

É ainda construtivo informar ao candidato que, se usarmos o infinitivo após o REGRET (regret to), o sentido será de fornecer informação e expressão pesar pelo que se está dizendo/informando.

Regret + ING (regret changing) = D) Remember + ING (remember meeting) ambos voltam-se/ “olham” para o passado, referindo-se a ação que já foi realizada. (VERB)

A) Talking é usado obrigatoriamente após preposição. (VERB)

B) Try + ING (tried sending) descreve ação de fazer algo para ver/verificar o que pode acontecer, descreve tentativa, uma experiência (VERB)

C) Sleeping não é verbo, é usado como substantivo. (NOUN)

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender à solicitação recursal e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra D.

Fontes:

- Swan, Michael Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005. Page 269-270, 273-276
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
07

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A banca encontra respaldo para atender à solicitação recursal porque houve falha no gabarito preliminar divulgado para a referida questão. Assim, a resposta certa para a questão passa a ser letra C. Ressalta-se que as observações recursais são pertinentes e que o caso se trata, realmente, de Polissemia e Multiletramentos.

Fontes:

- Swan, Michael Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que a questão pode parecer descontextualizada para aquele que não detectou, ou teve falhas em detectar, os objetivos examinados, qual sejam: verificar os conhecimentos acerca de sufixos; aferir o conhecimento de que um sufixo grafado com as mesmas “letras” pode ter diferentes funções; avaliar conhecimento de que morfemas têm significados constantes (temos dois grupos com palavras em final ER, o ER das palavras na primeira linha significa MORE, enquanto o ER das palavras da segunda sequência ALGUÉM QUE FAZ). Pontua-se, também, que os vocábulos são de inglês básico e constam de livros adotados em todo o território nacional.

Ressalta-se que a questão não avalia linguística como sustenta o texto recursal, mas morfologia, ou os aspectos mórficos (estruturais) das palavras e sua influência no significado/compreensão das mesmas. Daí resultando o fato de ser um morfema “livre”, o qual pode associar-se a diferentes classes de palavras (adjetivos ou substantivos, como na questão em tela).

Ressalta-se que o conteúdo previsto em edital para o presente certame não se confina ao Referencial Curricular do Estado do Paraná e que o perfil almejado para professor de LEM do PDE foi determinado pela SEE do Paraná nas suas tratativas com a empresa. Em relação a esse perfil, ficou claro que se deseja um profissional com conteúdo sólido na LEM, domínio de aporte teórico e experiência prática. Assim, evidencia-se a necessidade de contemplar não apenas àquele professor que “faz” em sala de aula, mas, essencialmente, àquele que “sabe como faz” e “porque faz”.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender à solicitação recursal e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- Swan, Michael Practical English Usage.3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que uma metáfora é uma declaração que compara duas coisas __ ou pessoas; pessoa e coisa __ que compartilham uma característica, concreta ou abstrata, mas que não são seres semelhantes por outro lado. WALL FLOWERS são amarelas, sempre nascem em grupos. Quando se compara alguém com wall flower, queremos dizer que a pessoa embora presente em sociedade, é tímida, em público fica junto à parede. Caso semelhante é o de COUGH POTATO que compara ser humano a um vegetal, embora os dois não tenham semelhança evidente, a comparação se estabelece pelo fato de ambos permanecerem imóveis, “plantados” em algum lugar.

Ressalta-se que a diretiva da questão apresenta o conceito comparativo da metáfora, conduzindo o raciocínio do concursista.

Ressalta-se que são metáforas, muito comuns, e são idioms também, por exemplo: walking dictionary, black sheep. drowning in paperwork, late bloomer, music to my ears, open book, etc.

Ressalta que os segmentos “Maria is a wall flower” e “You’re a cough potato” remetem à construção “Maria is like a wall flower” e “You’re like a potato”, ou seja, são construções claramente comparativas.

Ressalta-se que wall flower é apenas linguagem informal, não ofensiva/depreciante, abrange qualquer grupo de falantes da língua, não permanecendo tipicamente restrita a um grupo ou contexto em particular, descaracterizando, portanto, a acepção de slang.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender à solicitação recursal, confirmando o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- Swan, Michael Practical English Usage.3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que a diretiva da questão solicita que se escolha uma característica comum a todas as palavras e que as palavras: light, kitten, make, trip, cotton, forgotten, what, apartment, workload, assortment e upbeat apresentam ocorrência de “unrounded vowels” (posteriores/não arredondadas).

Ressalta-se que a classificação das vogais e consoantes, bem como o seu estudo formal, constituem-se em objeto de estudo da Fonética e Fonologia, não da Linguística.

Ressalta-se que o conteúdo previsto em edital para o presente certame não se confina ao Referencial Curricular do Estado do Paraná ou PDE, e que o perfil almejado para professor de LEM do Quadro Próprio de Magistério foi determinado pela SEE do Paraná nas suas tratativas com a empresa. Em relação a esse perfil, ficou claro que se deseja

um profissional com conteúdo sólido na LEM, domínio de aporte teórico e experiência prática. Assim, evidencia-se a necessidade de contemplar não apenas àquele professor que “faz” em sala de aula, mas, essencialmente, àquele que “sabe como faz” e “porque faz”.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender à solicitação recursal e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra A.

Fontes:

- Roach, Peter. English Phonetics and Phonology. 4th Ed. Cambridge, 2010.
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que o conteúdo previsto em edital para o presente certame não se confina ao Referencial Curricular do Estado do Paraná, é aberto, e que o perfil almejado para professor de LEM do PDE foi determinado pela SEE do Paraná nas suas tratativas com a empresa. Em relação a esse perfil, ficou claro que se deseja um profissional com conteúdo sólido na LEM, domínio de aporte teórico e experiência prática. Assim, evidencia-se a necessidade de contemplar não apenas àquele professor que “faz” em sala de aula, mas, essencialmente, àquele que “sabe como faz” e “porque faz”. Ressalta-se que a classificação das vogais e consoantes, bem como o seu estudo formal, constituem-se em objeto de estudo da Fonética e Fonologia, não da Linguística.

A fim de esclarecer quaisquer dúvidas a respeito da referida questão segue abaixo quadro com exemplos.

Tense Vowels	Lax Vowels	Most closed syllables	Open syllables	Syllables closed by		
				[r]	[ŋ]	[ʃ]
i		beat	bee	beer		(leash)
	ɪ	bit			sing	wish
eɪ		bait	bay			
	ɛ	bet		bare	length	fresh
	æ	bat			hang	crash
ɑ		hot	pa	bar		slosh
ɔ		bought	saw	bore	long	(wash)
oo		boat	low	(boar)		
	ʊ	good				push
u		boot	boo	poor		
	ə/ʌ	but		purr	hung	crush
aɪ		bite	buy	fire		
aʊ		bout	bough	hour		
ɔɪ		void	boy	(coir)		
ju		cute	cue	pure		

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender à solicitação recursal e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra A.

Fontes:

- Roach, Peter. English Phonetics and Phonology. 4th Ed. Cambridge, 2010.
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
15

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As solicitações contidas nos textos recursais foram colacionadas ao campo da presente questão, que não apresenta o conteúdo descrito, tornando, assim, impraticável a análise desta banca.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que apenas uma tradução consistente da diretiva da questão já afasta qualquer dúvida.

“While working with the text and focusing the usage situation of: call off, no kidding, jerk, get away with, loses face, hanging around, ran out of, sniff around, run into, stuff, and way to go, which micro ability of speech, part of sociolinguistic competence, is being explored? (Ao se trabalhar com o texto e focar na situação de uso de: ..., que micro habilidade de fala, parte da competência sociolinguística, está sendo explorada?).

Ressalta-se que “concepção de texto autêntico” não é uma micro habilidade de fala. Alguns exemplos de micro habilidades de fala são: produção inteligível de sons, uso apropriado dos elementos gramaticais, uso apropriado de registro, uso de estratégias de comunicação (negociação de sentido, circunlocução, neologismo, evitar um tópico), uso de linguagem não verbal.

Ressalta-se que para focar a “concepção de texto autêntico”, algumas das micro habilidades necessárias são: textualidade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, etc.

Ressalta-se que CALL OFF é um phrasal verb que pode ser empregado na sua forma “split” (CALL SOMETHING OFF) or “non split” (CALL OFF SOMETHING), sem qualquer mudança/prejuízo de significado. Ademais, registro apropriado não se refere à forma como grafamos uma palavra (ortografia), como sustenta o texto recursal.

Ressalta-se ainda que formalidade e informalidade são graus do uso apropriado de registro, como Luciano Amaral Oliveira nos explica abaixo:

“O USO APROPRIADO DOS REGISTROS é outra micro-habilidade de fala muito importante e faz parte da competência sociolinguística. Saber adequar a fala aos diferentes contextos e aos diferentes interlocutores faz parte da competência sociolinguística de um usuário da língua. Dois elementos marcam os graus de formalidade/informalidade nesse uso apropriado de registro em interação social oral. Um deles é a escolha lexical. Por exemplo, os verbos frasais, as gírias que, obviamente, ocorrem em situações informais. Há os verbos modais, que expressam usos sociais, que tendem a ocorrer em situações informais, como é o caso de CAN/COULD, e que tendem a ocorrer em situações formais, como é o caso de MAY/WOULD/WILL. O outro elemento que marca graus de formalidade/informalidade está na construção das estruturas, mais ou menos sofisticadas, uso de WISH/SUBJUNCTIVES, por exemplo, indica maior formalidade”

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra D.

Fontes:

- OLIVEIRA, A. O. Aula de Inglês: do planejamento à avaliação. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. Página 144 (Obs: Luciano Amaral Oliveira, entre artigos e livros, é autor de mais de 250 publicações)
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que o concursista falhou ao analisar o enunciado da questão, pois este é justamente a definição do que é uma “Collocation”, fato que demonstra o não domínio do conhecimento que distingue um “Idiom” de “Collocation”, sendo esta a razão que o levou a julgar a questão descontextualizada. Ademais, não haveria propósito em se destacar

as “collocations” presentes nas sentenças, pois exatamente a identificação delas em relação à definição contida no enunciado é que produziria a resposta ao questionamento.

Ressalta-se que “idioms” são grupos de palavras estabelecidas pelo uso, tendo um significado que não pode ser deduzido a partir dos significados individuais dos elementos que compõem o grupo de palavras, como por exemplo: raining cats and dogs, the straw that broke the camel’s back, keep up with the Joneses, be in the same boat, be down in the dumps, pull someone’s leg, pull yourself together, so far so good, speak of the devil, that’s the last straw, take the bull by the horn, etc, e milhares de outras do tipo.

Ressalta-se que: do damage, fully understand, firmly believe, heavy drinker, devoted friend, golden opportunity, change one’s mind, take exercise são “collocations” porque não é consistente dizer/escrever tais segmentos utilizando sinônimos das palavras destacadas, fato que operaria mudança de sentido. Por exemplo em: cause damage, completely understand, strongly believe, big drinker, sincere friend, excellent opportunity, change one’s opinion, do exercise, as palavras destacadas são sinônimas daquelas que realmente compõem as “collocations”, mas não resultam no mesmo entendimento.

Ressalta-se que o texto recursal, através de considerações de natureza genérica apenas, não consegue provar de que modo a falha na enumeração das sentenças pode ter provocado o não entendimento do que é uma “collocation”, já que, lembramos novamente, a definição de “collocation” está explicitada na diretiva da questão.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra B.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage.3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que o Texto I não aborda perigos que os GMOs possam oferecer aos humanos, o texto defende as vantagens dessa tecnologia. Em relação ao Texto II, temos que defende a tese de que GMOs não apresentam perigo sequer como comida animal e comprovam a tese discorrendo sobre as aplicações de GMOs inclusive na medicina. Portanto, a única resposta que atende à diretiva da questão de apontar o tema central que é comum a ambos os textos é a opção C, “GMOs e sua aplicação/implementação”.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage.3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se o desconhecimento das regras de obrigatoriedade do uso de ordem inversa das frases, exceto àquela da frase interrogativa. A inversão de ordem, VERBO+SUJEITO não é correta apenas em frases interrogativas, há um número significativo de outras situações nas quais ela deve ser empregada, qual seja: frases exclamativas, frases afirmativas com o verbo “may” expressando desejos (wishes), nas respostas curtas depois de “so, neither, nor”, em comparativas depois de “as, than, so”, em orações condicionais ao invés de se usar o “if”, depois de expressões negativas e restritivas (advérbios, locuções adverbiais, orações adverbiais) usadas em início de frase, etc.

Ressalta-se que o caso em tela é o das expressões de cunho negativo/restritivo, empregadas em início de frase, como ofertamos em alguns exemplos abaixo:

Under no circumstances can we do that.

At no time was the President aware of what was happening.

Not until much later did she learn who her real father was.

Not until he received his message did he fully understand her feelings.

Hardly had I arrived when the trouble started.

Seldom have I seen such a remarkable creature.

Never was so much owed by so many to so few. (tornou-se uma máxima depois de usada por W. Churchill em meados do séc XX)

Not only did we lose our money, but we were nearly killed.

Ressalta-se que se tais expressões negativas/restritivas forem usadas no meio dos segmentos não há obrigatoriedade de uso da ordem inversa,

Ressalta-se que não há falha alguma de uso de microestrutura (pontuação, ortografia) que possa justificar a não compreensão da questão e induzir à inconsistência.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra A.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005. Páginas 279-281.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que o enunciado da presente questão não solicita que se identifique o item que expressa “incredulidade em relação à atitude irônica dos gatos”, como sustenta o texto recursal.

Ressalta-se que houve falha na tradução e interpretação da diretiva da referida questão. Ressalta-se que a diretiva é “Readers are led to infer the feelings and questionings posed as they analyse an image. Having as references, the image and the text clues in “If evolution is all about survival of the fittest, how come cats are still around? Just sayin” we can assure that irony is built on the (Os leitores são levados a inferir os sentimentos e questionamentos propostos à medida que analisam uma imagem. Tendo como referências, a imagem e as pistas textuais em “Se evolução é sobre sobrevivência dos mais fortes/aptos, por que esses gatos ainda estão por aí? Só falando/constatando.” podemos afirmar que a ironia é construída com base em).

Ressalta-se que o texto presente na imagem é irônico porque refere-se à sobrevivência dos mais fortes/aptos numa evidente crítica à atitude dos gatos sonolentos, gordos, inativos. O homem questiona que se a evolução diz respeito à sobrevivência dos mais fortes/aptos, “como é que”/ “por que” os gatos ainda estão por aí, nessa indolência/moleza/preguiça.

Ressalta-se que a ironia é construída com base em/no: C) Contrast of “fittest” and the cats’ attitude. (Contraste entre “em forma/aptos/fortes” e a atitude dos gatos).

Ressalta-se que a opção A não contém ironia, apenas relata que o homem não gosta dos gatos. A opção B não é irônica porque apenas diz que o homem está expressando sua opinião. A opção D, igualmente, não apresenta ironia e ainda coloca duas palavras que deveriam contrastar, mas não se contrastam (“evolução” e “por aqui”).

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender à solicitação recursal e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- Swan, Michael Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que as palavras destacadas no texto, estão todas dentro da regra geral de pronúncia para o “s” em final de verbos da terceira pessoa do singular e substantivos na sua forma plural. Acrescenta-se que apenas que, das palavras destacadas no texto, há duas, “plums” e “opens”, que não são citadas no quadro que ofertaremos como exemplo, mas que se incluem igualmente na regra geral pois terminam, respectivamente, em “m” e “n”. A título de contribuição, a banca sugere ao concursista refazer suas pesquisas em relação às referidas regras de pronúncia.

VERBS IN THIRD THE PERSON AND PLURAL NOUNS: there are three different ways to pronounce the letter ‘s’ ending in regular verbs and plural nouns.

When the final ‘s’ sounds like gas escaping from a pipe. /s/	When the final ‘s’ sounds like the sound a bee makes. /z/	When the final ‘s’ sounds like the verb ‘to be’ third person form ‘is’. /ɪz/
Unvoiced consonant sound ending in; /f/, /k/ /p/, /t/, /θ/,	Voiced consonant sound ending in; /b/, /d/, /g/, /l/, /m/, /n/, /ŋ/, /r/, /D/, /ð/, /v/	Add a syllable with this sound ending in; /s/, /tʃ/, /dʒ/, /z/, /ʃ/, /ʒ/
coughs	grabs	chances
attacks	broods	watches
stops	stings	judges
blasts	fails	chooses
unearths	comes	wishes
	earns	misses
	things	fixes
	roars	
	goes	
	breathes	
	loves	
Last letters; h / k / p / t / th	Last letters; b / d / g / l / m / n in / r / o / the / v	Last letters; c / ch / ge / s / sh ss / x
NOTE: When a word ends in the consonant ‘y’, the pronunciation of final ‘y’ is /ee/ and in the plural it has the /ɪz/sound. However, we don’t add an extra syllable. E.g. ‘study’ /stud ee/ (2 syllables), ‘studies’ /stud iz/ (also has 2 syllables).		

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra A.

Fontes:

- <https://sharonsathome.wordpress.com>
- Swan, Michael. *Practical English Usage*. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que a diretiva da questão induz o concursista à resposta do questionamento, pois apresenta a definição de eufemismo. Na verdade, um epigrama é uma composição, muitas vezes poética, breve e satírica, que expressa, de forma incisiva, um pensamento ou um conceito malicioso, uma sátira, ou seja, o caráter suavizador que é objetivo

maior do eufemismo inexistente no epigrama, muito pelo contrário, um epigrama reforça, por meio das estratégias empregadas em sua construção, a mordacidade e o espírito da crítica afiada.

Ressalta-se que What the fuck (Mas que diabo/droga/raio/merda/caralho...etc) = What the fork (mas que garfo), remete à expressão grosseira mas não ofende, brinca com a semelhança entre a sonoridade de fuck e fork, lembrando que o garfo pode aludir ao tridente do diabo. Assim, a imagem faz humor sem usar palavras rudes, ofensivas. Eufemismo é a figura de linguagem que vai suavizar os referidos aspectos.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que não há falha alguma em enumerar itens de múltipla escolha depois de dois pontos com letras maiúsculas. Tal modelo de pontuação é correto e pode ser aplicado, desde que, depois de cada item proposto, coloque-se um ponto, exigência plenamente contemplada na referida questão e seus itens.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- <https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/1726652>
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que a principal falha foi diferenciar entre a letra A e a C.

A) Balancing of contrasting points, refere-se a expressões/palavras usadas para avaliar/balancear duas ideias que funcionam como opções, mas não se contradizem, on the other hand, while, whereas (por outro lado, enquanto, enquanto que)

C) Emphasis on divergent content, refere-se a expressões/palavras que ênfatizam o contraste e ainda pode-se acrescentar que, especificamente, NOWITHSTANDING (não obstante, contudo, apesar de) sugere também surpresa em relação ao que é enfatizado.

Segmento do texto, com a devida tradução, que comprova a oposição de ideias, não a ponderação entre dois pontos que são opções e não se contradizem.

“Notwithstanding that women in Canada have the fully enshrined right to this service, that doesn’t mean that it’s widely available” (Apesar de que as mulheres no Canadá têm direito totalmente consagrado a este serviço, isto não significa que ele esteja amplamente ao dispor)

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra C.

Fontes:

- Available at: <https://time.com>. Adapted.
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005. Páginas 137-145
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto recursal faz referência à presente questão, aponta que no item C (o qual não foi apontado pelo gabarito preliminar como resposta correta) a palavra “modernity” está grafada sem o “r”, mas não coloca qualquer questionamento ou solicitação relacionada a tal fato ou conteúdo do referido texto recursal, tornando, assim, impraticável a análise desta banca.

Assim sendo, a banca confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra B.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que a palavra “police” é um substantivo sem plural, que justamente por representar um grupo de sujeitos, uma corporação, é vocábulo tratado como coletivo, sendo o mesmo caso de: staff, congratulations, cattle, thanks, etc. Esses casos recebem, na língua inglesa, tratamento diferente do português, fazem concordância no plural. Portanto, não há mais de uma opção de resposta como sustentam os textos recursais, a única resposta possível e gramatical é “are”.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra B.

Fontes:

- <https://www.bbc.co.uk/learningenglish>
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005. Páginas
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que a função conativa ou apelativa é o recurso amplamente utilizado em textos que têm como intenção convencer o destinatário da mensagem, não a função estética/poética. Organizados de modo que busca convencer o destinatário, os textos com função conativa apresentam algumas características que permitem identificá-la facilmente, qual sejam: entonação apelativa, uso de verbos no imperativo, uso de pronomes na segunda pessoa, emprego de ambiguidades. Alguns exemplos de textos cujo objetivo comunicativo é convencer sobre algo, uma ideologia, são: discursos, previsões de horóscopo, livros de autoajuda, peças publicitárias (anúncios, propaganda), etc. Ressalta-se que a diretiva da questão declara que o slogan deve ser analisado em relação à função poética ou estética, que é prevalente no texto. “In the slogan, the poetic function, also known as aesthetic one, is prevailing, and it is established through” (No slogan, a função poética, também conhecida como estética, é prevalente, e é estabelecida através de). Ademais, a generalização proposta pelo texto recursal não se sustenta, mediante a análise do enunciado em relação ao texto proposto na questão.

Ressalta-se que algumas das características da função poética/estética da linguagem são: produzir sensação de beleza e prazer, o peso maior não está na mensagem (está na construção da mensagem), enriquecer a expressão de uma ideia comum, uso de figuras de linguagem e expressões para enfatizar a mensagem, riqueza verbal e de organização lexical.

Ressalta-se que “Education is the passport to the future” é uma metáfora (figura de linguagem), pois compara dois seres que aparentemente não têm qualquer semelhança, concreta ou abstrata, entre si (educação/passaporte) e o restante “for tomorrow belongs to those who prepare for it today” é a explicação da metáfora, passaporte para o futuro (tomorrow). A função poética/estética se estabelece pelo enriquecimento da ideia da educação, do estudo, atendendo dessa forma também ao que é solicitado no questionamento proposto.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender à solicitação recursal e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra B.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005. Páginas
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalta-se que a frase em tela na presente questão não se trata de Simple Present, se assim o fosse realmente teríamos duas respostas corretas (A e C). Entretanto, a frase da referida questão trata-se de um Present Subjunctive, não um Simple Present.

Ressalta-se que para determinar que estamos diante de um Present Subjunctive temos, como antecedente ao segmento em que se encontra a lacuna, uma “That Clause”, qual seja, “It is important that the European Union”.

Ressalta-se que a tradução de todo o segmento com a forma verbal correta é, “By engineering a crisis at the Belarus border, Lukashenka is attempting to exacerbate vulnerabilities within the European Union. It is important that the European Union be united and firm because accepting the migration securitization is not the answer. (Arquitetando uma crise na fronteira de Belarus, Lukashenka está tentando exacerbar vulnerabilidades dentro da União Européia. É importante que a União Européia esteja/seja coesa e firme porque aceitar a securitização da imigração não é a resposta). Fica claro que não há mais de uma resposta quando o tempo verbal correto é detectado.

Assim sendo, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a referida questão, a saber, letra B.

Fontes:

- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005. Páginas
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers

BRANCA
39

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto recursal faz referência à reclamação quanto à legibilidade de uma sentença, que na verdade é a referência do texto, de modo que tal informação não prejudica ou não infere na resolução da presente questão. Ademais, quanto aos questionamentos de cunho administrativo, a banca decide por prejudicar, tendo em vista a ausência de abordagem técnica sobre os aspectos da questão.

Assim sendo, a banca apenas confirma o gabarito preliminar publicado para a referida questão, a saber, letra A.

Cargo: LINGUA PORTUGUESA

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo

na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar;** IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças;** V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento.** Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com

diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que afluam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em

que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em

certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como pode-se ver explicitamente no título e na linha fina, respectivamente, “*Redes sociais intensificam julgamentos de casos criminais e linchamentos virtuais*” e “*Especialistas entendem que os “tribunais da internet” se originam de um comportamento social normal humano e podem impactar os julgamentos nos tribunais oficiais*” o assunto principal do texto é a intensificação de julgamentos provocados pelas redes. A **alternativa A** apresenta a informação de que casos judiciais sempre instigaram o interesse público, mas não menciona a transformação desse comportamento causado pelas redes sociais. A **alternativa B** apresenta uma consequência da intensificação de casos judiciais provocada pelas redes, ou seja, essa alternativa apresenta uma consequência do tema principal. A **alternativa C** faz uma contextualização de como eram as discussões antes do advento da internet, para deixar claro que o alcance dessas discussões era muito circunscrito. Portanto, a **alternativa D** é a correta, pois reitera o tema do texto, já exposto no título e na linha fina.

A prova seguiu estritamente o conteúdo programático divulgado pelo edital do concurso.

Fonte:

- MEDEIROS, Ana Paula. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/redes-sociais-intensificam-julgamentos-de-casos-criminais-e-linchamentos-virtuais/>

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento de que o termo “dessarte” está em desuso na língua portuguesa não se sustenta, pois esse termo está registrado pelo dicionário Houaiss, um dos mais conceituados do país, em sua edição de 2004, consultada para a elaboração dessa questão.

Fonte:

- HOUAIS, Antônio. VILLAR, Mauro Sales. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cunha e Cintra (2007) definem o conceito de regência como a “relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve como complemento da outra.” (p. 516). De acordo com o Dicionário prático de regência verbal, de Celso Pedro Luft, um dos mais renomados estudiosos da língua portuguesa, o verbo “assistir”, no sentido de ver, é transitivo indireto, por isso exige complemento e este deve ser precedido da preposição “a”, o que não ocorre no trecho destacado pela **alternativa A**. Portanto, essa alternativa apresenta um erro de regência verbal.

O fato de o enunciado não especificar o tipo de regência, se nominal ou verbal, não impede o candidato de identificar a resposta correta, pois não há outra ocorrência de erro de regência de qualquer natureza nas outras alternativas.

O gramático Manuel Pinto Ribeiro, em sua nova gramática aplicada da língua portuguesa, inclui o estudo da regência verbal no capítulo dedicado à morfossintaxe, conteúdo presente no edital deste concurso.

Além disso, regência verbal é o item 4.4 do campo de estudo da linguística textual, conteúdo programático presente no edital deste concurso.

Fontes:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.
- CUNHA, Celso. CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital do concurso não exige que as questões devam estar associadas a algum texto. As expressões citadas na presente questão se referem ao movimento literário Arcadismo, tema presente no conteúdo programático da área de língua portuguesa, divulgado pelo edital nº 32/2022 – GS/SEED.

Fonte:

- PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte. EDITAL nº 32/2022 – GS/SEED.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Essa estrofe é de autoria de Gregório de Matos, poeta representante do Barroco brasileiro. O estilo dessa escola literária que pode ser reconhecido no trecho em questão é o cultismo, caracterizado rebuscamento, pela valorização do pormenor mediante jogo de palavras, o que pode ser identificado na estrofe referente à **alternativa C**, alternativa correta. A **alternativa A** se refere a um trecho de um poema de Claudio Manuel da Costa, poeta árcade, que exaltava a vida simples e pastoril. A **alternativa B** se refere a trecho de um poema de Álvares de Azevedo, poeta da segunda fase do Romantismo brasileiro, que se caracteriza pela fixação da ideia da morte. Por fim, a **alternativa D** se refere a um trecho de um poema de Castro Alves, poeta vinculado à terceira fase do nosso Romantismo.

Fonte:

- NICOLA, José de. Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias. São Paulo: Editora Scipione, 1987.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Manoel Pinto Ribeiro (2006) define a antítese como oposição entre duas palavras ou pensamentos. O mesmo autor define ainda o paradoxo ou oximoro como um tipo especial de antítese, ou seja, Ribeiro considera o paradoxo como uma antítese. Sendo assim, a resposta correta é a **alternativa A**.

O enunciado é claro quando solicita a figura de linguagem **predominante**, ou seja, a que tem mais ocorrência no poema. Assim, mesmo que haja a presença de outra figura de linguagem, esta não é predominante.

Fonte:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a **alternativa B**, metáfora predicativa. Ribeiro (2006) afirma que na metáfora predicativa, “um elemento B passa a denominar um elemento A. Há a passagem de um campo a outro, ocorre a transferência (“translatio”: transposição ou transferência de valores de um para elemento)” (p.346). A metáfora por aposição que desempenha o papel de aposto; a metáfora substantiva maximalista é aquela em que há uma “exaltada emotividade subjetiva”; e a metáfora sinestésica cria relações entre os termos de modo a cruzar sensações diferentes.

Mesmo se levarmos em consideração o verso inteiro “Amor é um fogo que arde sem se ver”, não há mudança em relação à resposta correta. O trecho “é um fogo que arde sem se ver” é o predicativo do sujeito “amor”.

O estudo das figuras de linguagem faz parte da Estilística, conteúdo programático presente no edital deste concurso.

Fonte:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O estudo das figuras de sintaxe faz parte da Estilística, conteúdo programático presente no edital deste concurso.

Fonte:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **alternativa C**. De acordo Koch (2004), os articuladores metaformativos são aqueles, por meio dos quais, o locutor “procede a reflexões sobre a forma do dito, por exemplo, sobre a adequação dos termos empregados, a função de um segmento em relação ao anterior.” (KOCH, 2004, p. 139). Segundo a mesma autora, a **alternativa D** se refere aos modalizadores atitudinais (p. 138), a **alternativa B** se refere aos articuladores metaenunciativos. Já a **alternativa A** representa a definição geral de articuladores textuais, de acordo com Janice Helena Chaves Marinho, no verbete Articuladores textuais, do Glossário Ceale.

O estudo dos articuladores faz parte do campo da coesão e coerência, conteúdos programáticos presentes no edital deste concurso.

Fontes:

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Marfin Fontes, 2004.
- MARINHO, Janice Helena Chaves. Articuladores textuais. Glossário Ceale. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/articuladores-textuais>

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a **alternativa D**. A palavra “então” é um exemplo de marcadores discursivos continuadores que, de acordo com Koch (2004), operam o “amarramento” das porções textuais. São exemplos desses marcadores termos como “aí, daí, então, agora”, característicos de textos falados, mas com uma ocorrência bastante frequente também em textos escritos, especialmente quando estes são descrições daqueles, como é o caso da entrevista.

As expressões “é isto” (alternativa B) e “é isso” (alternativa D) não funcionam como marcadores discursivos continuadores, pois não operam o “amarramento” das porções textuais. No primeiro caso, a oração “é isto” funciona como complemento do verbo “tratar”. No segundo caso, a oração “é isso” é uma oração absoluta, um período simples., portanto, não há articulação, relação ou “amarramento” entre partes do texto.

Fonte:

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Marfin Fontes, 2004.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Koch (2004), os modalizadores epistêmicos são os que assinalam o comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados. Assim, a expressão “é isso”, por ter o sentido de certeza, desempenha a função de modalizador epistêmico. As outras alternativas não apresentam nenhuma palavra desempenhando essa função.

Fonte:

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Marfin Fontes, 2004.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O elemento coesivo é o pronome “isto”, que, de acordo com Koch (1994), faz parte do grupo dos mecanismos de **coesão referenciais**. Nesse caso, trata-se de uma referência demonstrativa anafórica. As outras opções não ocorrem no trecho em questão: a substituição consiste na colocação de um item em lugar de outros elementos ou de uma oração inteira. Ainda de acordo com os autores, “a diferença entre substituição e referência é que, nesta, há total identidade referencial entre o item de referência e o item pressuposto, ao passo que na substituição ocorre sempre alguma redefinição.” (p.20); a elipse ocorre quando há a omissão de um item lexical; e a coesão lexical é o elemento coesivo que faz uso de sinônimos, hiperônimos e nomes genéricos. Portanto, a alternativa correta é a **alternativa B**.

Fonte:

- KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1994.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referência ao leitor é um exemplo de autorreferencialidade, ou seja, o narrador se refere ao próprio texto literário. A função referencial se concentra na transmissão de uma informação, de maneira clara objetiva, o que não é o caso da alternativa A, que se refere a uma narrativa literária, cuja interpretação depende da subjetividade do leitor. As alternativas B e C se referem a conceitos que não fazem parte das funções da linguagem. Intertextualidade se refere a relação entre textos e descrição é um dos tipos textuais. Além da referencial e da metalinguística, as funções da linguagem se dividem em mais 4 categorias: função conativa, que se concentra no leitor/receptor, com a intenção de convencê-lo; função fática, que se preocupa em testar e manter o canal de comunicação; e a função emotiva, que concentra-se no emissor da mensagem e função poética, que se concentra na mensagem.

O fato da ausência do artigo “a” (da contração “da”) não representa um prejuízo de compreensão que, como foi alegado, levaria o candidato ao erro. A ausência do referido artigo não abre espaço para que o termo “linguagem” ganhe significados diversos, da mesma forma que a anteposição do artigo definido não especifica aquele mesmo termo. Na expressão, por exemplo, “A linguagem está em constante mudança”, não é possível afirmar de que tipo de linguagem se trata, mesmo tendo o artigo definido feminino “a” anteposto ao substantivo “linguagem”. Pode-se, de igual maneira, perguntar: que tipo de linguagem está em constante mudança? A linguagem do cinema, da música, da arte, do jornalismo etc?

Não há, portanto, diferenças significativas entre “funções de linguagem” e “funções da linguagem” que possa provocar interpretações distintas no que se refere ao enunciado da aludida questão. Além disso, o conceito de funções, relacionado à linguagem, é de conhecimento geral dos profissionais ligados aos estudos de língua portuguesa. Por conta disso, a ausência do artigo não é suficiente para causar ambiguidade no enunciado da presente questão.

Fonte:

- DE NICOLA, José. Língua, literatura e redação. São Paulo: Scipione, 1998.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pronome oblíquo “lhe” exerce a função de objeto indireto, é equivalente à expressão “dela”. O objeto direto é “os cabelos”. De acordo com Luft (2008), o verbo “pegar” também pode ser transitivo direto e indireto, ou seja, exige um objeto direto (pegar algo) e um objeto indireto (pegar de alguém). Assim, a análise sintática seria a seguinte: sujeito desinencial eu; objeto direto preposicionado: dos cabelos; e objeto indireto: dela. O termo “dela” é complemento verbal, ou seja, sua ausência deixaria a oração incompleta.

O predicativo do sujeito é o elemento que, intermediado por um verbo de ligação, expressa uma qualidade do sujeito. Já o predicativo do objeto expressa uma qualidade do objeto. Esses dois últimos elementos não aparecem na oração destacada.

Fonte:

- LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal. São Paulo: Ática, 2008.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **alternativa D**. A apóstrofe consiste em interromper o texto para interpelar ou chamar a atenção do interlocutor. Sintaticamente, essa figura de pensamento equivale ao vocativo, que, no caso, é representado pela expressão “desgraçado leitor”.

De acordo com Ribeiro (2006), o estudo das figuras de linguagem faz parte da Estilística, conteúdo programático presente no edital deste concurso.

Fontes:

- TUFANO, Douglas. Estudos de língua e literatura. São Paulo: Editora Moderna, 1985.
- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O excerto que está no enunciado traz uma informação, clara e objetiva, que servirá de base para o candidato responder à presente questão. Esse trecho apresenta a definição de superestrutura como “são esquemas ou formas convencionais que caracterizavam um tipo específico de discurso. Elas ordenam a sequência textual das sentenças e atribuem funções específicas a tais sequências”. Munido dessa informação, o candidato deveria reconhecer quais elementos caracterizam o tipo discurso narrativo, ou seja, reconhecer o conjunto dá uma forma a esse tipo discursivo. A resposta correta é a **alternativa A**, pois, de acordo com Bittencourt (1989), as categorias esquemáticas que constituem a superestrutura narrativa são a orientação, complicação, avaliação, resolução e moral.

Todas as outras alternativas têm, ao menos, um conceito que não se relaciona com a superestrutura do discurso narrativo. A **alternativa B** traz o conceito de contradição, que pode estar presente em qualquer tipo textual; a **alternativa C** traz o conceito de aspectualização, que, segundo Wachowicz, se refere ao tipo discursivo descritivo, e a **alternativa D** traz o conceito de moral, que está presente, de forma mais frequente, nas fábulas, mas não é uma característica do tipo discursivo narrativo.

Fontes:

- BITTENCOURT, Solange Torres. Tipologias de texto e redação. Scielo, Artigos de Demanda Contínua • Educ. rev. (8) • Dez 1989.
- WACHOWICZ, Tereza Cristina. Análise linguística nos gêneros textuais. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Filho (1992), “o texto literário tem o seu sentido apoiado no significado e no significante, com especial relevo a este último.” Nesse sentido, o texto literário é um objeto linguístico e um objeto estético, ou seja, possui um arranjo especial que faz emergir o sentido múltiplo que o caracteriza. É evidente que o texto literário possui também conteúdo, mas não é isso que o caracteriza. Segundo o mesmo autor, a valorização do plano do conteúdo, a relação imediata com o referente, a significação singular dos signos são características do texto não literário.

Fonte:

- FILHO, Domício Proença. A linguagem literária. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os dois textos tratam do mesmo tema: a crônica. No entanto, se organizam em gêneros textuais distintos. O texto 1, de Machado de Assis, é uma crônica. O segundo, do professor e pesquisador Antonio Candido, é um ensaio sobre a crônica, publicado como prefácio do livro “Para gostar de ler”, volume cinco, da Editora Ática. Nesse texto, Candido reflete, de forma argumentativa, sobre as características desse gênero literário. O argumento que afirma que o texto de Candido é também uma crônica não se sustenta tendo em visto uma definição que esse autor faz desse gênero: “A linguagem [da crônica] é mais leve, se afasta da lógica argumentativa, para penetrar poesia adentro.”

Fonte:

- CANDIDO, Antonio. Para gostar de ler. São Paulo: Ática, 1980.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tipologia textual é um termo que deve ser usado para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição. Em geral, os tipos textuais abrangem as categorias narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

Os textos são respectivamente do tipo narrativo (crônica) e dissertativo (um ensaio), portanto, a **alternativa C** está correta. As **alternativas A e D** apresentam gêneros textuais e não tipos textuais. A **alternativa B** está incorreta porque o texto de Candido defende um posicionamento amparado por argumentos, portanto, é dissertativo.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Carlos Ceia, a paródia refere-se ao processo de imitação textual com intenção de produzir um efeito de cômico, ou seja, é a deformação de um texto preexistente. É exatamente o que Machado faz em relação ao Gênesis, texto bíblico que narra a história de Adão. O autor atribui a nudez de Adão à falta de alfaiates e/ou à falta de dinheiro para pagá-los. Claramente, trata-se de uma releitura paródica, pois desconstrói a seriedade do texto de origem, gerando um efeito cômico. Ceia classifica os outros conceitos da seguinte forma: a alusão é a referência indireta a um texto preexistente; a citação é a transcrição de um texto preexistente; a paráfrase é o desenvolvimento de um texto preexistente; a epígrafe é um texto breve, em forma de inscrição solene, que abre um livro ou uma composição poética.

Fonte:

- CEIA, Carlos. E-dicionário de termos literários. 2018. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia>
Acesso em: 09/07/2022.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para Ribeiro (2006), de forma geral, os verbos transitivos indiretos não admitem voz passiva. No entanto, continua o professor, à força de uso, já se fazem concessões aos seguintes verbos: apelar, obedecer, pagar e perdoar. Portanto, somente o verbo “necessitar” não admite a voz passiva.

Fonte:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Ribeiro (2006), a prosódia estuda os elementos que se acrescentam à articulação dos fonemas e vão servir como traços distintivos, ou seja, capazes de provocar uma oposição significativa. Entre os elementos fônicos estudados, estão a intensidade, ou seja, a posição variável da tonicidade da sílaba (sai, sai), e a entonação, ou melodia da frase, que permite a distinção significativa de frases como: Ela é bela. / Ela é bela? / Ela é bela!

Portanto, a resposta correta é a **alternativa B**. São elementos de análise da prosódia a entonação e a intensidade. A ortoépia trata da pronúncia correta das palavras, como no exemplo: rubrica, rúbrica. A fonemática é a parte da fonologia que estuda, especificamente, os fonemas segmentais. A colisão é um vício de linguagem que consiste na sequência de consoantes iguais.

Fonte:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ribeiro (2006), citando Cunha e Cintra (1985), afirma que o artigo definido é, essencialmente, um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do ser mencionado.” Pois, só é possível definir algo que seja do conhecimento prévio. Por isso, o artigo definido antepõe palavras que são do conhecimento prévio dos interlocutores,

ou seja, quando se diz “A escola está aberta” pressupõe que os interlocutores saibam a que escola o enunciado se refere. Se substituirmos a artigo definido por um artigo indefinido, o sentido da oração acima muda completamente. Os pronomes pessoais têm uma função referencial coesiva, ou seja, substituem um substantivo já mencionado. Não representam um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio.

Fonte:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Ribeiro (2006), o sintagma é uma combinação binária resultante da união do radical com outros morfemas, ou seja, o sintagma é a combinação de dois morfemas.

Fonte:

- RIBEIRO, Manoel Pinto. Gramática aplicada da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é **a alternativa C**. Segundo o novo acordo ortográfico: “Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: ano-luz, conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.” Em outro trecho, o mesmo documento afirma: “Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.”

Fonte:

- BRASIL. Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O excerto presente no enunciado da presente questão serve apenas como parâmetro para o candidato responder à questão. O trecho traz uma informação clara e objetiva que se refere aos conceitos de dificuldade ortográfica irregular e regular. O candidato deveria identificar qual alternativa apresenta um exemplo de erro pertencente ao segundo caso, ou seja, dificuldade ortográfica regular, que, segundo o autor mencionado “pode-se inferir a forma correta da grafia de uma palavra porque existe um princípio gerativo, uma regra que se aplica a várias (ou todas) palavras da língua.”

A única palavra que possui uma regra ortográfica é “honrar”. De acordo com Cunha e Cintra (2007), o dígrafo “rr” só é empregado entre vogais, o que não é o caso do verbo em questão. A ortografia de todas as outras palavras se baseia unicamente na etimologia.

Fonte:

- CUNHA, Celso. CINTRA, Lindley. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Wachowicz (2012), a situacionalidade se refere a tempo e espaço e não a tipo textual, como afirma a **alternativa C**.

O fato de o fator de textualidade “informatividade” poder ser associado a um outro componente da situação comunicacional, além do tema, não torna a alternativa A incorreta. Pois, a associação informatividade/tema ainda permanece condizente com a teoria citada no trecho do texto presente no enunciado da questão.

Fonte:

- WACHOWICZ, Tereza Cristina. Análise linguística nos gêneros textuais. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O idílio é um poema que destaca temas bucólicos e pastoris, como o faz o poema de Gonzaga, poeta expoente do Arcadismo brasileiro; a elegia aborda a morte ou acontecimentos tristes; a ode é um poema em tom solene que exalta figuras ou acontecimentos importantes; o madrigal é uma composição delicada e graciosa que celebra principalmente a beleza feminina. A écloga apresenta diálogo, o que não é o caso do poema presente na questão 38.

Fonte:

- ACÍZELO, Roberto de Souza. Introdução aos termos literários. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a **alternativa D**. Marcuschi (2020), citando Harris (1952), afirma que “um texto compõe-se de uma sequência de expressões ou sentenças ligadas, podendo ir desde sentenças de uma só palavra até uma obra em vários volumes.” Essa é a definição de texto na imanência do sistema linguístico, ou seja, nas relações sintáticas, coesivas e lexicais do texto. As outras alternativas se referem a definições de texto baseadas em critérios temáticos e transcendentais ao texto, exteriores à superfície textual.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Linguística de texto: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola, 2020.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Marcuschi, uma das definições de gênero textual é “realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas.” Todas as outras definições se referem ao conceito de tipo textual.

Todas as questões foram elaboradas de acordo com o conteúdo programático presente no edital deste concurso.

Fonte:

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção;** a **opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; a **opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas

correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças**; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento**. Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências

de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo.

Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios.

Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número 11, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega que a questão exige conhecimento de logaritmo natural para resolvê-la e que o referido item não se encontra no edital. Ora, a questão exige conhecimento de logaritmo, previsto no edital em 2.6 Função exponencial e função logarítmica; 2.7 Equações e inequações exponenciais e logarítmicas. Ainda, não se fazia necessário utilizar logaritmo natural para a solução do item e, mesmo que fosse necessário utilizá-lo, este item se enquadra em logaritmo.

Mantém-se o gabarito preliminar

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão apresenta uma função $h(x)$ definida em seu enunciado de forma completa. Não há qualquer confusão com a função $f(x)$ apresentada nos itens antecedentes a ela. Era esperado que o candidato analisasse os conjuntos domínio, contradomínio e imagem de uma nova função h , devidamente definida no item. A contextualização entre os itens refere-se apenas ao conteúdo programático, que tratou de funções e suas propriedades no texto.

Há de se ressaltar que o contradomínio é o conjunto dos números reais, e o conjunto imagem será um subconjunto dos reais. Logo, haverá elementos sobrando no contradomínio. Assim, a função é injetora.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
10

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

O recurso alega sobre a necessidade de conhecimento sobre a Lei de Mendel para resolução da questão. Tal argumento não se sustenta, pois o problema genético poderia ser substituído por qualquer evento binomial (sucesso ou fracasso) com probabilidade de sucesso conhecida. Desse modo, demonstra-se que o conteúdo está inserido no edital, através do item 10. Probabilidade: 10.1 Probabilidade de um evento; 10.2 Probabilidade condicional; 10.3 Eventos independentes.

No que concerne à resolução da questão, há pelo menos dois caminhos que o candidato poderia seguir. É pedido que se calcule a probabilidade de que PELO MENOS 2 filhotes nasçam com problemas genéticos. Sabe-se que a probabilidade de um filhote nascer com problema genético é de 20% ($p = 0,2$). Com isso, tem-se que a probabilidade complementar é 80%, que é a chance de não nascer com problema genético.

Dessa forma, em um grupo de 5 filhos, a probabilidade de que PELO MENOS 2 tenham problema, é complementar à probabilidade que apenas 1 não tenha problema ou nenhum tenha problema. Isto é: $P(X \geq 2) = 1 - P(X < 2)$ a probabilidade de que 2 ou mais (X maior ou igual a 2) é igual à 100% - a probabilidade de que menos de 2 tenham problema. Assim, fica:

$P(X \geq 2) = 1 - P(X < 2) = 1 - [P(X = 0) + P(X = 1)]$. Ou seja, calcula-se a probabilidade de que nenhum tenha problema e a de que apenas 1 tenha problema – este evento é complementar ao pedido no enunciado. Logo, o cálculo é:

$$\text{Nenhum filhote com problema: } P(X = 0) = \binom{5}{0} 0,2^0 \times 0,8^5 = 1 \times 1 \times 0,8^5 = 0,32768$$

$$\text{Exatamente 1 filhote com problema: } P(X = 1) = \binom{5}{1} \times 0,2^1 \times 0,8^4 = 5 \times 0,2 \times 0,8^4 = 0,4096$$

Totalizando um valor aproximado de: 73,8%.

Portanto, a probabilidade ficará aproximadamente: $100\% - 73,4\% = 26,2\%$

Também é possível realizar os cálculos através da probabilidade do evento de forma direta, isto é: $P(X \geq 2) = P(X = 2) + P(X = 3) + P(X = 4) + P(X = 5)$, mas é preferível que se realize o cálculo complementar pois haverá menos trabalho aritmético a ser efetuado, uma vez que os resultados são exatamente iguais.

Altera-se o gabarito para a letra B.

Fontes:

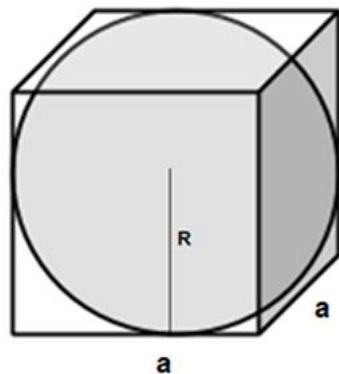
- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que a questão possui erro em seu enunciado por não especificar se o volume é interno ou externo. Ora, não faz sentido em medir um volume externo de um recipiente. Como se deseja inserir uma esfera dentro de uma caixa de forma que a esfera tangencie os lados da caixa, é evidente que o volume da esfera deve ser tal que o seu raio seja igual à metade do valor da aresta do cubo. A imagem a seguir ilustra a situação apresentada no enunciado:

Cubo circunscrito a uma esfera



$$R = \frac{a}{2}$$

Com isso, concluir que o raio da esfera deve ser $R = 4$ cm.

Calculando-se seu volume, fica:

$$V = \frac{4}{3} \pi R^3 = \frac{4}{3} \cdot \pi \cdot 4^3 = \frac{256}{3} \pi$$

O enunciado pede o valor aproximado e sabe-se que π é maior do que 3. ($\pi \approx 3,14$ é uma excelente aproximação e muito utilizada, pois trata-se de um número irracional).

Logo, substituindo-se este valor, o volume será: $V = \frac{256}{3} \cdot 3,14 \approx 267,95$. Note-se que quanto mais se aproxima para

o valor real de π (isto é, quanto mais casas decimais o candidato utilizar), mais perto se chega a $268 \text{ cm}^3 = 0,268 \text{ L}$, conforme gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
13

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

Houve um equívoco na interpretação inicial do item. O enunciado afirma que após cada semana de treino o tempo melhora em 3 segundos. Logo, após a primeira semana o tempo será de 168 segundos. Seguindo-se a progressão aritmética de razão -3, após 23 semanas de treino Juliana atingirá um tempo de 102 segundos.

Com isso, o gabarito deverá ser alterado para a letra C.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há qualquer prejuízo ao julgamento do item o fato de a tabela apresentar o termo “peixe”, uma vez que o enunciado foi claro em explicitar que são vendidas três opções de porção: peixe, batata e trio mineiro.

No que tange ao espaço disponibilizado para a resolução da questão, o caderno é de uso do candidato, e este tem a liberdade de escrever a solução da questão X em qualquer página. Desse modo, não se sustenta a justificativa de que a página na qual a questão está inserida deveria ser outra.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso assevera que o gabarito deveria ser 5h20min (gabarito na Letra C). Entretanto, o gabarito preliminar já evidencia essa alternativa como correta.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega que Determinante não faz parte do conteúdo programático. Entretanto, no item 5 do conteúdo programático “5. Sistemas Lineares e matrizes: 5.1. Discussão de sistemas lineares; 5.2. Resolução de sistemas lineares por escalonamento; 5.3. Operações com Matrizes”, apresenta assuntos que demandam o conhecimento de determinantes, pois está inserido dentro destes tópicos.

Também alega o recurso que o termo “matriz singular” gerou confusão. Espera-se que o candidato ao cargo de professor conheça termos técnicos da área para a qual concorre, por esta razão optou-se por utilizar um termo mais complexo, mas largamente conhecido na literatura da área. Matriz singular é uma matriz cujo determinante é nulo e isso implica que ela não possui inversa.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso alega que o número de questões se trata de um número racional. Entretanto, embora haja frações sobre as quantidades totais, os valores são sempre números inteiros. Uma das formas de ver isso é realizar a resolução por tentativa, algo que foi mitigado pela adoção de intervalos nas alternativas de resposta. Entretanto, ainda assim é possível realizar esse método ou utilizar-se da álgebra básica de forma atenciosa, observe:

Se x é o número de exercícios da lista, fica:

1/4 dos exercícios serão feitos no primeiro dia: $\frac{x}{4}$

no segundo dia ela fará metade do número de exercícios que fez no primeiro dia: $\frac{1}{2} \cdot \frac{x}{4} = \frac{x}{8}$

no terceiro dia ela decidiu fazer 1/3 da quantidade de exercícios que fez no segundo dia e: $\frac{1}{3} \cdot \frac{x}{8} = \frac{x}{24}$

no último dia ela fará os 42 exercícios restantes.

Assim, somando-se os valores, tem-se o total x :

$$\frac{x}{4} + \frac{x}{8} + \frac{x}{24} + 42 = x \text{ . Resolvendo-se a equação, fica:}$$

$$x = 72, \text{ ou seja, são 72 exercícios.}$$

Assim, no primeiro dia ela fez: 18 exercícios. Mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática - Contextos e Aplicações**. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio)
- PAIVA, Manoel. **Matemática** - Paiva. 1a ed. 3 vols. 2009

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verificando-se a solução da questão, constata-se que a resposta está correta, ou seja, alternativa B.

De acordo com os dados apresentados na questão, deve ser utilizada a fórmula do montante, levando-se em consideração o tempo de aplicação e a taxa de juros de Thiago e de Vanessa.

$$M = C + C \cdot i \cdot t$$

Thiago:

$$C = 1500$$

$$i = 3\% = 0,03$$

$$t = m$$

$$M = M_T = \text{Valor de resgate de Thiago}$$

Vanessa:

$$C = 1200$$

$$i = 5\% = 0,05$$

$$t = m - 2 \text{ (Vanessa deposita 2 meses depois que Thiago)}$$

$$M = M_V = \text{Valor de resgate de Vanessa}$$

Como o enunciado informa que o valor resgatado por eles é igual depois do tempo que se passou, pode-se afirmar que $M_T = M_V$, assim é possível calcular:

$$M_T = M_V$$

$$1500 + 1500 \cdot 0,03 \cdot m = 1500 + 1500 \cdot 0,03 \cdot (m - 2)$$

$$1500 + 45m = 1200 + 60m - 120$$

$$420 = 15m$$

$$m = \frac{420}{15}$$

$$m = 28$$

Por estas razões, banca julga o recurso **IMPROCEDENTE** e MANTÉM o gabarito B.

Fonte:

- A questão foi elaborada de acordo com a bibliografia apresentada no programa do concurso.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verificando-se a solução da questão, constata-se que a resposta está correta, ou seja, alternativa B.

De acordo com o paralelismo indicado no enunciado, os triângulos são semelhantes. Sendo assim:

$$\frac{8}{MN} = \frac{6}{MP} = \frac{7}{3,5}$$

Resolvendo a proporção, obtém-se $MN = 4$ e $MP = 3$.

Por estas razões, a banca julga o recurso **IMPROCEDENTE** e MANTÉM o gabarito B.

Fonte:

- A questão foi elaborada de acordo com a bibliografia apresentada no programa do concurso.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verificando-se a solução da questão, constata-se que a resposta está correta, ou seja, alternativa A.

Reorganizando-se as equações:

$$y = 2x - 8$$

$$y = 4x - 16$$

O ponto de intersecção das duas retas é (4,0) e como as duas funções representam retas crescentes, a alternativa correta é a letra A.

Por estas razões, a banca julga o recurso **IMPROCEDENTE** e MANTÉM o gabarito A.

Fonte:

- A questão foi elaborada de acordo com a bibliografia apresentada no programa do concurso.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verificando-se a solução da questão, constata-se que a resposta está correta, ou seja, alternativa D.

Calculando-se os termos a_1 , a_2 e a_3 , pode-se verificar que a sequência dos saldos no final de cada mês forma uma progressão geométrica de razão 1,1:

$$a_1 = 500(1,1)^0 = 500$$

$$a_2 = 500(1,1)^1 = 550$$

$$a_3 = 500(1,1)^2 = 605$$

A sequência 500; 550; 605... é uma progressão geométrica de razão 1,1.

Por estas razões, a banca julga o recurso **IMPROCEDENTE** e MANTÉM o gabarito D.

Fonte:

- A questão foi elaborada de acordo com a bibliografia apresentada no programa do concurso.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verificando-se a solução da questão, constata-se que a resposta está correta, ou seja, alternativa C.

Uma possível resolução utiliza o princípio fundamental da contagem. Analisando-se cada uma das faixas, considerando-se a faixa superior como a primeira, tem-se:

1° Faixa: 4 cores disponíveis, logo 4 possibilidades.

2° Faixa: 3 cores disponíveis, já que não pode ser utilizada a cor da faixa anterior. Assim, são 3 possibilidades.

3° Faixa: 3 cores disponíveis, já que não pode ser utilizada a cor da faixa anterior. Assim, são 3 possibilidades.

4° Faixa: 3 cores disponíveis, já que não pode ser utilizada a cor da faixa anterior. Assim, são 3 possibilidades.

5° Faixa: 3 cores disponíveis, já que não pode ser utilizada a cor da faixa anterior. Assim, são 3 possibilidades.

6° Faixa: 3 cores disponíveis, já que não pode ser utilizada a cor da faixa anterior. Assim, são 3 possibilidades.

Agora, pelo princípio fundamental da contagem, multiplica-se as possibilidades de cada faixa para encontrar as possibilidades totais:

$$4 \times 3 \times 3 \times 3 \times 3 \times 3 = 4 \times 3^5$$

Por estas razões, a banca julga o recurso **IMPROCEDENTE** e MANTÉM o gabarito C.

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para facilitar o cálculo da questão, observe que há

- Três portas de entrada (P1, P2 e P3)
- Dois elevadores e uma escada para acessar os andares da instituição (E1, E2 e E3).

O visitante deve entrar por uma das portas (P1, P2 e P3) e utilizar um dos meios de acesso aos andares (E1, E2 e E3).

Logo, pelo princípio fundamental da contagem, há $3 \times 3 = 9$ maneiras do visitante chegar ao 5º andar.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dos 15 síndicos, 6 devem ser escolhidos para formarem uma comissão. Como Gabriela deve estar nessa comissão e Bruno não, sobram 13 síndicos para serem alocados em um grupo com 5 pessoas. Assim, o número de maneiras de formar essa comissão é dado por:

$$C_5^{13} = \frac{13!}{8!5!} = 1287$$

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
34

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O enunciado não é claro ao especificar qual maneira os números devem ser ordenados. A questão, portanto, induz à duas maneiras de resolução (crescente ou decrescente). Dessa forma, deve ser anulada.

DECISÃO: ANULAR A QUESTÃO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As notas observadas são:

5-5-5-6-6-6-7-8-8-9

cujas medianas é 6. A banca especificou que seriam aprovados os candidatos que tirassem uma nota maior que a mediana. Assim, 4 notas são maiores que 6, resultando, portanto, em 4 aprovados.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton Oliveira. **Estatística básica**. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O coeficiente de variação depende da média e desvio padrão amostrais e sua fórmula está precisamente detalhada no enunciado. Não são necessários conhecimentos prévios do candidato sobre coeficiente de variação para a resolução da questão. Apenas conhecimentos de média e desvio padrão amostrais, conforme ementa do concurso.

Considere que **X** represente os valores observados. Se **X** for multiplicado por 4, a média **M** também será multiplicada por 4. O desvio padrão **S** também é multiplicado por 4. Assim, o novo **CV*** é dado por

$$CV^* = \frac{4S}{4M} \cdot 100 = CV$$

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton Oliveira. **Estatística básica**. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seguem os raciocínios para cada afirmativa:

- A média amostral é fortemente afetada por um valor discrepante no conjunto de dados. Para evitar tal influência, sugere-se o uso da mediana. Dessa forma a afirmativa I é FALSA.
- A moda, por definição, representa o valor mais comum em um banco de dados. Portanto, a afirmativa II é VERDADEIRA.
- Se o desvio padrão de uma amostra de valores é 0,50, então a variância é 0,25. Portanto, a afirmativa III é FALSA.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton Oliveira. **Estatística básica**. Saraiva Educação SA, 2017.

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado, Roberto lança uma moeda duas vezes e Ricardo lança uma única vez. Considera-se que os eventos são independentes. Assim,

- Probabilidade de ambos obterem 0 caras = $\frac{1}{2} \cdot \frac{1}{2} \cdot \frac{1}{2} = \frac{1}{8}$
- Probabilidade de ambos obterem 1 cara = $\frac{1}{2} \cdot \frac{1}{2} \cdot 2 = \frac{2}{8}$, uma vez que a única cara pode ser obtida no primeiro ou no segundo lançamento de Roberto.

Logo, a probabilidade desejada é $\frac{1}{8} + \frac{2}{8} = \frac{3}{8}$.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
40

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão não precisa o tempo correto do investimento. Assim, não é possível aplicar a fórmula de juros simples e proceder com o desenvolvimento da questão.

DECISÃO: ANULAR A QUESTÃO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org.). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que houve erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta ou mesmo falta de uma resposta correta. Trata-se de uma questão de falso ou verdadeiro, para as respostas acerca da assertividade da correção, a banca apresentara a construção dos distratores verdadeiros e falsos, estes últimos com as devidas correções, conforme segue: I- Verdadeira: a interação do professor com seus alunos é fundamental para a

aprendizagem, uma vez que ela torna possível estabelecer novas ações que influenciem no desenvolvimento, agindo na Zona de Desenvolvimento Potencial. Essa interação possibilita ao aluno a apropriação dos instrumentos cognitivos/culturais para desenvolver os processos psicológicos cognitivos superiores; II- Verdadeira: Para que as estratégias de aprendizagem modifiquem as estruturas cognitivas, é preciso cuidar tanto do planejamento quanto da execução das situações de ensino-aprendizagem; III-Falsa: A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, mas torna a sala de aula rígida, em alguns momentos impedindo o estabelecimento de objetivos e a organização de procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter experiência de êxito escolar. Correção: **A organização didática docente confere clareza aos conteúdos, facilitando o estabelecimento de objetivos comportamentais e a organização de instrumentos e procedimentos que garantam a aprendizagem, inclusive para os alunos com maior risco de fracasso escolar, que devem ter, peremptoriamente, experiência de êxito escolar**; IV- Falsa: o estabelecimento de rotinas dificulta a aprendizagem, pois impede que o aluno ouse e se lance em direção ao desconhecido, além disso, a configuração de uma rotina dificulta que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano. Correção: **O estabelecimento de rotinas é fator importante para aprendizagem interna, criando segurança, socialização e vínculos. A configuração de uma rotina proporciona tempo adequado para que o professor escute seus alunos sobre as eventuais dificuldades individuais observadas no cotidiano, o que permite um melhor atendimento às crianças**; V- Verdadeira: A tensão entre a prática pedagógica e as necessidades dos alunos é um dos fatores para a ocorrência das dificuldades de aprendizagem; VI- Falsa: “Na prática pedagógica e no atendimento das necessidades dos alunos, destaca-se a importância do professor como mediador que privilegia mais a forma e menos o conteúdo, estabelecendo vínculos de amizade com seus alunos”. Correção: **a importância do professor como mediador, cabe observar que não se trata de qualquer tipo de ação, mas de uma mediação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, ampliando a complexidade dos desafios propostos ao aluno, com base em um planejamento**. Com base no exposto, a banca julga IMPROCEDENTE os recursos.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição.

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e

comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que afluam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até

mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que

podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente “particularidade” como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: “educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno.” Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a “escola fora da escola” e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“A pedagogia tem como objeto o fenômeno educativo, que como tal, não se restringe à escola. Embora envolva o escolar e a ele se destine em grande parte e investigue as diferentes instâncias envolvidas na educação, bem como os modos de escolarização, seu objeto precípua são as práticas educativas.”

A compreensão dessa dimensão fundante do trabalho do pedagogo é parte integrante do conteúdo programático que tem como um de seus temas a organização do trabalho pedagógico e a formação docente. Assim, é improcedente a alegação de que “a questão não contempla os conteúdos previstos no edital”. Embora o edital não especifique uma bibliografia, recomenda-se, no campo da educação, a referência de autores utilizados.

Ao lado disso, o entendimento de que todas as alternativas estariam corretas porque o conceito de prática educativa é amplo é improcedente. Por ser ampla, a noção de prática educativa engloba o que está posto nas demais alternativas sem, contudo, se restringir a elas, o que aponta como correta apenas a opção A.

Fonte:

- Libâneo, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 2010. P. 32-35.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O excerto apontado como incorreto não requer amplos conhecimentos prévios, uma vez que apresenta uma inconsistência interna: “trabalho em profundidade” não condiz com a ideia de “selectividade de informações”.

Além disso, o texto apresenta pistas para a identificação da resposta: “o professor, para poder intervir no real de modo fundamentado, terá de saber observar e problematizar (ou seja, interrogar a realidade e construir hipóteses explicativas). Intervir e avaliar serão ações consequentes das etapas precedentes.”

Embora o edital não especifique uma bibliografia, a obra traz aspectos norteadores das atividades de observação e, na área da educação é usual a referência e créditos autorais. Além disso, aponta aspectos gerais sobre a observação.

O Estado adota grelhas de observação que ajudam a focar a observação e não para selecionar previamente o que se vai observar. É preciso apreender a interação “natural” durante a aula.

Fonte:

- Estrela, Albano. Teoria e prática de observação de classes. Portugal: Porto Editora, 1984.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a alternativa A: nível de desenvolvimento real. Os argumentos apresentados revelam uma compreensão inadequada do conceito de NDR.

Para especificar melhor a inter-relação instrução/ desenvolvimento e a importância das conquistas ontogenéticas para a constituição do homem, Vygotsky entende que o desenvolvimento humano compreende dois níveis: o primeiro é o nível de desenvolvimento real, que compreende o conjunto de atividades que a criança consegue resolver sozinha. Esse nível é indicativo de ciclos de desenvolvimento já completos, isto é, refere-se às funções psicológicas que a criança já construiu até determinado momento.

O segundo nível de desenvolvimento é o nível de desenvolvimento potencial: conjunto de atividades que a criança não consegue realizar sozinha, mas que, com a ajuda de alguém que lhe dê algumas orientações adequadas (um adulto ou outra criança mais experiente), ela consegue resolver. Para Vygotsky, o nível de desenvolvimento potencial é muito mais indicativo do desenvolvimento da criança que o nível de desenvolvimento real, pois este último refere-se a ciclos de desenvolvimento já completos, é fato passado, enquanto o nível de desenvolvimento potencial indica o desenvolvimento prospectivamente, refere-se ao futuro da criança.

A distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial, caracteriza o que Vygotsky denominou de zona de desenvolvimento proximal: "a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão, presentemente, em estado embrionário" (Vygotsky. 1984, p. 97).

Fonte:

- Zanella, Andréa. Zona de desenvolvimento proximal: análise teórica de um conceito em algumas situações variadas. Temas psicol. Vol.2 no.2 Ribeirão Preto ago. 1994. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1413-389x1994000200011 acesso em 23/06/2022

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O PDE Escola é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Trata-se, portanto, de conteúdo pertinente ao cargo e ao exercício das funções do pedagogo no contexto da escola pública e que coaduna com o escopo geral dos conteúdos programáticos.

BRANCA
11

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

A BNCC é um documento de caráter normativo que referencia a formulação curricular dos sistemas e das redes escolares, ficando correta assim a alternativa D.

A alternativa C está incorreta porque o fato de a BNCC ser um documento normativo não permite, *de per si*, a superação da fragmentação das políticas educacionais, embora essa seja uma expectativa, há uma série de fatores intervenientes, extra e intraescolares.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema avaliação é explicitado no conteúdo programático. Embora o edital não especifique uma bibliografia, a questão aborda temática de caráter mais abrangente. Ademais, no campo da educação é usual e esperada a referência autoral.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referência mais genérica a vários autores não compromete a identificação da resposta, posto que a ideia pode ser traduzida como “é muito frequente”, ou “é quase unânime”. Corrobora a legitimidade da questão, o fato de a resposta acerca da intencionalidade da prática educativa ser inequívoca. A título de ilustração, destaca-se, a seguir, que o autor citado faz uma referência genérica também no sentido de remeter à ideia de que é um pensamento muito convergente, da maioria:

“É quase unânime entre os pedagogos a dimensão intencional da prática pedagógica, que pode envolver tanto o ensino quanto a pesquisa, que tem dimensão teórico-prática e que se caracteriza como atividade intencional.”

Fontes:

- Libâneo, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos para quê?* São Paulo: Cortez, 2010. P. 24; 32-35.
- Brito, Gláucia; Dýck, Michele. Desenvolvimento profissional do pedagogo escolar e as tecnologias: perspectivas a partir da especificidade funcional e formação docente na escola. *Revista teias* vol.21 no.60 rio de janeiro jan./mar 2020 epub 21-maio-2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1982-03052020000100153&lng=pt&nrm=iso

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Estatisticamente, uma alteração de dois pontos percentuais a maior ou a menor não é considerada relevante, ou expressiva.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As avaliações nacionais e estaduais estabelecem diálogo direto e estrito com os indicadores do INEP.

O gabarito D está correto. Conforme sintetizado no qedu, “a soma da quantidade de alunos que se encontram em cada uma destas situações constitui as taxas de rendimento: aprovação + reprovação + abandono = 100%”.

Fonte:

- <https://novo.qedu.org.br/uf/41-parana/> acesso em 22/06/2022.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pedagogo como formador é um tema central no edital e a discussão acerca do professor e/ou do formador reflexivo é inerente a esse tema. Embora o autor supracitado seja uma referência nessa discussão, a questão não aborda ideia representativa apenas deste autor.

O gabarito está correto. Embora o edital não especifique uma bibliografia, na área da educação é usual e esperada a referência e créditos autorais.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Michael Scriven é uma referência básica na discussão da avaliação educacional no Brasil e no eixo anglo-saxônico. Ainda assim, a questão em tela não requer que o leitor conheça a obra de Scriven. O que se demanda é a distinção de tipos de avaliação educacional, que contempla o tema do concurso.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A proposta do Estado do Paraná trabalha com princípios gerais relacionados à gestão dos aprendizados, gestão da classe. O autor em tela trabalha com os principais teóricos que abordam essa questão e que têm fundamentado essa discussão. Assim, o conhecimento prévio da obra do autor não representa um pré-requisito para a produção da resposta correta, uma vez que são discutidos elementos básicos relacionados ao papel do planejamento, eixo central do ensino, da formação. Ademais, embora o edital não especifique uma bibliografia, na área da educação é usual e esperada a referência e créditos autorais.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A tendência progressista "crítico-social dos conteúdos é explicitada na alternativa C. O conhecimento das abordagens pedagógicas que orientam o fazer docente é parte integrante dos saberes necessários à formação e acompanhamento do trabalho docente. Embora o edital não especifique uma bibliografia, cada alternativa destaca uma abordagem pedagógica e não há ambiguidades quanto à configuração e entendimento acerca da pedagógica crítico-social, que é o gabarito. Embora o edital não especifique uma bibliografia, é usual e esperada a citação de autores na proposição

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A formação e, em decorrência, a profissionalidade docente são parte integrante do conteúdo da pedagogia, que envolve formação e acompanhamento do fazer docente. O que se demanda na questão não é o conhecimento específico da obra.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo de práticas pedagógicas ou contratos pedagógicos são constitutivos da formação do pedagogo, da formação docente, da interação em aula, de modo que são inerentes à interação pedagógica. A formação e a docência são temas centrais no edital e o conhecimento prévio do autor supracitado não é pré-requisito para a indicação da resposta.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo interdisciplinaridade é central na discussão da formação, na organização do trabalho pedagógico e na ação do pedagogo no contexto escolar. A compreensão do tema é essencial e parte integrante na construção de estratégias de construção de parceria com o professor no planejamento, na gestão dos aprendizados.

A alternativa D, apontada como uma provável resposta é improcedente, uma vez que não se pode esperar que uma forma de abordar o conhecimento escolar e de pensar a organização do trabalho pedagógico escolar expresse “uma solução para os problemas de fragmentação do conhecimento”. Diferentemente, autores que discutem a interdisciplinaridade remetem à importância de que o tema não seja tratado de forma teleológica, como tendo um fim em si mesma, ou como uma solução mágica, “sob pena de transformar-se em um *slogan* pedagógico”.

Fonte:

- Fávero, Altair; Consálter, Evandro. A interdisciplinaridade na formação continuada de professores. In: Fávero, Altair; Tonieto, Carina.; Consálter, Evandro. (Orgs.). *Interdisciplinaridade e formação docente*. Curitiba: crv, 2018. o. 63.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão e entendimento acerca dos *saberes docentes e formação profissional* é parte integrante da função do pedagogo como formador.

Os saberes inerentes à docência são os saberes das ciências da educação; saberes disciplinares; saberes experienciais; saberes pedagógicos. É possível inferir que o experiencial engloba o prático. Embora Tardif seja muito reconhecido no campo, a acepção apresentada no gabarito não expressa uma opinião exclusiva do autor. A resposta correta é passível de inferência se dominar alguns conhecimentos prévios sobre o campo da formação, que são parte integrante dos conteúdos expressos no edital.

Fonte:

- Tardif, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional* 17. Ed. Petrópolis, RJ: vozes.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão e entendimento acerca dos *saberes docentes e formação profissional* é parte integrante da formação, tema explicitado no edital.

A análise proposta na questão é amplamente citada em artigos sobre o tema e pode ser vista também em diversos autores com os quais Tardif dialoga, ou que o citam. Ou seja, a leitura do autor em epígrafe não é condição para indicação da resposta correta, por fim, não obstem dúvidas de que no campo da educação não é apenas desejável, mas esperada, a referenciação de autores.

Fonte:

- Tardif, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional* 17. Ed. Petrópolis, RJ: vozes.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não obstem dúvidas de que não se deve confundir a referenciação a obras clássicas e de referência de um campo com bibliografia ultrapassada. O livro supracitado é uma das principais referências no campo de avaliação educacional no Brasil e amplamente citado. A temática efeito escola e do efeito professor é parte integrante do conteúdo programático. Ela orienta, por exemplo, as grelhas de observação. Ainda, como se trata de uma coletânea que aborda um tema amplo, o conhecimento da obra não é pré-requisito para a identificação da resposta.

Isso posto, há que se destacar, ainda, que não obstem dúvidas de que no campo da educação não é apenas desejável, mas esperada, a referenciação de autores.

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A discussão sobre efeito escola e efeito professor está diretamente relacionado aos processos de ensino e de aprendizagem, explicitados no edital. Como a obra em tela é uma coletânea que aborda tema amplo, seu conhecimento prévio não é pré-requisito para a indicação da resposta.

Quanto à citação de autores, há que se destacar, ainda, que não obstem dúvidas de que no campo da educação não é apenas desejável, mas esperada, a referenciação.

Quanto à resposta, embora as questões infraestruturais sejam importantes é sua utilização que as significa. É uma falsa evidência o entendimento de que a infraestrutura, *de per se*, seria uma solução. “é fundamental que se tenha e que se utilize os espaços e recursos infraestruturais a favor dos aprendizados. “[...] Instalações físicas podem limitar os tipos de interações que podem ocorrer; entretanto, dada a presença de enciclopédias, a disponibilidade de livros-texto e laboratórios de ciência, o que importa é como toda essa infraestrutura será usada e por que...”

Fonte:

- Brooke, Nigel; Soares, Francisco. *Pesquisa em eficácia escolar*. Belo Horizonte: UFMG. P.137.

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a alternativa D: o excerto “a Formação Geral Básica (FGB) contemplará 1.800 horas/aula para atender as competências e habilidades previstas na BNCC, considerando cada uma das áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares. Os Itinerários Formativos (IF) contemplarão, no mínimo, 1.200 horas/aula,

sendo um conjunto de unidades curriculares que possibilitam ao estudante a habilitação profissional...” Está incorreto porque o texto faz referência a **hora/relógio** e não à hora/aula.

A alternativa apontada como possível resposta é improcedente. Leia-se a seguir, o trecho que constitui transcrição literal do documento citado na referência, página 3:

“7. Para o ensino médio noturno, a ampliação da carga horária se dará pela oferta de 20% das da carga horária total prevista na matriz curricular aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio de atividades não presenciais (assíncronas), com apoio pedagógico realizado aos sábados.”

Fonte:

- https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/instrucao_normativa_0062022_deducseed.pdf

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É improcedente a indicação do gabarito como incorreto. O documento oficial diz:

Os Itinerários Formativos dos demais cursos da Educação Profissional Técnica ofertados na rede pública estadual de educação do Paraná **serão executados em sua integralidade** pela secretaria estadual de educação e do esporte...

Diferentemente, a alternativa C diz; os itinerários formativos dos demais cursos da Educação Profissional Técnica ofertados na rede pública estadual de educação do Paraná **serão executados também por meio de parceria** realizados de forma assíncrona, respeitando o previsto no plano de curso de cada itinerário.”

As demais alternativas são transcrições literais de excertos do documento.

Fonte:

- https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/instrucao_normativa_0062022_deducseed.pdf

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“C” é o gabarito correto, conforme divulgação. Embora se trate de uma atividade fundamental cabe, aos coordenadores da educação profissional e/ou técnicos pedagógicos representantes da educação profissional nos núcleos regionais de educação ao profissional, orientar, **“informar sobre a necessidade de divulgação e conscientização** dos alunos matriculados nas turmas de...” E não, diretamente, desenvolver essa atividade.

Fonte:

- https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/instrucao_normativa_0062022_deducseed.pdf

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“No Brasil, a pesquisa sobre a eficácia escolar foi deflagrada a partir do ano 2000, após a disponibilização dos primeiros resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.” **Antes desse período não havia dados que permitissem a análise evidenciada.** Embora essa informação esteja no texto em epígrafe, ela também pode ser encontrada em textos sobre o SAEB, inclusive no site do INEP.

Fonte:

- Alves, Maria Teresa; Ferrão, Maria Eugénia. Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação estud. *Aval. Educ.*, São Paulo, v. 30, n. 75, p. 688-720, set./dez. 2019.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Madaus é um dos grandes representantes da discussão sobre o tema no Brasil e no eixo anglosaxônico. Entretanto, a indicação da resposta não demanda prévio conhecimento da obra. O que a questão requer são conhecimentos relacionados à avaliação e dados de avaliações externas estaduais, ou nacionais.

De acordo com dados de avaliação amplamente divulgados e constantes do edital, não é correto afirmar que não há importantes diferenças entre resultados de escolas e turmas. Também não é correto desconsiderar as diferenças sociopsicológicas, uma vez que elas estão relacionadas ao background do estudante.

A alternativa A é o gabarito: os estudos baseados em dados de avaliações externas e divulgados já há algumas décadas indicam que “em vez da contribuição única de qualquer bloco representando uma fonte particular de influência (a sala de aula, o professor ou a família), foi **a função orquestrada de blocos de variáveis** que permitiu explicar o desempenho.” Em outras palavras, há variáveis intervenientes que se relacionam ao background do estudante, à família, à sala de aula, ao professor e à sala de aula.

Fonte:

- Brooke, Nigel; Soares, Francisco. *Pesquisa em eficácia escolar*. Belo horizonte: UFMG. P.139.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É improcedente o argumento de que um aspecto central do programa estadual de aprendizagem, voltado ao atendimento de adolescentes na rede pública não guarda relações com o conteúdo “organização do trabalho pedagógico: a função do pedagogo como formador de professor em serviço. - observação de sala de aula: estratégias de construção de parceria com o professor, planejamento, acompanhamento e feedback. - gestão escolar e processo ensino-aprendizagem: currículo; conteúdo, método, avaliação. - estratégias de liderança e apoio pedagógico ao professor”.

É igualmente improcedente a afirmação de que a ausência de uma referenciação bibliográfica específica invalidaria a presença da questão, já que se trata de um programa que pode contribuir para o atendimento de estudantes “egressos do sistema de atendimento socioeducativo e adolescentes em situação de vulnerabilidade social...” E que dialoga com o “mais aprendizagem”.

Ademais, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 diz, em seu “art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, **nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.**” (grifos nossos).

Observe-se, ainda, os parágrafos 1 e 2:

§ 1º esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º a **educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.** (grifos nossos).

Acrescente-se a esses aspectos, o diálogo que o programa estabelece com o público-alvo do “mais aprendizagem”.

Fonte:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não obstem dúvidas de que esse conteúdo é relevante e condizente com o que é apresentado no edital. A observação de aulas é objeto de formação e, portanto, uma atividade que requer interlocução entre os trabalhos do pedagogo e do gestor, o que é explicitado no documento em tela:

“III - a observação de sala de aula subsidiará o diretor e o diretor auxiliar na definição das necessidades pedagógicas evidenciadas **no alinhamento com o pedagogo** das ações a serem desenvolvidas durante o acompanhamento da hora-atividade dos professores, conforme instrumento de observação, o qual deve ser acompanhado e monitorado pelo diretor e diretor auxiliar.

VI - cabe ao diretor e ao diretor auxiliar orientarem, apoiarem e darem condições diariamente para os **pedagogos realizarem a observação de sala de aula como metodologia de formação continuada em serviço, uma vez que essa ação é a base do trabalho do pedagogo, devendo documentar tais ações mediante resumo e assinatura dos participantes, bem como arquivo do documento na instituição de ensino.**”

O gabarito é a alternativa A, conforme consta do documento.

Fonte:

- res_2857_2021_atribuioaes_e_procedimentos_dos_diretores_e_diretores_auxiliares.pdf

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Programa Mais Aprendizagem (PMA) destina-se aos estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, **nas instituições de ensino da rede pública estadual**. O documento não cita municípios conveniados, motivo pelo qual esse é o gabarito.

Os demais excertos são transcrições literais do documento. De acordo com a resolução **05/2022**:

Quanto ao questionamento relativo à alternativa B, o documento explicita textualmente; “a necessidade de proporcionar condições aos estudantes para a superação das defasagens e lacunas de aprendizagem relacionadas às habilidades de leitura, escrita, raciocínio lógico, cálculo, resolução de problemas e problematização, **envolvendo todos os componentes curriculares, nos estágios de recuperação, reforço e aprimoramento, avançando na alfabetização e no letramento**, para aumento da aprovação e diminuição do abandono escolar;”.

Fonte:

- Instrução Normativa nº 005/2022 – seed/deduc/dap estabelece a organização para a oferta e o funcionamento do programa mais aprendizagem – pma, nas instituições de ensino da rede pública estadual. P.2/22) Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/instrucao_normativa_0052022_seedededucdap.pdf

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A formação é um tema central no edital e a reflexividade, um de seus eixos estruturantes. Embora não haja referência bibliográfica específica no edital, as ideias apresentadas não se restringem a uma orientação específica e exclusiva do autor em tela. Diferentemente, tratam da formação no sentido lato e as alternativas podem ser interpretadas sem prévio conhecimento do autor.

A alternativa “A” é o gabarito. Nas demais acepções, não há defesa de formação descontextualizada. A tese evidenciada na alternativa consiste em “atualizar e culturalizar os professores em conhecimentos de qualquer denominação ou tipologia. A formação continuada dos professores... **Mais do que atualizá-los, deve ser capaz de criar**

espaços de formação, de pesquisa, de inovação, de imaginação etc., e os formadores de professores devem saber criar tais espaços para passarem do ensinar ao aprender.”. As demais acepções convergem com essa abordagem.

Fonte:

- Imbernón, Francisco. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.p.9.

Cargo: QUÍMICA

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enílvia Rocha Morato (org). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo: A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ; B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca

do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que floresçam as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se

do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a "escola fora da escola" e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>

- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi cobrada de acordo com o edital, levando em consideração o conhecimento do candidato sobre o conteúdo. Tem que ser de conhecimento do candidato a estrutura de uma molécula, de um composto orgânico, ou seja, do composto nitrogenado como mencionado. Um composto nitrogenado como as aminas apresentam como característica marcante a basicidade. Isto devido aos pares de elétrons não ligantes no átomo de nitrogênio e a ligação destes pares de elétrons (ATKINS, 2012). Também deve ser de conhecimento do candidato sobre fórmula molecular, que informa a composição elementar, e a partir dela a representação da fórmula estrutural, ou seja o arranjo dos átomos e sequência das ligações entre eles.

Para resolver a questão o candidato não precisava de referência em relação as afirmativas. A questão foi cobrada levando em consideração o conhecimento do candidato sobre o conteúdo.

Fonte:

- ATKINS. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi cobrada de acordo com o edital, levando em consideração o conhecimento do candidato sobre o conteúdo. Para entender a estrutura das moléculas, tem que se ter o entendimento sobre a distribuição de elétrons e sua participação na determinação da forma da molécula em termos de ocupação de orbitais. Na década de 1920, a teoria dos orbitais moleculares foi introduzida como a melhor descrição da ligação química (ATKINS, 2012).

Segundo Atkins, em geral, o átomo com os orbitais atômicos de energia mais baixa domina os orbitais moleculares e a densidade eletrônica é maior perto daquele átomo. Em ligação covalente polar, o orbital atômico do átomo mais eletronegativo tem a energia menor; logo, ele contribui mais para o orbital molecular de menor energia. Ao contrário, a contribuição do orbital atômico de maior energia, que pertence ao átomo menos eletronegativo, é maior para o orbital molecular de maior energia.

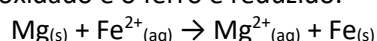
Fonte:

- ATKINS. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa A está INCORRETA. O magnésio está acima do ferro na série de atividade de metais em solução. A reação ocorrerá. O magnésio é oxidado e o ferro é reduzido.



Fonte:

- BROW, T. Química, a ciência central. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi cobrada de acordo com o edital, levando em consideração o conhecimento do candidato sobre o conteúdo. Tem que ser de conhecimento do candidato a estrutura de uma molécula, de um composto orgânico, ou seja, do composto oxigenado como mencionado. Segundo Atkins, um composto oxigenado como álcool, fenol e ácido carboxílico se diferem pela acidez, ou seja, extensão da ionização ligada à estabilidade da base conjugada. Para resolver a questão, o candidato não precisava utilizar a referência do enunciado.

Fonte:

- ATKINS. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi cobrada de acordo com o edital, levando em consideração o conhecimento do candidato sobre o conteúdo. Na questão foi cobrado sobre polaridade. A TCDD é lipossolúvel por apresentar muitos carbonos e não possuir em sua estrutura grupos polares. O composto C é mais solúvel em água que o composto B, pois se trata de um sal.

Segundo Atkins, um composto oxigenado como álcool, fenol e ácido carboxílico se diferem pela acidez, ou seja, extensão da ionização ligada à estabilidade da base conjugada.

Fonte:

- ATKINS. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRANCA
14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Atkins, Brown e Brady na molécula, por exemplo, do pentacloreto de fósforo, existem cinco pares ligantes e nenhum par isolado no átomo central. De acordo com o modelo VSEPR (Modelo de repulsão dos pares de elétrons da camada de valência), os cinco pares e os átomos a que eles se ligam devem estar afastados o máximo possível, em um arranjo de bipirâmide trigonal. Nesse arranjo, três átomos estão nos cantos de um triângulo equilátero e os outros dois, acima e abaixo do plano formado pelo triângulo. Essa estrutura tem três ângulos de ligação diferentes. Os ângulos de ligação do plano equatorial são iguais a 120° , o ângulo entre os átomos axiais e equatoriais é 90° e o ângulo axial CIPCI é 180° . Esta estrutura é confirmada experimentalmente. A molécula de hexafluoreto de enxofre tem seis átomos ligados ao átomo central S, que não tem pares isolados. De acordo com o modelo VSEPR, o arranjo de elétrons é octaédrico, com quatro pares nos vértices de um quadrado planar e os dois outros pares acima e abaixo do plano do quadrado. Um átomo de F está ligado a cada par de elétrons e prediz-se uma molécula octaédrica. Os ângulos de ligação são iguais a 90° ou 180° e todos os átomos de F são equivalentes.

Fontes:

- ATKINS, P. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- BROWN, T. Química, a ciência central. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- BRADY. Química, a matéria e suas transformações. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

BRANCA
15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa III está escrita corretamente, conseguindo o candidato entender a questão. Segundo Brady, a variação de energia que ocorre quando um elétron é adicionado a um átomo gasoso chama-se afinidade eletrônica porque ela mede a atração, ou afinidade, de um átomo pelo elétron adicionado. Ocupar um subnível de mais alta energia é energeticamente muito desfavorável, assim, a afinidade eletrônica é altamente positiva. As afinidades eletrônicas do Be e do Mg são positivas pela mesma razão, o elétron adicionado estaria localizado em um subnível *p* anteriormente vazio que é de mais alta energia.

Fonte:

- BRADY. Química, a matéria e suas transformações. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A unidade utilizada na afirmativa I está correta. Segundo Brady, a massa de um único átomo de um elemento (em u) é numericamente igual à massa (em gramas) de 1 mol daquele elemento.

Para resolver a questão, o candidato não precisava da referência da Figura.

Fonte:

- BRADY. Química, a matéria e suas transformações. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi cobrada de acordo com o edital, levando em consideração o conhecimento do candidato sobre o conteúdo. Para entender a estrutura das moléculas, tem que se ter o entendimento sobre a distribuição de elétrons e sua participação na determinação da forma da molécula em termos de ocupação de orbitais. Na década de 1920, a teoria dos orbitais moleculares foi introduzida como a melhor descrição da ligação química (ATKINS, 2012).

Para resolver a questão, o candidato não precisava da referência da Figura.

Fonte:

- BRADY. Química, a matéria e suas transformações. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A primeira afirmativa da questão é verdadeira. A densidade mais baixa do gelo comparada com a da água pode ser entendida em termos das interações de ligação de hidrogênio entre as moléculas de água. No estado líquido, cada molécula de água sofre variações contínuas de interações com seus vizinhos. A ligação de hidrogênio é um componente principal dessas interações. As moléculas estão tão próximas quanto possível, mesmo que seus movimentos térmicos mantenham-nas em constante movimento. Entretanto, quando a água congela, as moléculas assumem o arranjo aberto e ordenado. Esse arranjo otimiza as interações de ligação de hidrogênio entre as moléculas, mas ele cria uma estrutura menos densa para o gelo comparada com a da água. Uma determinada massa de gelo ocupa maior volume que a mesma massa de água líquida.

Fonte:

- BROWN, T. Química, a ciência central. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Atkins, para decidir se uma molécula é polar, verifique se os momentos de dipolo das ligações se cancelam ou não. As duas ligações C-Cl do *p*-dicloro-benzeno ficam em posições exatamente opostas no anel e seus momentos de dipolo se cancelam, produzindo uma molécula apolar. A molécula de *o*-dicloro-benzeno é polar porque os dipolos das duas ligações C-Cl não se cancelam.

Fonte:

- ATKINS, P. Princípios de Química. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto pretende a anulação da questão, alegando tratar-se de um assunto não contemplado no conteúdo programático do edital, o que não é verdade. Segundo o Edital N° 32/2022 – GS/SEED, Fls 434, em Conteúdo Programático de Química, consta:

(...) 4. *Funções Químicas*: 4.1 **Funções Químicas Inorgânicas (ácidos, bases, sais e óxidos)** (...) **7. Solução: 7.1 Solução: 7.1.1 Misturas homogêneas e heterogêneas.** (Edital N° 32/2022 – GS/SEED, Fls 434, grifo nosso)

Em termos conceituais, soluções são compostas pela mistura de soluto (composto existente em menor quantidade) e solvente (elemento disposto em maior quantidade na mistura). O efeito nivelador se refere ao comportamento do solvente na diferenciação da força dos ácidos ou bases (solutos). Logo, o conteúdo encontra-se elencado explicitamente no referido edital. Tais conceitos estão disponíveis em livros de Química Geral (como exemplo, p. 568 do livro de John B. Russel, Química Geral, 2ª Edição, Volume 1) e Inorgânica (Capítulo 4, de Ácidos e Bases, livro de Shriver Duward e Atkins Peter).

Ainda, o recurso interposto reporta na existência de mais de uma resposta correta, o que também não é verdade. Senão vejamos,

A) *Está errada.* O livro de Química dos autores Shriver Duward e Atkins Peter diz:

Qualquer ácido mais forte do que o H_3O^+ em água doa próton para a água e forma H_3O^+ . Consequentemente, nenhum ácido significativamente mais forte do que o H_3O^+ pode permanecer protonado em água. **Nenhum experimento feito em água pode nos dizer qual é o ácido mais forte entre HBr e HI, porque ambos transferem de forma praticamente completa os seus prótons para formar H_3O^+ .** Com efeito, soluções de ácidos fortes HX e HY comportam-se como sendo soluções de íons H_3O^+ , independente de HX ser intrinsecamente mais forte que HY. Desse modo, diz-se que a água possui um efeito nivelador que rebaixa todos os ácidos mais fortes para a acidez do H_3O^+ . Para distinguir as forças desses ácidos, devemos usar um solvente menos básico. (Atkins, p. 138)

B) *Errada.* A afirmativa diz “O efeito nivelador pode ser expresso em termos do *pKa* do ácido. Um ácido tal como HCN, dissolvido em um solvente, é classificado como forte se ***pKa > 0***, onde *Ka* é a constante de acidez do ácido no solvente”. O correto é ***pKa < 0***. (Shriver Duward e Atkins Peter, p. 138)

D) *Errada.* Na verdade, o íon OH^- é a base mais forte que pode existir em água. Além disso, é possível estudar os íons NH_2^- e CH_3^- em água, pois ambos geram íons OH^- e são totalmente protonados a NH_3 e CH_4 . (Shriver Duward e Atkins Peter, p. 138)

Diante de tudo exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

Fontes:

- Shriver Duward e Atkins Peter. Química inorgânica. 4ª Edição – Porto Alegre: Bookman, 2008.

- Russel, Joh Blair, 1929 – Química Geral; tradução e revisão Márcia Guekezian et al. Vol 1- 2° ed.-São Paulo: Pearson Makronj Books.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto pretende a anulação da questão, alegando tratar-se de um assunto não contemplado no conteúdo programático do edital (1), o que não é verdade. Ainda, o recurso interposto considera a assertiva D como correta, alegando a existência de duas alternativas corretas na questão (2). Vejamos:

(1) Acerca do conteúdo programático

Segundo o Edital N° 32/2022 – GS/SEED, Fls 434, em Conteúdo Programático de Química, consta:

(...) 4. Funções Químicas: 4.1 **Funções Químicas Inorgânicas (ácidos, bases, sais e óxidos)** (...) **7.**

Solução: 7.1 Solução: 7.1.1 Misturas homogêneas e heterogêneas. (Edital N° 32/2022 – GS/SEED, Fls 434, grifo nosso)

Em termos conceituais, soluções são compostas pela mistura de soluto (como a amônia, na referida questão) e solvente (HSol, na referida questão). A questão reporta conceitos de soluções, os quais são requeridos para explicar a formação do íon amônio em meio aquoso, por exemplo. É importante lembrar que essa é uma reação amplamente abordada no ensino de química, seja de nível médio ou superior. A única diferença é que na referida questão a informação foi apontada em sua condição química conceitual – o efeito nivelador. Tal conceito é fundamental para a escolha dos solventes que permitirão a diferenciação da força de determinados ácidos ou bases, um conhecimento esperado para educadores de química.

Tais abordagens estão disponíveis em livros de Química Geral (como exemplo, p. 568 do livro de John B. Russel, Química Geral, 2° Edição, Volume 1) e Inorgânica (Capítulo 4, de Ácidos e Bases, livro de Shriver Duward e Atkins Peter).

(2) Acerca da assertiva (D)

A assertiva está errada. *O correto seria:* Um solvente com uma constante de autoprotólise **grande** pode ser usado para distinguir uma grande variedade de forças ácidas e básicas. Comentário expresso em “*ponto em destaque*” do livro Atkins, página 137.

Fontes:

- Shriver Duward e Atkins Peter. Química inorgânica. 4° Edição – Porto Alegre: Bookman, 2008.
- Russel, Joh Blair, 1929 – Química Geral; tradução e revisão Márcia Guekezian et al. Vol 1- 2° ed.-São Paulo: Pearson Makronj Books.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto reporta erro no enunciado, pois alega a falta de referência na tabela fornecida. Os dados termodinâmicos fornecidos estão na condição padrão e podem ser encontrados nos apêndices dos livros de química. Não há qualquer incorreção ou problema na questão, tampouco necessidade de reportar a referência de dados fornecidos na condição padrão.

Diante do exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

Fonte:

- Russel, Joh Blair, 1929 – Química Geral; tradução e revisão Márcia Guekezian et al. Vol 1- 2° ed.-São Paulo: Pearson Makronj Books. (Apêndice G)

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto pretende a anulação da questão, alegando tratar-se de um assunto não contemplado no conteúdo programático do edital, o que não é verdade.

Segundo o Edital N° 32/2022 – GS/SEED, Fls 434, em Conteúdo Programático de Química, consta:

10. Eletroquímica: 10.1 Reações de oxirredução; 10.2 pilhas: 10.2.1 Funcionamento da pilha de Daniell; 10.2.2 Semirreações; 10.2.3 Impactos ambientais causados pelo descarte inadequado de pilhas; 10.3 Eletrólise: 10.3.1 Eletrólise ígnea; 10.3.2 Eletrólise em solução aquosa; 10.3.3 Leis da Eletrólise; 10.3.4 Processos industriais que envolvem eletrólise.

(Edital N° 32/2022 – GS/SEED, Fls 434, grifo nosso)

Logo, um edital, destinado aos profissionais com nível de superior de ensino e que elenca Eletroquímica, Reações de oxirredução e Semi-reações traz consigo os conceitos e representações didáticas implícitas de cada abordagem. O diagrama de Latimer, por sua vez, faz parte da Eletroquímica, reações de oxirredução ou ainda de semi-reações e contempla a forma mais clara e didática de representar as formas oxidadas e reduzidas das espécies. Por pertencer a eletroquímica, o conteúdo encontra-se disponível no **Capítulo de Oxirredução** (capítulo 4) do livro de Química do autor Shriver Duward e Atkins Peter e no tópico **Reações de Oxidação-redução**, p. 250 do livro de Miessler, Gary L.

Diante do exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

Fontes:

- Shriver Duward e Atkins Peter. Química inorgânica. 4ª Edição – Porto Alegre: Bookman, 2008.
- Miessler, Gary L. Química inorgânica / Gary L. Miessler, Paul J. Fischer, Donald A. Tarr; tradução Ana Julia Perrotti-Garcia; revisão técnica Cid Pereira, André Luiz Bogado. – 5. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto alega não haver dados de concentração para a determinação da constante de equilíbrio **(1)**. Ainda, o recurso afirma estar correta a assertiva D), a qual reporta “*Se a chave for ligada, o potencial-padrão da célula eletrolítica será de 1,10 V*” **(2)**, e questiona a originalidade da figura fornecida na referida questão **(3)**. Contudo, as alegações são inconsistentes e nenhum dos apontamentos dispostos revelam verdade conceitual, senão vejamos:

(1) da constante de equilíbrio

Em termos conceituais, a determinação da constante de equilíbrio (K_{eq}) deve ser realizada quando a pilha está descarregada (potencial zero, situação equivalente ao equilíbrio químico da reação), uma condição em que o Quociente da reação se torna igual à K_{eq} . Não há a necessidade de concentrações.

$$E = E^{\theta} - \frac{0,05916}{n} \log_{10} Q$$

$$0 = 1,10 - (0,05916/2) \log K_{eq}$$

Isolando $\log K_{eq}$ e resolvendo a equação obtém-se

$$\log K_{eq} = 37,2$$

Aplicando base 10 em ambos os lados, chega-se a

$$K_{eq} = 10^{37}$$

(2) da assertiva D)

Está errada. A célula é galvânica ou voltaica (reação espontânea) e não eletrolítica (não espontânea - eletrólise). A informação consta nos livros de química, a exemplo do livro do autor Brown Lemay, página 935.

(3) da originalidade da imagem

A imagem foi criada pela equipe de profissionais da banca elaboradora do Instituto Consulplan, e de direito único e exclusivo da mesma.

Destaca-se o fato de ambos os conteúdos (Equilíbrio Químico e Eletroquímica) estarem contidos no conteúdo programático do Edital N° 32/2022 – GS/SEED, Fls 434, em Conteúdo Programático de Química: 8. *Equilíbrio Químico: 8.1 Reações reversíveis; 8.3 Constante de equilíbrio (concentração e pressão); 10. Eletroquímica: 10.1 Reações de oxirredução; 10.2 pilhas: 10.2.1 Funcionamento da pilha de Daniell.*

Diante de tudo exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

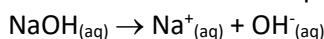
Fontes:

- Russel, Joh Blair, 1929 – Química Geral; tradução e revisão Márcia Guekezian et al. Vol 2- 2° ed.-São Paulo: Pearson Makronj Books. (p. 907-908)
- Brown Lemay et al. Química: a ciência central. 13° Edição – São Paulo. Pearson. 2016. (Capítulo 20).

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto alega não ser possível resolver a questão com as informações fornecidas. No entanto, todos os dados necessários estão presentes, como restará demonstrado:



1 mol 1000ml

X.....10 ml

X= 0,01 mol

$C_A = 0,01 \text{ mol}/500 \times 10^{-3}$

$C_A = 0,02 \text{ mol.L}^{-1}$

Portanto, a concentração de NaOH no recipiente A é de $0,02 \text{ mol.L}^{-1}$

Sabendo que 100 mL deste foi transferido para o recipiente B, tem-se:

$0,02 \text{ mol} \dots\dots\dots 1000\text{ml}$

X.....100 ml

$X = 2,0 \times 10^{-3} \text{ mol}$

Em termos de concentração para o volume total, tem-se:

$C_B = 2,0 \times 10^{-3} / 250 \times 10^{-3}$

$C_B = 8 \times 10^{-3} \text{ mol.L}^{-1}$

O cálculo de pH envolve conceitos químicos e de matemática básica.

$\text{pOH} = -\log [\text{OH}^-]$

$\text{pOH} = -\log(8 \times 10^{-3})$

Conceitos de matemática básica

$\text{pOH} = -(\log 2.2.2.10^{-3})$ ou seja: $\log 2 + \log 2 + \log 2 + \log 10^{-3}$ (ou $\log 2^3.10^{-3}$)

Lembrando que $\log 2$ foi fornecido no enunciado.

$\text{pOH} = -(0,30 + 0,30 + 0,30 - 3)$

$\text{pOH} = -(0,90 - 3)$

$\text{pOH} = -0,90 + 3$

$\text{pOH} = 2,1$

Sabendo que $\text{pH} + \text{pOH} = 14$

$\text{pH} = 12$

Diante de tudo exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

Fonte:

- Atkins, Peter. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente – 5° edição – Porto Alegre: Bookman, 2012. Capítulo 11. Páginas 434-435.

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto alega não compreender o enunciado, o qual questiona o alimento mais calórico a partir de dados termodinâmicos experimentais fornecidos na tabela. Não há qualquer incorreção acerca da disposição dos dados e questionamento realizado na referida questão.

Para fins de comparação entre os alimentos, é necessária a determinação do calor liberado ($Q_{\text{reação}}$) para uma mesma massa de cada alimento. A padronização da massa é a prática realizada ao expressar informações em tabelas nutricionais (rótulos) dos produtos. É possível realizar a comparação de $Q_{\text{reação}}$ por grama, para 100g ou qualquer valor de massa do alimento, basta que a massa seja a mesma para todos os itens considerados. Para fins de esclarecimento, as determinações são mostradas a seguir.

Amendoim

$$Q_{\text{reação}} = -C_{\text{cal}} \cdot \Delta T$$

$$Q_{\text{reação}} = -0,71 \text{ Cal/}^{\circ}\text{C} \cdot 20^{\circ}\text{C}.$$

$$Q_{\text{reação}} = -14,2 \text{ Cal}.$$

Para comparar, preciso calcular todos para a mesma massa. Geralmente, calcula-se para 100g.

-14,2.....2,5 g de amendoim.

X.....100g

X = -568 Cal são liberadas ao ingerir 100g de amendoim.

Noz

$$Q_{\text{reação}} = -C_{\text{cal}} \cdot \Delta T$$

$$Q_{\text{reação}} = -0,71 \text{ Cal/}^{\circ}\text{C} \cdot 17^{\circ}\text{C}.$$

$$Q_{\text{reação}} = -12,1 \text{ Cal}.$$

-12,1.....2,0 g de noz.

X.....100g

X = -603,5 Cal são liberadas ao ingerir 100g de noz.

Castanha do Pará

$$Q_{\text{reação}} = -C_{\text{cal}} \cdot \Delta T$$

$$Q_{\text{reação}} = -0,71 \text{ Cal/}^{\circ}\text{C} \cdot 30^{\circ}\text{C}.$$

$$Q_{\text{reação}} = -21,3 \text{ Cal}.$$

-21,3.....3,2 g de castanha.

X.....100g

X = -666 Cal são liberadas ao ingerir 100g de Castanha-do-Pará.

Ovo

$$Q_{\text{reação}} = -C_{\text{cal}} \cdot \Delta T$$

$$Q_{\text{reação}} = -0,71 \text{ Cal/}^{\circ}\text{C} \cdot 22^{\circ}\text{C}.$$

$$Q_{\text{reação}} = -15,6 \text{ Cal}.$$

-15,6.....10 g de ovo.

X.....100g

X = -156,2 Cal são liberadas ao ingerir 100g de ovo.

Diante de tudo exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

Fontes:

- Atkins, Peter. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente – 5ª edição – Porto Alegre: Bookman, 2012. (p. 262)
- Chang, Raymond. Química geral: conceitos essenciais. 4ª Edição – Porto Alegre. AMGH editora, 2010. (p. 184-185).
- Brown Lemay et al. Química: a ciência central. 13ª Edição – São Paulo. Pearson. 2016. (p. 190)

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto alega haver informação que julga desnecessária para a resolução da referida questão. Vejamos: A presente questão visa avaliar se o profissional educador é capaz de interligar os conhecimentos químicos, e avaliar o efeito do pH na solubilidade dos compostos iônicos. O pH de uma solução afeta a solubilidade de qualquer substância cujo ânion é básico, como o OH^- . Logo, a informação inicial e adicional serviria como apoio para que o profissional possa se certificar de que a resolução está correta ao constatar a mudança na solubilidade (aumento de solubilidade, nesse caso, para que o equilíbrio químico seja reestabelecido). Para fins de esclarecimento, segue resolução da referida questão:

$$K_{ps} = [\text{Mg}^{2+}][\text{OH}^-]^2$$

$$1,8 \times 10^{-11} = [\text{Mg}^{2+}][1,0 \times 10^{-5}]^2$$

$$[\text{Mg}^{2+}] = 0,18 \text{ mol.L}^{-1}$$

Logo, a solubilidade é aumentada, para que o equilíbrio químico seja estabelecido (reações reversíveis e equilíbrio iônico). O conteúdo encontra-se disponível na página 787 do livro do autor Brown Lemay, de Química Geral.

Diante de tudo exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

Fonte:

- Brown Lemay et al. Química: a ciência central. 13ª Edição – São Paulo. Pearson. 2016.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso interposto solicita a anulação da questão ao discordar das abordagens expressas nos itens II e III da mesma. Entretanto, não há qualquer incorreção, prejuízo ou erro de gabarito na questão, como restará demonstrado.

Sobre o item II

II. Os coloides são restritos ao estado líquido, ou seja, este tipo de dispersão não existe nos estados gasoso e sólido.

A informação está errada, pois os coloides existem nos três estados de agregação. A informação consta na página 586 do livro de Química geral do autor Brown Lemay.

Sobre o item III

III. Einstein desenvolveu uma equação para o quadrado da média do deslocamento de uma partícula coloidal. Quanto maior a partícula coloidal, menor é o seu caminho livre médio em determinado líquido.

A informação está correta e consta na página 590 do livro de Química geral do autor Brown Lemay em “Movimento coloidal em líquidos”.

Diante de tudo exposto, o recurso foi considerado IMPROCEDENTE.

Fontes:

- Brown Lemay et al. Química: a ciência central. 13ª Edição – São Paulo. Pearson. 2016.
- Atkins, Peter. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente – 5ª edição – Porto Alegre: Bookman, 2012.

BRANCA
01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, mais de uma resposta correta, ausência de resposta correta ou ainda falta de especificação do autor referenciado na questão. O edital deste certame não determinou autores, permitindo à banca utilizar-se da produção acadêmica e consensual da área educacional, particularmente neste caso, não versando sobre uma ou outra tendência pedagógica específica. Sobre os questionamentos acerca do gabarito, vejamos: A **opção I**, está incorreta, conforme apontado pela banca pois, o que temos na afirmativa: “a avaliação assume o relevante papel de viabilizar a construção de projetos exequíveis e iminentemente exitosos, porque são pautados em uma visão crítica da realidade concreta existente. Para isso, faz-se necessário superar a visão linear, pontual e inconclusiva que, em geral, incide sobre a avaliação na perspectiva formativa.” O que a tornaria correta seria **a compreensão de que esta perspectiva linear incide sobre a avaliação, quando situada ao final dos períodos, pois na perspectiva formativa não cabe, absolutamente, uma visão linear, tampouco pontual ou conclusiva, já que avaliação formativa pressupõe processo, construção; a opção II** está correta pois, reflexões sobre como se pretende caminhar requer o olhar atento sobre o percurso já trilhado, que serve de norte para a manutenção do que foi produtivo, eliminação do que não foi e projeção de novas investidas que, por sua vez, deverão ser reincidentemente analisadas. **Assim conduzida, a avaliação cumpre sua função formativa**, por permitir retroalimentar contínua e sistematicamente a ação educativa, nesta opção, inclusive, a palavra eliminação não pode ser tirada do contexto em que todo o texto da opção a situa que já começa como “reflexões sobre como se pretende caminhar”, ou seja, é processo, é eliminação e retomada o tempo todo, é fazer de novo tentando novos caminhos; **a opção III** está incorreta, pois, se o trabalho pedagógico conta apenas com avaliações realizadas ao final de percursos, compromete a dinamicidade que deve caracterizar o PPP e a possibilidade de melhorá-lo sempre que necessário. Já a **opção IV** está correta pois ela não traz a mensagem de que ambas são iguais, mas que se fundem em um movimento dialético que os une em propósitos e em compromisso com a construção de uma escola democrática, tanto em respeito ao ensino que ministra quanto à aprendizagem dos saberes que veicula, ou seja, é um processo em movimento, dialético, que conversa um com o outro o tempo todo. Sobre a desconexão do contexto da questão e o texto dos detratores, a banca discorda pois atentando-se ao que está negrito nesta resposta, é totalmente possível compreender a perspectiva de avaliação da qual estamos tratando na questão: “a **intencionalidade educativa** demanda **consciência do trabalho escolar**, incluindo a **compreensão de seus problemas**, de suas **potencialidades** e dos **desafios que precisarão ser enfrentados**, a fim de que sejam pensados e organizados os meios para o alcance dos propósitos que serão fixados. Trata-se da **adequação, do real e do ideal**, sem perder de vista que seu caráter utópico – **o que ainda não existe** – se estabelece em torno do que pode existir e de como deve ser encaminhado para que exista o que pode existir.” No limite, explicitamente não falamos de um caráter somativo, mas de um aspecto formativo: intencionalidade educativa; compreensão de seus problemas, potencialidades, desafios que precisarão ser enfrentados; o que ainda não existe, adequação do real e do ideal. Outrossim, a avaliação, no contexto intencional e consciente, jamais pode ser compreendida como algo que acontece ao final de percurso, pontualmente, linear. Pelo exposto, o parecer da banca é IMPROCEDENTE para os recursos.

Fonte:

- Benigna, Villas Boas (org.) Soares, Enívia Rocha Morato (org.). Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem. Obra pedagógica do gestor. Editora Papirus 2022. P. 12

BRANCA
03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que a questão não consta do conteúdo programático do edital, contendo assunto não condizente com a oferta do Estado; outros ainda não questionam o conteúdo, mas que há mais de uma resposta correta. A banca julga IMPROCEDENTE, pois a questão atende ao conteúdo programático do edital DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ. Não obstante, trata-se dos princípios éticos, políticos e estéticos, presentes

não somente em uma etapa da educação, mas em todas. Assim sendo, conforme os referenciais citados e o comando da questão, são princípios éticos e políticos o que se observa na letra C, sendo os demais classificados conforme abaixo:

A- PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades como as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia ;

B- PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

PRINCÍPIOS POLÍTICOS Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;

C- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

PRINCÍPIOS POLÍTICOS Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;

D- PRINCÍPIOS ÉTICOS Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

PRINCÍPIOS ESTÉTICOS Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Fonte:

- http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf

BRANCA
04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há erro na divulgação do gabarito, erro no enunciado ou falta de um gabarito correto. Alguns argumentos sustentam que a troca da palavra “anuncia” por “enuncia” torna a afirmativa que a sustenta errada, pois configura-se como distrator. Verificando no dicionário o significado de enuncia: o mesmo que: emite, exprime, expõe, expressa, concebe, declama, declara, diz, diz; e o de anuncia: Significado de Anuncia: o mesmo que: proclama, aclama; a banca entende que não há prejuízo no significado do contexto apresentado na afirmativa, que permanece correta nas duas proposições. Outros argumentos sugerem que as afirmativas apresentadas não se configuram conceitos completos: a banca entende que cada parte conceitual apresentada, em acordo com Ilma Passos, carrega características determinantes do que são os objetivos cujos conhecimentos foram cobrados na questão. Ao argumento erro no enunciado, veja, o suporte da questão contextualiza a educação da qual estamos falando: “a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo.” ; o comando da questão referencia o texto anterior no qual explicita o conceito da educação em questão, coloca algumas considerações acerca do posicionamento dos objetivos do professor perante sua ação pedagógica, terminando por perguntar os tipos de objetivos que deverão estar presentes na prática pedagógica: “Diante do exposto, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos de sua ação pedagógica ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, assim como é sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são considerados tipos de objetivos que devem estar presentes em seu planejamento”. Na sequência há descrição de três tipos de objetivos, todos corretos, e que devem estar presentes na concepção de educação apresentada. Ou seja, a banca, apoiada na autora do texto, não concorda com o erro no enunciado, tampouco quanto na proposição das afirmativas referentes aos objetivos. A seguir o trecho no qual a questão foi embasada: a educação é contínua construção e reconstrução do real, o movimento intelectual que ela comporta, e do qual importa, não pode

ser senão uma dupla mão de desintegração das ordens intuídas e percebidas e de uma recomposição dessas mesmas ordens, tendo, por horizonte, uma aventura mental e, por ambição a comunicação. Em síntese, a conduta do espírito exige sempre o vaivém do todo à parte e da parte ao todo. Tomando por base este conceito, e considerando que quando o professor se posiciona perante os objetivos, ele apresenta seus limites, determina até onde vão seus conhecimentos sobre o assunto que pretende ensinar, sabedor do que se está trabalhando em cada situação, são tipos de objetivos que devem estar presente em seu planejamento: Objetivos comportamentais- objetivos que possam ser previstos, observados, medidos, comparados, sabendo que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Isso significa trabalhar com os conteúdos passando ao educando ao mesmo tempo a compreensão do estágio atual da ciência e as conquistas até aqui empreendidas, impulsionando-o a continuar esse esforço da espécie; Objetivos abertos: descrevem um encontro educacional. Um encontro que pode ser uma situação criada para permitir que aflorem as características individuais dos alunos, um problema que os alunos devem enfrentar ou ainda uma tarefa a executar. Essa descrição não estipula o que os alunos devem aprender no encontro planejado. É objetivo que apenas enuncia (ou anuncia, conforme questão) uma condição. O desempenho não é previsível ou programável. Cada ser humano vai fazendo desabrochar suas características, estimulado por conflitos de seu meio. Em segundo lugar, o objetivo aberto oferece para o professor e para o aluno a oportunidade para explorar, aprofundar ou localizar questões de interesse. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência a direção de seu interesse investigativo. É uma intenção que se corporifica no concreto e que a partir dele se estrutura. Professores e alunos são envolvidos de maneira a aprofundar o estudo e a experiência na direção de seu interesse investigativo. Em terceiro lugar o objetivo aberto põe ênfase no aperfeiçoamento e na modificação do conhecimento. Às vezes, até mesmo na produção de um conhecimento totalmente novo. Se professores e alunos se lançam em um trabalho em que estão genuinamente empenhados, o conhecimento será trabalhado de modo muito significativo. Na relação sujeito-objeto, o conhecimento é aperfeiçoado, modificado ou até mesmo produzido. É preciso que a escola proporcione condições para que resultados não previstos possam ocorrer, é preciso incluir objetivos abertos em nossos planejamentos, como por exemplo: “interpretar o significado da música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, ou “debater as manchetes do dia”. A avaliação de tais objetivos não será padronizada, mas personalizada: trata-se de avaliar o produto, examinar qualidade e importância, mas não impor um padrão. É imprescindível referir ainda um outro tipo de objetivo que fique a meio do caminho entre os primeiros e os segundos. Esse terceiro tipo eu chamaria de objetivo provocativo, porque consiste em oferecer ao aluno um problema bem determinado, mas com múltiplas possibilidades de solução. O indivíduo deve por em ação sua imaginação para resolver o problema. É um objetivo que especifica a condição e o critério, mas não o desempenho.

Fonte:

- Veiga, Ilma Passos Alencastro (Coord.), Repensando a Didática, Editora Papirus, 2011, 29ª Edição, p. 71, 72 e 73.

BRANCA
05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que há falta de uma resposta correta ou divulgação do gabarito errado, sendo que os argumentos estão no sentido de que todas as afirmativas propostas na alternativa estão corretas. A banca mantém o gabarito pois há erro nas duas primeiras proposições, quais sejam: a afirmativa I está errada quando reduz os termos singularidade e pluralidade à expressão, menor e restrita, contexto relacional. O conceito de singularidade, palavra que está relacionada com o termo singular que se refere a algo que existe num número único, não plural. A singularidade pode ser descrita então como a qualidade que uma pessoa ou ser vivo pode possuir para diferenciar-se do restante de seus semelhantes. Por exemplo, podemos falar de singularidade de uma planta que apresenta um tipo de característica diferente do restante de seu tipo, ou de um animal que, por exemplo, em vez de ter uma cor de pele, apresenta uma tonalidade diferente. No caso do ser humano, o conceito de singularidade é muito mais complexo, uma vez que pode ser atribuído às características físicas, bem como aos traços da personalidade e aí o limite é muito subjetivo e difícil de estabelecer. Como dissemos, a singularidade pode apresentar-se nos seres humanos em termos de suas características físicas ou naturais. Assim podemos dizer que é singular ou exclusivo que uma pessoa de descendência africana tenha cabelos de cor clara, como também pode ser singular que uma pessoa que vive em um meio onde a população está propensa a obesidade, não seja. Todas estas características são relacionadas com o organismo e, mais especificamente, com o DNA, de modo que essa singularidade é muito mais mensurável ou

ponderável em termos científicos, como também é mais fácil de explicar porque já existem certos padrões sobre cada etnia humana. Entretanto, a complexidade do termo "singularidade" ocorre quando ele é aplicado aos elementos ou traços da personalidade. Neste sentido, costuma-se dizer que uma pessoa é singular ou tem a qualidade da singularidade ao distinguir-se dos outros, em aspectos como comportamento, ética, costumes, maneiras de falar, vestir, higiene, etc. De muitas maneiras, a sociedade atual e global tende de anular fortemente as possíveis singularidades que cada indivíduo pode desenvolver. Assim, costumamos mostrar traços, comportamentos, pensamentos, tradições e formas de raciocínio semelhantes, inclusive vivendo a milhares de quilômetros de distância. Portanto, uma pessoa singular ou única poderia facilmente ser aquela pessoa que não se deixa levar pelas pessoas em comum, pelo que ditam as marcas, governos ou empresas, mas sim pelo o que eles realmente sentem e acreditam. No que tange à pluralidade, em termos gerais, a palavra se refere a uma multidão ou a um grande número de coisas ou algo que coexistem em um mesmo ambiente ou área. Já por outro lado, a pluralidade também se refere à qualidade ou condição de ser mais que um. No caso de um contexto político ou de uma organização social com fins solidários fundamentados principalmente em preceitos democráticos, por exemplo, o conceito de pluralidade deve apresentar uma especial presença e participação no que seria a organização, fortalecimento e desenvolvimento de uma organização política ou social, pois ela se refere e estabelece a tendência ao reconhecimento e a permissão que todos os membros integrantes ou parte deles possam ter voz ativa e poder de voto em relação ao seu funcionamento, especialmente para que o funcionamento seja adequado e sempre com bons resultados, algo que seguramente terá mais chances de produzir-se quando todos os integrantes que compõem a organização possam participar ativamente e dar suas opiniões, mesmo sendo diferentes, porque é dessa variedade que saem os melhores frutos e benefícios. Por outro lado, em termos de uma sociedade ou de uma comunidade, a pluralidade é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade em questão. Por este motivo, documentos curriculares brasileiros, e particularmente os do Paraná, escolhem, textualmente, falar de singularidade e pluralidade e não tão somente "particularidade" como propõe a afirmativa. A afirmativa seguinte, a de número II, também está errada pois propõe que: "educação como direito subjetivo de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno da cidadania; prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência social do aluno." Há uma troca na tipificação do direito, de inalienável para subjetivo, sendo que o primeiro é textualmente escolhido como o primeiro dos princípios orientadores contidos nos referenciais curriculares do Estado do Paraná, página 11. Ou seja, o documento preconiza que mais do que uma prerrogativa que deve ser exigida do próprio Estado, são direitos que não podem ser legitimamente negados a uma pessoa. Nenhum governo e nenhuma autoridade tem competência para negar este tipo de direitos, uma vez que fazem parte da essência da pessoa. Os direitos humanos são direitos inalienáveis. Esses direitos, por outro lado, são irrenunciáveis. Por mais que queira (ainda que seja por vontade própria), ninguém se pode desprender dos direitos inalienáveis, nem os perder. Tal afirmativa também possui erro quando amplia o termo experiência extraescolar para experiência social, sendo a segunda maior do que a primeira, o referencial curricular é específico quando revela que se refere às experiências extraescolares, cuja compreensão deve ser a aquela que interioriza os esquemas empíricos das formas de vida, os códigos analíticos, valorativos, culturais e temporais não só da realidade instituída – racionalmente instituída pela escola – mas investido a sua vez nas dinâmicas e exigências no educando como agente ativo construtor de sua experiência educativa fora da escola em seus limites e possibilidades reais e projetivas. Isso nos indica a importância formativa das atividades extraescolares na constituição de rotinas, compromissos, valores, competências... que constituem a "escola fora da escola" e determinam em grandes partes as margens de inclusão e exclusão da mesma.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/direito-objetivo-e-subjetivo/>
- <https://conceitos.com/pluralidade/>
- <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/293-1.pdf>
- Referencial do Estado do Paraná chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/deliberacao_03_18_alt_04_20.pdf p. 11

BRANCA
06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente pede explicação sobre o fato da definição de método sistemático está errada. De acordo Lakatos e Marconi (2009, p.40-41), o método sistemático não é um método e sim uma técnica, e a pergunta foi sobre método, inclusive no enunciado é colocado essa diferenciação entre métodos e técnicas. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas,2009.

BRANCA
07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que a alternativa IV está correta, de fato o trecho que ele destaca está correto, mas há uma inconsistência na afirmativa no trecho que estabelece que o método dialético propõe uma mudança quantitativa, quando o correto seria qualitativa. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega erro no gabarito afirmando que o gabarito indica alternativa B como correta, porém no gabarito está letra A, justamente a alternativa indicada pelo recorrente, cujo conteúdo expõe “ A sociedade como uma estrutura complexa de grupos e indivíduos, reunidos em uma trama de ações e reações sociais”. Dessa forma, julga-se improcedente a mudança de gabarito.

Fonte:

- LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas,2009.

BRANCA
09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que a afirmativa I está correta. No entanto, a afirmativa expõe que a influência nesse período é dos funcionalistas, todavia a influência, nessa etapa, é das correntes do pensamento positivista e evolucionista conforme descrito em Lakatos e Marconi (2009, 65). O recorrente alega ainda que alternativa IV não seria correta, pois "o posicionamento da Igreja Católica" na Sociologia não aparece no período da Ditadura Militar o que pode ser contestado os numerosos estudos sobre a atuação da Igreja Católica durante o período da ditadura civil-militar. Podemos, então, pensar na obra de Roberto Romano, Loureiro Botas, Carlos Bresser-Pereira, José Oscar Beozzo, Jailton Paz , entre outros. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- SILVA, Severino Vicente da. IGREJA CATÓLICA E DITADURA CIVIL-MILITAR: algumas palavras sobre a experiência da Arquidiocese de Olinda e Recife. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 37, Jan-Jun, 2019.

BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recorrentes alegam que a definição colocada como correta não corresponde à definição de Émile Durkheim. No entanto, a definição foi retirada do livro as regras do método sociológico de Durkheim conforme cita Lakatos e Marconi (2009, p.71) para Durkheim, o fato social é geral ainda porque “coletivo, isto é, mais ou menos obrigatório, e está bem longe de ser coletivo por ser geral. Constitui um estado de grupo porque se repete nos indivíduos e a eles se impõe. Está bem longe de existir no todo devido ao fato de existir nas partes, mas ao contrário, existe nas partes todas porque existe no todo (DURKHEIM, 1966, p 8). Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2009

BRANCA
11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que não se pode separar a influência da Revolução Industrial da Revolução Francesa, porém elas tratam de campos distintos enquanto a Revolução Francesa, segundo Giddens (1984, p. 12), corresponde a um conjunto de transformações políticas de nossa era em que uma ordem social foi completamente transformada por um movimento conduzido pelos ideais de liberdade e igualdade para todos. A segunda “grande revolução” foi chamada de Revolução Industrial. Trata-se de um conjunto de invenções e inovações relacionadas que permitiram alcançar uma enorme aceleração da produção de bens e assegurar um crescimento que foi se tornando rapidamente independente da agricultura. Nesse período se intensificou a transformação da economia, que passou de predominantemente agrária a uma economia industrial, caracterizada pela produção em larga escala e pela generalização do uso da máquina para reduzir tempos e custos de produção (DIAS, 1999, p. 49). Como consequência dessas mudanças, as cidades cresceram enormemente devido ao fluxo das massas de camponeses atraídos para o trabalho nas fábricas, formando o proletariado industrial. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- HEERDT, Moacir. Sociologia das organizações. 4ª Ed. – Palhoça: Unisul Virtual, 2006.

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega ausência de conteúdo programático, porém o conteúdo está de acordo com o ponto 4. Max Weber. 4. 3 Sociologia Compreensiva. Outro recorrente alega que as frases estão idênticas mudando apenas a palavra real e concreta, quando na verdade há também uma outra diferenciação entre abstrata e exploratória. De acordo com Lakatos e Marconi (2009, p.74), Weber sugeriu dois tipos de compreensão: A **real**, baseada no conhecimento da conduta visível dos outros, revelando a intenção imediata ou indireta e; a **exploratória**, voltada para o campo mais amplo dos motivos, assim para compreensão do social, deve o sociólogo ser um técnico no diagnóstico da significação ou das intenções que motivam as condutas dos indivíduos. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega ausência de conteúdo programático, porém o conteúdo está de acordo com o ponto 10.2 Autores, seus contextos e obras: Gilberto Freyre. Outro recurso alega que a sociologia de Freyre não poderia ser denominada existencial. Mas de acordo com Dias (2010, p.38) Freyre adotou uma perspectiva nos seus trabalhos em que o indivíduo, suas particularidades, suas intimidades e seu modo de pensar predominam em relação aos fatos mais marcantes da história, um tipo de abordagem que ele denominava “sociologia existencial”. O que pode ser lido também em Nova (1991, p.313) “ A Gilberto Freyre, defensor de uma "sociologia existencial", não interessa o homem em geral, mas o "homem situado". Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fontes:

- NOVA, Sebastião Vila. CULTURA E SOCIEDADE EM GILBERTO FREYRE. CL&TIUpL Recife, v. 19, a2,A311-526. Jul/dez., 1991;
- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
19

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Os recorrentes alegam erro no gabarito afirmando que o gabarito correto está na letra C, porém o correto é o que está na letra D, que afirma que “a indústria cultural fabrica produtos, cuja finalidade é a de serem trocados por moeda; promove a deturpação e a degradação do gosto popular simplificando ao máximo seus produtos de modo a obter uma atitude sempre **passiva** do consumidor”. Dessa forma, julga-se procedente a alteração do gabarito de letra C para letra D.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega erro no gabarito, mas a alternativa A está correta visto que de acordo com Dias (2010, p.74-78) Traço cultural: é um elemento simples e unitário, que pode distinguir uma determinada cultura; Complexo cultural: caracteriza-se pela combinação de elementos culturais, tendo uma empresa como um exemplo; Subcultura: constitui um segmento que se difere de um complexo maior. Padrão cultural: representam consensos que orientam a conduta diante de determinada situação. Dessa forma julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que a alternativa IV está correta, porém apesar de importante no momento de pandemia o auxílio emergencial não gerou **equilíbrio** entre os grupos econômicos, visto que o grupo dos mais ricos ficaram ainda mais ricos durante o período pandêmico acentuando as desigualdades, o que pode ser lido no estudo apresentado no

Boletim do Dieese DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS SE APROFUNDAM. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- DIEESE, Desigualdades Sociais e Econômicas se aprofundam. Boletim de Conjuntura. Número 29 – Junho/Julho de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html> . Acesso em: 09 de agosto de 2022.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que as afirmativas não dizem respeito ao pensamento de Karl Marx, de fato elas não correspondem ao pensamento do autor por isso estão incorretas. De acordo com Dias (2010, p.188-191), são afirmativas corretas em relação ao pensamento de Marx: I. “Para Marx, a desigualdade se estabelece nas relações de produção, que é onde se pode identificar as diferenças entre os homens, particularmente aqueles que exploram e os que são explorados” e IV. Para Marx as classes são expressão do modo de produzir da sociedade no sentido de que o próprio modo de produção se define pelas relações que intermedeiam entre as classes sociais, e tais relações dependem da relação das classes com os instrumentos de produção. Já as afirmativas II e III são corretas em relação ao pensamento de Max Weber. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que a afirmativa “Cada instituição tem como objetivo primordial a satisfação das necessidades sociais gerais a toda a sociedade” está correta, porém, de acordo com Dias (2010, p.242) Cada instituição tem como objetivo primordial a satisfação das necessidades sociais específicas e não gerais; As instituições sociais incorporam os valores fundamentais adotados pela maioria da sociedade; Os ideais de instituição são, em geral, aceitos pela grande maioria dos membros da sociedade; As instituições são relativamente duradouras e cada instituição está perfeitamente estruturada e organizada segundo um conjunto estabelecido de normas, valores e padrões de comportamento. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega falta de conteúdo programático, porém o conteúdo está de acordo com o ponto 5.2 As Instituições Sociais: familiares, escolares e religiosas do conteúdo programático. Outro recurso alega que a função assistencial se refere ao status. No entanto, de acordo com Dias (2010, p. 251), a função assistencial refere a proteção física, econômica e psicológica dos membros da família. Diz respeito também aos cuidados que a família dispensa na infância, nas doenças durante os anos e na velhice. Já a função social seria responsável pelo status. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Diante das alegações colocadas pelos recorrentes, em relação ao conceito de poder enfatizarmos que, de acordo com Dias (2010, p.285) para Max Weber (1991,p.33) “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” e acrescentando embora em seu ponto de vista ele considere o poder “sociologicamente amorfo”, podemos encontrar fundamentos dessa probabilidade em um amplo leque que inclui a legitimidade e a não legitimidade (DIAS, 2010, p.285) . E a alegação de que o Item III está incorreto é improcedente como exposto na citação:

Há muitos casos em que a força e a autoridade estão combinadas, como no Exército, na polícia ou na prisão. Há outros, ainda em que o exercício do poder pela força é legitimado pela população submetida que reconhece seu poder de fato, estabelecendo-se, desse modo, a autoridade. (DIAS, 2010, p287)

E ainda:

Voltando ao exemplo da periferia das grandes cidades brasileiras, quando o bando criminoso é reconhecido pela população como detentor de poder superior ao do Estado, pelo menos naquele determinado território, ele considera o chefe do bando como autoridade estabelecida, e passa a submeter-se às suas ordens. (DIAS, 2010, p287)

Portanto, a única assertiva incorreta é a IV visto que de acordo Dias (2010, p. 285-286) poder tem como componentes: a força, uso ou ameaça de coerção física; a autoridade, direito estabelecido para tomar decisões; e a influência, habilidade para afetar as decisões e a ação de outros. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2010.

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos alegam que o enunciado não deixa claro se a análise da função deve ser em relação ao fragmento. Entretanto, isso está exposto claramente quando se pede “Em relação ao enunciado podemos considerar que a religião está exercendo a função de”. Outro argumento levanta o fato de não haver definição de corrente sociológica ou pensador, mas como a relação deveria ser feita em relação ao caso enunciado a perspectiva teórica não era considerada. A relação entre religião e conflito possui uma ampla referência de estudos, principalmente como colocado no texto da inobservância do estado laico e da liberdade religiosa. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- VAZ, Natália Carolina de Oliveira. Religião e Poder: Conflitos de motivação religiosa, mobilizações e controle territorial. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 513-536, jul-dez/2018. III CONACIR.

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que a resposta está errada, mas não indica a resposta correta. A opção Incorreta está na letra C visto que, de acordo com Dias (2010, p.305) a resistência operária estava baseada na manutenção das tradições culturais rompidas com a ascensão do novo modo de produção, as reclamações diziam respeito principalmente a perda do status e independência do trabalhador e sua total dependência em relação aos instrumentos de produção.

Fonte:

- DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega ausência de conteúdo programático, porém o conteúdo está de acordo com o ponto 9. Trabalho e Sociedade: 9.1 Transformações no mundo do Trabalho cujo tema reestruturação produtiva é central para o entendimento.

Fonte:

- EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED. ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS. Disponível em: https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1115/1_675299.pdf

BRANCA
32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega ausência de conteúdo programático, porém o conteúdo está de acordo com o ponto 8. Poder, Política e Estado: 8.1 Conceitos de Poder e como não consta no edital bibliografia específica o tema foi abordado nas suas múltiplas perspectivas.

Fonte:

- EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED. ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS. Disponível em: https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1115/1_675299.pdf

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recorrentes alegam a existência de duas alternativas idênticas, o que ocorreu de fato. No entanto, as alternativas não coincidem com o gabarito, o que não compromete o resultado da questão nem a análise das afirmativas visto que se trata de uma questão de correlação. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso por não alterar o resultado nem a análise das afirmativas.

BRANCA
34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega falta de resposta correta. No entanto, a questão pede que seja marcada a opção INCORRETA que seria a opção B do gabarito “Os estudos baseados em argumentos biológicos via a imigração europeia como **negativa** pois iria produzir uma sociedade de mestiços.”, visto que essa opção está incorreta pois os estudos baseados em argumentos biológicos via a imigração europeia como **positiva** pois poderia produzir o branqueamento. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- COMPARATO, Bruno Konder. **Sociologia Geral**. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

BRANCA
37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega ausência de conteúdo programático, porém o conteúdo está de acordo com o ponto 2. Teoria Sociológica Clássica - Émile Durkheim: 2.3 Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica visto que o comando pede que “Em relação ao papel do direito repressivo e o papel que ele exprime em relação a solidariedade, assinale a afirmativa correta”. Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED. ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS. Disponível em: https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1115/1_675299.pdf

BRANCA
38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega que a alternativa B está incorreta porque não existe diferença entre valor de uso e valor de troca por ambos se referir a mercadoria. De fato, o valor de uso e valor de troca referem-se a características da mercadoria, mas contém características distintas, conforme exposto:

A mercadoria é um objeto que, a partir de suas propriedades materiais, tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem. Essa característica é conhecida como valor de uso. Por outro lado, a mercadoria também tem a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou, em outras palavras, de comprar outras mercadorias. A essa característica chamou-se valor de troca. (CARCANHOLO, 1998, p.18)

Dessa forma, julga-se improcedente o recurso.

Fonte:

- CARCANHOLO, Marcelo Dias. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. PESQUISA & DEBATE, volume 9, número 2 (14), p. 17-43, 1998

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega erro no gabarito, mas não aponta a opção correta. De acordo com o gabarito, a opção correta é a letra B) Não são as ideias humanas que movem a história, mas as condições históricas que produzem as ideias, o que pode ser justificado de acordo com Chauí (2005, p.386), no pensamento de Marx e Engels “não são as ideias humanas que movem a história, mas as condições históricas que produzem as ideias”

Fonte:

- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente alega ausência de conteúdo programático, porém o conteúdo está de acordo com o ponto 7. Cultura, Diversidade e Indústria Cultural e 7.4 Conceito de Indústria Cultural. E alega-se ainda que não seria possível fazer uma articulação entre mercado da arte, capitalismo e indústria cultural. No entanto, a questão não pede essa articulação e sim que marque a alternativa em relação ao efeito da indústria cultural.

Fonte:

- EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED. ANEXO IX EDITAL Nº 32/2022 – GS/SEED CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS.
Disponível em: https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1115/1_675299.pdf

III
DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

15 de agosto de 2022
INSTITUTO CONSULPLAN